UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

MAURÍCIO GONSALVES TORRES

**A beiradeira e o grilador:
ocupação e conflito no Oeste do Pará**

São Paulo
2008

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

**A beiradeira e o grilador:
ocupação e conflito no Oeste do Pará**

Maurício Gonsalves Torres

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia Humana da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo,
para a obtenção do título de Mestre em
Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira

São Paulo
2008

... y así, del poco dormir y del mucho leer, se le secó el cerebro.
Cervantes, *Don Quijote*

.

A Felipe Fritz Braga e aos moradores de Montanha e de Mangabal, protagonistas de um ideal que, em muito, extrapola o beiradão do rio Tapajós.

Agradecimentos

Este trabalho foi feito sem financiamento algum. Não fossem os beiradeiros de Montanha e de Mangabal abrigarem-me, sempre muito bem, em suas casas e dividirem comigo sua comida, nada teria sido feito.

Ao meu orientador, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, pela paciência, pela orientação e pela referência como compromisso do trabalho intelectual com as demandas sociais.

À Wilsea Figueiredo, que me ensinou a olhar a floresta e que está presente em todo esse trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	8
LISTA DE TABELAS	9
LISTA DE MAPAS	10
LISTA DE FOTOS	11
Resumo	14
Abstract.....	15
1. Introdução	17
2. Procedimentos e definições conceituais	32
2.1. O território	33
2.1.1 Os “lugares”.....	45
2.2. Conceituação social	57
2.3. Modos de procedimento	69
2.3.1. O lugar do pesquisador no grupo.....	74
2.3.2. As técnicas de entrevistas e coletas de dados	77
2.3.3. O acompanhamento do grupo na elaboração e nos resultados da pesquisa..	80
2.4. Uma geografia da memória	82
3. Antecedentes históricos	96
4. Anjos e Lobos nas estradas do Brasil: os primeiros registros de ocupação e de formação da estrutura social e familiar de Mangabal.....	112
4.1. Anjos.....	116
4.2. Lobos	134
4.3. Cirino e Palhares.....	139
4.4. Brasil	147
5. A despensa viva: pesca, caça, coleta e agricultura. Caracterização do modo de vida e do uso da terra	159
5.1. Da envira à urucurama: a importância da floresta para a pesca	160
5.2. Paraísa, carumbé, manipeba, tataibura... Um banco de germoplasma em Mangabal	173
5.3. Uxi-Curuba, cipó-ambé, ata-braba: a floresta como fonte de provimentos.....	191
5.4. A “canoa de caça”: a caça e a extensão de terras usadas pelos ribeirinhos de Mangabal	199
5.5. O encontro das terras e das águas: a importância da conexão entre Mangabal e outras áreas de floresta.	203
5.6 O território e o saber acumulado	215
6. Os descaminhos fundiários do Pará: a apropriação privada do patrimônio público fundiário	217
6.1. Balanço da legislação fundiária paraense	219

6.1.1. A necessidade da legitimação dos títulos de posse e a caducidade das posses não legitimadas	220
6.1.2. Os limites impostos pela legislação ao tamanho das posses	222
6.1.3. A federalização das terras paraenses nos anos 70	227
6.2. Registro Torrens	233
7. Indussole: um enredo inverossímil.....	243
8. Perniciosos nativos na política do progresso	280
9. Legalmente ilegítimo.....	294
10. Considerações finais	311
Bibliografia citada	317
ANEXO	330

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Registro de Abimael Siqueira dos Anjos, nascido naquelas margens do Tapajós, em 1902. O documento foi guardado por seu filho Simar Braga dos Anjos. Os netos, bisnetos e tataranetos de Abimael vivem hoje em Jatobá.....	38
FIGURA 2 – Reprodução de uma página do manuscrito <i>O livro da vida de Abimael Siqueira dos Anjos</i> . Cedido pelo filho do autor, Simar Siqueira dos Anjos.....	101
FIGURA 3 – Registros de Abimael Siqueira dos Anjos. Os escritos a caneta foram feitos após a morte do autor por seu filho Simar Siqueira dos Anjos	120
FIGURA 4 – Registro do casamento de Francisca Lobo da Silva, do Livro B06b-C05b, de Batismos e Casamentos da Paróquia de Itaituba	134
FIGURA 5 – Imagem Lansadt-2004 dos campos de Mangabal e três fotografias desses campos.....	164
FIGURA 6 – Representação tridimensional do relevo de Mangabal e de seu entorno	209
FIGURA 7 – Título de Posse de Miritituba, fl. 68, L 07, do Registro de Posses da Intendência Municipal de Itaituba	254
FIGURA 8 – Título de Posse de Miritituba, fl. 68v, L 07, do Registro de Posses da Intendência Municipal de Itaituba	255
FIGURA 9 – Edital de publicação para emissão do Título de Posse da gleba São João, onde se confere, claramente, suas medias e confrontações, p. 1/2	271
FIGURA 10 – Edital de publicação para emissão do Título de Posse da gleba São João, onde se confere, claramente, suas medias e confrontações, p.2/2	272
FIGURA 11 – Certidão emitida pela Prefeitura de Itaituba, 1973	275
FIGURA 12 – Anúncio veiculado na revista <i>Manchete</i> , <i>op. cit.</i> , p. 178.....	285
FIGURA 13 – Anúncio da construtora Queiroz Galvão anuncia o nascimento de Juarez Furtado de Araújo Transamazônico. In <i>Realidade</i> , <i>op. cit.</i>	287
FIGURA 14 – Imagem que abre matéria da revista <i>Realidade</i> sobre a Amazônia	289
FIGURA 15 – “Vende-se um Estado Rico” – anúncio do Estado de Goiás, <i>Realidade</i> , <i>op. cit.</i> , p. 232	292
FIGURA 16 – Anúncio da Sudam e do Banco da Amazônia, veiculado em 30 de dezembro de 1970, na revista <i>Veja</i> (<i>apud</i> Martins, “A vida privada nas áreas de expansão...”, p. 665).....	296

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Uso de recursos vegetais em Mangabal	192
TABELA 2 – dados da escritura Pública de dissolução e liquidação da sociedade A. Cohen & Companhia, lavrada às notas do Tabelião Edgar da Gama Chermont, de Belém, em 07 de abril de 1920	264
TABELA 3 – Áreas constantes da Escritura de Dissolução da A. Cohen & Cia, da Escritura Compra e Venda entre Gerdelina J. Marochi e Indussolo e a área registrada pela Indussolo por Posse/Gleba	265

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Pólo dos conflitos pela conflitos pela terra	29
MAPA 2 – Pólo de tensão na área fora do perímetro sob interdição	30
MAPA 3 – Zona de Conflito pela ocupação de Terra no Alto Tapajós	31
MAPA 4 – Área habitada e usada pelos beiradeiros	48
MAPA 5 – Distribuição de troncos familiares e discriminação da ocupação ribeirinha em Mangabal, Alto Tapajós, Itaituba [PA]	133
MAPA 6A e 6B – Raimundo Pereira Brasil. O rio Tapajós na Exposição Nacional da Borracha de 1913 no Rio de Janeiro. Itaituba, s.d. Os grifos na cópia 6B são do autor	156
MAPA 7 – Antropização em Mangabal, dez. 2005.....	163
MAPA 8 – Localização estratégica de Mangabal, sob dois recortes.....	205
MAPA 9 – Desmatamento ao longo da rodovia Transamazônica, entre Mangabal e a Flona do Amaná	206
MAPA 10 – Corredor de conexão proposto entre Mangabal e a Flona do Amaná.....	207
MAPA 11 – Relevo e hidrografia, com destaque para as nascentes do Mangabal e de seu entorno	210
MAPA 12 – Projeção de corredor de conexão proposto entre Mangabal e a Flona do Amapá.....	211
MAPA 13 – Projeção de corredor de conexão proposto entre Mangabal e a Flona do Amapá.....	213
MAPA 14 – Afetação do Estado do Pará abrangida pelo Decreto 1.164, de 1º/04/1971	229
MAPA 15 – Glebas arrecadadas pela União e áreas-alvo de retorno ao patrimônio do governo estadual	231
MAPA 16 – Limites e localização do imóvel Quatro Irmãos, antigo São João, antes e depois do Registro Torrens.....	248
MAPA 17 – Área desapropriada pelo Incra na Gleba Mirituba.....	256
MAPA 18 – Áreas alienadas e desapropriada pelo Incra na Gleba Mirituba.....	257
MAPA 19 – Comparativo entre as posições e tamanhos da Gleba Mirituba em suas proporções originais e segundo o Registro Torrens	258
MAPA 20 – Glebas registradas sob regime Torrens em nome da Indussolo	267
MAPA 21 – Posição da gleba Quatro Irmãos em relação às terras públicas arrecadadas pela União pelo Decreto 1.164/71 e ao Parque Nacional da Amazônia, criado em 1974	276
MAPA 22 – Glebas matriculadas sob regime Torrens em nome de Gerdelina Juvino Marochi e Ind. e Com. Irmãos Marochi LTDA. (Indussolo)	279
MAPA 23 – Discriminação da ocupação ribeirinha em mangabal, por grupo familiar	300
MAPA 24 – Apropriação e concentração de terras sobre a área de ocupação ribeirinha do Alto Tapajós	307

LISTA DE FOTOS

FOTO 1 – Casa de Gecilda Lobo Neris (próximo a Ponta da Sapucaia), local onde Coudreau, em 1895, conheceu seus tataravós Raymundo Matheus Pimenta e Joaquina Porphiria da Silva Campos Pimenta	19
FOTO 2 – Noite de 31 de dezembro de 2005. Festa comunitária de Ano Novo na “Vilinha” (ou Vila Tapajós), nas proximidades do Igarapé da Montanha, à margem esquerda do Tapajós. Em 2003, Omar Priesnitz, representando a Indussolo, foi ao local e avisou os antigos moradores que não poderiam mais abrir novos roçados. Em uma agricultura itinerante, de corte e queima, isso tornaria impossível a sobrevivência daquela população	22
FOTO 3 – São Vicente, proximidades do igarapé Jutai, margem esquerda do Tapajós. A Indussolo enviou cópia de seus títulos da terra aos moradores locais, avisando ser a proprietária da área	27
FOTO 4 – A casa de farinha, muito mais que mero espaço de produção, é ambiente de sociabilização e, principalmente, onde se educa os filhos.....	62
FOTO 5 – O uso comum da terra, como visto no capítulo 2, compõe um obstáculo à sua apropriação privada e individual, inviabilizando-a na sua aceção de mercadoria	65
FOTO 6 – Januário dos Santos Rocha. Um dos patrões do final do século XIX. Fotografia que estava num baú de guardados deixado por uma de suas filhas, Adelina Rocha Siqueira, para sua afilhada, Zila Braga Siqueira dos Anjos, com quem morou em Mangabal até morrer em 1972, e lá foi sepultada. O baú continua em Mangabal, hoje com Odiléia Braga da Silva, neta de Dona Zila	103
FOTO 7 – Fotografia cedida por Simar Siqueira dos Anjos, filho do casal. Abimael Siqueira dos Anjos e sua esposa, Dona Zila Ramos Braga dos Anjos.....	118
FOTO 8 – Barracão onde se realizava a tradicional festa de Nossa Senhora de Aparecida, em Jatobá, 1960. Fotografia cedida por Simar Siqueira dos Anjos.....	124
FOTO 9 – Anacleto Siqueira dos Anjos. Fotografia cedida por Simar Braga dos Anjos	125
FOTO 10 – Abimael e seu filho Antonio. Jatobá, década de 1950. Fotografia cedida por Antonio Braga dos Anjos	128
FOTO 11 – Zila Braga dos Anjos com seus bis-netos, em Jatobá, Mangabal. Década de 1980. Fotografia cedida por Maria Braga dos Anjos	130
FOTO 12 – Epitácio Siqueira dos Anjos, cujo registro de nascimento está reproduzido na FIGURA 3, com seus netos, em Jatobá, Mangabal, 1982. Fotografia cedida por Maria Braga dos Anjos	131
FOTO 13 – Iara Amanda dos Anjos Cirino (à esquerda) e Ana Julia Cirino de Azevedo, sexta geração de descendentes de Antonio Siqueira dos Anjos. Em Mangabal, 31 de dezembro de 2005.....	132

FOTO 14 – Esposa e filhos de Ezequiel Lobo Pereira. As crianças são a sexta geração de descendentes dos Lobo e Pimenta, permanentes no mesmo local: imediações do igarapé da Montanha	137
FOTO 15 – Filhos de Maria Geane, moradora de Santo Antonio, Mangabal. São a sétima geração da família Cirino Palhares no local [Foto: Maurício Torres]	140
FOTO 16 – Maria Raimunda Palhares (Dona Santa), seu marido, Argemiro Cirino, e um neto. Fotografia tirada em 26 de dezembro de 2005, em Peruano, Mangabal, onde vive essa família há mais de 100 anos.....	142
FOTO 17 – Seu Joaquim Cirino prepara material de pesca em sua casa em São Raimundo, Mangabal. Seu Joaquim compõe a quarta geração da família Cirino Palhares em Mangabal	143
FOTO 18 – Vira Sebo, Mangabal. Seu Teófilo Cirino (da quinta geração nascida em Mangabal) pesca com os netos, que formam a sétima geração nascida naquelas margens de rio.....	145
FOTO 19 – Raymundo Pereira Brasil. Brasil, <i>O rio Tapajós na Exposição...</i>	147
FOTO 20 – Pimental. Brasil, <i>Os sertões do rio Tapajós...</i>	148
FOTO 21 – Bela Vista. Brasil, <i>Os sertões do rio Tapajós...</i>	149
FOTO 22 – Francês. Brasil, <i>Os sertões do rio Tapajós...</i>	150
FOTO 23 – Lua Nova. Brasil, <i>Os sertões do rio Tapajós...</i>	151
FOTO 24 – São Jorge. Brasil, <i>Os sertões do rio Tapajós...</i>	153
FOTO 25 – Mangabal. Brasil, <i>Os sertões do rio Tapajós...</i>	155
FOTO 26 – “Campo da natureza”, como são chamadas em Mangabal as formações abertas nativas onde gramíneas e pequenos arbustos são abundantes	161
FOTO 27 – Crianças de Vilinha, Mangabal, pescam, em frente de casa, para a refeição da família.....	165
FOTO 28 – O jovem adulto Aldinho, morador de Machado, volta da pescaria com uma pirarara.....	166
FOTO 29 – Em São Raimundo, Mangabal, Miguel Cirino, filho de Seu Joaquim Cirino, lavra em madeira a ponta de uma flecha para pescaria	167
FOTO 30 – Em Santo Antonio, na varanda de Francimar e Maria Geane Palhares, vê-se a tradicional forma da “Tabuleta”, utensílio de pesca feito de madeira esculpida, onde se enrola a linha	168
FOTO 31 – Zagaia, arco e flechas, utensílios de pesca de Seu Joaquim Cirino e de seus filhos Raimundo e Miguel, moradores de São Raimundo.....	169
FOTO 32 – Morada de Bena, em Gavião e, ao fundo, de Luiz Cirino. A proximidade com o rio e com a floresta garantem importantes itens do abastecimento doméstico..	172
FOTO 33 – Em Centrinho, no roçado de mandioca de seu Valter Palhares, a largura do tronco caído testemunha o longo tempo de pousio.....	175
FOTO 34 – Para a fabricação da farinha-puba, a mandioca é deixada sob a água por um dia e uma noite em um pubeiro. Em São Vicente (Mangabal), o pubeiro é feito com folhas de babaçu e de inajá.....	176
FOTO 35 – Dona Lausminda de Jesus, de Mangueira, prepara, para a festa de ano novo da comunidade, um “Bolo de Massa” em seu forno de farinha. A receita leva massa de mandioca, leite de coco babaçu e ervas aromáticas. A forma de seu bolo são folhas de bananeira.....	183
FOTO 36 – Dois dos “Capitães” do roçado de Seu Valter Palhares. Este, mostrado por seu genro, Manoel Martins, possui características que diferem dos tipos de mandioca cultivados no roçado.....	185

FOTO 37 – A Paraíso, “a mãe das mandiocas”. A variedade preferida dos beiradeiros de Mangabal.....	188
FOTO 38 – Em Machado, a árvore da Mangaba, comum nos Campos Naturais de Mangabal.....	190
FOTO 39 – No quintal da morada de seu Vivi, Gavião (Mangabal), vemos, à frente, o esterco de tronco de babaçu, tirado de seu roçado, curtir sobre uma lona; mais atrás, flores e frutos de urucum; e, ao fundo, a cerca de envira a proteger a horta de ervas alimentícias e medicinais.....	195
FOTO 40 – Na casa de Dona Raimunda Rosa do Nascimento, em Mangabal, a Erva-de-São João garante a vassoura capaz de espalhar seu perfume pelos lugares por onde passa. O fogão a gás testemunha épocas de maior acesso ao consumo, na década de 1980, quando os garimpos da outra margem do rio movimentavam a região. O fogão de barro construído sobre ele explica uma adaptação (com apelo aos recursos locais) ante uma necessidade criada há alguns anos e que hoje não poderia mais ser satisfeita: o gás. Fogões a gás convertidos em fogões a lenha são uma presença quase unânime nas casas de Mangabal	196
FOTO 41 – Árvore em fruto de Graviola, espécie frutífera domesticada, cultivada no quintal de Dona Santa, no Peruano.....	198
FOTO 42 – Ararajuba (<i>Guarouba guaruba</i>), ave símbolo do Brasil. Uma espécies ameaçadíssima de extinção, fotografada no quintal de Dona Odila Braga, em Sapucaia, em julho de 2006.....	214
FOTO 43 – Localidade “São Vicente”, em Mangabal. Populações que, em 1871, já trabalhavam e viviam nessas terras, são privadas do seu direito por meio de uma sentença judicial que confere o domínio de suas terras à Indussolo	298
FOTO 44 – Localidade “Campinho”, margem esquerda do rio Tapajós, ao Sul de Mangabal. Nessa vila, havia comércio, igreja e uma “muito boa festa de São Raimundo”. Era a morada de Toti Coutinho até ser apoderada por José Maria Braz (Zezinho) e José Dias (Deda)	301
FOTO 45 – A histórica localidade de Igapó Açú, comprada por José Maria Braz (Zezinho) por R\$ 500,00, pagos com um cheque sem fundos. Após a compra, mandou derrubar as casas e as cruzes e sepulturas do cemitério local. Os contratados recusaram-se a destruir o cemitério.....	302
FOTO 46 – A antiga localidade Flechal (ou Flexal, como consta nos registros do final do século XIX) hoje é a “Fazenda Fernandes”, que também encampou as localidades vizinhas. Os poucos moradores que lá se encontram são empregados de Antônio Fernandes. Grandes pastos, desmatamentos e multas do Ibama marcam essa forma de ocupação de terras públicas	304
FOTO 47 – Na histórica “Coletoria” resiste Seu Chico Augusto, impedindo o avanço do latifúndio e do pasto de Antônio Fernandes.....	306
FOTO 48 – Próximo a localidade de Curuçá, maquinário para a construção de pista de pouso para receber um endinheirado “gaúcho do Mato Grosso”, interessado em comprar terras no local	308

Resumo

Como tantos outros extrativistas da Amazônia, a população de Montanha e Mangabal teve seu embrião no primeiro ciclo da borracha, em meados do século XIX, quando parte de seus ascendentes se instalou naquelas margens do Alto Tapajós.

Desde então, eles resistiram à escravização por dívida na forma do avimento; venceram as incertezas vindas com o fim “dos tempos da seringa”; encontraram soluções quando acabou o comércio das “peles de gatos”; sobreviveram à chegada – e à derrocada – dos garimpos, à malária, à contaminação por mercúrio e ao que mais foi preciso.

Na década de 1970, muitos deles foram expulsos – com requintes de truculência – de parte de seu território com a criação do Parque Nacional da Amazônia. Mas a gente de Montanha e Mangabal persistiu também a isso e todos se reagruparam rio acima.

Os anos 70 trouxeram ainda o acirramento da grilagem incentivada pelo garimpo e pelas obras da BR-163. Os beiradeiros concentraram-se na margem esquerda do rio Tapajós e, unidos, resistiram.

Então apareceu a Indussolo, uma empresa paranaense autora da mais grandiosa e sofisticada fraude fundiária das tantas que a Amazônia é palco. Por meio de sentença judicial, obtiveram um Registro Torrens, uma espécie rara de título fundiário que, legitimado pelo Judiciário, torna a matrícula do imóvel incancelável e irretificável. Assim, a empresa “engoliu” a espantosa dimensão de 1.138.000 hectares e, dentro deles, quase todo o território de Montanha e Mangabal.

Por anos eles vinham lutando contra a Indussolo, quando, em 2006, o Ministério Público Federal instaurou uma ação civil pública atacando a matrícula Torrens, a fim de tutelar a ocupação ancestral da população de Mangabal e Montanha.

Esse trabalho nasceu desse momento, na intenção inicial de elaborar um levantamento fundiário que evidenciou o imenso ardil da empresa. Por outro lado, com base na viva fidelidade da tradição oral do grupo, pode-se retratar a outra face da ocupação daquelas terras: oito gerações daquelas pessoas, nascidas e enterradas, naquela terra.

Abstract

Like so many other Amazonian extractivists, the populations of Montanha and Mangabal trace their beginnings back to the first rubber cycle in the mid XIXth century when some of their ancestors installed themselves along the banks of the Upper Tapajos.

Since then they have survived the debt bondage of the river trading system, the uncertain times that followed the end of the rubber epoch, the end of the trade in animal skins, the arrival and eventual collapse of the goldmining camps, malaria, mercury contamination and whatever else fate threw at them.

In the 1970s many of them were expelled, often with violence, from part of their territory, by the creation of the Amazonia National Park.

They resisted this too and regrouped further upriver. The 1970s also brought a worsening of landgrabbing practices, as a result of the goldmining and the building of the BR-163 highway. This led the inhabitants of Montanha and Mangabal to concentrate their dwellings on the left bank of the Tapajos and together, resist the pressures brought to bear on them.

A Parana-based company called Indussolo then appeared on the scene. Armed with a court sentence, they obtained the Torrens register, an archaic and extremely rare form of land title, which legitimised their unchallengeable claim to the land. In this way they obtained an area of 1.138.000 hectares, which included almost all the land of the inhabitants of Montanha and Mangabeira. Again, these populations resisted expulsion, until in 2006 the federal prosecutors' office brought a civic case against the legitimacy of the Torrens register, in defence of the ancestral rights of occupation of the existing populations.

The elaboration of a land survey to demonstrate the scale of the fraud practised by the company was the origin of this thesis. The continuing practice of a lively oral tradition among the population enabled the accurate mapping of eight generations, born and buried in their lands.

1. Introdução

Era uma sexta-feira, 13 de setembro de 1895, quando Henri Coudreau conheceu o lugar onde, 110 anos depois, viveria Gecilda Lobo. Deslumbrado, o viajante em expedição científica, sob ordens de Lauro Sodré, então governador do Pará, deu veias ao lirismo:

Trata-se de um dia de céu de verão, céu de doçura infinita durante os primeiros quartos de hora da lenta ascensão do sol acima do horizonte. Os raios de ouro erguem-se no suave azul, e até às nove horas, tudo fica terno e doce, o azul do céu e das águas, o verde das vertentes e até mesmo a própria sensação da vida em geral. As incontáveis gradações de verde das margens adormecidas reluzem sob a aveludada paleta do sol, que vai subindo lentamente no céu, numa apoteose de verde, azul e dourado. Tomados deste encantamento, chegamos à enseada do Mangabal Grande, entre a Ponta da Sapucaia e a Ponta Grossa.¹

Cento e dez anos passados e Gecilda Lobo mostra o mesmo encanto ao falar das belezas do lugar onde mora, a “Praia Chique”². Ali onde nasceu, tem enterrados tios, avós, bisavós e tataravós. Já cortou seringa, hoje vive do pequeno roçado de mandioca, da pesca e da caça.

Cento e dez anos depois, por baixo do “céu de doçura infinita” de Coudreau, não se pode dizer que “tudo fica terno e doce”. Gecilda nos conta de junho último: “Eu ouvi os cachorros latirem e pensei: ‘ai, meu Deus, será que são os grilador?’”. E-

¹ COUDREAU, Henri (1859-1899). *Viagem ao Tapajós*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977, p.36.

² Entrevista ao autor, agosto de 2005.

la, como seus vizinhos, a maioria seus parentes, defrontavam-se, então, com a ameaça de serem expulsos de suas terras. O terror vivido é o clássico exemplo da expansão dos latifúndios de grandes empresas, da monocultura e da especulação sobre terras indígenas, quilombolas e de populações ribeirinhas. Paradoxalmente, o Estado, teoricamente, um responsável por barrar esse avanço, adota medidas que, longe de inibi-lo, acabam por favorecê-lo.

Esses ribeirinhos, ou beiradeiros, como mais usualmente se denominam, habitam a faixa à margem esquerda do rio Tapajós, entre as áreas interditadas administrativamente, em fevereiro de 2005, pelo Governo Federal³ em resposta ao assassinato da missionária Dorothy Stang, em 13 de fevereiro de 2005⁴ (ver Mapas 1 e 2).

Foto Mauricio Torres

FOTO 1 – Casa de Gecilda Lobo Neris (próximo a Ponta da Sapucaia), local onde Coudreau, em 1895, conheceu seus tataravós Raymundo Matheus Pimenta e Joaquina Porphiria da Silva Campos Pimenta

Foram 8,2 milhões de hectares interditados para fins de estudos de

³ Decreto sem número, 18 de fevereiro de 2005.

⁴ Para uma breve contextualização desse episódio, cf. SAMPAIO, Plínio de Arruda. “O ‘kit massacre’”. *Folha de São Paulo*, Caderno Debates, 23/fev/2005.

TORRES, Maurício. “Fogos de artifício no céu do Pará”. *Caros Amigos*, São Paulo, n. 96, mar. 2005.

implantação de unidades de conservação. A estreita faixa entre as áreas abrangidas pela interdição foi de pronto entendida como a única, em uma vasta extensão, onde se poderia, mais uma vez, reproduzir a violência da apropriação privada da terra por grupos econômicos grandes e pequenos, expropriando-se a população nativa. Ou seja, o único espaço onde se poderia seguir com o avanço da formação territorial na Amazônia promovido a partir da segunda metade do século XX. No capítulo 6 discutiremos esse processo que, xenofobicamente, foi conhecido como “ocupação” da Amazônia. O enfoque é dado à postura e aos critérios aplicados pelo Estado, onde, como diz Little,

o conceito jurídico de reconhecimento fundiário estabelecido pelo Estado tende a se confundir com os conceitos político e etnográfico, os três formando parte de um mesmo processo de constituição e resistência dessas comunidades. Se as categorias territoriais utilizadas pelo Estado tiveram e têm finalidades de controle social dessas populações, a luta em torno das categorias jurídicas territoriais tornou-se uma luta de mão dupla, já que as categorias utilizadas para a dominação política também podem servir para a reafirmação social e territorial, processo em que passam a agir como fonte de novas identidades socioculturais. É sempre difícil traçar a linha entre a força interna da territorialidade que é latente em cada grupo e as exigências externas que “obrigam” que essa conduta territorial seja implementada (Oliveira 1998).

Assim, a historicidade desses territórios é complementada pela historicidade dos conceitos que são utilizados para entendê-los e enquadrá-los. O processo de criação de conceitos territoriais é, por um lado, uma atividade acadêmica centrada na descrição das territorialidades existentes e, por outro, uma atividade política utilizada para o reconhecimento legal do que existe socialmente. Dessa forma, surge uma espécie de convergência entre essas “criações sociais, feitas simultaneamente de imaginação sociológica, criações jurídicas, vontade política e desejos” (Arruti 1997: 7). Ao mesmo tempo, há um risco de fundir o lado conceitual com o lado pragmático e permitir que as categorias jurídicas substituam as categorias etnográficas. A análise etnográfica, mesmo quando engajada em lutas políticas, necessita manter certa autonomia, tendo a realidade empírica

em toda sua complexidade – e não só seu lado instrumental – como seu fundamento em última instância.⁵

Na verdade, as pressões sobre esses beiradeiros, intensificadas com a interdição federal das terras ao seu redor, começaram um pouco antes, em 2003, quando um estranho chegou à casa de Dona Nazaré Oliveira da Silva, moradora de “Vilinha do Tapajós”, mostrou um maço de papéis e avisou: “essa terra tem dono”. O estranho era Omar Priesnitz, preposto de uma empresa do Paraná, e os papéis eram o título, matriculado sob Regime Torrens⁶, da espantosa extensão de mais de um milhão, cento e trinta e oito mil hectares, nas duas margens do rio Tapajós, espalhados nos municípios de Itaituba e Jacareacanga, concedido em nome de Indústria e Comércio L. Marochi Ltda. e Gerdelina Juvina Marochi, um grupo familiar que na região é chamado de Indus-solo.

Como apresentado no capítulo 7, o instante congelado do encontro de Nazaré Oliveira da Silva com Omar Priesnitz alegoriza o incompatível contato das duas dimensões nas quais se parte a ocupação de terras na Amazônia. Além de princípios de legalidade e de legitimidade, chocam-se, neste encontro, concepções distintas sobre o mesmo espaço. Enquanto a Indus-solo entende seus mais de 1.100.000 ha como um investimento, como mercadoria e meio de acesso a incentivos governamentais, para Dona Nazaré aquela terra é muito mais do que o meio de onde tira seu sustento, é seu “lugar de viver”.

⁵ LITTLE, Paul E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil*: por uma antropologia da territorialidade. Brasília, Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, 2002. Em especial, p. 15.

⁶ O Registro Torrens é o mais arcaico procedimento do processo civil brasileiro, foi instituído pelos Decretos 451-B e 955-A, ambos de 1890, revigorado pelos Arts. 457 a 464 do Código de Processo Civil de 1939 e vigente, conforme o Art. 1.218, inciso IV, do Código de Processo Civil, bem como nos Arts. 277 a 288 da Lei n.º 6.015/1973.

Matricula no Registro de Imóveis é aberta por meio de **Sentença Judicial**. Esgotados todos os recursos que eventuais descontentes possam oferecer, a sentença transita em julgado e, portanto, a Matrícula aberta não pode mais ser desconstituída. O Título torna-se *coisa julgada*, cuja proteção é um dos princípios constitucionais mais fundamentais.

O Título de domínio do imóvel torna-se **incancelável e irretificável**, consolidando-se *ad perpetuum*. Adiante retomaremos o tema.

Foto Maurício Torres

FOTO 2 – Noite de 31 de dezembro de 2005. Festa comunitária de Ano Novo na “Vilinha” (ou Vila Tapajós), nas proximidades do Igarapé da Montanha, à margem esquerda do Tapajós. Em 2003, Omar Priesnitz, representando a Indussolo, foi ao local e avisou os antigos moradores que não poderiam mais abrir novos roçados. Em uma agricultura itinerante, de corte e queima, isso tornaria impossível a sobrevivência daquela população

Enquanto para a Indussolo os títulos de domínio são o reconhecimento incontestado dos plenos direitos sobre a terra; para Dona Nazaré Silva, não têm o menor sentido, pois o direito à terra não se separa do trabalho nela. Como comenta José de Souza Martins, “o que está em confronto entre proprietários e posseiros não é apenas uma disputa da terra. É muito mais do que isso. Eu diria: é muitíssimo mais do que isso”⁷. O próprio conceito de “propriedade da terra” ali apresentado traz, em si, um conflito. Martins conta:

tenho encontrado muitas pessoas nas regiões por onde ando, no sertão, que nunca haviam tido notícia da propriedade privada da terra, não tinham a menor idéia do

⁷ “Terra e liberdade: a luta dos posseiros na Amazônia Legal”. In *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 130.

que fosse isso. Ficaram assustadas quando ali começaram a chegar os primeiros proprietários, as primeiras cercas e tudo mais. Isso causa um grande espanto. O espanto não é pela novidade da coisa, pelo tamanho da coisa. É pela forma, é pela própria essência da coisa, ou seja, pela propriedade capitalista da terra que começa a chegar ali.⁸

De fato, naquelas margens do Alto Tapajós, encontramos uma população aturdida e atemorizada ante a chegada dessa “novidade”: o direito à terra pela compra e não pelo trabalho, como sempre determinou a realidade daquelas pessoas. E mais, os detentores dos títulos de propriedade pressionam com ameaças e intimidações toda aquela população ribeirinha, que, frágil mas empedernidamente, resiste em defesa do lugar que ocupa há gerações e onde reproduz seu modo de vida.

O conflito instalado entre a Indussolo e os ribeirinhos de modo algum se limita a um embate entre famílias pobres e um megalatifundiário. Cho-cam-se, antes, formas distintas e incompatíveis de acesso à terra: uma delas gestada por mais de um século e várias gerações de trabalho na terra; a outra criada recentemente em cartórios e fóruns em confuso enredo, como mostraremos à frente, com processos judiciais e livros de cartórios desaparecidos, processos administrativos queimados em “tradicionais” incêndios “acidentais”, áreas de dimensões megalômanas, medidas aumentadas em mais de um milhar de vezes etc.

Como explica Paul Little,

Os territórios dos povos tradicionais se fundamentam em décadas, em alguns casos, séculos de ocupação efetiva. O fato de que seus territórios ficaram fora do regime formal de propriedade da Colônia, do Império e, até recentemente, da República, não deslegitima suas reivindicações, simplesmente as situa dentro de uma razão histórica e não instrumental, ao mesmo tempo em que mostra sua força histórica e sua persistência cultural. A expressão dessa territorialidade, então, não reside na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas

⁸ Martins, “Terra e liberdade...”, p. 129.

e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território (Little 1994). Para as sociedades indígenas, por exemplo, “o território grupal está ligado a uma história cultural” na qual “cada sítio de aldeia está historicamente vinculado a seus habitantes, de modo que o passar do tempo não apaga o conhecimento dos movimentos do grupo, desde que se mantenha viva a memória dos ancestrais”. (Ramos 1986: 19-20).⁹

Em meados de 2005, os ribeirinhos entenderam que uma outra ameaça somava-se à Indussolo e a outros grileiros. O sujeito desse novo motivo para se aterrorizarem era o próprio Governo Federal.

Havia agora, também, a ameaça de expulsão pela criação de uma Unidade de Conservação no local. Esse era um boato forte e intenso. Vivia-se a véspera da Consulta Pública¹⁰ na qual o Governo Federal iria apresentar a proposta para o mosaico de Unidades de Conservação nos 8,2 milhões de hectares nas áreas alvo da interdição federal. O Governo, durante todo o processo, não deu qualquer esclarecimento à população local sobre o que se propunha. Por outro lado, madeireiros, grileiros, mineradores e políticos locais não pouparam esforços em favor de uma campanha massiva de desinformação. A programação local das emissoras de televisão, rádios, jornais, carros de som e qualquer outra forma de mídia possível alardeavam, continuamente, dados distorcidos segundo os quais a criação das reservas ambientais expulsaria das terras todos aqueles que nela vivessem e dela tirassem seu sustento.

Esse discurso retumbara com particular efeito junto àquela população ribeirinha. Todos eles tinham viva – por meio de parentes, amigos ou de experiência própria – uma terrível e próxima referência dos resultados da implantação de uma Unidade de Conservação: a violência bárbara da qual foram vítimas os ribeirinhos expulsos após a criação do Parque Nacional da Amazônia.¹¹

⁹ LITTLE, Paul E. *Territórios sociais...*, p. 21.

¹⁰ Ocorrida no dia 22 de setembro de 2005, no Clube de Cabos e Soldados de Itaituba (PA).

¹¹ Sobre esse episódio, ver TORRES, Maurício; FIGUEIREDO, Wilsea. “Yellowstone Paroara: uma análise das Unidades de Conservação na área de influência da BR-163 e o caso do Parque Nacional da Ama-

Tínhamos contato com vários daqueles moradores desde janeiro de 2005, por conta dos trabalhos de pesquisa desenvolvidos na região. E, no meio do ano, por conta dessa mesma pesquisa, assistimos reuniões entre esses ribeirinhos assustados com mais essa “grande ameaça”. Na ocasião, nosso contato restringiu-se a esclarecer, segundo o SNUC¹², quais modalidades de reservas ambientais seriam propostas, o que era permitido ou não em cada tipo e em qual área pretendia-se a criação de cada uma delas, ficando claro que toda a extensão onde viviam estava fora da área de interdição administrativa federal e não havia nada planejado para o lugar.

Nessa ocasião conhecemos mais de perto o conflito que ali se vivia. As informações que compartilhávamos com aquelas pessoas acabavam por ser integradas em suas tentativas de resistência para manterem-se na terra e segundo seu modo de vida. Uma primeira alternativa pensada foi a criação, na área onde viviam, de uma Unidade de Conservação de uso sustentável, das modalidades Reserva Extrativista (Resex) ou Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS).

Em julho de 2005, um primeiro grupo de moradores solicitou-nos a colaboração para redigirem um documento solicitando a criação de uma Unidade de Conservação de uso sustentável em suas terras. Em 12 de agosto, o pedido, assinado por várias famílias, foi protocolado em Brasília, no CNPT/Ibama (Conselho Nacional de Populações Tradicionais) e hoje aguarda em uma extensa lista de demandas do órgão.

Em setembro de 2005, essas famílias redigiram um documento ao Incra, Ibama e Ministério Público Federal expondo a urgência da reserva aludida ou de Projeto de Assentamento que lhes assegurasse a terra e permitisse a manutenção de seu modo de vida. Naquele momento nos aproximamos intensamente dessas famílias com a intenção, exposta desde o início, de elaborar essa pesqui-

zônia”. In: TORRES, M. (org.). *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. Brasília: CNPq, 2005.

¹² MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC* (Lei 9.985). Brasília: MMA, 2000.

sa, mas, também, formular um relato da situação vivida ali que pudesse ser levada em forma de denúncia ao Ministério Público Federal.

Maior seria a eficiência da denúncia à medida que o trabalho de pesquisa fosse rigoroso e aprofundado, incluindo, além dos dados quantitativos e qualitativos da ocupação ribeirinha do local, também um levantamento de dados e sua análise sobre as duas partes que ora se conflitam por essa terra e, também, sobre o próprio conflito.

Não se tem na denúncia o objetivo da pesquisa; mas, antes, a intenção da primeira serve de via de envolvimento com o grupo estudado para, assim, elaborarmos a segunda. A proposta de formulação da denúncia não foi **fim**, foi, antes, **meio** para coleta de dados e outros trabalhos necessários ao fabrico da pesquisa.

A denúncia foi, de certa forma, um ponto comum entre o pesquisador e o grupo. Respeitando-se todos os muitos limites, estabeleceu-se certa aliança para o objetivo **específico** da elaboração do relato de denúncia às autoridades.

Das duas partes envolvidas, os ribeirinhos e a Indussolo, procuraremos dizer, da primeira, quem são, quais suas origens, de quando data a permanência naquela terra. Esse levantamento segue no capítulo 2.

No capítulo 3 apresentaremos a análise sobre o modo de vida e de convivência com a floresta. Esse entendimento se faz muito importante para efeito de demarcação dos limites do território ocupado pelo grupo.

FOTO 3 – São Vicente, proximidades do igarapé Jutai, margem esquerda do Tapajós. A Indussolo enviou cópia de seus títulos da terra aos moradores locais, avisando ser a proprietária da área

Foto Maurício Torres

Da Indussolo, no capítulo 5, pretendemos desenrolar o roteiro que vai desde sua chegada à região até o conflito que ora vive com os habitantes da terra. Com especial atenção, nos ateremos aos detalhes do episódio da obtenção do Registro Torrens de mais de um milhão centro e trinta e oito mil hectares e o contexto social e político que permitiu essa apropriação.

O detalhamento sobre os procedimentos adotados estão no capítulo seguinte.

É importante, ainda, dizer que apesar de termos nos empenhado muito na comprovação documental do tempo de ocupação da terra por aquela população, isso se deu por, juridicamente, isso ainda ser um valoroso apelo na luta pela terra. E, de fato, o longo tempo dessas ocupações confere um peso histórico às suas reivindicações territoriais. Porém, fique claro desde já: como demonstramos nos capítulos seguintes, não o entendemos, nem de longe, como o mais importante.

Defendemos aqui que a importância da relação com o lugar sobrepuja, em muito, o critério do tempo de ocupação.

A esse respeito, Paul Litte explica:

A situação de pertencer a um lugar refere-se a grupos que se originaram em um local específico, sejam eles os primeiros ou não. A noção de pertencimento a um lugar agrupa tanto os povos indígenas de uma área imemorial quanto os grupos que surgiram historicamente numa área através de processos de etnogênese e, portanto, contam que esse lugar representa seu verdadeiro e único *homeland*. Ser de um lugar não requer uma relação necessária com etnicidade ou com raça, que tendem a ser avaliadas em termos de pureza, mas sim uma relação com um espaço físico determinado. Todavia, a categoria de identidade pode se ampliar, à medida que a identidade de um grupo passa, entre outras coisas, pela relação com os territórios construídos com base nas suas respectivas cosmografias.¹³

¹³ LITTLE, Paul E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Brasília, Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, 2002. Em especial, p. 10.

Polo dos conflitos pela terra

Fontes: Sipam, Ministério do Meio Ambiente e dados de campo do autor

Setembro de 2005

MAPA 2 – Pólo de tensão na área fora do perímetro sob interdição

2. Procedimentos e definições conceituais

2.1. O território

Nos anos de 1940, os freqüentes confrontos com índios levaram os seringueiros que viviam na margem direita do Alto Tapajós, entre os rios Jamanxim e das Tropas, a se restringirem ao outro lado do rio. Condições como essas estabeleciam limites geográficos para as ocupações da terra. Somados a isso, valores e práticas peculiares àquela gente moldavam traços étnicos e políticos, definindo e configurando um território.

Os limites da terra ocupada pelos ribeirinhos no Alto Tapajós nunca foram fixos. Nunca se cristalizaram. O desenho e a forma dessa posse contingenciavam-se pelas transformações e condições sociais, econômicas, naturais e políticas, construtoras de uma história e, ao mesmo tempo, construídas por ela. Essa população manteve-se na terra, porém, em seu interior, houve uma multiplicidade de situa-

ções quanto às delimitações. Isso permitia, por exemplo, a instalação de um filho que se casava ou a anexação de uma família que chegava – arbitrados pelo grupo – nas terras de outra que partira.

O uso comum da terra e a peculiaridade daquela forma de campesinato restringiram o estabelecimento de marcos a um mínimo necessário ao ordenamento espacial e o arranjo dos direitos de cada um. José Heder Benatti, ao estudar a configuração jurídica da posse entre as populações ribeirinhas, seringueiras e quilombolas, comenta:

A delimitação dos direitos dos camponeses sobre áreas que são utilizadas para o cultivo e moradia familiar, enquanto outras porções de terra são reservadas para uso comum, ocorrem dentro de uma lógica espacial na qual não há a necessidade que essas áreas (uso comum e familiar) sejam adjacentes e permanentes. Nem mesmo que suas atividades laboriais e de moradia estejam confinadas em parcelas fixas. Além disso, a distribuição dos roçados, casas e a área de uso comum, segundo uma certa divisão espacial da área, ocorre baseada num consenso do grupo, e não em ações isoladas.¹⁴

Sem dúvida alguma, a territorialidade é, aqui, ponto fulcral para a compreensão do modo de vida dessa população ribeirinha, pois, como diz Rogério Haesbaert, “não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, ‘territorial’”.¹⁵ Além do que,

O território é uma categoria analítica que nos remete à inscrição da sociedade da natureza e, assim, nos obriga a considerar as relações sociais e de poder que estão imbricadas na relação das sociedades com a natureza. A problemática ambiental ganha maior consistência quando analisada a partir do território, das territorialidades e dos processos de

¹⁴ BENATTI, José Heder. “Posse Coletiva da Terra: um estudo jurídico sobre o apossamento de seringueiros e quilombolas”. *Revista CEJ* (Centro de Estudos Judiciários), Brasília: Conselho da Justiça Federal (CJF), v. 1, n. 1, 1997. [Disponível em <http://www.cjf.gov.br/revista/artigo07.htm>].

¹⁵ HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 2ª. ed. rev. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 20.

territorialização.¹⁶

É, pois, importante que entendamos as peculiaridades do exercício coletivo para ocupar, controlar, identificar-se com aquele ambiente biofísico e transformá-lo em seu território.

Como lembra Paul E. Little, é um aspecto fundamental da territorialidade humana ter uma “multiplicidade de expressões, o que produz um leque muito amplo de tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais”¹⁷. Portanto, entender a relação do grupo com seu território implica conhecer-lhes os vínculos sociais, simbólicos, rituais e materiais com aquele espaço:

Defino a territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a em seu “território” ou *homeland* (cf. Sack 1986: 19). Casimir (1992) mostra como a territorialidade é uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas. O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos.¹⁸

Assim, o território ocupado pelos ribeirinhos do Alto Tapajós determina-se, também, pelos seus regimes de “propriedade”, conhecimento da floresta, vínculos de afetividade, memória histórica da ocupação, conflito enfrentado pela terra (e a forma de enfrentamento) e mais um sem número de traços e categorias criadas em comum e historicamente estabelecidas por aquele grupo e para aquele espaço.

Carlos Sundfeld comenta como “o manejo do espaço territorial obedece

¹⁶ PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 38.

¹⁷ LITTLE, Paul E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Brasília, Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, 2002. Em especial, p. 3-4.

¹⁸ LITTLE, Paul E. *Territórios sociais...*, p. 3.

à sazonalidade das atividades, sejam agrícolas, extrativistas e outras, caracterizando diferentes formas de uso e ocupação do espaço que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade”¹⁹. Para efeito de definição da área ocupada pelos ribeirinhos do Tapajós, adotamos aqui o que Sundfeld prega à titulação de terras quilombolas: “a titulação deve recair não só sobre o espaço que o grupo mora e cultiva, mas também àqueles necessários ao lazer, à manutenção da religião, à perambulação entre famílias do grupo e também aqueles destinados ao estoque de recursos naturais”²⁰.

Também é importante notar que, como registra Juliana Santilli, “O conceito de território deve ser compreendido à luz da interpretação antropológica como sendo o espaço necessário à reprodução física e cultural de cada povo tradicional, considerando-se as formas diferenciadas de uso e apropriação do espaço, onde predomina”²¹. A autora também chama a atenção para o fato de que “Tal conceito não guarda relação com o tempo imemorial, e sim com os usos, costumes e tradições dos povos tradicionais, e traduz uma ocupação coletiva do espaço, onde predomina o uso e a gestão compartilhada dos recursos naturais”²².

Nos capítulos seguintes, segue a caracterização do modo de vida e o território ocupado pelos ribeirinhos do Alto Tapajós segundo esses critérios. Aqui importa dizer que, para o espaço ao qual nos ateremos neste trabalho, apresentamos mapas com indicações dos moradores, fotografias e documentos comprobatórios de sua ocupação. Porém, é necessário ressaltar: retratamos “conge-

¹⁹ SUNDFELD, Carlos Ari (org.). *Comunidade quilombolas: direito à terra*. Brasília: Fundação Palmares, Ministério da Cultura, Editorial Abaré, 2002, p. 78.

²⁰ SUNDFELD, Carlos Ari (org.). *Comunidade quilombolas*, p. 79.

²¹ SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Peirópolis, 2005, p. 140.

²² SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos*, p. 140.

lado” um quadro de intenso dinamismo. No Alto Tapajós, os modos de vida e de reprodução tiveram faces várias desde meados do século XIX até hoje: a diminuição da população indígena, as imigrações de nordestinos, o trabalho sob coerção nos áureos tempos da borracha, a falência dessa empresa e o abandono dos seringais pelos “patrões”, o novo ciclo na década de 1940, a descoberta do garimpo na região etc. Mesmo dentro de cada um desses momentos, novas condições como esgotamento de seringais, formação de novos núcleos familiares, necessidade de acesso a educação e atendimento médico... poderiam redelimitar internamente o território, ou melhor, adequar sua divisão entre seus ocupantes.

Um bom exemplo foi, no começo da década de 1970, a abertura da rodovia Transamazônica próxima à margem esquerda do rio Tapajós. Nessa época, já não havia mais caiapós com os quais se confrontarem e a ocupação pelos remanescentes de seringueiros abrangia novamente as duas margens do rio. Após a abertura da rodovia, as facilidades de transporte e a possibilidade de algum atendimento público foram atrativos para a margem esquerda. Um antigo morador de Jatobá, uma localidade nessa margem, fez registros que dão idéia desse momento:

O ramal de Jatobá

O ramal de Jatobá saiu na Transamazônica [ilegível] pelo senhor Ruy, extrator de pau-rosa, no dia 12 de setembro de 1974.

Chegou em Jatobá um caminhão no dia 24 de setembro de 74 trazendo 40 carteiras para a escola em Jatobá. Esse carro, dirigido pelo senhor Oreste Janoso saiu de Itaituba às 10 horas e chegou às 4 da tarde [cf. FIGURA 1].²³

²³ Registro de Abimael Siqueira dos Anjos, nascido naquelas margens do Tapajós, em 1902. O documento foi guardado por seu filho Simar Braga dos Anjos, até hoje, morador de Jatobá.

o ramal de jatobá

saí^{na} ~~de~~ Manaus
 Siga pelo Sr Rui
 estrator de pau roza
 no di 12 setembro di 1974.
 chego em jatobá um
 caminhão no dia 24 de
 setembro di 74 fazendo
 40 cartúras para a escola
 em jatobá. esse carro
 dirigido pelo Sr
 Oreste ganozo.
 Saí de jatobá as 10
 horas ceia as 4 da tarde

FIGURA 1 – Registro de Abimael Siqueira dos Anjos, nascido naquelas margens do Tapajós, em 1902. O documento foi guardado por seu filho Simar Braga dos Anjos. Os netos, bisnetos e tataranetos de Abimael vivem hoje em Jatobá

Possibilidades de transporte e educação atraíam moradores da margem direita para a esquerda. Se as moradias atravessaram o rio, os roçados não. Esses continuaram lá por mais tempo (alguns resistem até hoje). Nas décadas seguintes, dois outros fatores acabaram por tolher, àqueles ribeirinhos, aquele lado do rio. O primeiro foi a instalação de pólos madeireiros na BR-163 (especialmente os de Moraes de Almeida e de Trairão) com intensa atividade que veio a se expandir até o rio Tapajós. O segundo foi o “estouro”, nas décadas de 70 e 80, de garimpos no local. As duas atividades associaram a grilagem de terras e – naturalmente – a expropriação dos ribeirinhos.²⁴

A área ocupada restringia-se, assim, quase totalmente, à margem esquerda. E, mesmo nesse lado do rio, a terra na qual se distribuíam os ribeirinhos também fora, gradativamente, reduzida a partir da década de 1970.

A primeira importante causa foi a criação, em fevereiro de 1974, do

²⁴ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência*. São Paulo, 1997. Tese (Livre-docência em Geografia) – FFLCH, USP. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. “BR-163 Cuiabá-Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização.” In: Torres, M. (org.). *Amazônia Revelada*. Brasília: CNPq, 2005; e TORRES, Maurício. “Fronteira, um eco sem fim”. In: TORRES, M. (org.). *Amazônia Revelada*. Brasília: CNPq, 2005

Parque Nacional da Amazônia. A partir da segunda metade dessa década, o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) arbitrariamente expulsou os moradores do local onde se criava a reserva.²⁵ Por essa razão, nos mapas de ocupação das margens do Tapajós que reproduzimos na Dissertação, pode-se notar uma abrupta interrupção na distribuição da população ribeirinha ao Norte do igarapé da Montanha.²⁶

Também ao Sul das proximidades do igarapé José Rodrigues, a ocupação se esparsa (ver Mapa 3). Aí não é o Estado o espoliador, mas, antes, a sua ausência. Essas terras (do Incra) vêm sendo griladas, grandes latifúndios vão se formando e os ribeirinhos vão reduzindo sua área de ocupação e de mobilidade (no capítulo 10 apresentamos a situação nesse local detalhadamente).

Até o começo da década de 1970, como veremos na análise de toda a documentação apurada, a área ocupada por esses ribeirinhos era substancialmente maior. Os moradores que hoje se concentram entre o igarapé da Montanha e a localidade Campinho (Mapa 3) são o remanescente de uma população bastante maior e expandida por dimensões igualmente maiores.

Para entender esse processo, é importante adiantar alguns dados sobre a forma como essas pessoas ocupavam esse espaço. Como veremos nos capítulos adiante, a mobilidade dentro de uma determinada extensão das margens do Tapajós e de alguns grandes igarapés era algo intenso e freqüente entre os ribeirinhos. Comentamos exemplos de casais com vários filhos, nascidos, cada um deles, em uma localidade diferente. Os mais novos repetindo o local dos primogênitos, indicando um padrão de mobilidade com certa circularidade. A dimensão desse círculo no mais das vezes (como detalhamos no capítulo 4) era determinada pela proximidade com outros parentes (foram raros os casos registrados em que se movia, conjuntamente, a família expandida).

²⁵ Sobre esse episódio, cf. TORRES, Maurício; FIGUEIREDO, Wilsea. “Yellowstone Paroara: uma análise das Unidades de Conservação na área de influência da BR-163 e o caso do Parque Nacional da Amazônia”. In: TORRES, M. (org.), *op cit.*

²⁶ Na verdade o Decreto nº 73.683 de 19/02/1974 criava o Parque Nacional da Amazônia dentro de limites que, sob nenhuma hipótese, chegavam até o igarapé da Montanha, porém, por um triste engano do órgão administrador da Unidade de Conservação, foram expulsos todos os moradores até esse igarapé.

A esses grupos, o cerceamento do espaço restringiu o perímetro de sua movimentação ou os fixou dentro do perímetro que restava.

Outras famílias, também tomando pelo registro de nascimento dos filhos, mostravam um padrão de moradia mais fixo. Em muitos desses casos, a existência de escolas ou a proximidade com a família estendida sedentarizava a esposa e filhos; o marido, porém, instalava seus roçados nos arredores. Daí entende-se o grande número de crianças nascidas na localidade Jatobá, ou no Francês, por exemplo. Nesses locais, pequenas vilas se formaram e lá se tinha como prover-se de condições básicas, tanto materiais, como de sociabilidade. Isso não queria dizer que a ocupação dessas famílias restringia-se às localidades Jatobá ou Francês. Os roçados, as áreas de coletas e de caça dessas famílias expandiam-se para muito além das pequenas vilas, como demonstramos no capítulo 5. No exemplo de Jatobá, a redução do território não afetou a área de concentração das famílias, mas diminuiu esse perímetro de movimentação; já em Francês, que fora abrangido pela criação do Parque Nacional da Amazônia, o IBDF expulsou os moradores, que acabaram, em alguns casos, por se fixarem rio acima, onde costumavam fazer seus roçados, e, em outros casos, incorporados nas proximidades, em outras localidades, tendo a posse cedida consensualmente pelo grupo ocupante ali instalado.

Enfim, a garantia da subsistência, tanto material como social, determinou a plasticidade do território. Mudar de local ou redefinir limites instalou-se como estratégia para assegurar a manutenção do grupo e da reprodução do modo de vida. Sempre o desenho da ocupação determinou-se segundo o atendimento das necessidades dos que ali viviam. Sempre não, até dezembro de 1974, quando foi proferida a sentença judicial da Ação Demarcatória, proposta pela Indussolo, da gleba Quatro Irmãos, um de seus imóveis que se sobrepunha à área ocupada por essa população.

O controle do território, até então, rege-se por ditames instituídos consuetudinariamente (pela complexidade das relações sociais estabelecidas entre o grupo) e por modo alheio às determinações legais vigentes. A estrutura territorial construiu-se em consonância, não só com as necessidades da-

quela gente, mas com sua própria identidade.

Após 1974, a chegada da Indussolo trazendo a delimitação do espaço independente da ocupação da terra apresentou àqueles ribeirinhos uma aceção completamente nova: um espaço homogeneizado, dividido segundo mapas completamente alheios a sua realidade. Os limites que, em 1974, chegaram autenticados por uma decisão da Justiça, aos habitantes daquela terra configuram uma delimitação instituída à força e carente de qualquer legitimidade, pois não obedecem a nenhum valor condizente com os modos de conceberem os traçados de seu território. Instituída segundo critérios geograficamente arbitrários, a demarcação da gleba Quatro Irmãos reduz a terra à condição de mercadoria como outra qualquer, a uma parte como um “quinhoão”. O conflito instalado deve-se à tentativa de submeter a essa demarcação, todos os processos de reprodução vivos sobre o mesmo espaço e que muito as precederam.²⁷

Neste trabalho, inserimos o perímetro onde se inscrevem os beiradeiros em bases cartográficas. Georreferenciamos, descrevemos e plotamos em mapas os limites e as divisas dessa ocupação. Isso não deixa de trazer certa contradição, pois, já ao concebermos esses limites, cometemos uma impropriedade em relação aos seus conceitos, pois isso significa atribuir a eles uma lógica própria a um nosso entendimento – territórios com marcos e delimitações – que não lhes é peculiar, que não intera aquela concepção de espaço.

Porém, se a plasticidade no traçado da ocupação foi uma estratégia de sobrevivência daquele modo de vida, hoje a vida já não seria mais possível sem a definição, inclusive em um âmbito burocrático, de limites claros e fixos. Benatti, ampliando uma discussão iniciada por Alfredo Wagner Berno

²⁷ Sobre os conflitos de demarcações geográficas envolvendo diferentes concepções de território, cf. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Carajás: a guerra dos mapas: repertório de fontes documentais e comentários para apoiar a leitura do mapa temático do seminário-consulta “Carajás: desenvolvimento ou destruição?”*. 2. ed. rev. e ampl., Belém, Seminário Consulta, 1995.

de Almeida²⁸, comenta essa relação como elemento constitutivo de uma modalidade de posse própria às populações nativas da Amazônia.

Se por um lado, a defesa do acesso e uso comum dos recursos naturais vai estruturar a coesão social do grupo, por outro lado, é o conflito que possibilitará a definição dos limites da área que o grupo mantém sob o seu domínio.

[...]

A finalidade da terra para seringueiros, ribeirinhos, remanescentes de quilombos é inconciliável com a destinação dada pelas grandes empresas mineradoras, empresas agropecuárias e, na maioria das vezes, pelos projetos governamentais. Nesses momentos de conflito, a definição da faixa de terra necessária para que esses segmentos de camponeses desenvolvam suas atividades agroextrativistas torna-se essencial para estruturar os vínculos de solidariedade e forjar uma coesão social capaz de enfrentar seus adversários, como também para garantir o controle sobre sua área.²⁹

A relação entre conflito, identidade cultural e limite territorial é também analisada por Paul Little, segundo quem,

As transformações territoriais que a área que hoje é o Brasil sofreu nos últimos séculos estão imbricadas com os incessantes processos de expansão de fronteiras. A história das fronteiras em expansão no Brasil é, necessariamente, uma história territorial, já que a expansão de um grupo social, com sua própria conduta territorial, entra em choque com as territorialidades dos grupos que residem aí. Nesta dinâmica, podemos identificar as origens do que Oliveira (1998) chama de “processos de territorialização” que surgem em “contextos intersocietários” de conflito. Nesses contextos, a conduta territorial surge quando as terras de um grupo estão sendo invadidas, numa dinâmica em que, internamente, a defesa do território torna-se um elemento unificador do grupo e, externamente, as pressões exercidas por outros grupos ou pelo governo da sociedade dominante moldam (e às vezes impõem) outras formas territoriais.³⁰

²⁸ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “Terra de Preto, Terra de Santo, Terra de Índio: uso comum e conflito”. In: CASTRO, Edna Maria; HEBETTE, Jean (orgs.). *Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia*. Belém, Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA) – UFPa, 1989.

²⁹ BENATTI, José Heder. *Posse agroecológica & manejo florestal: à luz da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, # 1º. da Constituição Federal e institui o Sistema de Unidade de Conservação – SNUC*. Curitiba: Juruá, 2003, pp. 110s.

³⁰ LITTLE, Paul E. *Territórios sociais...*, p. 3.

E a consciência dessa necessidade parte da própria comunidade, que se manifesta nos órgãos públicos, notadamente no Incra, pedindo que “correm a terra” (expressão nova, trazida pelos mecanismos de controle de acesso à terra nos assentamentos do Incra).

Eles sabem: hoje, garantir a preservação do grupo implica, necessariamente, impor ostensiva demarcação ao seu território.

Sob essa perspectiva, registramos e representamos a área que hoje é ocupada pelos ribeirinhos e pela qual estão em conflito com a Indussolo.

Como mostra o Mapa 4, marcos naturais contornam quase toda a área habitada e usada pelos beiradeiros: ao Norte, pelo igarapé Montanha; ao Leste, pelo rio Tapajós; ao Oeste, a rodovia Transamazônica, ou, os pontos em que há ocupação, uma paralela aproximada de no mínimo 2 km. Somente ao Sul, não há rio, igarapé ou rodovia federal para impor um limite à ocupação, há uma picada aberta por Antonio Fernandes, um cantineiro de um extinto garimpo próximo, que vem rapidamente avançando os limites de sua grilagem e apropriando-se das terras ocupadas pelos ribeirinhos (esse caso e outros similares são detalhados no capítulo 9).

Quando apresentamos esses limites como “área ocupada”, nos baseamos na análise de José Heder Benatti:

As áreas ocupadas pelas populações tradicionais são os espaços onde se localizam as casas, roças, e aqueles utilizados para caça, pesca e as atividades de extrativismo vegetal. Logo, a noção de área ocupada corresponde às terras usadas pelos moradores para garantir sua reprodução de modo de vida.³¹

No capítulo 5 deste trabalho, detalhamos como, por meio de suas atividades, os ribeirinhos ocupam os limites aqui apresentados e como a área de floresta é indispensável a sua reprodução social e material.

Essa extensão sempre foi conhecida por seus moradores como Monta-

³¹ BENATTI, José Helder. “Populações tradicionais e o manejo dos recursos naturais renováveis no Parque Nacional do Jaú: uma análise jurídica”. *XXII Reunião brasileira de antropologia*. Fórum de pesquisa 3: “Conflitos sócioambientais e Unidades de Conservação”. Brasília, jun. 2000. [Disponível em: <http://ftp.unb.br/pub/UNB/dan/F.3-22RBA/sessao2/benatti.rtf>]. Acessado em novembro de 2005.

nha, do igarapé da Montanha até a Ponta da Sapucaia, e, rio acima desse ponto, Mangabal. Nessa faixa, inserem-se inúmeras e centenárias localidades com nomes e peculiaridades próprias que, no desenrolar deste trabalho, apresentaremos. Apenas para facilitar a referência ao local, quando nos referirmos a todo o trecho, o denominaremos – genericamente – de Mangabal. Os dados que apresentamos a seguir falam basicamente dessa faixa de terras e de suas proximidades. Quando fizermos menções a localidades, ilhas, ocupações, margens etc. do rio Tapajós, estaremos nos restringindo, no máximo, ao trecho compreendido entre Itaituba e Jacareacanga.

Uma referência de localização comum nos discursos da população local e também nos antigos documentos pesquisados são os igarapés afluentes do rio Tapajós. Para localizarmos esses igarapés, muitos dos quais, hoje, registrados oficialmente com nomes diferentes, foram utilizadas quatro principais bases cartográficas: o mapa de Itaituba elaborado pelo Ministério do Exército, em 1984³²; a base de dados do Sipam, de 2004; a carta de hidrografia feita por Augusto Octávio Pinto, engenheiro da Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canais, feita em 1930³³; e o mapa integrante do relatório feito por Raimundo Pereira Brazil, em 1912, para a *Exposição Nacional da Borracha de 1913 no Rio de Janeiro*.³⁴

Ainda há que esclarecermos que ao longo dos 70 km de margens de rio de montanha e Mangabal, há mais 60 pontos de ocupação, alguns com apenas um núcleo familiar e o maior com 18 casas. Cada um desses pontos tem um nome distinto e não são caracterizadas como comunidades, bairros, sítios ou qualquer outra coisa, mas são designados, simplesmente, “lugares” ou “moradas”.

Esses lugares eram, até lá pelos 1970, colocações seringueiras. Hoje ninguém mais se refere a esses pontos como colocações. Quando pergunta-

³² BRASIL. Ministério do Exército. Departamento de Engenharia e Comunicações. Diretoria de Serviço Geográfico. *Itaituba*. Folha SB. 21-X-A. Brasília, 1984.

³³ PINTO, Augusto Octaviano. *Hidrographia do Amazonas e seus afluentes*: Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canais – Fiscalização do Porto do Pará. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1930. vol. 1 (Textos) e vol. 2 (Atlas).

³⁴ BRASIL, Raimundo Pereira. *O rio Tapajós na Exposição Nacional da Borracha de 1913 no Rio de Janeiro*. Itaituba: s.n., s.d.

mos, por exemplo, o que é o “Vira Sebo”, se responde simplesmente “é o **lugar** do Teófilo Cirino”, ou então “a **morada** de Teófilo Cirino”, seu atual morador.

2.1.1 Os “lugares”

Não se pretendeu a elaboração de um estudo de comunidade, abrangente de todos os aspectos da vida social, de modo que foram enfocados e priorizados aqueles que melhor permitissem o entendimento da articulação entre a apropriação individual (ou familiar) e o usufruto comum da terra e da floresta.

Antes de tudo, é importante entendermos como se organizam, ao longo daqueles 70 km de margens do rio Tapajós, as unidades domésticas em áreas específicas por eles denominadas “lugares” ou “moradas”.

Morada e lugar são expressões usadas não apenas para definir um ponto de habitação, mas também para especificar porções inseridas no território compostas por roçados, pomares, terreiros, apropriadas por determinado grupo familiar e designadas por diferentes nomes: Uxizal, Igapó Açu, Os Patos, Os Quirino, Mangueira, Sapucaia, Lorena, Os Fechos etc., etc.

Esses lugares ou moradas são unidades sociais que estabelecem um importante plano de organização social a partir do qual, as pessoas são definidas como “de dentro” e conseqüentemente agrupadas, ou tidas como “de fora”³⁵. As relação de sociabilidade, de trabalho e, a própria história de cada um na terra são critérios determinantes para esse entendimento.

Poderíamos pensar em sintetizar a estrutura organizacional da ocupação de Mangabal em círculos e elipses que se integrariam³⁶. Cada fogo³⁷

³⁵ GEERTZ, Clifford. “Form and Variation in Balinese Village Structure”. In: Potter, J. M. et al. *Peasant Society: a Reader*. Boston, Little Brown, 1967, pp. 230-246.

³⁶ Conforme o fez ANDRADE, Maristela de Paula. *Terra de índio: terra de uso comum e resistência camponesa*. São Paulo, 1990. Tese (Doutorado em Antropologia) – FFLCH, USP.

³⁷ Klaas e Ellen Woormann explicam a importância do fogo na família camponesa como pólo de produção de alimento:

(como lugar onde se processa o alimento) constituiria um pequeno círculo. Ao redor desse fogo, comem, no mais das vezes, os pais, os filhos pequenos e filhos solteiros.

Comumente, 4 ou 5 núcleos familiares se somam em redor de um “porto”. Temos, então, um porto, ou um terreiro, polarizando vários fogos. O porto seria, então, um círculo maior que compreenderia alguns menores. Os portos, por sua vez, se ligariam por laços de afinidade, parentesco etc. a outros portos e, assim, teríamos um círculo ainda maior, reunindo certo número de portos.

O critério que define quais portos estarão inseridos no mesmo círculo não é a proximidade física entre eles, mas relações de parentesco e, mesmo entre essas, de afinidade.

Quando, por exemplo, perguntamos a Aldo Cirino, de Machado, qual era o vizinho mais próximo. Ele respondeu ser “Filó Palhares, do Vira Sebo”. Acontece que entre o Machado e o Vira Sebo, entre Aldo e Seu Filó, há 8 moradas e a grande cachoeira de Mangabal que dificulta muito a ida de um lugar ao outro.

Aldo de se referia a Seu Filó como próximo vizinho porque com ele são muito mais freqüentes a divisão da caça, o consórcio para a pesca e para o trabalho no roçado, a união para a feitura das festas etc.

Os oito portos entre a morada dos dois são ocupados pela “família de Seu Joaquim Cirino”, como explica Aldo, “que vivem mais entre eles”. É importante notar, porém, que esses círculos não são necessariamente formados por laços de parentesco, ou melhor, que os laços de parentesco não são necessariamente os de consangüinidade. Por exemplo, Aldo tem maior con-

Lembrando que a palavra família se origina de *famulus*, quer dizer, famintos ao redor de um pote ou panela com comida, ou que, nos recenseamentos da Coroa Portuguesa, registravam-se os “fogos”, quer dizer, casas com famílias ao redor de um fogão, podemos dizer que o ideal da família camponesa é organizar sua produção conforme suas características e necessidades, e em segunda prioridade, para a venda. Para eles, produzir significa levar em conta as necessidades de alimentos de crianças, idosos e doentes, para aqueles membros que trabalham muito pesado etc. O uso especificamente do fogo deve-se às idéias [In: *O significado do alimento na família camponesa*. Disponível em <http://www.unisinos.br/ihuonline/uploads/edicoes/1158350228.31>. Acessado em set/2006].

sangüinidade com Seu Joaquim do que muitos dos que o próprio Aldo designa como “família de Seu Joaquim”.

Essas redes aglutinam diversos grupos domésticos de Mangabal poderia também ser entendida com base no conceito de “segmentação vertical” de Shanin³⁸, onde o grupo se autodefiniria para além da estratificação econômica, mas calcando-se, por exemplo, no caso de um ancião, na sua autoridade moral ou religiosa. Adiante retomaremos mais detalhadamente a esse ponto.

Maristela de Paula Andrade, estudando um grupo no Maranhão, explica:

Essas diferentes conformações, resultado de cruzamento do espaço geográfico e de relação sociais, permitiriam uma representação gráfica, em forma de círculos ou de outras figuras geométricas que se interceptam. Os grupos de parentes, por exemplo, extrapolariam as fronteiras espaciais impostas pela chamada separação de trabalho, abrangendo áreas que recaem em diferentes povoados simultaneamente.³⁹

Em Mangabal, nenhuma instituição está acima da família em termos de competência para decidir sobre a distribuição interna da terra e de seus recursos. Regras internas garantem a todos o acesso à terra, como resultado de uma política. Assim como as autoridades familiares, essas regras são erigidas historicamente e, por gerações e gerações, legitimadas pelo grupo.

³⁸ SHANIN, Teodor. *The Awkward Class*. London: Oxford University Press. 1972, p. 246-248.

³⁹ ANDRADE, Maristela de Paula. *Terra de índio: terra de uso comum e resistência camponesa*. São Paulo, 1990. Tese (Doutorado em Antropologia) – FFLCH, USP. p.34.

MAPA 4 – Área habitada e usada pelos beiradeiros

ESTACAO	ESTACAO	ALTIMET	DISTANCIA	ESTACAO	ESTACAO	ALTIMET	DISTANCIA
EX-5	EX-6	238.02'22"	1.781,84m	EX-107	EX-108	279.31'20"	1.183,76m
EX-6	EX-7	31.839'22"	1.174,82m	EX-111	EX-112	241.47'42"	1.352,73m
EX-7	EX-8	11.02'54"	1.124,26m	EX-116	EX-117	296.38'38"	415,76m
EX-8	EX-9	43.04'29"	1.023,25m	EX-119	EX-124	283.41'17"	788,19m
EX-9	EX-10	254.289'42"	1.938,37m	EX-124	EX-125	178.89'19"	981,69m
EX-10	EX-11	12.82'42"	1.415,68m	EX-125	EX-126	213.02'28"	1.125,94m
EX-11	EX-12	45.62'22"	785,92m	EX-126	EX-127	187.28'28"	1.722,85m
EX-12	EX-13	2.22'47"	737,25m	EX-127	EX-128	144.33'22"	688,36m
EX-13	EX-14	33.64'28"	885,24m	EX-129	EX-130	161.28'22"	971,23m
EX-14	EX-15	32.48'22"	572,66m	EX-131	EX-132	142.22'22"	1.212,21m
EX-15	EX-16	225.54'24"	332,28m	EX-132	EX-133	14.42'18"	672,73m
EX-16	EX-17	31.25'41"	1.725,34m	EX-133	EX-134	22.42'22"	707,49m
EX-17	EX-18	13.42'42"	461,61m	EX-134	EX-135	194.21'18"	755,12m
EX-18	EX-19	222.25'23"	240,56m	EX-135	EX-136	147.21'24"	982,54m
EX-19	EX-20	234.289'33"	1.073,13m				
EX-20	EX-21	12.42'39"	2.523,33m				
EX-21	EX-22	64.22'44"	1.891,88m				
EX-22	EX-23	47.289'24"	1.812,26m				
EX-23	EX-24	124.12'27"	479,25m				
EX-24	EX-25	71.17'44"	1.889,84m				
EX-25	EX-26	95.47'12"	1.885,53m				
EX-26	EX-27	6.4.44'30"	2.458,66m				
EX-27	EX-28	94.229'23"	3.583,19m				
EX-28	EX-29	1.87'28"	3.247,43m				
EX-29	EX-30	46.84'18"	945,17m				
EX-30	EX-31	1.82'28"	430,68m				
EX-31	EX-32	38.24'24"	910,88m				
EX-32	EX-33	11.32'26"	1.240,27m				
EX-33	EX-34	102.289'29"	439,26m				
EX-34	EX-35	124.22'48"	1.451,41m				
EX-35	EX-36	146.14'19"	775,46m				
EX-36	EX-37	77.52'39"	367,61m				
EX-37	EX-38	10.7.52'22"	890,26m				
EX-38	EX-39	46.37'31"	2.819,66m				
EX-39	EX-40	94.27'22"	2.352,22m				
EX-40	EX-41	14.44'24"	625,11m				
EX-41	EX-42	348.329'23"	2.825,34m				
EX-42	EX-43	127.57'27"	885,17m				
EX-43	EX-44	7.52'26"	845,28m				
EX-44	EX-45	1.22.12'22"	566,66m				
EX-45	EX-46	67.229'25"	1.940,26m				
EX-46	EX-47	11.57'22"	6.46,56m				
EX-47	EX-48	2.11'24"	725,22m				
EX-48	EX-49	96.34'31"	616,56m				
EX-49	EX-50	10.22'21"	252,12m				
EX-50	EX-51	132.529'27"	614,44m				
EX-51	EX-52	43.22'22"	761,22m				
EX-52	EX-53	324.44'24"	377,46m				
EX-53	EX-54	49.47'22"	937,24m				
EX-54	EX-55	47.02'23"	1.142,56m				
EX-55	EX-56	12.229'22"	1.728,66m				
EX-56	EX-57	25.189'27"	1.279,86m				
EX-57	EX-58	22.189'42"	720,12m				
EX-58	EX-59	43.52'22"	1.109,64m				
EX-59	EX-60	53.229'47"	1.187,43m				
EX-60	EX-61	16.14'14"	741,22m				
EX-61	EX-62	45.41'22"	1.153,74m				
EX-62	EX-63	42.229'24"	1.486,38m				
EX-63	EX-64	98.07'22"	435,47m				
EX-64	EX-65	11.229'22"	3.929,72m				
EX-65	EX-66	33.12'24"	1.121,72m				
EX-66	EX-67	6.229'24"	1.229,72m				
EX-67	EX-68	94.229'24"	1.250,25m				
EX-68	EX-69	14.229'25"	701,57m				
EX-69	EX-70	22.45'22"	370,52m				
EX-70	EX-71	163.229'22"	1.172,45m				
EX-71	EX-72	12.229'22"	920,76m				
EX-72	EX-73	62.229'22"	1.047,25m				
EX-73	EX-74	121.67'22"	286,95m				
EX-74	EX-75	41.02'23"	610,26m				
EX-75	EX-76	96.67'22"	1.329,66m				
EX-76	EX-77	11.629'42"	497,22m				
EX-77	EX-78	122.229'47"	439,86m				
EX-78	EX-79	62.229'22"	744,22m				
EX-79	EX-80	122.229'22"	316,22m				
EX-80	EX-81	222.229'22"	1.222,22m				
EX-81	EX-82	222.229'22"	491,72m				
EX-82	EX-83	222.229'22"	521,22m				
EX-83	EX-84	222.229'22"	442,22m				
EX-84	EX-85	127.129'24"	1.065,18m				
EX-85	EX-86	227.229'22"	1.312,37m				
EX-86	EX-87	16.229'22"	1.066,22m				
EX-87	EX-88	222.129'22"	1.122,66m				
EX-88	EX-89	222.14'22"	4.791,22m				
EX-89	EX-90	227.429'24"	1.522,39m				
EX-90	EX-91	222.124'22"	222,77m				
EX-91	EX-92	222.229'22"	224,66m				
EX-92	EX-93	147.229'14"	229,12m				
EX-93	EX-94	24.329'42"	224,22m				
EX-94	EX-95	222.129'24"	1.641,22m				
EX-95	EX-96	17.429'22"	3.322,42m				
EX-96	EX-97	12.529'22"	1.949,66m				
EX-97	EX-98	222.229'22"	1.221,22m				
EX-98	EX-99	122.229'22"	1.822,74m				
EX-99	EX-100	222.229'22"	1.921,22m				
EX-100	EX-101	222.229'22"	222,22m				
EX-101	EX-102	222.229'22"	222,77m				
EX-102	EX-103	222.229'22"	222,22m				
EX-103	EX-104	222.229'22"	1.222,22m				
EX-104	EX-105	222.229'22"	1.122,66m				
EX-105	EX-106	222.229'22"	1.222,22m				
EX-106	EX-107	222.229'22"	222,22m				
EX-107	EX-108	222.229'22"	1.642,66m				
EX-108	EX-109	222.229'22"	1.222,66m				
EX-109	EX-110	222.229'22"	222,22m				

MEMORIAL DESCRITIVO

MONTANHA E MANGABAL

ÁREA (Ha):	66.291,5523 ha	LOCAL:	Alto Tapajós
PERÍMETRO (m):	173.303,90 m	ESTADO:	Pará
GLEBA:	Parauari	MUNICÍPIO:	Itaituba

LIMITESECONFRONTAÇÕES

NORTE :	Igarapé da Montanha, divisando com Parque Nacional da Amazônia
LESTE :	Rio Tapajós
SUL :	Quem de Direito / Igarapé da Missão
OESTE :	Quem de Direito / Rodovia Transamazônica

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Partindo da estação EX-2, definida pela coordenada geográfica aproximada de Latitude 5°23'29,00'' Sul e Longitude 57°01'03,00'' Oeste, Elipsóide SAD 69 e pela coordenada geográfica aproximada UTM 9.404.069,827m Norte e 498.061,239m Leste, referida ao meridiano central 57° WGr; desta, seguindo com uma distância de 6.673,26 metros por uma picada, confrontando com Quem de Direito, pelo azimuth plano de 314°44'42'', chega-se na estação EX-3, localizada à margem direita do Igarapé da Missão, seguindo a montante pela Margem do referido igarapé, por uma distância de 5.006,86 metros e com o azimuth plano de 228°02'39'', chega-se na estação EX-4; seguindo a montante pela margem direita do referido igarapé, por uma distância de 5.188,99 metros e com o azimuth plano de 290°25'24'', chega-se na estação EX-5, localizada no encontro deste igarapé com Rodovia Transamazônica, seguindo com uma distância de 1.781,99 metros e com o azimuth plano de 358°00'28'', chega-se na estação EX-6, desta até a estação EX-31, segue margeando a Rodovia Transamazônica nas distâncias e rumos a seguir: uma distância de 1.176,83 metros e com o azimuth plano de 319°09'28'', chega-se na estação EX-7; desta, seguindo com uma distância de 1.126,20 metros e com o azimuth plano de 11°00'54'', chega-se na estação EX-8; desta, seguindo com uma distância de 1.003,50 metros e com o azimuth plano de 40°04'59'', chega-se

na estação EX-9; desta, seguindo com uma distância de 1.938,37 metros e com o azimute plano de $356^{\circ}20'45''$, chega-se na estação EX-10; desta, seguindo com uma distância de 1.415,62 metros e com o azimute plano de $12^{\circ}32'42''$, chega-se na estação EX-11; desta, seguindo com uma distância de 782,57 metros e com o azimute plano de $45^{\circ}03'22''$, chega-se na estação EX-12; desta, seguindo com uma distância de 737,58 metros e com o azimute plano de $2^{\circ}22'47''$, chega-se na estação EX-13; desta, seguindo com uma distância de 886,34 metros e com o azimute plano de $33^{\circ}44'32''$, chega-se na estação EX-14; desta, seguindo com uma distância de 572,06 metros e com o azimute plano de $53^{\circ}48'03''$, chega-se na estação EX-15; desta, seguindo com uma distância de 332,38 metros e com o azimute plano de $326^{\circ}14'04''$, chega-se na estação EX-16; desta, seguindo com uma distância de 1.765,34 metros e com o azimute plano de $31^{\circ}31'41''$, chega-se na estação EX-17; desta, seguindo com uma distância de 461,61 metros e com o azimute plano de $3^{\circ}48'46''$, chega-se na estação EX-18; desta, seguindo com uma distância de 240,06 metros e com o azimute plano de $320^{\circ}06'53''$, chega-se na estação EX-19; desta, seguindo com uma distância de 1.075,13 metros e com o azimute plano de $358^{\circ}20'55''$, chega-se na estação EX-20; desta, seguindo com uma distância de 2.583,53 metros e com o azimute plano de $18^{\circ}02'09''$, chega-se na estação EX-21; desta, seguindo com uma distância de 1.804,88 metros e com o azimute plano de $60^{\circ}25'44''$, chega-se na estação EX-22; desta, seguindo com uma distância de 1.218,30 metros e com o azimute plano de $47^{\circ}06'34''$, chega-se na estação EX-23; desta, seguindo com uma distância de 470,85 metros e com o azimute plano de $101^{\circ}16'27''$, chega-se na estação EX-24; desta, seguindo com uma distância de 1.819,92 metros e com o azimute plano de $71^{\circ}17'46''$, chega-se na estação EX-25; desta, seguindo com uma distância de 1.825,55 metros e com o azimute plano de $95^{\circ}47'12''$, chega-se na estação EX-26; desta, seguindo com uma distância de 2.450,00 metros e com o azimute plano de $64^{\circ}46'30''$, chega-se na estação EX-27; desta, seguindo com uma distância de 3.583,95 metros e com o azimute plano de $341^{\circ}59'03''$, chega-se na estação EX-28; desta, seguindo com uma distância de 3.347,45 metros e com o azimute plano de $1^{\circ}03'01''$, chega-se na estação EX-29; desta, seguindo com uma distância de 935,17 metros e com o azimute plano de $46^{\circ}24'18''$, chega-se na estação EX-30; desta, seguindo com uma distância de 430,98 metros e com o azimute plano de $4^{\circ}05'36''$, chega-se na estação EX-31; onde deixa a margem da Rodovia Transamazô-

nica, e confrontando com Quem de Direito, segue até a estação EX-40, nos seguintes rumos e distância: uma distância de 940,88 metros e com o azimute plano de $38^{\circ}26'21''$, chega-se na estação EX-32; desta, seguindo com uma distância de 1.240,27 metros e com o azimute plano de $119^{\circ}40'36''$, chega-se na estação EX-33; desta, seguindo com uma distância de 434,26 metros e com o azimute plano de $188^{\circ}08'59''$, chega-se na estação EX-34; desta, seguindo com uma distância de 545,44 metros e com o azimute plano de $106^{\circ}20'48''$, chega-se na estação EX-35; desta, seguindo com uma distância de 775,60 metros e com o azimute plano de $146^{\circ}14'18''$, chega-se na estação EX-36; desta, seguindo com uma distância de 567,61 metros e com o azimute plano de $77^{\circ}30'09''$, chega-se na estação EX-37; desta, seguindo com uma distância de 898,26 metros e com o azimute plano de $127^{\circ}58'23''$, chega-se na estação EX-38; desta, seguindo com uma distância de 3.219,06 metros e com o azimute plano de $46^{\circ}37'31''$, chega-se na estação EX-39; desta, seguindo com uma distância de 2.500,28 metros e com o azimute plano de $315^{\circ}25'20''$, chega-se na estação EX-40, localizada as margens da Rodovia Transamazônica; desta, seguindo com uma distância de 633,11 metros, acompanhando a referida rodovia, com o azimute plano de $14^{\circ}04'24''$, chega-se na estação EX-41; desta, acompanhando a referida rodovia, segue com uma distância de 2.505,34 metros e com o azimute plano de $348^{\circ}39'37''$, chega-se na estação EX-42, onde deixa a Rodovia Transamazônica e passa a confrontar com Quem de Direito, até a estação EX-67, nas seguintes distância e rumos: uma distância de 855,17 metros e com o azimute plano de $127^{\circ}37'07''$, chega-se na estação EX-43; desta, seguindo com uma distância de 845,38 metros e com o azimute plano de $79^{\circ}32'16''$, chega-se na estação EX-44; desta, seguindo com uma distância de 566,84 metros e com o azimute plano de $139^{\circ}19'22''$, chega-se na estação EX-45; desta, seguindo com uma distância de 1.840,84 metros e com o azimute plano de $69^{\circ}29'53''$, chega-se na estação EX-46; desta, seguindo com uma distância de 646,99 metros e com o azimute plano de $115^{\circ}17'20''$, chega-se na estação EX-47; desta, seguindo com uma distância de 701,83 metros e com o azimute plano de $23^{\circ}15'34''$, chega-se na estação EX-48; desta, seguindo com uma distância de 616,56 metros e com o azimute plano de $92^{\circ}51'31''$, chega-se na estação EX-49; desta, seguindo com uma distância de 530,10 metros e com o azimute plano de $10^{\circ}02'21''$, chega-se na estação EX-50; desta, seguindo com uma distância de 610,44 metros e com o azimute plano de $130^{\circ}50'27''$, chega-se na estação EX-51;

desta, seguindo com uma distância de 761,22 metros e com o azimute plano de $43^{\circ}26'50''$, chega-se na estação EX-52; desta, seguindo com uma distância de 577,19 metros e com o azimute plano de $334^{\circ}44'34''$, chega-se na estação EX-53; desta, seguindo com uma distância de 937,36 metros e com o azimute plano de $49^{\circ}04'29''$, chega-se na estação EX-54; desta, seguindo com uma distância de 1.545,92 metros e com o azimute plano de $21^{\circ}00'53''$, chega-se na estação EX-55; desta, seguindo com uma distância de 1.752,64 metros e com o azimute plano de $356^{\circ}59'05''$, chega-se na estação EX-56; desta, seguindo com uma distância de 1.279,08 metros e com o azimute plano de $35^{\circ}18'00''$, chega-se na estação EX-57; desta, seguindo com uma distância de 730,15 metros e com o azimute plano de $22^{\circ}18'45''$, chega-se na estação EX-58; desta, seguindo com uma distância de 1.109,04 metros e com o azimute plano de $43^{\circ}57'55''$, chega-se na estação EX-59; desta, seguindo com uma distância de 1.187,43 metros e com o azimute plano de $53^{\circ}30'47''$, chega-se na estação EX-60; desta, seguindo com uma distância de 747,95 metros e com o azimute plano de $19^{\circ}14'17''$, chega-se na estação EX-61; desta, seguindo com uma distância de 1.133,74 metros e com o azimute plano de $40^{\circ}41'29''$, chega-se na estação EX-62; desta, seguindo com uma distância de 1.486,51 metros e com o azimute plano de $62^{\circ}58'51''$, chega-se na estação EX-63; desta, seguindo com uma distância de 435,47 metros e com o azimute plano de $98^{\circ}07'00''$, chega-se na estação EX-64; desta, seguindo com uma distância de 3.959,75 metros e com o azimute plano de $55^{\circ}32'05''$, chega-se na estação EX-65; desta, seguindo com uma distância de 1.014,73 metros e com o azimute plano de $35^{\circ}13'34''$, chega-se na estação EX-66; desta, seguindo com uma distância de 1.359,78 metros e com o azimute plano de $6^{\circ}30'54''$, chega-se na estação EX-67, localizada à margem direita do Igarapé da Montanha, por onde segue a jusante até a estação EX-80 pelas distância e rumos a seguir: uma distância de 1.360,59 metros e com o azimute plano de $84^{\circ}50'04''$, chega-se na estação EX-68; desta, seguindo com uma distância de 700,97 metros e com o azimute plano de $142^{\circ}03'26''$, chega-se na estação EX-69; desta, seguindo com uma distância de 590,51 metros e com o azimute plano de $38^{\circ}45'25''$, chega-se na estação EX-70; desta, seguindo com uma distância de 1.172,49 metros e com o azimute plano de $103^{\circ}38'52''$, chega-se na estação EX-71; desta, seguindo com uma distância de 893,70 metros e com o azimute plano de $139^{\circ}07'02''$, chega-se na estação EX-72; desta, seguindo com uma distância de 1.047,51 metros e com o azimute plano de $88^{\circ}20'12''$,

chega-se na estação EX-73; desta, seguindo com uma distância de 326,95 metros e com o azimute plano de $131^{\circ}07'10''$, chega-se na estação EX-74; desta, seguindo com uma distância de 610,26 metros e com o azimute plano de $41^{\circ}00'55''$, chega-se na estação EX-75; desta, seguindo com uma distância de 1.539,80 metros e com o azimute plano de $90^{\circ}01'05''$, chega-se na estação EX-76; desta, seguindo com uma distância de 497,32 metros e com o azimute plano de $111^{\circ}45'43''$, chega-se na estação EX-77; desta, seguindo com uma distância de 439,86 metros e com o azimute plano de $155^{\circ}10'47''$, chega-se na estação EX-78; desta, seguindo com uma distância de 744,32 metros e com o azimute plano de $60^{\circ}20'50''$, chega-se na estação EX-79; desta, seguindo com uma distância de 316,35 metros e com o azimute plano de $150^{\circ}53'36''$, chega-se na estação EX-80, localizada na foz do Igarapé d Montanha no Rio Tapajós; desta, segue a montante pela margem esquerda do Rio Tapajós até a estação EX-2, nas distâncias e rumos a seguir: uma distância de 1.330,51 metros e com o azimute plano de $220^{\circ}24'59''$, chega-se na estação EX-81; desta, seguindo com uma distância de 691,79 metros e com o azimute plano de $290^{\circ}49'03''$, chega-se na estação EX-82; desta, seguindo com uma distância de 565,34 metros e com o azimute plano de $225^{\circ}06'09''$, chega-se na estação EX-83; desta, seguindo com uma distância de 448,29 metros e com o azimute plano de $254^{\circ}07'01''$, chega-se na estação EX-84; desta, seguindo com uma distância de 1.865,18 metros e com o azimute plano de $197^{\circ}18'24''$, chega-se na estação EX-85; desta, seguindo com uma distância de 1.319,37 metros e com o azimute plano de $207^{\circ}50'39''$, chega-se na estação EX-86; desta, seguindo com uma distância de 1.826,82 metros e com o azimute plano de $163^{\circ}21'55''$, chega-se na estação EX-87; desta, seguindo com uma distância de 3.130,09 metros e com o azimute plano de $218^{\circ}18'59''$, chega-se na estação EX-88; desta, seguindo com uma distância de 4.791,58 metros e com o azimute plano de $212^{\circ}14'55''$, chega-se na estação EX-89; desta, seguindo com uma distância de 1.525,39 metros e com o azimute plano de $207^{\circ}40'34''$, chega-se na estação EX-90; desta, seguindo com uma distância de 528,77 metros e com o azimute plano de $324^{\circ}24'05''$, chega-se na estação EX-91; desta, seguindo com uma distância de 206,09 metros e com o azimute plano de $206^{\circ}38'29''$, chega-se na estação EX-92; desta, seguindo com uma distância de 289,90 metros e com o azimute plano de $147^{\circ}56'14''$, chega-se na estação EX-93; desta, seguindo com uma distância de 894,54 metros e com o azimute plano de $243^{\circ}30'40''$, chega-se na estação

EX-94; desta, seguindo com uma distância de 1.614,29 metros e com o azimute plano de $201^{\circ}15'34''$, chega-se na estação EX-95; desta, seguindo com uma distância de 3.333,43 metros e com o azimute plano de $174^{\circ}10'53''$, chega-se na estação EX-96; desta, seguindo com uma distância de 1.048,06 metros e com o azimute plano de $185^{\circ}04'07''$, chega-se na estação EX-97; desta, seguindo com uma distância de 1.004,35 metros e com o azimute plano de $203^{\circ}29'49''$, chega-se na estação EX-98; desta, seguindo com uma distância de 1.020,74 metros e com o azimute plano de $173^{\circ}05'00''$, chega-se na estação EX-99; desta, seguindo com uma distância de 1.984,97 metros e com o azimute plano de $158^{\circ}09'35''$, chega-se na estação EX-100; desta, seguindo com uma distância de 326,89 metros e com o azimute plano de $228^{\circ}54'04''$, chega-se na estação EX-101; desta, seguindo com uma distância de 326,77 metros e com o azimute plano de $318^{\circ}45'10''$, chega-se na estação EX-102; desta, seguindo com uma distância de 2.668,93 metros e com o azimute plano de $218^{\circ}32'17''$, chega-se na estação EX-103; desta, seguindo com uma distância de 1.632,74 metros e com o azimute plano de $267^{\circ}51'19''$, chega-se na estação EX-104; desta, seguindo com uma distância de 1.169,62 metros e com o azimute plano de $296^{\circ}30'57''$, chega-se na estação EX-105; desta, seguindo com uma distância de 1.008,85 metros e com o azimute plano de $232^{\circ}30'42''$, chega-se na estação EX-106; desta, seguindo com uma distância de 2.158,42 metros e com o azimute plano de $273^{\circ}16'12''$, chega-se na estação EX-107; desta, seguindo com uma distância de 1.642,92 metros e com o azimute plano de $200^{\circ}51'44''$, chega-se na estação EX-108; desta, seguindo com uma distância de 1.588,62 metros e com o azimute plano de $248^{\circ}27'38''$, chega-se na estação EX-109; desta, seguindo com uma distância de 2.880,70 metros e com o azimute plano de $213^{\circ}45'42''$, chega-se na estação EX-110; desta, seguindo com uma distância de 1.153,76 metros e com o azimute plano de $279^{\circ}11'31''$, chega-se na estação EX-111; desta, seguindo com uma distância de 1.362,73 metros e com o azimute plano de $241^{\circ}45'42''$, chega-se na estação EX-112; desta, seguindo com uma distância de 412,78 metros e com o azimute plano de $296^{\circ}30'35''$, chega-se na estação EX-113; desta, seguindo com uma distância de 708,10 metros e com o azimute plano de $235^{\circ}41'17''$, chega-se na estação EX-114; desta, seguindo com uma distância de 921,68 metros e com o azimute plano de $178^{\circ}05'15''$, chega-se na estação EX-115; desta, seguindo com uma distância de 1.125,34 metros e com o azimute plano de $215^{\circ}03'35''$, chega-se na

estação EX-116; desta, seguindo com uma distância de 1.732,95 metros e com o azimute plano de $187^{\circ}08'35''$, chega-se na estação EX-117; desta, seguindo com uma distância de 652,16 metros e com o azimute plano de $134^{\circ}55'51''$, chega-se na estação EX-118; desta, seguindo com uma distância de 5.294,30 metros e com o azimute plano de $215^{\circ}08'18''$, chega-se na estação EX-119; desta, seguindo com uma distância de 971,23 metros e com o azimute plano de $161^{\circ}31'22''$, chega-se na estação EX-120; desta, seguindo com uma distância de 5.397,89 metros e com o azimute plano de $188^{\circ}11'36''$, chega-se na estação EX-121; desta, seguindo com uma distância de 1.512,11 metros e com o azimute plano de $142^{\circ}22'01''$, chega-se na estação EX-122; desta, seguindo com uma distância de 670,73 metros e com o azimute plano de $164^{\circ}01'10''$, chega-se na estação EX-123; desta, seguindo com uma distância de 707,40 metros e com o azimute plano de $214^{\circ}26'21''$, chega-se na estação EX-124; desta, seguindo com uma distância de 556,12 metros e com o azimute plano de $186^{\circ}21'10''$, chega-se na estação EX-125; desta, seguindo com uma distância de 932,54 metros e com o azimute plano de $197^{\circ}16'34''$, chega-se na estação EX-2, localizada à margem esquerda do Rio Tapajós, no ponto inicial da descrição deste perímetro.

2.2. Conceituação social

O pensamento sobre o campesinato brasileiro marcou-se fortemente pela adoção de um viés econômico. A influência de Chayanov⁴⁰ configurou a leitura da família camponesa como uma unidade econômica, um grupo de força de produção e de consumo, sujeitos de um “modo de produção doméstico”, como bem explicou Ellen Woortmann:

Chayanov considerava a família como um conjunto de produtores e consumidores, quer dizer, uma unidade de força de trabalho e de consumo centrada num casal e seus filhos, aos quais se podiam agregar outros membros. A família é vista por ele como um grupo doméstico, isto é, desde uma ótica econômica e não como um valor cultural – outra dimensão básica para entender o campesinato. Propõe que a razão consumidores/produtores se altera ao longo do ciclo de desenvolvimento desse grupo doméstico, cujo esforço se centra em assegurar o equilíbrio entre as unidades de produção e de consumo. Em nenhum momento, sua preocupação ultrapassa os limites da unidade doméstica, de forma a abarcar as relações entre famílias. Tão pouco procurou atingir uma visão qualitativa do fenômeno familiar no campesinato russo. Centrando sua análise no campesinato de fronteira, não levou em consideração, por exemplo, o Mir russo onde as relações de parentesco são fundamentais na organização da comunidade.

Chayanov considera o grupo doméstico (*family household* na tradução em língua in-

⁴⁰ CHAYANOV, A. V. *La organizacion de la unidade econômica campesina*. Buenos Aires, Ediciones Nueva Vision, 1974.

glesa) como uma unidade econômica discreta e isolada, cuja produção é o retorno da atividade indivisível da família. O caráter indivisível da atividade familiar constitui-se, portanto, numa dimensão fundamental para a compreensão da família camponesa, sem a qual as relações de parentesco não podem ser entendidas.

A terra na ótica de Chayanov constitui fator de produção, independentemente de seu conteúdo ideológico. Na mesma perspectiva, para ele a entrada de uma nora no grupo doméstico é vista apenas como um incremento no número de consumidores – ainda que essa percepção, na medida que é a dos próprios camponeses, possa ser um dos componentes da nada invejável posição da nora, dado um modelo de residência patrilocal.⁴¹

Apesar da grande contribuição de Chayanov, sua negligência a todo o universo cultural camponês ocultou uma dimensão essencial para essa compreensão. Acabamos, assim, por ter um amplo e difundido matiz de pensamento fundamentada em noções deterministas que atrelam o campesinato ao atraso e a um indefectível desaparecimento, não obstante os índices de estabelecimentos no campo apresentarem uma linha de tendência ascendente.⁴²

A assimilação brasileira dos paradigmas clássicos da questão agrária foi pensada em *A agricultura camponesa no Brasil*, por Ariovaldo Umbelino de Oliveira⁴³. Na obra, o autor identifica três principais vertentes teóricas que concebem a agricultura e o modo de produção camponês quando se tem como horizonte a disposição do modo capitalista de produção de se expandir para todos os setores de produção.

1. – A primeira delas prevê, na etapa monopolista do modo capitalista de produção, a “*generalização* das relações de produção especificamente capitalistas” na produção agropecuária de modo que a persistência de relações não-capitalistas no campo é tida como “resíduo em vias de extinção”. Haveria dois caminhos para esse processo.

⁴¹ WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiante do Nordeste*. São Paulo: Hucitec, 1994, pp. 29s.

⁴² Conforme comparativo dos dados das últimas décadas apurados pelo Censo Agropecuário do IBGE.

⁴³ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A agricultura camponesa no Brasil*. 4. ed., São Paulo, Contexto, 2001, p. 45-46.

1.1 - No primeiro, “seria produto da *destruição do campesinato* ou dos pequenos produtores de subsistência, como preferem chamá-los, através da *diferenciação interna* gerada pelas contradições típicas desse processo de integração no mercado capitalista”.⁴⁴

A integração dos produtores rurais ao mercado capitalista, segundo esse processo, geraria duas classes sociais distintas no campo: “camponeses abastados” que seriam correspondentes rurais dos pequenos capitalistas, e “camponeses empobrecidos” que se tornariam trabalhadores assalariados.

1.2 - No segundo, haveria a “*modernização do latifúndio* transformando-se em *empresas capitalistas*. Para esses autores, a *persistência de relações não-capitalistas* de produção no campo é entendida como *resíduo em vias de extinção*”⁴⁵. O latifúndio receberia maquinário e insumos modernos, tornando-se empresa capitalista rural”.

Em ambos, o modo capitalista de produção se implantaria no campo tal como se implantou na indústria e o campo seguiria a mesma divisão de classes da cidade. Nesse modo de pensar, latifundiários e campesinato não são parte do modo capitalista de produzir, são resíduos a serem incorporados ao capitalismo, fadados ao desaparecimento.

2. A segunda corrente entende latifundiários e camponeses como resquício de relações feudais de produção. Para esses autores, o processo de extinção do campesinato se daria em três etapas e exigiria “coerção extra-econômica” em sua consecução, ou seja, seria decisiva a interferência do poder político.

a) Em primeiro lugar, se deveria liberar o camponês da hierarquia tradicional e dos vínculos comunitários em que está inserido, tornando-o um “produtor individual”.

b) Na segunda etapa, ocorre a separação entre indústria rural e agricultura, e o camponês é incorporado ao mercado como produtor de bens agropecuários e con-

⁴⁴ OLIVEIRA, A *agricultura camponesa no Brasil*, p. 46.

⁴⁵ *Idem*.

sumidor de bens industrializados. Isso tem como consequência seu crescente endividamento, o que leva ao terceiro passo:

c) a perda da propriedade, seu meio de produção, concluindo, assim, sua proletarização.

3. Já a terceira corrente entende que o campesinato integra o próprio processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, o que explicaria a sua persistência. O desenvolvimento do capital não seria, então, resultado de relações exclusivamente capitalistas de produção, ou seja, o capital precisa de relações não-capitalistas para se reproduzir e, assim, cria e recria relações não-capitalistas de produção. O campesinato seria, segundo essa corrente, concebido como uma classe social do capitalismo e produto das contradições da própria expansão do capitalismo.

Com efeito, na virada do século XXI, o modo de produção camponês persiste e engloba a maioria da humanidade sendo impossível verificar a “descamponização” defendida por Lênin e Kautsky. Ao contrário, o que presenciamos é o crescimento do campesinato, o que parece ir ao encontro do que propunha Chayanov quando dizia que o campesinato possui uma sólida disposição interna que se reproduz e se opõe ao mercado capitalista⁴⁶. Desse modo, o conceito de campesinato sustenta sua força analítica e continua sendo uma importante ferramenta para o estudo do campo brasileiro. Vale, então, um breve registro do percurso desse conceito no Brasil.

Como nos conta Martins, ao registrar o percurso desse conceito no Brasil, as palavras “camponês” e “campesinato” são relativamente recentes no vocabulário brasileiro. Foram importadas pelas esquerdas para substituir termos regionais e pejorativos, como caboclo, caipira, tabaréu e caiçara, para dar conta das lutas camponesas que, nos anos 1950, irromperam em diversos pontos do país e começaram a repercutir nacionalmente. Para Martins, caboclo, caipira etc.,

São palavras que desde tempos remotos têm duplo sentido. Referem-se aos que vivem lá longe, no campo, fora das povoações e das cidades, e que, por isso, são também rústi-

⁴⁶ CHAYANOV, A.V. *The Theory of Peasant Economy*. Illinois, American Economic Association, 1966. passim.

cos, atrasados ou, então, ingênuos, inacessíveis. Têm também o sentido de tolo, de tolo. Às vezes querem dizer também “preguiçoso”, que não gosta do trabalho. No conjunto, são palavras depreciativas, ofensivas. Isso talvez explique porque essas palavras foram desaparecendo do vocabulário cotidiano, encontrando um último refúgio nos dicionários dos folcloristas. É significativo que a progressiva inutilidade dessas palavras [caboclo, caipira...] tenha correspondido aproximadamente ao crescimento das lutas camponesas e à entrada da situação do campesinato no debate político nacional.

Também os proprietários de terra tinham designação distintas conforme a região e a atividade: *estancieiros* no Sul; *fazendeiros* em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Paraná; *senhores de engenho* no Nordeste; *seringalistas* no Norte. Mas também eles tiveram sua designação mudada a partir do mesmo debate que alcançou os camponeses – passaram a ser designados como *latifundiários*.⁴⁷

Assim, o termo “latifundiário” tomou o lugar de outros e essa mudança na autodenominação é sintoma do momento em que camponeses começam a se organizar *coletivamente e a se manifestar politicamente contra as oligarquias e as expropriações no campo, surgem sindicatos e Ligas Camponesas*.

O sociólogo José de Souza Martins nos lembra que, nesse contexto, as expressões *camponês* e *latifundiário* adquirem um estatuto inédito, são “palavras políticas”, representam mais que um conjunto de pessoas, são tentativas de representar a unidade de “situações de classe” e, conseqüentemente, a unidade das lutas camponesas. E completa: “Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu *lugar social*, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na *estrutura da sociedade*; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um *destino histórico*.”⁴⁸

⁴⁷ MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 22.

⁴⁸ MARTINS, *Os camponeses e a política no Brasil*, pp. 22s. [grifos nossos].

FOTO 4 – A casa de farinha, muito mais que mero espaço de produção, é ambiente de sociabilização e, principalmente, onde se educa os filhos

De todo modo, campesinato também se define em oposição a latifúndio e denomina um conjunto diversificado de relações de trabalho e de modos de se ter acesso a terra. Abarca desde o que pode ser chamado de posseiro, pequeno proprietário, colono, até as diferentes formas de parceria, arrendamento.

Mesmo nos países ditos “desenvolvidos”, como constataram Wanderley⁴⁹ e Abramovay⁵⁰, o modo de vida no campo transformou-se, mas manteve inalterada a base de seu funcionamento, o estabelecimento familiar, quando a reprodução do campesinato foi incorporada ao capital. Desse modo, o campesinato preservou-se e pode continuar a se reproduzir por manter resguardada uma parte estrutural, o estabelecimento familiar, mesmo ante sua integração ao capital.

Face a essa discussão e para a caracterização conceitual da população aqui estudada, adotamos a terceira vertente acima mencionada por Ariovaldo Umbeli-

⁴⁹ WANDERLEY, M. de N. B. “Raízes históricas do campesinato brasileiro”. In: *XX Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu. *Anais*. São Paulo: ANPOCS, 1996.

⁵⁰ ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992.

no de Oliveira. Como dito anteriormente, essa população formou-se também a partir da expansão capitalista. O empreendimento extrativo do látex – muito mais comercial que agrícola – respondeu pela migração do seringueiro, que antes era um homem do sertão nordestino, para aquelas úmidas florestas.

Ao nos referirmos aos moradores de Mangabal como camponeses, também nos baseamos em Klaas Woortmann⁵¹ e Ellen Woortmann⁵², que discutem o campesinato sobre três principais pilares: a família, a terra e o trabalho. Esses trabalhos explicam a forma conjunta como esses elementos são articulados na lógica camponesa como fatores que ordenam esse mundo. Nesses trabalhos, esses autores entendem o camponês além da perspectiva econômica, atentando à sua subjetividade, diferentemente da objetividade tratada por correntes economicistas. Formula-se uma leitura onde a família e a terra não são concebidas apenas como força de trabalho e fator de produção. Elas, antes, remetem à expressão de uma “moralidade”, como um valor, um “valor-família”⁵³.

Neste trabalho, o termo camponês refere à terra como território de vida de um determinado grupo que vive segundo um código de regras historicamente constituídas onde as ligações pessoais são determinantes. Portanto, conhecer a lógica específica das estratégias que as famílias empregam para produzir e se reproduzir é o matiz principal desta caracterização.

Há também que se considerar que, em Mangabal, o uso comum da terra, como visto no capítulo 2, compõe um obstáculo à sua apropriação privada e individual, inviabilizando-a na sua acepção de mercadoria⁵⁴. Uma vez interpondo-se ao desenvolvimento capitalista no campo, segundo a vertente determinista, a desintegração desse modo de vida seria ainda mais inevitável, pois

⁵¹ WOORTMANN, Klass. “Com parente não se negueia. O campesinato como ordem moral”. *Anuário Antropológico*, Brasília, Univesidade de Brasília, n. 87, pp.11-73, 1990.

⁵² WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, Parentes e Compadres*. Colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo/Brasília: Hucitec, Edunb, 1995.

⁵³ WOORTMANN, “Com parente não se negueia...”, *op.cit.*

⁵⁴ Cf. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “Terra de Preto, Terra de Santo, Terra de Índio: uso comum e conflito”. In: CASTRO, Edna Maria; HEBETTE, Jean (orgs.). *Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia*. Belém, Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA) – UFPa, 1989.

se oporia ao “natural e único” destino possível. O fim desses camponeses seria apenas postergado pelo (suposto) isolamento em que vivem.

Para José de Souza Martins,

As ciências sociais têm estado divididas entre uma orientação que privilegia o econômico e o tecnológico, no estudo de populações indígenas e camponesas, assumindo, como fato natural e inevitável, sua transformação ou desaparecimento; e uma orientação que procura resgatar o ponto de vista da vítima, sua condição de sujeito do processo social e histórico.⁵⁵

Seguiremos, aqui, outra corrente teórica, orientada por autores como José de Souza Martins e Ariovaldo Umbelino de Oliveira, segundo a qual, a existência do campesinato brasileiro não decorre, pura e simplesmente, de uma condição de isolamento. Ao contrário, situações criadas pela própria territorialização do capital recriariam condições para a reprodução do modo de vida camponês. Segundo Ariovaldo Umbelino de Oliveira,

Parte-se do princípio geral de que a abertura das novas frentes de ocupação na Amazônia traz consigo o caráter contraditório da formação da estrutura fundiária brasileira. Ou seja, o processo que leva os grandes capitalistas a investirem na fronteira, contém o seu contrário, a necessária abertura dessa fronteira aos camponeses e demais trabalhadores do campo.⁵⁶

Dentro dessas premissas, entendemos por modo de vida camponês como

Um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, constituído a partir das relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade.⁵⁷

⁵⁵ MARTINS, José de Souza. “A chegada do estranho (notas e reflexões sobre o impacto dos grandes projetos econômicos nas populações indígenas e camponesas da Amazônia)”. In: HÉBETTE, Jean (org.). *O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia*. Petrópolis; Rio de Janeiro; Belém, Vozes; Fase; Naea-UFPA, 1991, pp. 17s.

⁵⁶ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. “BR-163 Cuiabá-Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização.” In: Torres, M. (org.). *Amazônia Revelada*. Brasília: CNPq, 2005, p. 68.

⁵⁷ MARQUES, Marta Inez Medeiros. “Lugar do modo de vida tradicional na modernidade”. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo, Casa Amarela, 2004, p. 145.

FOTO 5 – O uso comum da terra, como visto no capítulo 2, compõe um obstáculo à sua apropriação privada e individual, inviabilizando-a na sua acepção de mercadoria

A partir de 2000, com a promulgação da Lei 9.985, que implantava o *Sistema Nacional de Unidades de Conservação* (SNUC)⁵⁸, criava-se uma perspectiva de acesso à terra aos segmentos camponeses designados, pelo SNUC, como “Populações Tradicionais”. A Lei, porém, omite-se na definição do que entende como população tradicional, limitando-se a, quando define Reserva de Desenvolvimento Sustentável, dizer:

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.⁵⁹

A narração original – vetada – do inciso XV, artigo 2º, do SNUC, definia populações tradicionais como

Grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há, no mínimo, três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável.

Assim, o conceito de “População Tradicional” se tornou uma “regra de ouro”, como disse o procurador do Estado do Pará, Ibraim José das Mercês⁶⁰. O conceito de populações tradicionais passou a ser um crivo a definir, em certas situações, quem tem ou não direito à terra. A falta de precisão da conceituação foi ao encontro das correntes deterministas de pensamento sobre o campesinato e acabou por gerar um conceito que se presta, muitas vezes, mais à exclusão do que

⁵⁸ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação* – SNUC (Lei 9.985). Brasília: MMA, 2000.

⁵⁹ Artigo 20 da Lei 9.985, de 2000, citada.

⁶⁰ ROCHA, Ibraim José das Mercês. “Posse e domínio na regularização de unidades de conservação. Análise de um amazônida”. *Jus Navigandi*, Teresina, a. 7, n. 64, abr. 2003. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3972>>. Acesso em: 14 dez. 2005.

à proteção dessa população. Isso se operava na redução da caracterização de “população tradicional” a um tipo pictórico-decorativo, fossilizado em um exótico estado idílico-selvagem. Redução que é, de fato, esperar de famílias camponesas um tipo mais viável como atração turística – aliás, um grande fetiche de correntes ambientalistas – do que como organizações econômicas e sociais.

Outras definições de populações tradicionais pretendiam, como critério, a “pouca ou nenhuma articulação com o mercado”. Certamente, um dos quesitos que causou as maiores distorções. Deixando-se de lado a idílica idéia de “isolamento”, é preciso ter em conta que produzir para o mercado não caracteriza, por si, integração ao mercado⁶¹. O geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves esclarece

que essa oposição entre a agricultura camponesa e agricultura capitalista não deve ser assimilada ao novo maniqueísmo, ao qual tudo é reduzido a uma lógica binária em que de um lado está, sempre, o mercado. Agricultura camponesa não é o oposto de agricultura de mercado. Os camponeses sempre mantiveram relação com o mercado, desde tempos imemoriais. A agricultura capitalista é *uma* forma de agricultura de mercado e não *a* agricultura de mercado. O mercado é anterior ao capitalismo e pode a ele sobreviver.⁶²

Vários trabalhos vêm sendo publicados e, em muito, corrigindo e aprimorando a definição de população tradicional, inclusive, trocando o critério de tempo no local pelo de modo de vida. Mas, mesmo nas suas acepções mais completas⁶³, a população de Mangabal, como mostraremos, se enquadraria em

⁶¹ TEPICHT, J. *Marxisme et Agriculture: le Paysan Polonais*, Paris, Armand Colin, 1973; e WOORTMANN, Klass. “Com parente não se negueia”. In: *Anuário antropológico*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, n. 87, 1990.

⁶² PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro, Record, 2004, p. 99, nota 28.

⁶³ Uma importante definição foi formulada, em 1994, por António Carlos Diegues: “As culturas e sociedades tradicionais se caracterizam pela a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um *modo de vida*; b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transmitido de geração em geração por via oral; c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltaram para a terra de seus antepassados; e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com

todos os quesitos como população tradicional. Razão pela qual solicitaram a criação de uma Resex (Reserva Extrativista) ou uma RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável). Caso os técnicos do CNPT/Ibama houvessem se disponibilizado a, ao menos, visitá-los, teriam constatado isso.

Ainda assim, não usaremos aqui essa denominação. Entendemos essa população como camponesa, e como tal, buscaremos apresentar suas peculiaridades. Quando nos referirmos a eles, falaremos em ribeirinhos ou beiradeiros, pois, assim se autodesignam. A nomenclatura “população tradicional” aparecerá apenas quando em reprodução de outros autores que assim denominam grupos culturais com especificidades semelhantes aos ribeirinhos de Mangabal.

o mercado; f) reduzida acumulação de capital; g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas; i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o processo final; j) fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder nos centros urbanos; l) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.” (*O mito moderno da natureza intocada*. 3. ed., São Paulo: Hucitec; Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras - NUPAUB/USP, 2001, pp. 87s.).

2.3. Modos de procedimento

Falo de uma possibilidade de transformação de uma prática científica, que durante tanto tempo ocultou o seu ser política, em uma prática que justamente por afirmar-se política na origem e no destino, reclama ser científica.

Carlos Rodrigues Brandão

Duas versões completamente distintas contam a história do lugar que aqui convencionamos chamar de Mangabal. Uma “história oficial”, contada no processo judicial que originou o Registro Torrens, registrada sob a forma de uma longa cadeia dominial, arquivada no Tabelionato de Registro de Imóveis de Itaituba e “recontada” a cada vez que o Tabelião emite uma Certidão de Propriedade do imóvel. Segundo essa versão, a espantosa dimensão de 562.873 hectares, desde a primeira década do século XX, seria um imenso vazio demográfico concentrado nas mãos de um só proprietário. O capítulo 7 traz uma minuciosa reconstituição e análise da cadeia dominial do imóvel e mostra claramente como o “re-

gistro oficial” daquele espaço limita-se a uma grotesca e vergonhosa fraude, inventada na metade da década de 1970.

Uma outra história, oposta a esse “registro oficial”, compõe-se da vida dos habitantes daquelas margens do rio Tapajós e que, a partir das lembranças transmitidas oralmente, de geração a geração, permite reconstituir mais de 135 anos da ocupação de Mangabal. O caráter ideológico da produção da história oficial responde por engendrar a irrelevância de fontes não escritas: sob o pretexto da busca da objetividade, importantes fontes de informação orais são preteridas em favor documentos escriturais. Nesses supõe-se a não contaminação por interpretações pessoais, possivelmente eivadas pela subjetividade e por falhas na memorização dos fatos, como se ao autor da escrita não fosse passível atribuir as mesmas falhas.

No caso de Mangabal, caberia ainda questionar com quem estaria comprometido e comprometido o responsável pelo registro oficial da ocupação daquela terra, pois, vemos – escrita – uma aviltante visão da realidade que acaba por legitimar – em nome “do progresso e do desenvolvimento” – a espoliação da população nativa. Preterir o testemunho oral frente ao documento escrito corresponderia a uma valorização do alfabetizado (como se representa a sociedade dominante) em detrimento do narrador oral (veículo de “populações atrasadas e não confiáveis”).

O conflito entre o contado nos cartórios e fóruns e a história da vida daquelas pessoas demorou a se instalar, só eclodiu no momento em que, devido ao aumento do preço da terra na região, a Indussolo (ou seus sucessores) resolveu apossar-se da área. Nesse momento, a memória das mais de 120 famílias de ribeirinhos que há oito gerações lá viviam, mais do que um obstáculo, foram evidência viva da fraude armada para a grilagem das terras. Do registro da memória dos ribeirinhos colhemos, além das evidências da antiguidade da ocupação, seus traços peculiares que possibilitaram a compreensão de um quadro mais amplo sobre aquele espaço e seus ocupantes.

Como veremos nos capítulos finais, o logro que resultou na conversão da terra pública em patrimônio privado integra-se como estratégia do capital e insere-se em um processo que não se restringe, de forma alguma, a Mangabal.

É importante abordar os procedimentos de registro dessa memória, enfocando o modo como obtivemos, além das evidências da antiguidade da ocupação, os traços peculiares que possibilitaram a compreensão de um quadro mais amplo sobre aquele espaço e seus ocupantes. Como uma parte desse trabalho destinou-se inicialmente a subsidiar uma ação judicial, as informações colhidas de fontes orais serviram como caminho para que pudéssemos localizar algum tipo de documento que tivesse valor probatório aos olhos da Justiça. Da reconstituição oral das genealogias, por exemplo, apurávamos informações das quais partíamos em busca de certidões de batismos, casamentos e outros documentos que atestassem não apenas o laço parental, mas também informassem a origem e a permanência das pessoas em Mangabal.

Nessa análise, há que se ter em conta aquilo que fora imperante em todo o procedimento da pesquisa: trabalha-se em uma situação de conflito. A própria obtenção das informações fora mediada pela tensão e pela violência. Por várias vezes fomos ameaçados e “avisados”, além das tentativas diversas de intimidação. Em uma das primeiras expedições à Mangabal, grileiros tentaram nos impedir de chegar até os ribeirinhos. A Indussolo e outros grileiros com interesse na área empreenderam uma campanha de difamação, que chegou ao rádio e televisão, onde divulgaram os mais diversos absurdos: a Indussolo bradava que estávamos a serviço do Ibama na intenção de expulsá-los; outros grileiros anunciavam que estávamos sob ordens da Indussolo, também com a missão de expulsá-los da terra. Além disso, os ribeirinhos eram intimidados a não nos receber. Não contamos isso para dar ares quixotescos ao nosso trabalho, mas por termos, nesses elementos, fatos reveladores das dinâmicas sociais que estudamos e informações que elucidam a metodologia de inserção adotada: discreta, paciente e solitária. Uma metodologia indicada por José de Souza Martins:

Experiências de investigação em equipes, na fronteira, realizadas por outros pesquisadores, mostram que são muitas as limitações de um trabalho assim. Raramente o conflito é apreendido e compreendido em sua complexidade sociológica e antropológica, porque

esse modo de organização do trabalho inviabiliza o envolvimento pessoal e intenso do pesquisador na realidade que estuda. E inviabiliza, portanto, a compreensão dos códigos e concepções que a própria vítima utiliza para por sua vez, compreender, explicar e superar o drama em que foi lançada desde “fora” de seu mundo por quem tem dinheiro e poder. Essas experiências empresariais de equipe, embora úteis, levam quase sempre ao reducionismo de higiênicos, apressados, pacíficos e ordeiros estudos sobre os aspectos econômicos e demográficos do deslocamento espacial de vários grupos da população. Mas, passam longe daquilo que é sociologicamente substantivo nesse tipo de situação, que é o conflito.⁶⁴

Para perceber a situação de Mangabal e conhecer a memória dos beiradeiros nos deparamos, por vários meses, com a insegurança do grupo quanto ao que seriam, de fato, nossas intenções. Uma desconfiança, aliás, muito compreensível, pois há que se ter claro: somos parte do mundo que os ameaça.

A relação de confiabilidade foi se estruturando na medida em que, por diversas vezes, fomos postos à prova. Em diferentes situações, os ribeirinhos promoveram e presenciaram encontros entre nós e aqueles que os ameaçavam. Havia necessidade de, às claras, saberem de que lado estávamos. Passados esses primeiros momentos – e depois das primeiras vitórias em sua luta pela terra – foram muitos os que, em meio a risos, contaram de suas apreensões iniciais frente a nós.

A construção de uma relação de empatia com aquela população ribeirinha fez-se regra metodológica⁶⁵. Com Ecléa Bosi, entendemos a “pesquisa como um compromisso afetivo, um trabalho ombro a ombro com o sujeito da pesquisa”⁶⁶. Nosso envolvimento não se limitou ao papel do pesquisador como sujeito, como agente das ações de perguntar e registrar, de buscar saber. Fomos também objeto ao passo que servimos de mídia para levar a memória de Mangabal ao plano em que se fez combativa. Fomos objeto na medida em que nosso trabalho prestou-se

⁶⁴ MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 18.

⁶⁵ Cf. POLLAK, Michael. “Pour un inventaire”. *Cahier de l’IHTP*, n. 4 (Questions à l’histoire orale), Paris, 1987, p. 17.

⁶⁶ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 12. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 37.

a dar visibilidade política àquela população. Na medida em que possibilitamos existência escritural às suas falas.

E nem é preciso dizer que ignoramos preceitos positivistas – mas ainda muito em voga – onde se pretende uma severa neutralidade no relacionamento entre pesquisador e a população estudada. Seria absurdo sequer imaginar estudar o conflito de Mangabal adotando uma acética postura de neutralidade. Neste particular, mais uma vez, nos servimos da experiência de José de Souza Martins:

Numa situação de conflito, essa pretensa neutralidade bloqueia o acesso aos dados mais importantes, ciosamente guardados por aqueles que constituem os protagonistas das ocorrências e acontecimentos. [...] Optei, também, por assumir abertamente, ainda que criticamente, o lado da vítima, pois esse era o ângulo mais rico (e moralmente mais justo) para compreender de modo mais abrangente os complicados processos sociais e a complexa inteligência que tem da situação os seus protagonistas. É possível ser correto sem deixar de ser objetivo e crítico [...].

A pior coisa que pode acontecer ao cientista social envolvido num projeto de pesquisa sobre situações conflitivas é a de deixar-se cercar por indefinições e ambigüidades, para ficar bem com todas as partes envolvidas, o que infelizmente é comum entre pesquisadores que tem se aventurado a realizar seus trabalhos na fronteira. As desconfianças que essa indefinição acarretam mais perturba do que beneficia o trabalho do pesquisador, privando-o do acesso a aspectos importantes da situação que os diferentes lados podem ocultar. Ao contrário, a opção pela clareza e definição da presença ainda que temporária no grupo local, ao revelar detalhes da situação e dos acontecimentos que de outro modo ficariam ocultos, expõe também, indiretamente, as ocultações do outro lado.⁶⁷

Nosso lado no *front* do Alto Tapajós definiu-se por entendermos o conhecimento produzido na academia, necessariamente, como um compromisso com as necessidades das classes mais carentes nas estruturas sociais contemporâneas⁶⁸. Infelizmente, esse posicionamento não é unânime, pois “há intelectuais, cujo salário é

⁶⁷ José de Souza MARTINS. *Fronteira*, p. 19s.

⁶⁸ Sobre a atuação do cientista a favor da manutenção e fortalecimento do *status quo* do sistema capitalista dominante cf. FALS BORDA, Orlando. “Aspectos teóricos da pesquisa participante”. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Pesquisa participante*. 8. ed., 2. reimp., São Paulo: Brasiliense, 2001; e OLIVEIRA, Arioaldo U. de. “Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI”. In: OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, Marta I. M. *O campo no século XXI*. São Paulo, Casa Amarela, 2004.

pago com dinheiro dos trabalhadores, para pensar estratégias contra os mesmos”⁶⁹. O nosso trabalho de, criticamente, resgatar a história dos ribeirinhos de Mangabal e caracterizar seu modelo de ocupação do espaço objetivou, também, contribuir para levá-los a novos níveis de consciência política, além de cooperar diretamente em sua luta pela terra. Em função desse nosso posicionamento, definiu-se: 1. o papel que ocuparíamos no grupo; 2. o protocolo e a estrutura das entrevistas e, 3. os procedimentos para a efetivação dos resultados do estudo ao grupo.

2.3.1. O lugar do pesquisador no grupo

Orlando Fals Borda conta que, entre as décadas de 1960-70, quando uma revoada de ardentes cientistas partiu das universidades ansiosos para se assimilarem a camponeses e operários, pôde-se assistir um espetáculo de “uma básica falta de respeito pela cultura e filosofia do homem comum”, vitimados por um “extremo objetivismo que só poderia ser explicado como pequeno-burguês”.⁷⁰

Aprendida a lição, buscamos, em Mangabal, um lugar em sua luta pela terra como pesquisadores, sem, evidentemente, qualquer patética encenação onde imaginássemos nos passar por beiradeiros do Alto Tapajós. Sem dúvida,

É uma ingenuidade imaginar que o pesquisador possa se tornar *participante* de grupos cuja situação social exacerba seus critérios de alteridade e torna precisa a linha que neles separa o *nós* e os *outros*. Nada tem menos sentido que a expressão pretensiosa e tola, na boca de muitos pesquisadores, de que estes são “meus índios” ou “meus camponeses”, para se referirem às populações depositárias de seu objeto de estudo.⁷¹

Com muita preocupação com autenticidade, pretendemos ocupar o espaço onde entendemos caber a atuação do pesquisador naquele momento do conflito. Deixamos claro – a eles e a nós –, desde o princípio, nosso comprometimento, o papel e os limites de nossa atuação como pesquisadores: procuraríamos retratar a

⁶⁹ Ariovaldo U. OLIVEIRA. “Geografia agrária...”, p. 63.

⁷⁰ Orlando FALS BORDA. “Aspectos teóricos da pesquisa participante”, p. 49.

⁷¹ José de Souza MARTINS. *Fronteira*, p. 19.

situação vivida de modo a poder denunciá-la às instâncias competentes. É importante dizer que a denúncia era meta presente já no primeiro escopo da pesquisa, indissociável do interesse em conhecer, estudar e entender aquela realidade, que, aliás, seriam quesitos para a serventia e credibilidade do trabalho frente àqueles a quem seria apresentado. A consistência técnica e científica da pesquisa subsidia-ria (ou não) a efetividade da denúncia.

Foi o primeiro contato daquela comunidade com a universidade e “o que éramos” demorou muito a se aclarar. Por diversas vezes, em tom de cobrança ou por pura curiosidade, perguntavam “o que é que vocês vão fazer pela gente?”. A resposta sempre veio rápida: “Nada. Nós não vamos fazer nada”. Por todo tempo, com muita insistência, repetimos e explicamos nossa completa falta de autonomia no to-cante a qualquer ação prática, esclarecíamos – na abertura de todas as reuniões e em todas as outras circunstâncias em que coube – o que éramos e que nosso papel de pesquisadores se limitaria a “contar aquela história” e, esperávamos que fosse ouvi-da pelas autoridades com competência para agir em prol deles. E, caso tivéssemos sucesso e ela fosse ouvida, então, esperaríamos que obtivesse credulidade e fosse priorizada em meio a tantas outras barbáries tão freqüentes no Oeste do Pará, sendo, então, alvo de alguma ação. Caso chegássemos até este ponto, esperaríamos que o empreendido pelas autoridades em favor deles obtivesse sucesso. Enfim, combate-mos muito qualquer ilusão de que tínhamos alguma possibilidade de ação ou decisão que fosse além de “contar suas histórias”. Para a grande maioria, isso ficou bastante claro, como se pode perceber em janeiro de 2006, antes da promulgação da liminar, quando um dos grileiros vizinhos os procurou e, na tentativa de comprar suas pos-ses, disse-lhes que estavam sendo tolos, que jamais conseguiríamos cumprir o que prometemos. A resposta dos beiradeiros foi imediata: “mas eles não prometeram nada!?”.

Naturalmente, sempre houve no grupo aqueles que se envolveram mais no trabalho e outros mais distantes e até desconfiados. Essa divergência assentava-se em pequenas e antigas cisões historicamente instaladas entre eles. Os mais partici-pantes colaboravam, nos primeiros momentos, nos acompanhando e nos apresentan-

do aos vizinhos e, com o desenrolar da pesquisa, coletando assinaturas em abaixo-assinados, reunindo documentos, organizando reuniões etc. Quando os trabalhos de campo terminaram e fomos embora, ficamos, pela primeira vez em mais de um ano, um mês ausentes. Enquanto sistematizávamos os dados e escrevíamos nossas análises, aqueles que colaboraram mais ativamente na pesquisa começaram a ser cobrados pelos outros, tementes de que havíamos abandonado o trabalho e não voltaríamos mais. Foi preciso voltar a Mangabal para acalmar os ânimos e reafirmar nosso comprometimento em levar as denúncias até o fim. Nesse momento, percebemos o quanto, para alguns, não havia ficado claro qual era nosso trabalho. Havia quem esperasse que de nossas mãos saísse “o papel da terra”. Nessa época, uma senhora cobrou ríspida: “E então? Nós estamos esperando, ficamos indo nas reuniões, ficamos assinando abaixo-assinados e não acontece nada. Será mesmo que isso vai sair ou somos nós que vamos ter que sair daqui?”.

Em um mundo marcado pela ausência do Estado, fomos entendidos como Estado. Mesmo sem nunca termos feito qualquer menção a nenhum posicionamento partidário, num dado momento, começamos a ouvir: “olha, não ia, mas agora vou votar no Lula só por sua causa”. Essa confusão piorou quando, no decorrer da pesquisa, houve minha nomeação como “perito *ad hoc*” do Ministério Público Federal, onde ficava encarregado de elaborar um relatório sobre a ocupação de Mangabal para subsidiar a Ação Civil Pública que viria a ser movida pelo MPF contra a Indussolo, seus sucessores e outros grileiros, defendendo a posse dos ribeirinhos. O fato de, então, estarmos “oficialmente” encarregados de relatar aquela realidade a um órgão com poderes efetivos de agir na defesa de seus direitos, acabou por nos dar uma aura de “autoridade”.

Em uma ocasião os beiradeiros estavam sendo pressionados por extratores de palmito que invadiam e roubavam clandestinamente produtos em suas posses. Para documentar o fato, sugerimos que fossem à delegacia de polícia de Itaituba e registrassem um boletim de ocorrência (BO). Quando chegaram a Itaituba, o delegado recusou-se a formalizar a denúncia. A comissão de ribeirinhos procurou-nos assim que saiu da delegacia. Comunicamos o ocorrido ao Procurador Público Fede-

ral que acompanhava o caso e que logo telefonou ao delegado. Em poucos minutos, esse último saía à procura dos ribeirinhos para fazer o BO.

A situação narrada exemplifica diversos aspectos de nosso lugar junto ao grupo. Antes de mais nada, nota-se que, frente à turbacão de sua posse, a primeira atitude deles foi a de nos procurar. Vemos aí que, sem dúvida, somos entendidos como aliados, mas, também, como depositários de certa autoridade frente à postura do delegado. E, de fato, nossa intervençao abriu o caminho por onde eles chegaram ao Ministério Público Federal e, a partir daí, conseguiram o atendimento pretendido. A atribuicão a que nos propomos, de mediadores, interlocutores com o poder público, acabava por se confundir com a competência de agir como esse poder. Não fica claro aos ribeirinhos que, obviamente, o MPF agiu em atendimento ao – e por se tratar do – direito que a lei lhes assegura e jamais em razao do fato da demanda ter-lhe chegado por nosso intermédio.

Os tantos esclarecimentos da limitacão do que fazíamos foi ao encontro da arraigada realidade tão viva do “mundo do favor”, onde mais do que ter direito a algo, importa quem reclama esse direito. O sucesso ou fracasso da reivindicaçao determina-se por quem a faz, independente de sua legitimidade. É claro, não é esse o caso em Mangabal, mas somente na medida em que fortificarem a consciência de seus direitos e suas representacões forem ocupando os canais de diálogo com outras instituicões, brotará a consciência de seu poder político e do quão alta pode ser a sua voz.

2.3.2. As técnicas de entrevistas e coletas de dados

É honesto dizer que muitos dos pressupostos e métodos da pesquisa foram se delineando ao longo do próprio trabalho. Não raro, direcionamentos adotados distanciaram-se muito daqueles pensados em momentos anteriores.

A idealizaçao inicial da pesquisa partia-a em três eixos principais: (1) o levantamento genealógico voltado a conhecer a antiguidade da posse e seu percurso histórico; (2) a caracterizaçao da ocupaçao do espaço, incluindo um le-

vantamento do uso dos recursos naturais, e(3) o exame da documentação da Indussolo, bem como uma investigação que objetivasse encontrar documentos mencionados e “desaparecidos”. Já no princípio dos trabalhos percebemos que os dois primeiros itens se fundiam, tanto em conteúdo, quanto na metodologia de coleta.

A interação entre as sociedades humanas e o ambiente em que estas se encontram é construída historicamente e não há, portanto, como abordar a história de ocupação dos ribeirinhos em Mangabal sem levar em conta as relações entre estes e os recursos naturais. Como diz Benatti,

As relações entre o homem e o ambiente são medidas pelas experiências acumuladas ao longo de gerações em processos históricos particulares, pela cultura, pelos valores sociais e políticos de uma determinada sociedade, e pelas formas espaciais onde se desenvolvem todas essas mediações.⁷²

Comumente, a ocupação da terra marca-se pela modificação da paisagem. Embora menos perceptíveis, modos de ocupação pouco degradantes são regra entre populações caboclas da Amazônia. A autenticidade da ocupação de Mangabal, nesses moldes, ficaria comprometida caso ali encontrássemos uma maior alteração do meio. Para avaliar a porção da área modificada e sua evolução ao longo dos anos, analisamos imagens de satélite Landsat dos anos 2001 a 2005. Os diferentes tipos de cobertura vegetal foram identificados através de análise visual e a confirmação dos tipos vegetacionais se deu após verificação *in loco*.

Também em Mangabal, estudamos o uso do espaço por meio da identificação das espécies animais e vegetais utilizadas, suas finalidades e o padrão de seu uso; bem como as estruturas sociais, políticas e econômicas que eram determinadas – e ao mesmo tempo – determinantes dessa interação.

Para isso, realizamos entrevistas com os beiradeiros que visitamos e que nos receberam em suas casas. Em princípio, a finalidade básica das entrevistas era identificar seus valores sociais e, também, inventariar as espécies considera-

⁷² José Héder BENATTI. *Posse agroecológica...*, p.107.

das importantes para a população. O inventário dessas espécies era feito com o auxílio de guias de campo⁷³. Sempre que possível, os espécimes animais e vegetais de interesse foram fotografados e o material fotográfico obtido enviado a especialistas. Vários espécimes ainda estão em fase de confirmação de nomenclatura.

Não foram adotados questionários fechados. As informações eram obtidas em meio a uma convivência que se prolongou do final de 2004 a 2006. Às informações sobre a distribuição da terra, sobre as espécies utilizadas como fonte de alimento e utensílios, tempo e lugar de sua disponibilidade, agregávamos dados sobre a organização familiar, de trabalho, de cooperação vicinal etc. relacionados com essa utilização. Por exemplo, em Machado, uma das localidades de Mangabal, além de quantificar e qualificar a pesca que se pratica em frente de casa, interessou-nos o fato de ser, essa atividade, praticada pelas crianças (como apresentado no capítulo 5). Também, importou-nos apreender o conhecimento que a população tem sobre os hábitos das espécies com as quais interage, suas preferências, os locais onde podem ser encontradas e sua disponibilidade no ambiente. Ainda, tentou-se observar os valores afetivos e morais vinculados às espécies mencionadas. A pesquisa qualitativa, nesses momentos, serviu como suporte metodológico para esse trabalho, pois elementos como sentimentos, ânsias, angústias, crenças etc. não são passíveis de ser quantificados, e são fundamentais para a compreensão daquela população como agrupamento social, como forma de organização e como sujeito de processos de transformações.

Para caracterizar a ocupação da terra e avaliar a dinâmica de interação com o meio não foram aplicados questionários, mas “entrevistas não-diretivas”⁷⁴. Priorizamos aprender sobre as relações sociais e com o meio durante as vezes em que estivemos presentes em suas festas, reuniões, rezas etc. ou então os acompa-

⁷³ EMMONS, Louise; FEER, François. “Neotropical Rainforest Mammals: a Field Guide”. 2. ed., 1997. University of Chicago Press, Chicago; RIBEIRO, José Eduardo L. da S.; HOPKINS, Michael J.G. et al. S. Flora da Reserva Ducke: Guia de Identificação das plantas vasculares de uma floresta de terra-firme da Amazônia Central. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 1999.

⁷⁴ Segundo a definição de Michel J. M. THIOULENT, in: *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 3. ed., São Paulo, Polis, 1982 [em especial, p. 35].

nhamos no roçado, na floresta, nos campos, nos quintais e nas caçadas e pescarias⁷⁵. O compartilhamento de parte dos resultados desse trabalho (a denúncia) entre pesquisadores e pesquisados potencializou o engajamento dos ribeirinhos em todas as etapas do trabalho. Para todos era claro: o efeito de nossas denúncias dependeria, também, do quanto elas estivessem bem fundamentadas. Vários deles atuaram como “assistentes de pesquisa”, coletando dados ou nos dirigindo às fontes certas.

2.3.3. O acompanhamento do grupo na elaboração e nos resultados da pesquisa

Determinamos que, se queríamos acesso aos dados que seriam fornecidos pelos habitantes, disponibilizaríamos os que tínhamos. O grande anseio dessas pessoas por informações abriu caminho para lidarmos com problemas como a desigualdade da troca e a privatização da interrogação: problemas estruturais da situação de entrevista bem abordados por Liliane Kandel⁷⁶. Frequentemente éramos questionados na maior variedade de detalhes que esclarecessem, em suma, se tinham, ou não, direito a permanecerem naquela terra; se seriam ou não expulsos; o que a lei dizia em relação àquela situação. Com tristeza e incompreensão, perguntavam-nos se era verdade que a terra, onde viviam há várias gerações e sempre entenderam como deles, era “dessa tal de ‘Indussol’”. Nessa relação de mão-dupla, oferecemos, da maneira mais completa possível, a informação que nos foi pedida e tivemos a oportunidade de ouvi-los de uma posição certamente privilegiada.

A cada etapa do trabalho, reuníamos o grupo para informar o andamento das coisas. Porém, o mérito pelo mais completo retorno da pesquisa àquelas pes-

⁷⁵ Quanto maior o tempo de estudo dedicado a essas atividades, maior o universo de dados coletados, de modo que as listas de espécies contidas nesse trabalho estão longe de fornecerem um quadro completo sobre uso de recursos em Mangabal. Certamente, o número de espécies utilizadas está muito além do que pudemos observar no tempo que a isso se dedicou. Contudo, cremos que os dados obtidos são suficientes para caracterizar o modo de ocupação em Mangabal.

⁷⁶ KANDEL, Liliane. “Reflexões sobre o uso da entrevista, especialmente a não-diretiva, e sobre as pesquisas de opinião”. In: THIOLLENT, Michel J. M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 3. ed., São Paulo, Polis, 1982, p. 169-191.

soas não é nosso, mas do Procurador Público Federal, Felipe Fritz Braga, autor da Ação Civil Pública que lhes assegurou a posse da terra.

Dia 19 de abril de 2006, poucos dias após a publicação da decisão judicial, reuniram-se membros de todas as famílias de Mangabal com Ministério Público Federal. Felipe Braga foi além de explicar o significado e os efeitos daquela decisão e entregar, a representantes de cada família, uma cópia da decisão judicial. O procurador retomou todo o processo, desde o recebimento da denúncia até a formulação da peça judicial. Ele deteve-se em cada um dos pontos da pesquisa, comentando o quanto cada um deles auxiliara seu trabalho.

Felipe parabenizou os beiradeiros de Mangabal pelas suas histórias e pelo conteúdo do laudo. Os beiradeiros orgulharam-se do trabalho feito. Com todo mérito.

A importância desse retorno da pesquisa ao grupo estudado foi ressaltada por Fals Borda, para quem “Esse retorno da cultura não pode ser feito de qualquer modo: deve ser sistemático e organizado, e sem arrogância intelectual”⁷⁷. O autor designa esse procedimento como “restituição sistemática” e destaca uma série de regras específicas para sua efetivação. Não seguimos esse protocolo, pois não nos pareceu ajustar-se às peculiaridades da pesquisa em Mangabal. Mesmo porque, como dito, cada passo, cada conquista do trabalho era simultaneamente compartilhado com o grupo. E isso era feito não só de maneira expositiva, mas sempre participando de debates e análises sobre o que se apresentava.

⁷⁷ Orlando FALS BORDA. “Aspectos teóricos da pesquisa participante”, p. 51ss.

2.4. Uma geografia da memória

E ouvimos suas lembranças.

Do registro da memória pessoal dos beiradeiros, integralizou-se uma memória social, familiar e grupal. A vivacidade das lembranças individuais e do grupo, transmitidas de geração a geração, no quadro familiar ou em redes de “sociabilidade afetiva”, opunha-se à “versão oficial” da história daquele espaço e nos deu o “fio de Ariadne” para grande parte dos capítulos seguintes. Muito do exposto se deve à pesquisa e ao estudo da memória coletiva de Mangabal, uma vez que a entendemos como um fator social.

Essa compreensão baseia-se em Maurice Halbwachs, que, com a publicação das obras *Les cadres sociaux de la mémoire* e *La mémoire collective*, foi o principal precursor da abordagem psicossocial da memória, introduzindo uma nova perspectiva de análise à memória, até então, concebida apenas no plano individual. Sob rígida formação durkheimiana, Halbwachs contrapõe-se a Henri Bergson⁷⁸, ao perceber na reconstrução das lembranças a influência decisiva do grupo social. Transpõe-se, assim, um conceito restrito ao plano individual, ao plano social.

Não há no estudo de Bergson uma tematização dos sujeitos-que-lembram, nem das relações entre os sujeitos e as coisas lembradas; como estão ausentes os nexos interpessoais, falta, a rigor, *um tratamento da memória como fenômeno social*.

⁷⁸ *Matière et mémoire*. [Publicado em 1896].

[...]

A lembrança bergsoniana, enquanto conservação total do passado e sua ressurreição, só seria possível no caso (afinal, impossível) em que o adulto mantivesse intacto o sistema de representações, hábitos e relações sociais da sua infância. A menor alteração do ambiente atinge a qualidade íntima da memória. Por essa via, Halbwachs amarra a memória da pessoa à memória do grupo; e essa última à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade.⁷⁹

Para Halbwachs⁸⁰, toda narrativa implica uma atividade de produção de imagens e de lembranças, integrantes do exercício de recordar, um ato de memória entre pessoas. E o tipo de relação existente entre essas pessoas e a própria trajetória do grupo seriam determinantes para a existência e para o sentido dessas lembranças. Assim, defende o autor, a memória do indivíduo se realizaria plenamente apenas por meio de sua participação na vida social do grupo.

Na crítica ao matiz durkheimiano do trabalho de Halbwachs fundamentam-se novas bases de análise da memória coletiva. O interesse volta-se ao processo e aos agentes constituintes da memória. Valoriza-se, então, a oposição entre a “memória oficial” e a “memória subterrânea” das culturas dominadas. Prioriza-se essa última, entendendo-a como um instrumento de resistência de minorias e marginalizados.

Dos trabalhos de Ecléa Bosi⁸¹ extraímos a acepção que julgamos mais apropriada. A partir de suas idéias, vemos, no ato da partilha da memória, uma condição própria da sociabilização e, no traço da lembrança, uma decorrência das peculiaridades da participação do indivíduo na coletividade. Ouvimos em Mangabal lembranças vivas que mostravam o quanto o grupo ocupa a lembrança individual. Nesse particular, muitas delas remetiam às narrativas de testemunho, dos tempos de guerra, que literariamente distinguem-se nas narrativas de memória pelo fato do narrador não ocupar um papel central no enredo, e sim, colocar-se em um ângulo de observador dos fatos e acontecimentos que ele presencia pe-

⁷⁹ Ecléa BOSI. *Memória e sociedade*, p. 54s.

⁸⁰ *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

⁸¹ Principalmente *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 12. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

rifericamente. Isso nos leva a concordar com Halbwachs quando afirma que não há memória individual que não seja mediada por uma fonte coletiva da memória.

Também muito claro é o papel do espaço na construção e na narração dessa memória.

Em outubro de 2005, Dona Clarinda aponta uma retorcida seringueira, ri e, com ar matreiro e constrangido: “tão vendo aquela seringueira ali? pois então, foi eu e o Alvarês que entortamos ela”. Ele foi seu primeiro namorado, há mais de sessenta anos, e a seringueira plantada em Jatobá (Mangabal), acomodação para seus primeiros (e, segundo ela, animados) beijos e abraços.

Halbwachs, em seus primeiros trabalhos, já havia enfatizado “as pedras da cidade”, remetendo às referências materiais, comuns, palpáveis, enfim, espaciais, operantes na constituição das memórias individuais e coletivas.

Em Mangabal, “as pedras da cidade” são essenciais, pois os registros de memória não são fotografias, cartas e outros objetos confinados (e transportáveis) em uma caixa de guardados. A memória se referencia pelo e no espaço. Uma seringueira, como no exemplo de Dona Clarinda, ou o buritizal, onde Seu Chico Caititu narra um lendário enfrentamento com uma onça; a praia onde Dona Tereza Lobo, ainda menina, lavava louça quando foi enlaçada por uma sucuriçu e salva por seu pai; o lugar onde um dia houvera o tronco de um antigo patrão, onde foram torturados e assassinados muitos seringueiros e onde hoje se ouvem e vêem muitas visagens; ou, ainda, a grande cobertura de palha de babaçu onde Seu Abimael celebrava as animadas festas de Nossa Senhora, que hoje são continuadas por um de seus muitos netos.

O espaço e as lembranças dos habitantes de Mangabal fundem-se, e Ulpiano Bezerra de Menezes ajuda-nos a entender esse processo:

O homem não é um ser abstrato, que viva em levitação, mas se enraíza em espaços determinados, espaços que vem assim a funcionar como suporte de comunicação, de inter-relação, de organização de sentido e, enfim, de fecundidade: terra matriz e motriz. O homem “pertence” a um espaço. “Ser de um certo lugar” não expressa vínculo de propriedade, mas uma rede de relações. É o que certas línguas, o inglês principalmente, traduzem com termos es-

pecíficos, como *belonging*. Se com a memória se explora a dimensão temporal do homem, com a “pertença” está em cena o conteúdo espacial da existência. Ora, sou o que sou num espaço ocupado, habitado e, numa palavra, apropriado por muitos outros antes de mim.⁸²

As lembranças e a vida dos beiradeiros de Mangabal amalgamam-se de tal forma ao espaço, que aprendemos muito da floresta e do rio, quando procurávamos uma reconstituição genealógica. Da mesma forma, coletando dados sobre seu uso dos recursos do meio, conhecemos antigos personagens, ascendentes de muitas das famílias que lá vivem. A memória de Mangabal se escora em certos arrimos possíveis e realizáveis apenas naquele espaço. Fundamenta-se em valores ligados à práxis coletiva como as relações de vizinhança, de parentesco e compadrio, de relações de trabalho coletivo e uso comum da terra etc. Inserida nessas estruturas, sustentam-se as lembranças individuais, que, integradas e compartilhadas em um sistema de convenções sociais próprio ao grupo, definem seu caráter social ao integrarem a história da comunidade. E isso é a base para a reconstrução do passado.

No ato de lembrar nos servimos de campos de significados – os quadros sociais – que nos servem de pontos de referência. As noções de tempo e de espaço, estruturantes dos quadros sociais da memória, são fundamentais para a rememoração do passado na medida em que as localizações espacial e temporal das lembranças são a essência da memória.⁸³

A identidade dos ribeirinhos funde-se ao espaço e, daí deriva uma das mais cruéis consequências da expropriação: o desenraizamento. Quando há expropriação da terra, também se expropriam as lembranças na medida em que se perde a matéria prima da memória, o espaço: “[...] há algo na disposição espacial que torna inteligível nossa posição no mundo, nossa relação com outros seres, o valor do nosso trabalho, nossa ligação com a natureza. Esse relacionamento cria vínculos que as mudanças abalam, mas que persistem em nós como uma carên-

⁸² MENEZES, Ulpiano Bezerra de. “Identidade cultural e arqueologia”. In BOSI, Alfredo. *Cultura Brasileira: temas e situações*. 4. ed., 3. impr., São Paulo, Ática, 2002, p. 188.

⁸³ BARROS, Myriam Moraes Lins de. “Memória e família”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Associação de Pesquisa e Documentação Histórica – Cpdoc/FGV, v. 2, n. 3, 1989, p. 30.

cia”⁸⁴, diz Ecléa Bosi, que ao falar do desenraizamento em relação à cidade, ilustra bem a situação do Alto Tapajós, “Nós nos adaptamos longamente ao nosso meio, é preciso que algo dele permaneça para que reconheçamos nosso esforço e sejamos recompensados com estabilidade e equilíbrio. A vida do grupo se liga estreitamente à morfologia da cidade [...]”⁸⁵.

Retome-se o já apontado acima, que ao longo de todo esse trabalho nos referiremos à população de Mangabal como “ribeirinhos” ou “beiradeiros”. Isso se justifica por ser essa a forma como eles próprios se definem. Ora, ambas as designações identificatórias remetem à localização geográfica de onde vivem. Ser beiradeiro não se resume a ter nascido às margens do rio Tapajós. Aliás, em nenhum momento conhecemos alguém que assim se apresentasse tendo somente nascido no “beiradão” e vivido em outro lugar qualquer. O “ser beiradeiro”, muito mais do que origem, define um modo de vida. A expropriação, em um caso como esse, é a destruição de um modo de vida e de uma identidade.

Infelizmente, há inúmeros casos que permitem verificar o triste efeito do desenraizamento em uma situação muito próxima. Entrevistamos várias pessoas expulsas da área onde foi criado o Parque Nacional da Amazônia a partir da segunda metade da década de setenta. Todos parentes dos atuais moradores de Mangabal. Muitos foram incorporados e, ainda hoje, ali vivem. Outros, porém, mudaram-se para Itaituba e, desses, ouvimos duas queixas unânimes. A primeira referia-se a dificuldade de adaptação. É exemplar o caso de um antigo morador da localidade de Mangueira que, após ser expulso pelo IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Florestas), mudou-se para Itaituba, mas remava por três dias, subindo o Tapajós em uma pequena canoa para pescar em frente ao local onde vivera toda sua vida. Sua viúva nos explicou, “ele não sabia pescar em outro lugar”. A segunda grande queixa falava dos sérios problemas e dificuldades para educarem filhos e netos na cidade. Conversando com esses jovens, notávamos a completa ignorância sobre o lugar e a vida que seus antepassados próxi-

⁸⁴ Ecléa BOSI. *Memória e sociedade*, p. 451.

⁸⁵ Ecléa BOSI. *Memória e sociedade*, p. 447.

mos levaram à margem do Tapajós. Com efeito, e num amplo sentido, os velhos diziam-nos de seus jovens: “eles não nos escutam”.

Um dos fatores da desvalorização da fala dos velhos (e dos próprios velhos) é a profunda cisão entre a formação pessoal, entre o saber acumulado do velho e a natureza do trabalho da cidade. Os pais que eram uma sólida referência de conhecimento e destreza, de provedor e de segurança em seu lugar original, na cidade, ao trabalharem como guardas noturnos ou lavadeiras, como que se apagaram, dissolveram-se na ausência de seu lugar, onde era possível a realização de seu saber, de seu reconhecimento social (consolidado pelos laços vicinais que tinha) e, até, sua forma de louvar a Deus. Suas lembranças não desempenham mais o papel de, além de reconstruir um passado ou fragmentos dele, fundar renovadamente um presente ao restabelecer as suas origens⁸⁶. Já não há mais o espaço para que esse futuro possa se realizar. Tudo aquilo que se aprendeu por toda uma vida, e lhes proveu por toda uma existência, já não serve à nova geração como um valor. Como “As idéias de memória e de conselho são afins: *memini* e *moneo*, ‘eu me lembro’ e ‘eu advirto’ são verbos parentes próximos”⁸⁷, a lembrança, neste outro espaço, já não se aplica. “Eis-nos diante de uma espécie de ‘degeneração do tempo’”, diz Carlos Rodrigues Brandão,

De uma “degeneração da consciência aberta ao futuro”, em uma concepção moderna do sentido de história, contra a qual Walter Benjamin irá se voltar. O que a caracteriza? A recusa não só à tradição acumulada pelas gerações do passado. A recusa, também, de sua experiência vivida e, mais ainda, de suas expectativas deixadas-de-viver como um valor para o futuro. O esquecimento, em nome de um *progresso* que, ao estabelecer um *futuro* a partir de si mesmo, coagula a história e elimina dos tempos que hão de vir toda uma possível qualidade de povo.⁸⁸

⁸⁶ Cf. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Memória Sertão: cenários, pessoas e gestos nos sertões de João Guimarães Rosa e de Manuelzão*. São Paulo; Uberaba, Cone Sul; Universidade de Uberaba, 2000. Em especial p. 11.

⁸⁷ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, Biblioteca de Letras e Ciências Humanas da USP, 1979, p. 399.

⁸⁸ Carlos Rodrigues BRANDÃO. *Memória Sertão*, p. 30.

Naturalmente, o desenraizamento não é prerrogativa dos espoliados do Parque Nacional da Amazônia. Podemos nos envergonhar de mais de 500 anos de ações desse tipo, iniciadas com a dominação colonial com bárbaros genocídios e supressões das tradições, passando pela política militar de ocupação da Amazônia e atingindo seu apogeu com a dominação econômica. “No campo brasileiro a conquista acontece sob as formas de monocultura e pastagens. O arroz, a soja, a cana provocam tão forte migração de lavradores que constituem genocídio pelo número dos que vêm morrendo no caminho para o Sul.”⁸⁹. Menção honrosa cabe, também, ao desenraizamento promovido pela criação de Unidades de Conservação de proteção integral em áreas habitadas. O que ocorre é um verdadeiro extermínio de tradições e segregação social encobertos sob o manto da preservação ambiental. E esse último é exatamente o que vitimou a população que habitava o que veio a ser o Parque Nacional da Amazônia, na área contígua à Mangabal.

Aos espoliados do Parque Nacional da Amazônia, a expulsão da terra parece ter causado uma ruptura com suas origens e lembranças, causando com isso um abalo em sua identidade, pois, como lembra Michael Pollak, o sentimento de identidade constitui-se, também, da memória, seja ela individual, seja coletiva, “na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua recordação em si”⁹⁰. E a memória como motriz de sustentação e continuidade do grupo é franca em Mangabal. Percebemos isso, por exemplo, na autoridade atribuída aos mais velhos, essa posição se funda, em muito, por serem eles os detentores de uma memória que fala, também, da origem dos mais novos. Dona Santa é o exemplo maior disso, uma idosa senhora cega há mais de quarenta anos e dotada de uma prodigiosa memória. Sua destacada posição no grupo é reconhecida

⁸⁹ BOSI, Ecléa. “Cultura e desenraizamento”. *Revista de Cultura*. Petrópolis: Vozes, nov.1982, n. 9, p. 12-19; ago.1983, n. G, p. 8-9; set.1983, n. 7, p. 28-32.

⁹⁰ POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Associação de Pesquisa e Documentação Histórica – APDOC, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-216, p. 204.

e legitimada entre as quatro gerações posteriores a sua, como a guardiã da memória coletiva, da história de Mangabal.⁹¹

Em outros casos, como o de Seu Teófilo, Seu Chico Caititu, Seu Natural e muitos outros, a legitimação da autoridade se deve ao grande conhecimento que têm em algum campo específico. Os dois primeiros são eficientes caçadores e conhecedores das madeiras, cipós, ervas e de mais uma infinidade de recursos oferecidos pela floresta. O terceiro é afamado por sua capacidade de localização e conhecimento geográfico da floresta, grotas e igarapés. A transmissão de seus saberes realiza-se por meio de narrativas de suas lembranças que, sempre com muita atenção, são ouvidas pelos mais jovens.

Há, ainda, os casos como os de Seu Quelé, Seu Chico Augusto e Dona Lausminda, que desempenham no grupo funções que mesclam e indistintamente vão do mágico ao medicinal. Fazem partos, benzimentos, orações e são também muito respeitados como “puxadores”, uma fusão de massoterapia e benzedura. Como os exemplos anteriores, eles também são reverenciados em função de um saber patrimonial, acumulado e aprimorado durante toda uma existência.

Para todos eles é muito claro que suas ligações com outra época e a experiência de terem atravessado e sobrevivido a tantos mares lhes confere uma aura de competência. E a ocasião de transmitir essa competência aos mais novos estabelece uma finalidade muito específica à sua velhice. Por outro lado, para os jovens, apropriar-se das experiências do passado é um passo fundamental na constituição de sua identidade como sendo “de Mangabal”, na constituição de sua pertença e na determinação de seu papel no grupo. A relação com a memória não se limita a um contato com o passado, pois, como diz Ulpiano Bezerra de Menezes,

Exilar a memória no passado é deixar de entendê-la como força viva do presente. Sem memória, não há presente humano, nem tampouco futuro. Em outras palavras: a memória gira em torno de um dado básico do fenômeno humano, a mudança. Se não houver memória, a mudança será sempre o fator de alienação e desagregação, pois inexistiria uma plataforma

⁹¹ No capítulo 4 retomamos com maior detalhamento a história de Dona Santa.

de referência, e cada ato seria uma reação mecânica, uma resposta nova e solitária a cada momento, um mergulho do passado esvaziado para o vazio do futuro. É a memória que funciona como instrumento biológico-cultural de identidade, conservação, desenvolvimento, que torna legível o fluxo dos acontecimentos. A memória me interessa porque estou vivo, aqui e agora.⁹²

Assim, longe de limitar-se a mera contemplação, a comunicação enraizada com o passado, de forma alguma, poderia ser tomada como uma orientação reacionária. Nas lembranças registradas em Mangabal, ouvimos narrativas a respeito do passado, eivadas de subjetividade que não é senão a expressão de valores pessoais e coletivos. O exercício de lembrar, continuamente, desempenha um papel de localização identificatória dentro de um universo de significados que compõe, por sua vez, a identidade do grupo. Continuamente, a memória insere a história do indivíduo na história da coletividade. E o mais forte é o sentimento de pertença a um grupo e a uma terra, e isto é uma forma de expressão de identidade dos beiradeiros. Identidade, territorialidade, memória e pertença são fundamentais e estão sempre inter-relacionados no caso das comunidades ribeirinhas, quilombolas e de outros grupos rurais. Esse é um movimento contínuo e auto-renovador, como mostra Brandão:

Quando nos apropriamos de experiências e expectativas do passado, uma “atualidade autêntica” é então acreditada como o lugar do processamento da tradição, no exato momento em que o gesto motivado de resgate incorpora a experiência culturalmente deixada como tradição ao nosso tempo de desejo e de trabalho da inovação. Ao nosso fecundo anseio do novo do sempre novo. Eis como a tradição-e-inovação fundem-se, tornando-se indistinguíveis, realizam-se em nós, em nossa experiência atual em direção ao futuro, uma pela outra e nunca através de uma oposição de contrários, dentro de uma concepção de sentido da história como simples trama de causa e efeitos, de efeitos e de influências.

De um ponto de vista de atualidade inovadora, o olhar dirigido ao futuro aponta para o passado. Aponta para substratos de experiência realizada e representada por uma geração de passado em seu tempo, e por nós a partir deles, no nosso tempo. Experiência legada que, “como pré-história que vai, em cada caso, ao que é nossa

⁹² Ulpiano Bezerra de MENEZES. “Identidade cultural e arqueologia”, p. 185.

atualidade através da cadeia de um destino geral”. A meu ver, é essa a idéia do *destino geral*, do destino comum, de um como-destino, o ponto de partida de todo o pensamento aqui; não estamos diante de uma história dos acontecimentos *na e como* uma história que a todos envolve. Ela abarca não apenas os sujeitos de cada geração e nos tempos e desafios de cada geração, mas o intervalo dos enlaces entre as gerações. No ponto sem ruptura, onde cada geração presente torna-se responsável por si mesma, pelas gerações vindouras e pelo destino não realizado das gerações do passado.⁹³

A adaptação por vários ciclos econômicos e, mesmo, diferentes situações dentro de cada um deles, mostra como, em Mangabal, tradições alicerçaram realizações que acabaram por re-traduzir seu legado cultural. Os marcadores temporais presentes nas memórias de Mangabal dão conta da conturbada dinâmica socioeconômica atravessada pelo grupo.

A localização temporal dos fatos lembrados referencia-se, comumente, em períodos divididos por ciclos socioeconômicos marcantes: “no tempo do carrancismo”, “depois que os patrões foram embora”, “no tempo da mariscagem” “quando começou o garimpo aqui no Tapajós”, “depois que acabou o ouro”. Quando foi preciso situar um fato com maior precisão, como por exemplo, datas de casamentos, batizados, nascimentos etc., para que pudéssemos limitar o campo de procura nos livros de batistérios e cartórios, sempre fomos socorridos pelas mulheres de Mangabal. Para elas, os acontecimentos eram inseridos em uma linearidade cronológica marcada por nascimento e crescimento dos próprios filhos, mortes, acidentes, doenças, mudanças de moradia etc.

O estabelecimento de grandes troncos familiares permitiu a manutenção da memória familiar e, claramente, a territorialização desta população em Mangabal permitiu esse específico molde de estrutura familiar. Suas peculiaridades ficam nítidas mediante contraste com o registrado por Deborah Lima e Edna A-

⁹³ Carlos Rodrigues BRANDÃO. *Memória Sertão*, p. 30s.

lencar, em interessante artigo sobre *A lembrança da História na várzea do Médio Solimões*:

No processo de relembrar observamos que os antepassados não ocupam lugar de prestígio na memória dos narradores, pois eles lembram apenas de fatos e lugares que estão associados até a segunda geração ascendente. Na maioria das vezes não lembram os nomes ou os locais de origem dos avós, principalmente se estes são originários de regiões que não conhecem ou que ouviram falar muito pouco. O silêncio dos narradores sobre os avós se deve à quebra das raízes familiares causada pela emigração. Assim, por causa da mobilidade, uma geração lembra dos lugares onde morou, mas não sabe o que aconteceu quando os avós eram vivos. O desenraizamento aparece assim como uma condição desagregadora da memória [...]⁹⁴

Muito diferente, em Mangabal, avós, e até bisavós, são importantes referências, sempre lembrados com muita clareza. Isso se deve a dois principais fatores. O primeiro – que supomos não conter grande diferença do que acontece na várzea do Médio Solimões – é a precocidade da maternidade. É comum ser mãe aos 13, 14 anos, quando não antes, e avó antes dos trinta. Mais comum ainda, é a criança ser criada pelos avós (a quem chama de pais). Dona Lausminda de Jesus, por exemplo, teve seu primeiro filho aos 12 anos, criou netos, bisnetos e, hoje, está ansiosa para que a bisneta de 15 anos engravide: “não sei o que ela tá esperando, eu quero ser tataravó”. O segundo fator é certamente, a estabilidade na terra, ou melhor, a dinâmica de mobilidade circular e restrita a locais onde todos possam manter-se próximo às famílias, como demonstramos anteriormente.

A permanência na terra possibilitou a formação de grandes – e coesos – grupos familiares. No capítulo 4 comentaremos o exemplo de Abimael Siqueira dos Anjos, que viveu e morreu tendo visto seus 12 filhos se fixarem ao seu redor, nas proximidades de Jatobá (localidade de Mangabal, onde hoje vive Abimael Neto). Ele e sua esposa Zila Ramos Braga são referências fortíssimas, presentes em quase todas as narrativas de memória de infância de seus netos e bisnetos. No

⁹⁴ Deborah de Magalhães LIMA & Edna Ferreira ALENCAR, *Lusotopie*, 2001 : 27-48, p. 43.

início do nosso trabalho de reconstituição genealógica, era comum apresentarem-se a nós dizendo: sou fulano, “neto de Abimael”.

“Seu Abimael Siqueira” faz parte da reconstrução de um passado compartilhado não só por seus muitos descendentes, mas por todo o grupo. Em relatos quase que mitificados, todos imitam as peculiaridades de seu modo de falar, contam de sua tradicional festa, de sua hospitalidade e de sua rigidez: “não admitia que ninguém sentasse na mesa sem camisa. E, seja quem quer que fosse, se tivesse cabeludo, ele vinha por trás e cortava o cabelo do sujeito”. Além de Abimael, vários outros são referências de uma história coletiva em Mangabal: Dona Engrácia, lembrada por todos como competente parteira e hábil piadista (o apelido Engrácia, como foi chamada por toda a vida e como hoje é lembrada, remete ao fato dela ser sempre engraçada). A lista poderia se estender com outros como a Véia Teté (Thereza Pimenta Lobo), Toti Coitinho, Toti Geraldo, Raymunda Palhares etc.

Seria pertinente perguntar se a pesquisa realizada não alterou a concepção de família em Mangabal. Explicando melhor: a situação de acesso relativamente livre à terra, uma realidade de até recentemente, não relacionava, diretamente, vínculos de hereditariedade com o direito à terra. Nos trabalhos de elaboração do laudo, já em meio a situação de ameaça da expulsão pela Indussolo, um dos primeiros atos foi explicar a todos a natureza de nosso trabalho e a necessidade da reconstituição genealógica: provar uma antiga ocupação. Uma ocupação que seguia de pai para filho. E, assim, ainda que indiretamente, vinculou-se – não o direito, mas – a possibilidade de segurança na terra com os laços de hereditariedade. Descender de antigos habitantes indicava a chance de ter reconhecido e assegurado seu lugar em Mangabal.

Certamente isso influenciou diretamente, não tanto o conteúdo, mas a frequência das narrativas de lembranças entre os ribeirinhos. Sem dúvida, a necessidade de lembrar para atender uma demanda específica e objetiva, alimentou as falas. Quanto ao conteúdo, acreditamos que o que foi dito, só o pôde ser por estar vivo e só se manteve vivo por fazer parte da memória coletiva. Parece óbvio que

nunca, entre eles, se falou tanto e se rememorou tanto sobre seus antepassados em tão pouco tempo, mas é igualmente óbvio que ninguém pode falar aquilo de que não se lembra.

Porém, mais do que a demanda para a elaboração do laudo, o que permitiu ouvirmos as mais impressionantes histórias foi o ambiente criado, em diversas ocasiões, propício a invocar fatos do passado. Uma das mais significativas narrativas que pudemos registrar brotou da conversa entre duas primas, ambas com quarenta e poucos anos. Em novembro de 2005, amontoavam-se dúvidas na reconstituição genealógica e pedimos ajuda a Wanderléia e Odiléia. Instigadas pelas perguntas sobre quem era filho de quem, após nos responderem, voltavam-se uma a outra e rememoravam histórias de sua infância e outras ainda mais antigas, que ambas ouviam da avó Zila Ramos Braga. Pararmos o que fazíamos e começar a anotar suas histórias interrompeu abruptamente a fluidez e as gargalhadas das duas primas.

De modo geral, podemos dizer que as mais profícuas falas foram registradas fora das entrevistas, em momentos de maior descontração, longe de gravadores ou cadernos de campo. Porém, nas diversas formas de coleta dessas informações, essa captação deu-se sempre criticamente, caso contrário, coadunaríamos com os ataques a esse tipo de pesquisa, que a rotulam como um tipo de agitação junto a uma coletividade sem requisitos ou posicionamentos científicos.

Destituir da oralidade seu valor documental, principalmente para fins comprobatórios de tempo e forma de ocupação da terra, equivale a relegar o patrimônio cultural da maioria dos povos da floresta a uma condição de “subinformação” e a tolhê-los de defenderem seus territórios usando a sua forma peculiar de se documentarem.

Como veremos a seguir, os beiradeiros de Mangabal (como as demais populações nativas da Amazônia) representam um efetivo obstáculo para a a-

propriação privada (e comumente fraudulenta e ambientalmente degradante) da terra pelo grande capital. E a memória do grupo, especificamente, pode constituir-se como um decisivo instrumento a evidenciar as fraudes fundiárias das quais são vítimas e que se abatem sobre suas terras.

Por outro lado, um tradicional e eficiente modo de expropriação das populações nativas da Amazônia consiste, justamente, no empenho de destruir-se a memória coletiva, o que é feito, sempre, sob os auspícios do discurso “do desenvolvimento e do progresso”.

3. Antecedentes históricos

As margens do rio Tapajós eram ocupadas por diversas nações indígenas. Antigos relatos, como os de Barbosa Rodrigues⁹⁵, de 1872, e os de Frei Pelino de Castrovalvas⁹⁶, de 1871 a 1883, registram, nesse tempo, a presença contínua somente dos Mundurucus e dos Maués, sendo as outras etnias extintas, migradas ou, quando muito, apenas de passagem pela região.

Em meio aos índios, também “Algumas barracas seringueiras apparecem pela margem: de homens que atraz de um lucro fallaz, sujeitam-se a passar todo o verão na mata, sem um só companheiro, vivendo vida de condemnado, e de animal.”⁹⁷ Não só esses, mas também índios envolviam-se na extração da borracha:

Toda essa população vive pobre e miseravelmente, alimentando-se de peixe e caça, não cultivando, senão alguma mandioca, ou banana, por estar toda distrahida na extracção da gomma elastica, que os negociantes a tirarl-a, para pagamento dos generos que ahi vendem por preços fabulosos. A moeda entre elles quasi não é conhecida porque todo o commercio é feito por permuta de generos.⁹⁸

A frequência de encontros dos viajantes naturalistas com embarcações de

⁹⁵ RODRIGUES, João Barbosa. *Rio Tapajós*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.

⁹⁶ CASTROVALVAS, Pelino de. *O rio Tapajós, os capuchinhos e os índios mundurucus*: 1871-1883. São Luís: Lithograf, 2000.

⁹⁷ Rodrigues, *O rio Tapajós*, p. 96.

⁹⁸ *Idem*, p. 124s.

comerciantes no Alto Tapajós⁹⁹ indica uma atividade consolidada já nos meados do século XIX. “Com efeito, comerciantes, grande parte deles portugueses, eram os navegadores por excelência da bacia do Amazonas.”¹⁰⁰ Frei Pelino Castrovalvas, em 1871, quando incumbido de fundar uma missão capuchinha no Alto Tapajós, teve grande dificuldade em interpor-se entre os regatões¹⁰¹ e os índios, pois, segundo ele, os regatões “tendo outrora enganado aquela pobre gente trocando coisas de pouquíssimo valor por quintais de borracha elástica, quereriam ainda hoje continuar tão injusto negócio”¹⁰². E decide: “nenhum regatão poderia negociar com os índios, a não ser em minha presença e sob a minha fiscalização e vigilância”¹⁰³. Para garantir o cumprimento de seus arbítrios, constrói uma “casa de punição” e monta um pelotão de índios sob o seu comando. Frei Pelino foi processado por comerciantes e políticos locais, “acusado de ter-se dedicado mais aos negócios do que às boas obras”¹⁰⁴. De fato, o próprio frei apresenta dados de uma considerável produção de borracha na Missão Bacabal, com uso da mão-de-obra indígena.¹⁰⁵

Últimas décadas do século XIX. O mercado da borracha explodia enfrentando, como fator limitante, a escassez de mão-de-obra e a resistência indígena em defesa de seus territórios e de sua liberdade. A alternativa encontrada foi um programa de imigração nordestina para áreas de seringais, financiado pelas casas aviadoras de Belém e Manaus. Segundo Octávio Ianni, “Muitos foram os nordes-

⁹⁹ Além das referências citadas, leia-se também: CASTELNAU, Francis (1812-1880). *Expedições às regiões centrais da América do Sul*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1949; ALMEIDA, Candido Mendes de (1818-1881). *Memórias para a história do extinto Estado do Maranhão cujo territorio comprehende hoje as Provincias do Maranhão, Piauí, Grao-Para e Amazonas*. Rio de Janeiro, J. Paulo Hildebrandt, 1874; CHANDLESS, W. “Notes on the River Arinos, Juruena, and Tapajós”. *The Journal of the Royal Geographic Society*, London, n. 32, pp. 268-280, 1862; LANGSDORFF, Georg Heinrich von. *Catálogo completo do material existente nos arquivos da “Expedição científica de G. I. Langsdorff ao Brasil, 1821-1829”*. Brasília, Secr. Patrimônio Histórico Artístico Nacional, 1981.

¹⁰⁰ PANTOJA, Mariana Ciavatta. *Os Milton: cem anos de história nos seringais*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2004, p. 82.

¹⁰¹ Regatão é a denominação tanto para as embarcações comerciantes que transitam o rio, quanto para os donos e gerentes dessas embarcações.

¹⁰² Castrovalvas, *O rio Tapajós, os capuchinhos...*, p. 75.

¹⁰³ Idem, p. 112s.

¹⁰⁴ Coudreau, *Viagem ao Tapajós*, p. 36. Também em BRASIL, Raimundo Pereira. *O rio Tapajós na Exposição Nacional da Borracha de 1913 no Rio de Janeiro*. Itaituba, s.n., s.d.

¹⁰⁵ Castrovalvas, *O rio Tapajós, os capuchinhos...*

tinios levados para os trabalhos da borracha. Ao lado do *caboclo* e do *índio* amazônicos, o *nordestino* representou um contingente muito importante da mão-de-obra dedicada à borracha. Muitos eram principalmente cearenses.”¹⁰⁶ No Pará e no Amazonas, em apenas 28 anos (1872-1900), a população foi de 329.000 para 695.000 habitantes¹⁰⁷. No Alto Tapajós, o movimento migratório parece ainda ter se prolongado pelo menos até o final da primeira década do século XX. Houve ainda, durante a Segunda Guerra Mundial, um outro momento de intensificação migratória para a extração de borracha na Amazônia e, novamente, o Nordeste foi a principal origem dos trabalhadores. Itaituba recebeu considerável número desses “soldados da borracha”, como ficaram conhecidos. Esse é o caso de Cícero Araújo, até hoje morador de Mangabal, mais especificamente, da Ilha da Montanha, que se fixou na região ao casar-se com uma descendente de índios munduruku, cuja família também vivia da extração da borracha. Porém, são raros os registros de migrantes dessa época estabelecidos em Mangabal. Provavelmente, isso se deva a uma relativamente densa ocupação da região por descendentes dos nordestinos chegados no primeiro ciclo da borracha e que permaneceram na terra.

Com efeito, em 1895, Henri Coudreau registrava que, onde hoje é o Parque Nacional da Amazônia, “no Igarapé Mambuaizinho que fica na margem esquerda, contam-se não menos que uns 500 maranhenses, todos também ocupados na extração da borracha.”¹⁰⁸ Assim vieram para os seringais às margens do Alto Tapajós, muitos dos ascendentes dos ribeirinhos que hoje estão sendo expulsos.

Na verdade, assim chegava àquelas florestas apenas a metade masculina de seus ascendentes. A falta de mulheres entre os imigrantes reproduziu o modelo de união com índias¹⁰⁹. São muito comuns relatos como o de Dona Raimunda Cecília de Araújo, nascida em 1938, moradora de Mangabal, que lembra bem do enredo como o avô cearense roubara sua avó índia. A assinatura desse padrão assimétrico

¹⁰⁶ IANNI, Octávio. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. 2. ed., Petrópolis: Vozes, 1979, p. 46.

¹⁰⁷ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 137.

¹⁰⁸ Coudreau, *Viagem ao Tapajós*, p. 29.

¹⁰⁹ Cf. GALVÃO, Eduardo. *Encontros de sociedades tribal e nacional*. Manaus, Editora do Estado do Amazonas, 1966.

de miscigenação está gravada, ainda agora, no sangue de seus descendentes. Quando a composição genética da população amazônica é estudada com detalhes, nota-se, que, as variantes dos genes transmitidos ao longo das gerações apenas por via paterna (os do cromossomo Y) são em sua maioria similares às variantes ibéricas. As formas gênicas herdadas de mãe para filha (as do DNA das mitocôndrias), pelo contrário, são majoritariamente idênticas às das mulheres indígenas.¹¹⁰

Essa contribuição da mulher indígena na formação dos grupos familiares esteve longe de limitar-se à simples assimilação. A falta de mulheres nos seringais fez da índia um valorizado “artigo”. Capturadas e vendidas ou tomadas como esposas, foram vítimas de imensa violência.¹¹¹

Como dissemos, essa população de seringueiros era vítima de opressões e explorações perante os seringalistas. Mas, foram, também, coadjuvantes na espoliação da população indígena da região¹¹². A violência não foi somente dirigida às mulheres; são vários os relatos de conflitos e lutas com índios que tentavam defender seu território. Comuns e ocorridos até recentemente, como registra um antigo morador de Mangabal:

Meu filho Antonio Siqueira foi atirado por índio no dia 22 de dezembro de 1955 cortando seringa em companhia de seu irmão Almiro no local Bonjardin. Por intermédio do gerente da Alto Tapajós, o Sr. Roque Pinto, foi conduzido para Fordlândia onde chegou no dia 27, às 10 horas da noite, no hospital onde foi tratado com cuidado pelo Dr. Mário Roza, o qual lhe deu alta no dia 2 de março de 1956.

Graças a Deus.¹¹³

¹¹⁰ SANTOS, Sidney E. B.; RODRIGUES, Jackson D.; RIBEIRO-DOS-SANTOS, Ândrea K.; ZAGO, Marco A. “Differential contribution of indigenous men and women to the formation of an urban population in the Amazon region as revealed by mtDNA and Y-DNA”. *Am J Phys Anthropol.*, n. 109, pp. 175-180, 1999.

¹¹¹ WOLFF, Cristina Scheibe. *Marias, Franciscas e Raimundas: uma história das mulheres da floresta Alto Juruá, Acre – 1870-1945*. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

¹¹² É importante, porém, notar que há sensíveis diferenças conceituais entre os conflitos de índios com seringueiros e desses com as grandes empresas, conforme MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981; em especial p. 109 ss.

¹¹³ *O livro da vida de Abimael Siqueira dos Anjos*. Manuscrito cedido pelo filho do autor, Simar Siqueira dos Anjos [cf. FIGURA 2].

FIGURA 2 – Reprodução de uma página do manuscrito *O livro da vida de Abimael Siqueira dos Anjos*. Cedido pelo filho do autor, Simar Siqueira dos Anjos

As narrativas de raptos de mulheres índias, apesar de comuns, são antigas e, falam de um momento e de uma estratificação dentro de um mesmo nível social. Há que se registrar a naturalidade com que essas histórias, sempre muito violentas, são contadas até mesmo pelas mulheres. Os descendentes diretos dessas índias (capturadas, “amansadas” e forçadas a estabelecerem vida conjugal) identificam-se com captura¹¹⁴. É comum ouvirmos certo tom de heroísmo na narrativa de como uma avó fora pega “a laço”. Olha-se sempre pelo

¹¹⁴ Cristina S. Wolff também percebeu esse efeito nos seringais do Alto Juruá, cf. WOLFF, C. *Marias, Franciscas e Raimundas...*

ângulo do violentador, nunca pelo da vítima. Essas velhas histórias falam de um momento e de uma estratificação dentro de um mesmo nível social. Hoje, sem sugerir que essa diferenciação tenha acabado, é perceptível uma transformação nos modos de se verem, ribeirinhos e índios, frente a uma ameaça comum: o grilo. Dona Santa, uma senhora de Mangabal que impressiona pela clareza e lucidez com que se expressa, referindo-se às ameaças que hoje sofre para que abandone a terra, sintetiza: “Hoje eu entendo. A gente fez com eles [os índios] o mesmo que estão fazendo com a gente agora.”¹¹⁵ Esse processo é fundamental para se pensar os movimentos que nascem das alianças dos povos da floresta.

Compreender a presença das mulheres índias na constituição dos grupos familiares de Mangabal é fundamental para entendermos o modo de ocupação e de reprodução naquele espaço. Por isso, há que se evitar o reducionismo da vitimização da índia, pois, assim, sua incorporação aparece como algo “que não oferece nada para o futuro, pois fala somente das derrotas, de subjugação e de esquecimento. Fazemos com elas mais uma violência. Ao contrário, pensar essas mulheres também como sujeitos, que interagem com outros na sociedade dos seringais, pode nos trazer elementos novos para a compreensão dessa sociedade.”¹¹⁶

¹¹⁵ Maria Raimunda da Silva Palhares, conhecida por Dona Santa, em entrevista ao autor em 19 out. 2005.

¹¹⁶ Wolff, *Marias, Franciscas e Raimundas...*, p. 169. Sobre as mudanças culturais provindas da exogamia e de sua importância fundamental no processo de adaptação, ver: MORAN, Emílio F. *A ecologia humana das populações da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1990.

FOTO 6 – Januário dos Santos Rocha. Um dos patrões do final do século XIX. Fotografia que estava num baú de guardados deixado por uma de suas filhas, Adelina Rocha Siqueira, para sua afilhada, Zila Braga Siqueira dos Anjos, com quem morou em Mangabal até morrer em 1972, e lá foi sepultada. O baú continua em Mangabal, hoje com Odiléia Braga da Silva, neta de Dona Zila

Com relação à gênese da ocupação da terra na região de Mangabal, há que

se ressaltar as diferenças em comparação com as áreas do Pará não produtoras de borracha. Como a economia extrativista dependia muito mais do controle da mão-de-obra do que da terra, não se formaram os latifúndios como na região do Sul do Pará. Os seringais, comumente, eram em terras não reclamadas. Frei José Audrin explica que “se quiserem bem compreender a natureza da lavoura sertaneja, devem afastar a idéia de parcelas de terreno, adquiridas por herança ou compra, registradas em cadastro, delimitadas ou cercadas por arames ou valetas.”¹¹⁷ Esse quadro era ainda mais acentuado na região como a do Alto Tapajós, pois, nas

regiões rio acima, onde era menos comum a posse formal da terra, o patrão local ou a firma aviadora mantinha um controle *de facto* sobre enormes extensões de terra e só ocasionalmente adquiriam a terra através de registro e demarcação. Conforme assinalou um político paraense, como os agrimensores cobravam muito mais do que o valor da terra, poucos eram os posseiros que poderiam enfrentar as despesas para definir os limites de sua propriedade.¹¹⁸

“Onde o trabalho é livre, a terra não é. Se a terra é livre, o trabalhador não poderá ser.” – disse uma vez o professor José de Souza Martins¹¹⁹. A realidade dos seringais do Alto Tapajós encena seu dizer. A principal forma de controle dos patrões, não se dava ao limitar o acesso à terra, mas por mecanismos de endividamento, que derivou em escravidão por dívida¹²⁰. Isso perdurou ainda muito tempo e, lentamente, foi acabando. Seu Toti, um senhor nascido (e até hoje residente) em Mangabal no início da década de 1930, filho de um imigrante cearense, ao narrar suas lembranças, conta do fim da escravidão – decretada por Getúlio Vargas!¹²¹ Todos os seus contemporâneos referem-se aos tempos da alta da borracha como o “tempo do carrancismo”, forma de coerção que se valia livremente do terror e da violência. Ianni comenta que

¹¹⁷ AUDRIN, José M. *Os sertanejos que eu conheci*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963, p. IX.

¹¹⁸ WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec, 1993, p. 193.

¹¹⁹ Comunicação pessoal, 2000.

¹²⁰ Uma vasta discussão sobre as dinâmicas de escravização por endividamento nos seringais está em Weinstein, *A borracha na Amazônia...*

¹²¹ Entrevista concedida ao autor em 11 de outubro de 2005.

O seringueiro não passava de um prisioneiro do sistema de aviação, do comércio, do crédito, da violência privada do patrão. [...] na Amazônia a terra era farta e livre, ao mesmo tempo em que escasseava a mão-de-obra. Nesse ambiente o seringueiro não podia ser um trabalhador livre, um assalariado. Se fosse, um trabalhador livre, de posse de seu salário, logo estaria em condições de seguir adiante.¹²²

Com o declínio do tempo áureo da economia da borracha, após 1912, os pilares comerciais e do sistema de escravização começam a ruir. “Os ‘barões’ da borracha perderam o poder absoluto e as fortunas que possuíam. Escândalos internacionais atraíram a atenção do mundo para a escravização do seringueiro da Amazônia.”¹²³ Paralelamente a esse enfraquecimento, outras formas começam a se estruturar:

Em muitos lugares, ou ressurgiu, ou nasceu pela primeira vez, um setor camponês. Ao mesmo tempo em que ocorriam a crise, a estagnação, o retrocesso ou a decadência do monoextrativismo da borracha, ocorria também o rearranjo das forças produtivas e das relações de produção. É verdade que houve fuga e debandada de aviadores, seringalistas e seringueiros. Houve o abandono de centros, beiras (ou margens) e cidades. Mas também houve alguma recomposição de atividades econômicas e sociais, nos mesmos lugares ou em outros. [...] Ao decair o monoextrativismo da borracha, voltado para o comércio e indústria externos, ocorreu a diferenciação das atividades produtivas voltadas para o consumo e o comércio internos, principalmente locais. Diferenciou-se o extrativismo em coleta, caça e pesca; ao mesmo tempo, formaram-se roças e criações. Constituiu-se um setor camponês razoavelmente significativo, mas disperso no espaço ecológico.¹²⁴

Joseph Woodroffe, em 1915, sintetizava: “quase todo seringueiro possui agora sua roça de mandioca, feijão, milho ou banana.”¹²⁵ E José de Souza Martins, ao falar da Amazônia, elucida com precisão o que viveram os seringais das margens do rio Tapajós em Itaituba:

¹²² Ianni, *A luta pela terra*, p. 55.

¹²³ WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica*. 2. ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977, p. 107 apud Ianni, *A luta pela terra*, p. 60.

¹²⁴ Ianni, *A luta pela terra*, p. 63s.

¹²⁵ WOODROFFE, J. *The Rubber Industry of the Amazon*. London, 1915, p. 121 apud Weinstein, *A borracha na Amazônia*, p. 273.

Quando a economia da borracha entrou em crise e decadência aí por 1910, muitos desses empreendimentos extrativos, que eram essencialmente comerciais e não agrícolas, simplesmente encerraram suas atividades. Ficaram para trás os trabalhadores, dedicados à própria subsistência e comercialização de excedentes em pequena escala. Essencialmente, houve um refluxo da economia, expresso diretamente no retorno a uma economia baseada na produção direta dos meios de vida por parte dos trabalhadores. Isso tinha sentido, porque os donos de seringais e castanhais eram meros posseiros ou foreiros que haviam arrendado suas terras do Estado. Portanto, a partir desse momento, a frente de expansão ficou caracterizada como uma frente demográfica de populações camponesas e pobres residualmente vinculadas ao mercado. Em vez de estagnar, continuou crescendo e se expandindo pela chegada contínua de novos camponeses sem terra originários sobretudo do Nordeste, no caso da Amazônia, que foram ocupando as terras real ou supostamente livres da região.¹²⁶

Dos mais velhos, apuramos, hoje, os relatos ouvidos de seus pais, de como muitos padrões simplesmente desapareceram de uma hora para a outra. Não era a terra que tinha valor, era a estrada de seringa e o contingente de trabalhadores para explorá-las. “A mão-de-obra tudo vale e a terra, quase nada.”¹²⁷ Comumente, a posse não era medida e valorada por unidades de área, mas pelo número de estradas de seringa, como observamos no memorial descritivo de um imóvel reproduzido em um “Auto de penhora e depósito”, de 29 de junho de 1914, corrido em Itaituba, distrito judiciário de Santarém:

uma posse de terras denominada Mergulhão, situada ao lado do rio Tapajós, neste município, limitando do lado de cima com Lélío Corrêa Lobato ou herdeiros de Manoel Raymundo Lobato, pelo lado de baixo com o tenente-coronel Galdino Maximiano de Souza, pelos centros com João Brigido da Costa e Amaro Martins Ferreira e pela frente com o rio Tapajós, contendo treze estradas de seringueiras em estado de corte, uma baraca coberta de palhas e algumas árvores frutíferas.¹²⁸

¹²⁶ MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec: 1997, p. 178s.

¹²⁷ EDWARDS, William H. *A Voyage up the River Amazon*. Philadelphia, 1847, p. 83 apud Weinstein, *A borracha na Amazônia*, p. 193.

¹²⁸ Certidão de inteiro teor do Auto de penhora e depósito, cedida por Odila Braga dos Anjos, que herdou o documento de uma das filhas do Major Januário dos Santos Rocha, que vivera, até morrer na casa do pai de Odila, Abimael Siqueira dos Anjos.

Isso torna compreensível que os grandes patrões tenham simplesmente abandonado suas posses. Só em Mangabal e em suas proximidades, são exemplos Raymundo Pereira Brazil, Galdino Maximiano de Souza, Nelson Lages Carneiro, entre outros. Porém, muitos dos parentes (pobres) e agregados, empregados nestes seringais, acabaram por ficar e se sedimentar no local. Ianni, enfocando mais especificamente a região do Araguaia, afirma que após a crise do monoextrativismo da borracha

houve seringueiros, seringalistas e comerciantes que se converteram a outros extrativismos, ou à pecuária e a agricultura, para viver e manter a família e agregados. Reduziu-se o segmento mercantil e cresceu o segmento de subsistência das unidades agrícolas, pecuárias e extrativistas que se constituíram após a crise e decadência da borracha.¹²⁹

A partir desse momento, segundo Ianni, “houve o puro e simples abandono dos lugares com a reconversão das terras de cauchais e seringais em terras devolutas”¹³⁰ ou a formação de “sítios fazendas e latifúndios”¹³¹. Esse momento, se processou de forma um pouco diferente nos seringais do Alto Tapajós. A observação dos dados de produção mostra que, em meio à enxurrada de falências de 1913, a produção de borracha não apresentou nenhuma queda abrupta e expressiva. Para essa região de exploração tardia, vale a observação de Barbara Weinstein:

Já em 1913, há relatos de seringueiros que, não conseguindo mais ganhar a vida com extração do látex, estavam abandonando suas estradas em grande número. Contudo, as estatísticas de produção desses anos parecem contraditar essa versão dos fatos: embora as exportações de borracha nunca voltassem a atingir seus níveis de 1910-12, o declínio da produção foi gradativo e interrompido por aumentos ocasionais, o que indica somente uma perda desprezível de trabalhadores.¹³²

Os seringalistas de maior porte, com grandes empreendimentos comerci-

¹²⁹ Ianni, *A luta pela terra*, p. 86.

¹³⁰ *Ibidem*.

¹³¹ *Ibidem*.

¹³² Weinstein, *A borracha na Amazônia*, p. 271s. Ver também Pantoja, *Os Milton*, p. 100s.

ais, faliram e abandonaram a terra – antigos livros do cartório de Itaituba enchem páginas com escrituras de dissolução de firmas comerciais nessa época. Mas com seringueiros e, até, com alguns pequenos patrões e comerciantes não foi exatamente assim. No Alto Tapajós, alguns ramos empobrecidos das famílias de pequenos donos de seringais, como João Siqueira dos Anjos, Januário dos Santos Rocha, Raymundo Matheus Pimenta, Lélío Corrêa Lobato, Domingos Caetano Lobo entre outros¹³³, acabaram por ficar na terra e, até hoje, encontramos seus descendentes em Mangabal. A grande diferença para a situação estudada por Ianni, em Conceição do Araguaia, é não ter havido no Alto Tapajós a formação de fazendas e latifúndios. As transformações no modo de ocupação da terra os guiou em outra direção. Em primeiro lugar, houve uma distinção nítida entre os que partiram e os que ficaram: ficaram os pobres. E, como veremos, as opções de sobrevivência encontradas os aproximou de uma estrutura calcada em nucleamentos familiares e na solidificação das relações vicinais.

Tudo só foi acontecendo ao passo que, em consequência da crise, “afrouxaram-se os vínculos entre aviador e aviado, na medida em que os antigos seringueiros adquiriram maior liberdade de movimento e vieram a envolver-se em variadas atividades econômicas”.¹³⁴

Porém, como mostra Weinstein, as transformações nas estruturas de endividamento ainda continuavam vivas:

as ligações patrão-cliente continuaram a existir; a maior parte dos seringueiros e coletores prosseguia enredada no sistema do aviamento e seriamente endividada com um patrão local.¹³⁵

Bom retrato desse momento de transformação, do colapso que levou ao fim o controle do trabalho pelo endividamento, temos, em 1909, quando o grande seringalista e aviador, Raymundo Pereira Brazil, escreve *Os sertões do rio Tapa-*

¹³³ Em 1910, Raymundo Pereira Brazil, então intendente de Itaituba, fez um inventário das posses no município. Cf. Brazil, *O rio Tapajós na Exposição...*

¹³⁴ Weinstein, *A borracha na Amazônia...*, p. 292.

¹³⁵ *A borracha na Amazônia...*, p. 292.

jós e percebe que a alta rápida dos preços da borracha “tem produzido um verdadeiro delírio no interior da Amazônia, e muito especialmente no Tapajós”¹³⁶.
Brazil, com clareza, critica:

Com a alta da gomma elastica, que se tem mantido a 8\$ e a 9\$, o que certamente não durará muito tempo, foi um verdadeiro delirio. [...] Não reflectem, não raciocinam, não medem o abysmo que, de um momento para outro, inesperadamente, se lhes pode abrir aos pés. Se a borracha baixar bruscamente aos antigos preços, com que numerario conta o commerciante de Tapajós para liquidar seus compromissos, pagar suas dividas anteriores e para manutenção do serviço de exploração dos seringaes?¹³⁷

São bastante comuns – e até mitificados – os registros de como Raymundo Brazil valia-se dos mais truculentos métodos para controlar seus trabalhadores¹³⁸. Mas, frente às graves mudanças no mercado, põe-se absoluto e irredutível contra o sistema de endividamento e escravização do seringueiro:

O commercio antigo, praticado no Tapajós, em que o primeiro objectivo era tornar o trabalhador endividado, para melhor prendel-o ao cêpo da escravidão, jamais será seguido por nós. Evitaremos o facto não só entre o pessoal que trabalha nos nossos domínios, directamente, como também entre aqueles que, nada tendo connosco, nos merecem comtudo o mais alto sentimento de piedade, justiça e amor.¹³⁹

Assim, entrava em decadência o carrancismo. No Alto Tapajós, em especial, a estrutura de dominação alterou-se de modo a não mais impedir que os seringueiros despendessem parte do seu tempo ao cultivo de alimentos e outros extrativismos. A tática dos patrões de manter os seringueiros na maior dependência possível, evitando tentativas de qualquer auto-suficiência, funcionou bem com os preços da borracha em alta. Com a baixa, tornava-se antieconômico o padrão continuar suprimindo os seringueiros em todas as suas necessidades.

¹³⁶ BRASIL, Raymundo Pereira. *Os sertões do rio Tapajós*. Belém: Secção de obras da Província do Pará, 1910, p. 118.

¹³⁷ BRASIL, Raymundo Pereira. *Os sertões do rio Tapajós*, pp. 113s.

¹³⁸ Cf. Weinstein, *A borracha na Amazônia*, p. 217. Os moradores de Mangabal contam como são comuns, em Lua Nova, o aparecimento de padres sem cabeça, pretos velhos e outras visagens. Isso porque lá ficavam o cepo, as correntes e a força com os quais eram torturados e assassinados os seringueiros.

¹³⁹ BRASIL, Raymundo Pereira. *Os sertões do rio Tapajós*, p. 125.

Não conseguindo fazê-lo, porém, ameaçava aumentar a independência econômica e psicológica do seringueiro e podia, finalmente, levá-lo a deixar de uma vez a coleta de borracha. Em suma, o seringalista, ou comerciante, via-se dividido entre a necessidade de cortar os custos e as dificuldades de manter o controle de sua mão-de-obra.¹⁴⁰

Em 1912, como Intendente de Itaituba, Raymundo Pereira Brazil anuncia um plano de grandes incentivos à agricultura, incluindo atendimento de saúde, educação, transporte etc. Segundo Weinstein, Raymundo Pereira Brazil foi prodigamente elogiado por todos os setores da elite por oferecer terra gratuita, transporte e assistência médica a quem quer que cultivasse cereais, algodão, café, ou fumo, em Itaituba”.¹⁴¹

É da agricultura que depende a riqueza e a felicidade de um povo, e tendo, como temos, extensas matas, ricas terras, à espera do braço do agricultor para cultivá-las, penso que, assim agindo, despertarei no espírito do povo deste município o amor pela lavoura, que não temos. Isto conseguindo, teremos ocasião de ver o quanto pode o trabalho, jorrando com abundância nas arcas do tesouro público. A lavoura, convertida em moeda, é o único ramo da atividade humana que não sofre no seu valor intrínseco.¹⁴²

Joseph Woodroffe mostra, porém, que a produção de alimento era uma atividade compatível com o seringueiro e não com o patrão¹⁴³. Mas, o empobrecimento dos pequenos donos de seringais os aproximou gradativamente do seringueiro, como veremos adiante, não só na adesão à atividade agrícola, mas também por meio de casamentos e uniões maritais. Essas famílias foram se mesclando às dos demais seringueiros, de modo a, em pouco tempo, diluírem-se completamente.

Nas transformações dessas primeiras décadas do século XX, ao lado do rearranjo das forças de produção e do abrandamento dos modos de dominação do seringueiro, estava um elemento fundamental: a formação de grupos fami-

¹⁴⁰ Weinstein, *A borracha na Amazônia*, p. 272. Cf. também Woodroffe, *The Rubber Industry of the Amazon*.

¹⁴¹ Weinstein, *A borracha na Amazônia*, p. 273.

¹⁴² Brasil, *O rio Tapajós na Exposição...*, p. 81.

¹⁴³ Woodroffe, *The Rubber Industry of the Amazon* apud Weinstein, *A borracha na Amazônia*, p. 273.

liares¹⁴⁴. Mariana Pantoja registra que o padre Constantin Tastevin¹⁴⁵

observou que a vida no seringal só era “boa” para as “famílias numerosas”: aquelas que contavam com braços para executar as diversas atividades produtivas (seringa, caça, pesca, roçados) ao mesmo tempo. Os seringueiros transformaram-se assim, a partir dos anos de crise do início do século XX, não em coletores especializados, mas sim num “campesinato florestal” apto a diversificar suas atividades econômicas e a sobreviver a crises setoriais.¹⁴⁶

E os grandes grupos familiares, de fato, se formaram em Mangabal. As moradias são dispersas ao longo das margens do Tapajós, não raro, distantes umas das outras, e a família constitui o núcleo de convivência, produção, assistência, sociabilidade, solidariedade, enfim, de sobrevivência. Raymundo Pereira Brazil registra como as barracas de seringueiros pontilhavam as margens do Alto Tapajós distando horas de canoa uma das outras, “quasi que solennes no grande isolamento”.¹⁴⁷

A seguir, apresentamos os registros de quais são essas famílias, onde estão e há quanto tempo.

¹⁴⁴ Cf. ALMEIDA, Mauro. “The Creation of the Alto Juruá Extractive Reserve”. In: PENDZICH, C.; THOMAS, G.; WOHIGENT, T. (orgs.). *The Rule of Alternative Conflict Management in Community Forestry*. Roma, 1993, p. 1-65; e WOLFF, Cristina Scheibe, *Marias, Franciscas e Raimundas...*

¹⁴⁵ TASTEVIN, Constant F. “Le Haut Tarauacá”. *La Géographie* T. XLV, 1926, p. 34-54.

¹⁴⁶ Pantoja, *Os Milton*, p. 101.

¹⁴⁷ Brasil, *Os sertões do rio Tapajós...*, p. 55.

4. Anjos e Lobos nas estradas do Brazil: os primeiros registros de ocupação e de formação da estrutura social e familiar de Mangabal

Os registros que documentam a antiguidade da maioria das famílias que hoje ocupam Mangabal são mais fartos do que se poderia esperar para aquela população. Abaixo mencionaremos escrituras e procurações públicas, levantamentos fundiários publicados no início do século XX, relatos de viajantes, livros de batismos etc. Porém, há que se ressaltar o predomínio da oralidade para a manutenção da identidade do grupo. Afinal, como mostraremos a seguir, por mais de 135 anos, a unidade do grupo nutriu-se da tradição oral. Os testemunhos dos mais velhos vão se passando de geração a geração e, em cada uma delas, elegem-se os guardiões dessas informações. Nessa estrutura, a palavra escrita é de tal forma secundária frente ao discurso, que a atual depositária da memória comum de Mangabal, Maria Raimunda Palhares (Dona Santa), é uma senhora cega. “Aqui, a Dona Santa é o nosso computador”, dizem todos.

Durante o desenrolar dessa pesquisa, foi inevitável uma alteração (certamente temporária) nesses padrões de arquivo. Perante o conflito pela terra e o presente trabalho de levantamento de antiguidade da ocupação, o documento escrito ganhou relevância. Há que termos em conta, que a necessidade da prova escrita é, em si, certa violência àquela população: buscamos que narrassem suas histórias em uma linguagem que – no mais das vezes – não era a sua, como se relegássemos pouca credibilidade às suas fontes documentais calcadas na orali-

dade. Ainda assim, encontramos uma quantidade surpreendente de documentos de seus antepassados.

Curiosamente, há mais documentos que provem a existência dessas pessoas em 1900 do que hoje. Uma primeira impressão é a de que, de certa forma, há cem anos, a população de Mangabal vivia mais incorporada a uma forma de Estado institucionalizado do que hoje, quando muitos não têm, ao menos, documentos civis. Essa impressão é em parte verdadeira. Em primeiro lugar, é importante lembrarmos que a estrutura de aviamento do ciclo gomífero demandou certa formalização nas relações comerciais. Segundo, naquela época, como hoje, habitavam Mangabal um grande contingente de pessoas completamente alheias a qualquer forma de documentação pessoal. Em vários casos, o fato de se ter documentos é um indicativo de nível social. Negar aos relatos de memória a força documental das certidões de cartório e, assim, negar o reconhecimento da antiguidade da ocupação dos mais pobres, resvalaria em segregação social.

Mas, mesmo dos mais pobres, comumente, há registros antigos. Um atual morador, descendente de um anônimo seringueiro e uma índia maués ou mundurucu, prova-se antigo em Mangabal, por terem, seus antepassados, se ligado em matrimônio a membros de uma das famílias que tinham documentos. O nivelamento social pós-1915 se encarregou para que não houvessem barreiras entre os casamentos ligando as diversas famílias, como se pode notar nas árvores genealógicas das famílias.¹⁴⁸

O anseio pelo documento nos leva, muitas vezes, ao ridículo. Por exemplo, Valdiso está na árvore genealógica de seus pais adotivos, Antonio Victor do Nascimento e Raimunda Cecília de Araujo¹⁴⁹. A árvore tenta provar suas antigas raízes por meio de registros de batismos e de casamentos religiosos, que mostram seus pais, avós e bisavós adotivos fixados há tempos naquela terra. Acontece, porém, que Valdiso Karo Munduruku é um índio munduruku e que

¹⁴⁸ Ver anexo, genealogia A.

¹⁴⁹ Ver anexo, genealogia E, indivíduo V-11.

acabamos por tentar provar que esse mais autêntico “pioneiro” está na terra há gerações pelo reconhecimento do branco recém-chegado que escreveu sua história. Esse é também o caso da índia Caru, criada por Raimunda Palhares Barbosa da Silva¹⁵⁰, e de vários outros. Aliás, foi bastante comum a adoção de crianças índias pelas famílias de seringueiros.

Apenas para efeito de sistematização, separamos alguns grupos familiares. Na prática, como veremos, quase todos os atuais moradores de Mangabal podem constar em qualquer das genealogias que apresentaremos abaixo, pois, essas famílias se fundiram quase completamente. Comentaremos, aqui, apenas alguns registros das antigas gerações das famílias Siqueira dos Anjos, Pimenta, Lobo, Cirino e Palhares.

¹⁵⁰ Ver anexo, genealogia A, indivíduo III-1.

4.1. Anjos

Cachoeira de Furnas. Vinte e quatro de fevereiro de 1875. Frei Pelino de Castrovalvas naufraga e é salvo por comerciantes daquelas margens do Tapajós. Quando escreve suas memórias, Frei Pelino afirma que

estaria cometendo uma grande falta, para não dizer uma negra ingratidão, se não perpetuasse para a bênção dos pósteros os nomes daqueles generosos que, com tanto perigo e sacrifício, salvaram a vida de um pobre missionário e de 17 índios em circunstância tão desesperadora. São eles: Antônio Martins de Bragança, Antônio Siqueira dos Anjos e dois outros com o nome de João Siqueira.¹⁵¹

O capuchinho jamais imaginaria que, passados 130 anos, seu agradecimento testemunharia a antiguidade da ocupação da família Siqueira dos Anjos. E o patriarca dessa família ficaria ainda mais longe de supor que, naquela mesma terra, depois de 130 anos, seus herdeiros estariam sendo taxados de invasores e violentamente pressionados a saírem de lá.

Há ainda outros registros mais antigos da presença de Antonio Siqueira dos Anjos. Segundo o Título de Posse emitido pela Intendência Municipal de Itaituba, em 27 de junho de 1893, referente à posse Lorena, Antonio já estava naquelas margens do Tapajós em 1871:

Pertence ao declarante [Antonio de Siqueira dos Anjos] por posse mansa e pacífica desde o ano 1871. Agregados: Trabalham no terreno, sob direção do declarante, o seu

¹⁵¹ Castrovalvas, *O rio Tapajós, os capuchinhos...*, p. 142.

irmão João Gomes de Siqueira e pessoas de sua família.¹⁵²

Provavelmente, um dos “dois outros com nome João Siqueira”, citado pelo frei Pelino, era o agregado de Lorena e irmão de Antonio, João Gomes de Siqueira. O outro possivelmente era o filho primogênito de Antonio, João Siqueira dos Anjos¹⁵³.

De João e de seus filhos era a firma Siqueira & Filhos¹⁵⁴. São fartos os registros da ocupação dessa família no levantamento de “propriedades” realizado em 1912, pelo, então Intendente de Itaituba, Raymundo Pereira Brazil. Nesta data, 37 anos depois do naufrágio de frei Pelino, Brazil registra 8 posses dos “herdeiros de João Siqueira dos Anjos”. Os apontamentos apresentam o seguinte:

Em frente à ilha Lauritania, com 500 metros de extensão sobre 100 de largura; pequena casa de vivenda; terreno demarcado e com título definitivo, pertencente aos herdeiros de João Siqueira dos Anjos.

Buiussu e igarapé do mesmo nome – Margem esquerda; 3.000m de frente por 5.000m de fundo; 20 estradas, 1.000 árvores; 2.000 quilos; 16 habitantes; proprietários, os herdeiros de João Siqueira dos Anjos, posse demarcada.

Ilha Brasileira – Próximo à margem direita; 1.000 metros de frente por 200 de fundos; 2 estradas, 200 árvores; 400 quilos; 2 habitantes, título provisório; proprietários, os herdeiros de João Siqueira dos Anjos.

Lorena – Margem esquerda; 6.000 metros de frente e fundos correspondentes; 12 estradas; 600 árvores; 1.000 quilos; 50 habitantes; proprietários, os herdeiros de João Siqueira dos Anjos; posse demarcada.

Ilha do Bonfim – Próximo à margem direita, uma estrada; 100 árvores; 200 quilos; 2 habitantes, 1.000 metros de comprimentos por 300 de largura; proprietários os herdeiros de João Siqueira dos Anjos.

Bonfim – Margem direita; 3.000 metros de frente e fundos correspondentes; 4 estradas; 200 árvores; 400 quilos; 4 habitantes; proprietários, os herdeiros de João Siqueira dos Anjos; título provisório.

¹⁵² Livro de Registro de Posses da Intendência Municipal de Itaituba, número. 3, Fls. 75v, expedido em 27 de junho de 1893. Atualmente o livro encontra-se nos arquivos do Iterpa, com a folha renumerada sob número 839.

¹⁵³ A relação de parentesco entre João e Antonio Siqueira dos Anjos é documentada na. Escritura Pública de Dissolução da firma Siqueira & Filhos, lavrada às notas do Ofício único de Itaituba, em 1916.

¹⁵⁴ Cf. Cf. Escritura Pública de Dissolução da firma Siqueira & Filhos, citada.

FOTO 7 – Fotografia cedida por Simar Siqueira dos Anjos, filho do casal. Abimael Siqueira dos Anjos e sua esposa, Dona Zila Ramos Braga dos Anjos

Ilha do Momboahy – Próximo à margem esquerda; 6.000 metros de comprimento por 500 de largura, 24 estradas; 1200 árvores; 2.500 quilos; 30 habitantes; proprietários, Januário dos Santos Rocha e herdeiros de João Siqueira dos Anjos, título provisório.

Sant'Anna – Margem direita (compreendendo mais 4 posses na mesma margem); 2.000 metros de frente por 3.000 de fundos, cada uma; 3 estradas; 150 árvores; 200 quilos cada posse; 40 habitantes para as 5 posses; proprietários, os herdeiros de João Siqueira dos Anjos; títulos provisórios.¹⁵⁵

O filho mais novo de Antonio, Manoel Siqueira dos Anjos, no final do século XIX, parece não ter tido a mesma desenvoltura nos negócios que o primogênito João. Enquanto o Título de Posse de Santo Antonio¹⁵⁶ cita João como confrontante, como titular da posse vizinha, Manoel é mencionado como agregado àquela posse:

Limitando-se pelo lado de baixo com João Siqueira dos Anjos; de cima com terras devolutas; pelos fundos com Januário dos Santos Rocha, e a margem com o rio Tapajós. [...] Pertence ao declarante [Antonio Siqueira dos Anjos] por posse mansa e pacífica desde o ano de 1876. É aproveitada na industria extractiva. Agregados: Trabalham no terreno com consentimento do declarante, Manoel de Siqueira dos Anjos e pessoas de sua familia.¹⁵⁷

Manoel uniu-se a Filomena Pinto Siqueira e, em 18 de maio de 1902, às margens do Alto Tapajós, nasceu Abimael Siqueira dos Anjos. Poucos em Mangabal não têm vínculos de parentesco com esse senhor. Seu Abimael casou-se com Dona Zila Braga em 1924 e tiveram 12 filhos¹⁵⁸. Um dos mais novos, Simar Siqueira dos Anjos, herdou de seu pai um precioso documento: *O livro da vida de Abimael Siqueira dos Anjos*. O velho seringueiro, em uma brochura manuscrita, deixou registros de sua vida.

¹⁵⁵ Brasil, *O rio Tapajós na Exposição...*, p. 19, 21, 22, 23.

¹⁵⁶ Livro de registro de posses da Intendência Municipal de Itaituba, Livro 3, Fls. 76, expedido em 27 de junho de 1893. Atualmente o livro encontra-se nos arquivos do Iterpa, com a folha renumerada sob número 840.

¹⁵⁷ *Idem*.

¹⁵⁸ Conforme documentos apresentados na Genealogia do grupo familiar “A”, no anexo 3.

Faleceu dia
 13 01-94
 Nasceu meu filho Epitácio no lugar Repartição
 no dia 17 de Janeiro de 1926
 batizado no 3 de março de 1926
 seus padrinhos O Sr. Profiro Carneiro neto
 Madrinha D^{ca} Maria Rocha
 Crismosi no dia 4 de agosto de 1941
 seu padrinho O Sr. Afonso Costinho
 Casou no dia 3 de Abril de 1949
 Com Maria da Anunciação Campos

Lugar Mangabal
 nasceu Epitácio no dia 8 de Janeiro de 1933
 batizado no dia 27 Novembro de 1933
 seus Padrinhos Josue Taffares e
 Madrinha Sebastiana Carlos de Nascimento
 Crismosi no dia 4 de Agosto de 1941
 Padrinho Joaquim Rodrigues de Oliveira

FIGURA 3 – Registros de Abimael Siqueira dos Anjos. Os escritos a caneta foram feitos após a morte do autor por seu filho Simar Siqueira dos Anjos

Dos seus filhos, registrou os nascimentos (com data e local), batizados e crismas (anotando os padrinhos), casamentos e, tristemente, algumas mortes.

Nos anexos, seguem as Certidões do Registro Civil, de Certidões de Batismos emitidas pela Paróquia de Itaituba e outros documentos referentes a esses fatos. Mas eles nunca permitirão compreender a vida que lá se levava como esses apontamentos.

Os escritos de Seu Abimael foram importantes para o entendimento do lugar e do papel social ocupado por essa família. Entrevistas com seus filhos e netos acrescentaram as informações de que nos valemos para a leitura que segue.

Nos baixos índices de alfabetização daquele contexto, é notável que Abimael e dez de seus filhos tenham se alfabetizado. Um deles, Álvaro Braga dos Anjos conta que ele e seus irmãos nunca entraram em uma escola. Quando, de madrugada, saíam para cortar seringa, com o pai, todos levavam em baixo do chapéu um pedaço de papelão e, no final da estrada, na parada para a refeição, enquanto esperavam que o látex escorresse, Abimael os alfabetizava. Para os que ficavam em casa, ele deixava a lição que seria tomada à tarde.

Como dissemos, os grandes seringalistas simplesmente partiram abandonando as terras. Alguns pequenos, porém, muitas vezes, engrossaram o contingente que formou um campesinato local. A trajetória dos Siqueira dos Anjos, mais especificamente o ramo de Abimael, oferece um ilustrativo enfoque desse processo. É importante notar que entre seus parentes havia pequenos patrões com algumas colocações e pequenos comércios¹⁵⁹. Deles era a firma Siqueira & Filhos¹⁶⁰. Quando Raymundo Brazil lista as “agradabilíssimas moradias” que “Merecem nota especial, pelo espaçoso e pelo bom arranjo”¹⁶¹, uma das poucas mencionadas é a casa, em Bom-Fim, dos herdeiros de Antonio Siqueira dos Anjos.¹⁶²

Antonio Siqueira dos Anjos era pai de João Siqueira dos Anjos e de Manuel Siqueira dos Anjos. O primeiro acabou por centralizar os negócios do pai e

¹⁵⁹ Brasil. *Os sertões do rio Tapajós*, p. 30.

¹⁶⁰ Cf. Escritura Pública de Dissolução da firma Siqueira & Filhos, citada.

¹⁶¹ Brasil. *Os sertões do rio Tapajós*, p. 95.

¹⁶² Brasil. *Os sertões do rio Tapajós*, p. 55.

tornou-se o titular da firma Siqueira & Filhos¹⁶³. Manuel viveu como seringueiro a trabalho do irmão e, quando esse morreu, em 1910, passou a trabalhar para o primogênito de João, Anacleto. Os netos de Manoel, comumente referem-se a Anacleto Pinto de Siqueira como o patriarca da família.

Do que se sabe sobre Manuel Siqueira dos Anjos, não se pode dizer que tenha levado uma vida abastada, ao contrário. Mas pelas descrições que apuramos sobre os hábitos e valores de seu filho Abimael, vê-se que ele tivera contato com um ambiente relativamente rico, o que iria se refletir ao longo de toda sua vida, provavelmente, isso tenha se dado na casa do avô Antônio. Nas memórias dos descendentes de Abimael, sempre estão o majestoso relógio de parede, os “baús de tampa” forrados de veludo, o rádio “Transglobo”, as cadeiras de cipó vindas de Belém, a cama com estrado e colchão de molas, o galo de porcelana posto cuidadosamente às vistas dos visitantes, as porcelanas guardadas na cristaleira, a coleção de moedas antigas etc. Esses objetos são mencionados como qualificadores sociais de Abimael. Também seu sistemático comportamento o diferenciava. Todos lembram o pontual banho às 18h, seguidos do macio pijama listrado e dos chinelos de couro (Abimael nunca andava descalço); seus modos de falar e sentar; o sinal de três toques em uma peça de cobre para chamar a família e os agregados às refeições etc.

Manoel e, depois, Abimael, sobreviveram à derrocada da borracha voltando-se à exploração de roçados de mandioca, macaxeira, cará, batata-doce, banana; à caça de peles de gatos, queixadas e jacarés e diversificando as coletas com castanha, babaçu, breu, cumaru etc. Também instalou um pequeno comércio sustentando uma pequena estrutura de aviamento. Sem dúvida, Abimael sofreu um empobrecimento em relação a seu avô. Dessa geração por diante, foi diminuindo rápida e sensivelmente a distância entre sua posição social a das demais famílias de Mangabal. Na árvore genealógica “A”, notamos um efeito disso: a grande miscigenação por uniões e casamentos com as famílias vizinhas e não mais restritos a uniões com famílias de outros pequenos donos de estradas

¹⁶³ Cf. Escritura Pública de Dissolução, citada.

como a do major Januário dos Santos Rocha, como aconteceu com dois de seus primos, filhos de João Siqueira dos Anjos.

Nas últimas décadas do século XIX e na primeira do XX, Manoel e seu filho Abimael, ainda que provavelmente mais endinheirados do que estavam a partir de 1915, não incorporavam a elite local. Mesmo João Siqueira dos Anjos, tio de Abimael, não era um comerciante de grande porte para os padrões da época¹⁶⁴. A partir dos anos de 1916, a firma Siqueira & Filhos é dissolvida e o ramo da família proprietária da firma – os filhos de João Siqueira dos Anjos – começam a partir, de modo que, hoje, não encontramos um único descendente de João em Mangabal. A “Escriptura de dissolução, liquidação e partilha de sociedade mercantil sob a firma Siqueira & Filhos, em liquidação, venda, cessão e transferencia de immoveis”, lavrada às notas do cartório de Itaituba, em 07 de fevereiro de 1916, nos dá um interessante enfoque do que a família e o ciclo da borracha viviam:

[...] desde o fallecimento do socio João Siqueira dos Anjos, seu pai, e depois do socio Aristides Pinto de Siqueira, seu irmão germano, procurou elle outorgante [Anacleto Pinto de Siqueira] amigavelmente liquidar a sua firma commercial, esforçando-se pelo recebimento do activo e pagamento do passivo, como se costuma fazer, o que tudo tem sido infrutifero, em consequencia do grande passivo e da crise phenomenal por que tem passado todas as classes sociaes e mui principalmente o commercio do Paiz, notadamente de mil novecentos e doze e mais ascentuada de Agosto do anno atrasado devido a conflagração Européa, em vista do que a continuação da firma em liquidação trará o augmento do passivo e consequente prejuizo de todos os interessados, si uma providencia [?] e urgente não for tomada; Que para evitar esse augmento do passivo e não eternisar a liquidação, caudando serios embarços a todos e mui principalmente aos menores interessados na mesma liquidação, concordaram entre si, todos os outorgantes e seus representantes legaes, por este Instrumento liquidar definitivamente a referida firma commercial – Siqueira & Filhos.

¹⁶⁴ Brasil, *O rio Tapajós na Exposição...*

FOTO 8 – Barracão onde se realizava a tradicional festa de Nossa Senhora de Aparecida, em Jatobá, 1960. Fotografia cedida por Simar Siqueira dos Anjos

Os descendentes de João partem, os de seu irmão Manoel devem ter passado por um empobrecimento que os aproximou das demais famílias da região, mas, ao mesmo tempo e de modo ambíguo, com a partida dos grandes seringalistas, eles passavam a constituir a nova elite local¹⁶⁵. Isso não se sustentava por serem eles mais ricos, mas por guardarem resquícios de valores culturais herdados de ascendentes mais abastados.

Dos vários filhos de Antonio Siqueira dos Anjos, Manuel foi o único a deixar descendentes que permaneceram na região após a derrocada da borracha. Mais precisamente, da prole de Manoel, somente Abimael deixou filhos que se fixaram em Mangabal. E o fez com rara eficiência. Abimael acabou por ser um grande patriarca que, não só se fixou em Mangabal, como também teve doze filhos, que jamais deixaram aquelas terras. A responsabilidade disso, talvez não caiba tanto à família dos Siqueira dos Anjos, mas à família Ramos Braga, mais especificamente, à Zila Ramos Braga, que veio a ser Zila Braga dos Anjos. Essa senhora parece ter sido o grande pêndulo no destino dessa família.

¹⁶⁵ Com esse “local”, nos referimos ao Alto Tapajós. Rio abaixo, algumas firmas se sustentaram ainda por algum tempo.

FOTO 9 – Anacleto Siqueira dos Anjos. Fotografia cedida por Simar Braga dos Anjos

Seus filhos e netos lembram: Abimael nunca andava descalço, Zila pouco se calçava. Abimael descendia de “gente de Belém”, Zila, “de caboclos do Lago Grande do Tapará em Santarém”. Abimael, que sonhava com estudo

para os filhos, teve oportunidade e pensou em se mudar para Santarém, Zila decidiu: ficariam.

Ao contrário de Abimael, seus primos casaram-se com moças abastadas, dois deles, Anacleto e Antônio Pinto de Siqueira, com as elegantes Maria Rocha de Siqueira e Adelina Rocha de Siqueira, respectivamente, filhas do major Januário dos Santos Rocha (vide árvore tal genealógica “A”). Todos partiram, assim como também partiu toda a descendência dos Santos Rocha.

166

As famílias do Major Januário e dos Siqueira dos Anjos, mesmo antes de terem-se fundido por casamento dos filhos, eram bastante próximas. O cemitério de Mamboahy, por exemplo, era dividido. Uma metade era da família Siqueira, a outra, cabia aos Rocha. Ainda hoje, percebem-se lá resquícios dos túmulos luxuosos, com lápides de granito e protegidos por grades. Raymundo Pereira Brazil registra, em 1910, a partilha da ilha Mambuaí entre as duas famílias:

Em frente a casa citada [de Januário Santos Rocha, em Aqui-Perto], começa a grande ilha Momboahy, com mais de vinte estradas de seringueiras. Tem como proprietários os commerciantes Januário Santos Rocha e João Siqueira dos Anjos.¹⁶⁷

Simar, filho de Abimael credita, na melhor situação financeira dos outros parentes, a oportunidade de voltar para Belém.

¹⁶⁶ Dona Raimunda de Siqueira, uma neta de Maria da Rocha de Siqueira e Antônio Pinto de Siqueira, ainda moradora da região, soube de nossa pesquisa e, em 08 de novembro de 2005, foi a Itaituba na intenção de conversar conosco. Suas lembranças certamente enriqueceriam muito esse trabalho. Infelizmente, Dona Raimunda morreu subitamente nesse mesmo dia, vítima de um fulminante ataque cardíaco.

¹⁶⁷ Brasil. *Os sertões do rio Tapajós*, p. 45. Também em Brasil, *O rio Tapajós na Exposição...*, p. 21, lê-se: “Ilha do Momboahy – Próximo à margem esquerda; 6.000 m de comprimento x 500 de largo; 24 estradas; 1.200 árvores; 2.500 kilos; 30 habitantes; proprietários, Januário dos Santos Rocha e herdeiros de João Siqueira dos Anjos: título provisório.

Ele sempre foi seringueiro, vivia com dificuldade. Ele não acompanhou seus parentes, não tinha recursos para isso. A família era muito grande, não dava pra se deslocar com todo mundo. Ele não construiu patrimônio em Belém. Os irmãos tinham parentes, a família da esposa em Belém. A minha mãe era daqui mesmo. E depois, ele era o comerciante dos filhos, aviava os filhos. Manteve a família junto, nenhum filho foi para outros estados.

Quando ele casou, mudou para um seringal na Repartição. Era só seringueiro, não tinha comércio. Em 1930 ele mudou pra Laje Mangabal pra ficar perto dos pais da minha mãe Lá era só seringueiro também. A partir de 40, por causa de ataque dos índios na margem direita, os seringueiros combinaram de se mudarem todos para a margem esquerda. Aí ele foi pro Jatobá. Aí o comércio começou, mas era só pros filhos, ele aviava só os filhos, e depois cresceu, ele começou a comprar direto de São Luiz, mas ainda, da firma Arruda Pinto.¹⁶⁸

Outro filho, Juarez, acha que a falta de recursos não foi o verdadeiro empecilho para o pai não ter partido com o resto da família: “Ele sabia que em outro lugar não iria conseguir segurar os filhos na volta dele. Somos doze filhos e nenhum foi embora. E tem mais, mamãe não ia sair daqui nunca”.¹⁶⁹ E, de fato, não saiu. Dona Zila morou em Jatobá, no Mangabal, e lá está enterada. As diferenças entre Zila e Abimael são conotadas na divertida narrativa de duas netas do casal, ao lembrarem, de 1972, quando, os tratores de esteira que cortavam a Transamazônica rasgaram, na mata virgem, um ramal até as margens do Tapajós, em Mangabal, Dona Zila achou que havia chegado o fim do mundo:

¹⁶⁸ Simar Siqueira dos Anjos em entrevista com o autor, novembro de 2005.

¹⁶⁹ Juarez Siqueira dos Anjos em entrevista com o autor, novembro de 2005.

FOTO 10 – Abimael e seu filho Antonio. Jatobá, década de 1950. Fotografia cedida por Antonio Braga dos Anjos

Menino, mas ela gritava demais: “Valei-me minha Santa Vó Rosa”. Os macacos vinham gritando também. Mas menino, era cada trator enorme, derrubando cada pau monstro! E os macacos vinham correndo, pulando na frente e a zuada era grande demais. Minha avó gritava que ia se acabar tudo, punha a mão, assim, no peito, e dizia que ia salvar os netinhos dela: “Embora, meus netinhos, vou salvar ao menos meus netinhos. Embora meus netinhos, que vai se acabar tudo”. Aí ela correu do barracão para beira do rio, gritando no desespero, numa zoada que Deus o livre, desalagou a

canoa de quilha que se chamava Pitu, que tava pela metade de água, encheu de neto e levou pro meio do rio. A Conce estava só de calcinha e, no banco que ela sentou, um lacrau esporou ela bem na bunda. Aí a zuada foi ainda maior, a vovó gritando que era o fim do mundo e a Conce gritando esporada de lacrau. Vovô chamava ela pra ficar assistindo e só fazia rir dela. “Minha velha, vamos ver os tratores que estão chegando”. Assim com “s”, que ele falava bem explicado.

Depois de tudo ele dizia caçoando dela, brincando: “mas coisa ruim é casar com índia”.¹⁷⁰

A partir de 1958, os Siqueira dos Anjos assistiriam e participaram de um novo ciclo que traria uma reestruturação nas relações sociais do Alto Tapajós. Nilçon Pinheiro descobriu os garimpos da região¹⁷¹ e Abimael Siqueira dos Anjos foi um dos primeiros a conhecê-lo e a abastecer um novo contingente de trabalhadores que chegava para o garimpo¹⁷². Essa amizade possibilitou que os filhos de Abimael acompanhassem Pinheiro na intenção de aprenderem sobre prospecção de ouro. E aprenderam. A eles se deve a descoberta de vários dos garimpos da região.

A “folia do garimpo”, sem dúvida, afetou a vida dos beiradeiros do Alto Tapajós, mas não a ponto de alterar a relação com a terra e com a floresta. Longe do que muitos acreditam, nunca houve uma transformação do ribeirão em garimpeiro. Mangabal apresenta um índice bastante elevado de permanência na terra. Certamente, isso se relaciona muito diretamente com as atividades de garimpo nas proximidades e da agregação parcial dos moradores a ela. Adiante, veremos como essa população agregou a atividade do garimpo ao seu modo de vida.

¹⁷⁰ Wanderléia Paiva dos Anjos e Odiléia Braga da Silva, netas de Dona Zila. Entrevista ao autor em 04 de novembro de 2005.

¹⁷¹ Cf. OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. “BR-163 Cuiabá-Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização.” In: Torres, M. (org.). *Amazônia Revelada*. Brasília: CNPq, 2005, p. 142.

¹⁷² Um dos filhos de Nilson Pinheiro, Milanez Pinheiro, é casado com uma neta de Abimael, Oziléia Braga da Silva.

FOTO 11 – Zila Braga dos Anjos com seus bis-netos, em Jatobá, Mangabal. Década de 1980. Fotografia cedida por Maria Braga dos Anjos

A ocupação dos Siqueira dos Anjos, da qual, em 1871, já há registros, não se interrompera em momento algum. Nos documentos anexos, estão as certidões de nascimento, batismos e casamentos, que mencionam a data e o nome das localidades onde, ao longo dos anos, os membros dessa família nasceram e viveram. Percebemos, não ter havido descontinuidade na posse por no mínimo 135 anos. No Mapa 5.1 indicamos as localidades ocupadas hoje pela família Siqueira dos Anjos.

Essa família, como também as famílias Pimenta e Lobo, ilustram como pequenos donos de colocações converteram-se a outras atividades e como também integraram o processo de formação do modo peculiar de campesinato na Amazônia ao qual nos referimos acima.

FOTO 12 – Epitácio Siqueira dos Anjos, cujo registro de nascimento está reproduzido na FIGURA 3, com seus netos, em Jatobá, Mangabal, 1982. Fotografia cedida por Maria Braga dos Anjos

FOTO 13 – Iara Amanda dos Anjos Cirino (à esquerda) e Ana Julia Cirino de Azevedo, sexta geração de descendentes de Antonio Siqueira dos Anjos. Em Mangabal, 31 de dezembro de 2005

MAPA 5 – Distribuição de troncos familiares e discriminação da ocupação ribeirinha em Mangabal, Alto Tapajós, Itaituba [PA]

10 0 10 Kilometers

Dados de campo dos autores sobre imagens do Sipam (sbr124_lvv0411)

Discriminação da ocupação ribeirinha
em Mangabal, Alto Tapajós.
Itaituba - Pará

Janeiro de 2006

4.2. Lobos

Gecilda Lobo Neris, a beiradeira apavorada com a chegada dos grileiros com a qual começamos este trabalho, também tem antigas raízes documentadas naquelas terras. Gecilda é filha de Tereza Lobo Neris, que é filha de Francisca Lobo da Silva.

No dia 14 de agosto de 1935, Francisca, filha de Ovídio de Moraes Lobo, nascida em 1914 no lugar chamado Montanha, lá mesmo, casava-se [cf. FIGURA 4¹⁷³]; como uma das testemunhas, sua mãe, Thereza Lobo, ou melhor, Thereza Pimenta Lobo, filha de Raymundo Mateus Pimenta e de Joaquina Porphiria da Silva Campos Pimenta. Esse casal (no mesmo lugar onde casou a neta Fran-

FIGURA 4 – Registro do casamento de Francisca Lobo da Silva, do Livro B06b-C05b, de Batismos e Casamentos da Paróquia de Itaituba

¹⁷³ Matrimônio n. 19 do Livro B06b-C05b, de Batismos e Casamentos da Paróquia de Itaituba.

cisca e onde a tataraneta Gecilda temeu o encontro com Omar Priesnitz) abrigou Henri Coudreau, em 12 de setembro de 1895. O francês, em seus relatos de pesquisa, registrou: “Paramos de noite nas casas dos Srs. Pimenta e Araújo Cobre. [...] O Sr. Pimenta, que nos recebe fidalgamente, envia-me às mãos do tuxaua Lourenço...”¹⁷⁴

Thereza Pimenta, filha de Raimundo Mateus Pimenta e de Joaquina Porphiria da Silva Campos Pimenta, os hospitaleiros anfitriões de Coudreau no século XIX, tornou-se Thereza Pimenta Lobo ao casar-se com Ovídio de Moraes Lobo, um filho de Domingos Caetano Lobo, dono de uma colocação vizinha, a do Igarapé da Montanha, como registra Raymundo Pereira Brazil, em seu memorial de “propriedades” dos seringais de Itaituba, de 1912. Abaixo, os apontamentos de Brazil das ocupações das famílias Lobo e Pimenta:

IGARAPÉ DAS MONTANHAS – Margem esquerda, contendo a posse Laginha, proprietários, os herdeiros de Domingos Caetano Lobo, 15 estradas, 750 pés, 1.500 quilos, 10 habitantes, 3.000 metros de frente por 4.000 de fundos, título provisório.

SÃO VICENTE - Margem esquerda, 8 estradas, 400 árvores, 600 quilos, 10 habitantes, 3.000 metros de frente por 4.000 de fundos, mais ou menos, demarcados, proprietário, Viúva Pimenta, brasileira.

PRAINHA - Margem esquerda, 16 estradas, 800 pés, 1.000 quilos, 5.000 de frente por 5.000 de fundos; 12 habitantes, demarcada, proprietária, Viúva Pimenta.¹⁷⁵

Também da família Lobo, era Ottilia Amélia Lobo, que vivia em estado de matrimônio com Elesbão Souza. Não é possível documentarmos a união. Os registros civis eram raríssimos e eles também não se casaram no religioso. Quando o casal pediu ao padre que celebrasse o casamento, esse se recusou veementemente por serem, Ottilia e Elesbão, ligados por relações de compadrio. Esse também foi o impedimento do casamento católico entre João Ramos Braga e Maria Bezerra Lobato, também moradores de Mangabal, lá pela década de 1960. Todos os padres da região da região recusaram-se a celebrar a união do casal de viúvos compadres.

¹⁷⁴ Coudreau, *Viagem ao Tapajós*, p. 34.

¹⁷⁵ Brazil, *O rio Tapajós na Exposição...*, p. 25.

Ao casamento entre compadres estende-se diretamente o tabu do incesto. “A concepção de incesto é ampla: compadres e comadres não podem ter relações sexuais, caso em que ele se torna lobisomem e ela se torna mula-sem-cabeça”.¹⁷⁶ Assim, o motivo que impediu o registro documental da união, foi, também, o escandaloso e provocante apelo ao imaginário moral de seus contemporâneos, que perpetuaram o episódio ao incorporá-lo à narrativa de seus filhos e desses aos netos, de onde colhemos a informação. Em documentos, Elesbão e Ottilia aparecem juntos como padrinhos de Elesbão Chahini, em Igarapó-Açu, no dia 23 de outubro de 1924, conforme se pode ver no Registro de Batismo da Missão Franciscana do Cururu, arquivados na Paróquia de Itaituba. Livro B02, sob a referência n. b 02 46 06.

De Elesbão Souza, Brazil refere-se ao seguinte:

MONTANHA - Margem esquerda, 3.000 metros de frente por 3.000 de fundos; 5 estradas, 250 pés, 400 quilos; 5 habitantes, proprietário, Elesbão Souza, brasileiro, título provisório.

ILHA DE SANTO ANTONIO - A meio-rio; 1.500 metros de comprimento por 500 de largura, demarcada, proprietário, Elesbão Souza; 8 estradas; 500 árvores, 1.000 quilos, 6 habitantes.

ILHA IGAPO-ASSU - A meio-rio, 3.000 metro de comprimento por 800 de largura, demarcada, proprietário, Elesbão Souza, 12 estradas, 700 árvores, 2.000 quilos, 40 habitantes.

MISSÃO - Margem esquerda, 3.000 metros de frente por 6.000 de fundos, demarcada, proprietário, Elesbão Souza, 30 estradas, 1.500 árvores, 3.000 quilos, 30 habitantes. Esta posse contém o **igarapé da Missão**.¹⁷⁷

Nos livros de notas do 1º. Ofício de Itaituba, Elesbão, ou melhor, Major Elesbão Souza é freqüentemente mencionado como candidato nas eleições da intendência de Itaituba, procurador em processos de compra e venda de posses no Alto-Tapajós e também como comprador de imóveis.

¹⁷⁶ MARTINS, José de Souza. “A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira”. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil*, v. 4. Coord. Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 708.

¹⁷⁷ Brasil, *O rio Tapajós na Exposição...*, pp. 22, 25 e 26.

Também o Capitão Raymundo Matheus Pimenta e sua esposa parecem ter tido uma posição social de certo destaque. Podem-se encontrar elementos que, à época indicavam uma diferenciação social. Ao contrário da grande maioria de seus contemporâneos, Raymundo Matheus Pimenta teve acesso à Justiça, ao menos, por duas vezes. A primeira na ocasião da dissolução da firma Araújo Cobra & Cia., da qual era sócio solidário e da qual recebeu, por sentença judicial de 21-3-1903 (Itaituba), a posse Flechal; a outra ocasião, foi seu processo de inventário judicial, com a partilha de seus bens julgada em 27-8-1903.¹⁷⁸

Raymundo Matheus Pimenta votava e isso o inclui em uma elite e também mostra sua antiguidade em Montanha: sua qualificação eleitoral fora feita em

Foto Maurício Torres

FOTO 14 – Esposa e filhos de Ezequiel Lobo Pereira. As crianças são a sexta geração de descendentes dos Lobo e Pimenta, permanentes no mesmo local: imediações do igarapé da Montanha .

¹⁷⁸ Segundo consta da Escritura Pública de Compra e Venda da posse Flechal, entre Dona Joaquina da Silva Pimenta e Ovídio Moraes Lobo, lavrada às notas do Ofício único de Itaituba, em 03 de setembro de 1914, às Fls. 224v a 226, Livro sem numero.

1890, com domicílio eleitoral no Urubutu, mais próxima zona eleitoral de Montanha.¹⁷⁹

A posse que Raymundo recebeu na dissolução da Araújo Cobra & Cia. foi herdada por sua esposa, Joaquina Porphiria Pimenta, com sua prematura morte. Essa a vendeu ao seu genro Ovídio de Moraes Lobo, em 1914¹⁸⁰. Ovídio também tinha antigas raízes nas margens do igarapé da Montanha. Em 1893, já temos registros da ocupação dessa família, quando seu pai, Domingos Caetano Lobo, comprava a posse Laginha.¹⁸¹

Com o final do ciclo da borracha, em muito pouco tempo, as famílias Pimenta e Lobo, fundidas, se nivelaram socialmente às outras vizinhas.

Nos autos da Ação Civil Pública n.º 1.39.02.000512/0, da Justiça Federal, na Vara Única da Subseção Judiciária de Santarém/PA, apresentamos toda a genealogia desse tronco familiar com os respectivos documentos que comprovam os laços familiares apresentados, a antiguidade no local e a ininterrupção da posse. No Mapa 5, de distribuição de troncos familiares, percebemos os locais ocupados por eles.

¹⁷⁹ Conforme o Registro da Revisão de Alistamento Eleitoral procedido em Itaituba. Ofício Único de Itaituba, fls. 31, Livro 7. (Arquivo digital 3521).

¹⁸⁰ Segundo Escritura Pública de Compra e Venda da posse Flechal, citada.

¹⁸¹ Segundo consta da Escritura Pública de Compra e Venda da posse Laginha, entre Manoel Lourenço da Silva e Domingos Caetano Lobo, lavrada às notas do Ofício único de Itaituba, em 05 de dezembro de 1893 às Fls. 14v, Livro 5 (arquivo digital 3642 a 3650).

4.3. Cirino e Palhares

A antiga existência das famílias Cirino e Palhares não ficou registrada nos livros de Escrituras dos cartórios, nem nos Registros de Posses da Intendência Municipal de Itaituba, tampouco nos levantamentos de propriedades de Raimundo Pereira Brazil. As escrituras da mais bela história de ocupação de Mangabal grafam-se ainda mais fundo: riscam-se nas centenas de seringueiras do Alto Tapajós. Cada um daqueles sulcos testemunha, narra, confunde-se com as cicatrizes da vida dessas famílias.

Como trilhos a indicar uma história, saem dos troncos de seringa e se tornam ainda mais eloqüentes, ainda mais belos, quando se estendem aos vincos do rosto de Dona Santa, às fissuras das mãos de Seu Joaquim, aos tantos cortes que se abriram e se fecharam nas vidas dessas duas famílias que, há muito, fundiram-se em uma só.

Desde as gerações mais antigas que temos documentadas em Mangabal, os matrimônios entre membros das famílias Cirino e Palhares são freqüentes. Talvez a formação de um grande núcleo familiar tenha sido um fator causal de sua maciça permanência na terra.

Diferente de Anjos e de Lobos, oriundos (também) de pequenos seringalistas, os beiradeiros de Mangabal pertencentes às famílias Cirino e Palhares são

descendentes diretos de índios e seringueiros vindos do Nordeste em busca de uma vida melhor. A condição social de “indocumentados” seringueiros submetidos aos padrões da borracha dificulta, em muito, a busca de provas documentais. Tivemos a sorte de contar com duas importantes e indispensáveis fontes de informações para registrar a história de ocupação dessas famílias: os arquivos da Missão Franciscana na Paróquia de Itaituba e a prodigiosa memória de Maria Ramunda Palhares (conhecida por todos como Dona Santa), esposa de Seu Argeniro Cirino.

FOTO 15 – Filhos de Maria Geane, moradora de Santo Antonio, Mangabal. São a sétima geração da família Cirino Palhares no local [Foto: Maurício Torres]

Nascida em sete de fevereiro de 1931, em Mangabal, Dona Santa é filha do seringueiro Josué Palhares com sua segunda esposa, Alcina da Silva. A casa de seus pais era ponto de parada de visitantes que, comumente, lá se hospedavam. Com alguns desses visitantes, Dona Santa aprendeu as letras do alfabeto. Com outros, descobriu como juntar essas letras e formar palavras. Os hóspedes deixavam a casa; as lições, não. Por semanas e meses, a menina as estudava.

Sem livros, treinava nos rótulos, caixas e embalagens das mercadorias aviadas por seu pai dos regatões. Após alguns anos, Dona Santa sabia, não somente, ler as palavras do mundo que vinha nas caixas, mas também já dominava as regras que lhe permitiam montar aquelas que construía seu próprio mundo à beira do Tapajós. A última das visitas sentenciou-lhe: “sabes escrever bem, mas te falta pontuação”. E Dona Santa aprendeu também a manejar esse sistema gráfico. A condição de alfabetizada lhe rendeu uma importante função em Mangabal: lia todas as cartas que chegavam para a vizinhança. E escrevia para todos os que queriam responder. Como consequência de seu trabalho, Dona Santa conhece profundamente todas as famílias de Mangabal, seus membros e sua origem. Ainda muito nova ficou cega e foi obrigada a parar com esses préstimos. Como consequência talvez desse encargo, talvez de um exercício de memória em função da cegueira de quase 40 anos, Dona Santa guarda com precisão impressionante, nomes, datas e história de todos com os quais conviveu desde a sua infância. Suas memórias dirigiram nossas buscas nas paróquias e cartórios. Sem nenhuma exceção, todas as suas indicações nos levaram aos lugares certos.

De Dona Santa, ouvimos a impressionante história de Maria da Conceição Cirino, a mãe de seu marido, Argemiro Cirino (hoje com 81 anos). Sua sogra, a quem não chegou a conhecer, foi a grande responsável por uma das mais difundidas e respeitadas famílias de Mangabal: os Cirino. Em 25 de dezembro último, em um dos intervalos das orações da Festa do Menino Jesus, em Machado, ela

Foto Maurício Torres

FOTO 16 – Maria Raimunda Palhares (Dona Santa), seu marido, Argemiro Cirino, e um neto. Fotografia tirada em 26 de dezembro de 2005, em Peruano, Mangabal, onde vive essa família há mais de 100 anos

nos conta: “Essa família Cirino é só dessa mulher. Ela tinha seis filhos, tudo homem, e esses filhos ela espalhou que é Cirino pra tudo quanto é lado”.¹⁸²

De fato, na genealogia A, verifica-se que a origem de todos os Cirino de Mangabal levam a Maria da Conceição Cirino. As únicas páginas escritas sobre ela são os registros de nascimento, batismo e casamento de seus filhos e netos. Dona Santa nos ajuda: Maria da Conceição Cirino nasceu em alguma cidade do Ceará e, ainda pequena, entre o final do século XIX e início do XX, veio trazida pelo pai e pelo irmão Francisco para os seringais do Tapajós. Francisco morreu solteiro e não deixou filhos. Maria, pelo contrário, teve seis filhos, fruto de suas uniões com: Marcelino Soares, pai de José; com Francisco Palhares, pai de Raimundo, Bento e Argemiro; com Benedito Santana, pai de Sebastião; e com Or-

¹⁸² Entrevista concedida ao autor.

demiro Gonçalves da Silva, pai de Joaquim. Com a exceção de Bento, todos os outros filhos deixaram descendentes que hoje perpetuam o sobrenome e a história dessa senhora em Mangabal.

Foto: Maurício Torres

FOTO 17 – Seu Joaquim Cirino prepara material de pesca em sua casa em São Raimundo, Mangabal. Seu Joaquim compõe a quarta geração da família Cirino Palhares em Mangabal

A condição de mãe solteira acabou por levar Maria Conceição Cirino a espalhar seu sobrenome pelo Alto Tapajós: nenhum de seus filhos foi reconhe-

cido em cartório pelo pai. Contudo, no Livro Índice deixado pela missão franciscana que percorria o Tapajós, na Paróquia de Itaituba, pudemos ter comprovações indiretas dessas uniões. Por exemplo, no batismo de José, primogênito de Maria Conceição, lavrado no Livro de Batismos número 2 da Missão, sob o código 02 16 15, o nome de Marcelino Soares, pai de José foi registrado. No batismo de João, filho de Pedro Calixto e Maria Amélia Palhares nascido em 1919, Maria Conceição e Francisco foram padrinhos (referência 02 15 13). No batismo de Bento (código 02 15 12), o nome de Francisco, seu pai, está ausente, mas os padrinhos foram Pedro e Maria Amélia, avós paternos, pais de Francisco. A certidão de Casamento religioso de Dona Santa também comprova indiretamente a união de Maria da Conceição com Francisco Palhares. Josué Palhares, o pai de Dona Santa, era irmão de Francisco, pai de Seu Argemiro (ver árvore A). Dona Santa nos conta as dificuldades que ela e o marido sofreram quando decidiram se casar. Seus pais, Josué e Francisco, respectivamente, eram irmãos e, portanto, ela e Argemiro eram primos. Na certidão de casamento religioso de Dona Santa com Seu Argemiro, não consta o nome do pai do noivo, mas aparece a observação: “dispensados do 2º. Grau de consangüinidade”. Como dissemos, esse laço sanguíneo só poderia ser feito pelo pai de Argemiro.

Todos os livros da Missão Franciscana encontram-se hoje na sua sede, situada às margens do Rio Cururu, dentro da Terra Indígena Munduruku, em Jacareacanga. Infelizmente, pudemos avaliar apenas os índices desses livros na Paróquia de Itaituba. Os funcionários da Paróquia reconhecem que os índices estão incompletos e que muitos batismos e casamentos não se encontram ali registrados. De fato, de todos os seis filhos de Dona Maria Conceição, apenas os batismos de José e Bento foram encontrados.

FOTO 18 – Vira Sebo, Mangabal. Seu Teófilo Cirino (da quinta geração nascida em Mangabal) pesca com os netos, que formam a sétima geração nascida naquelas margens de rio

Aguardamos a autorização da Funai para que possamos ir à Missão Cururu e completar nossas buscas nos livros originais. Certamente, muito mais da vida dessas famílias será encontrado.

Desde sua matriarca no Tapajós, Maria Conceição, as uniões entre os Cirino e os Palhares são freqüentes. A história das duas famílias são similares. Zeferino Alves Palhares e Raimunda Barbosa da Silva vieram do Maranhão na mesma época em que Conceição veio com seu pai e seu irmão do Ceará. Josué Palhares, primogênito de Zeferino e pai de Dona Santa, contou à filha que veio quando tinha seis anos de idade. Além de Josué, ainda tiveram outros filhos, entre eles, Maria Amélia e Pedro, também com descendentes em Mangabal. Encontramos na paróquia de Itaituba referências a essa família em alguns batizados e casamentos. O segundo casamento de Josué, por exemplo, está registrado sob o código 03 21 13. Não é possível saber a data nem mais outros detalhes desse evento, uma vez serem os nomes dos noivos e código de referência do matrimônio nos arquivos as únicas informações disponíveis no Li-

vro Índice. Novamente, as buscas nos arquivos da missão deverão fornecer mais documentos que precisem os dados. Os registros disponíveis comprovam a ocupação dessas famílias em Mangabal desde o início de século XX, bem como sua permanência no local até os dias atuais.

4.4. Brazil

A história dos ribeirinhos do Alto Tapajós passa pela família Pereira Brazil. Não que essa família tenha, algum dia, se fixado em Mangabal e os atuais moradores sejam seus descendentes. Ao contrário, esses grandes seringalistas foram um caso clássico dos que partiram abandonando a terra, mas como considerável parte de Mangabal foram suas posses, é importante resgatarmos sua trajetória.

A vida econômica de Raymundo Pereira Brazil, ou Coronel Brazil, como ficou conhecido, fundador da R. P. & Cia., guarda o percurso da extração de borracha no vale do Tapajós. Em 1912, possuía cerca de 2.000 estradas de seringas (Itaituba tinha, ao todo, 5.311) e foi o mais famoso exemplo de “brasileiros que chegavam a controlar áreas produtoras de borracha de dimensões tão enormes, que estabeleceram suas próprias casas aviadoras em Belém apenas para cuidar da produção de seus seringais e de seus clientes”.¹⁸³

FOTO 19 – Raymundo Pereira Brazil. Brasil, *O rio Tapajós na Exposição...*

¹⁸³ Weinstein, *A borracha na Amazônia*, p. 93.

A listagem bastante completa que o próprio Brasil elabora em 1912, como Intendente de Itaituba, em resposta ao formulário elaborado pela “Exposição Nacional da Borracha de 1913 no Rio de Janeiro” dá a dimensão de suas posses:

INDEPENDENCIA – Margem esquerda; 6 quilômetros de frente por 6 de fundos, com diversas barracas; 130 estradas; 7.500 árvores, proprietário, R. P. Brasil, brasileiro, casado; título definitivo, havido de sesmaria e datando de 1856; contem em sua margem esta posse grande quantidade de pedra calcária; 150 habitantes; navegação a vapor em época de enchente; condução de borracha do centro para a margem por tração animal; produção anual, 22.000 quilos.

IGARAPÉ DO IPAUAPIXUNA – Margem esquerda 3.000 metros de frente por 3.000 de fundos; 10 estradas; 500 árvores; 10 habitantes; proprietário, R. P. Brasil; o transporte do centro é por tração animal; produção anual, 1.000 quilos.

FOTO 20 – Pimental. Brasil, *Os sertões do rio Tapajós...*

PIMENTAL – Margem direita, proprietário, R. P. Brasil; terrenos demarcados; título definitivo; 50 estradas; 2.500 pés; 5.000 quilos anualmente; 150 habitantes; 1.000 metros de frente por 10.000 de fundos. Dentro acha-se a posse do igarapé Pimental, nas margens do qual estão os seringais; ponto terminal da estrada de rodagem Bentes Paranatinga, de propriedade de R. P. Brasil e medindo 20 quilômetros de extensão com 5 metros de largura, em média; o tráfego está sendo feito há 2 anos por carroças e 60 muares, até ao lugar Poção, estação dentro da estrada, e daí a Bella Vista, por muares em número de 80, ou menos, conforme a afluência do serviço. As estradas contêm as estações Maria, Periquito, furnas e Poção, todos possuindo em redor excelente forragem, especialmente plantada, para os animais e bem assim casas para depósito etc... A estrada está enriquecida por 3 pontes de madeira de lei, medindo a primeira 48 metros de comprimento sobre 3 ½ de largura; a segunda, 42 metros de comprimento por 4 de largura; a terceira, 36 metros de comprimento por 4 de largura; transitam anualmente pela estrada seguramente 250.000 quilos de borracha e de 5 a 6.000 volumes de mercadorias, produzindo uma renda bruta anual de 80.000\$000 [FOTO 20,21].

IGARAPÉS ACUAHY, XINGUZINHO, TRAGUA, ARIXY e FLÉCHAL – Margem esquerda; dentro destes igarapés se contam 35 posses de terras de diversos proprietários, todos brasileiros, com uma área nunca inferior a 140 quilômetros quadrados; 1.000 estradas;

FOTO 21 – Bela Vista. Brasil, *Os sertões do rio Tapajós...*

50.000 árvores em corte; produção estimada em 200.000 quilos; 850 habitantes – dentro da área compreendida por esses igarapés estão as posses Vila Nova, São Raymundo e Santa Cruz, todas demarcadas, pertencendo as duas primeiras a R. P. Brasil. Os proprietários nos igarapés são Francisco Carvalho de Azevedo, Manoel Philipe da Costa, Viúva Carvalho, Cohen & Filhos, Tertuliano Alves da Silva, R. P. Brasil, Miguel Francisco da Luz, Antonio Martins de Oliveira e Corrêa & Chainy.

SÃO JOÃO – Margem esquerda, 3.000 metros de frente por 3.000 metros de fundos, mais ou menos; 5 estradas; 250 árvores; 500 quilos; proprietário, R. P. Brasil; 8 habitantes; sem navegação; por encachoeirado.

MARIA LUZIA – 3.000 metros de frente por 3.000 de fundos; 4 estradas; 200 árvores; 200 quilos; a população já está incluída na da posse Pimental, atrás falada; propriedade de R. P. Brasil.

FURNAS – 4 estradas; 200 árvores; 200 quilos; 3.000 metros de frente por 3.000 de fundos; população já incluída na da posse Pimental; proprietário, R. P. Brasil.

RIO JANAMAXIM – Afluente da margem direita, é proprietário, desde a primeira corredeira do Periquito até Tucunaré, da firma R. P. Brasil, contendo 21 posses de terra demarcadas e aprovadas, com uma área superior a 25 quilômetros quadrados; 300 estradas; 15.000 árvores; 36.000 quilos, 350 habitantes.

FOTO 22 – Francês.Brasil, *Os sertões do rio Tapajós...*

FRANCÊS – Margem esquerda, abrangendo o igarapé do Urubutu e parte do igarapé das Montanhas, inclusive as posses alegria e cachoeirinha, todas demarcadas e aproveitadas, área superior a 25 quilômetros; 150 habitantes, proprietário, R. P. Brasil; o centro é trafegado por muares [FOTO 22].

ILHA SÃO JOAQUIM – Próximo à margem direita, uma estrada, 150 árvores, 200 quilos, um habitante, demarcada, proprietário, R. P. Brasil.

ACARA – Margem direita, 3.000 metros de frente por 6.000 de fundos, 24 estradas, 1.200 árvores, 2.500 quilos, 25 habitantes, demarcada; proprietário, R. P. Brasil.

ACARA DA MARGEM ESQUERDA – 3.000 metros de frente por 6.000 de fundos, 24 estradas, 1.200 árvores, 2.500 quilos, 10 habitantes, demarcada, proprietário, R. P. Brasil.

PORTO ALEGRE – Margem direita, 3.000 metros de frente por 3.000 de fundos, 12 estradas, 700 árvores; 1.000 quilos; 15 habitantes, demarcada, proprietário, R. P. Brasil. O Igarapé Farmácia: está compreendido na posse acima.

FOTO 23 – Lua Nova. Brasil, *Os sertões do rio Tapajós...*

LUA NOVA – Margem direita, 3.000 metros de frente e fundos correspondentes, 20 estradas, 1000 árvores, 2.500 quilos, 30 habitantes, posse demarcada; proprietário, R. P. Brasil. Tem dentro o igarapé do Botica [FOTO23].

TERRA PRETA – Margem direita, 3.000 metros de frente e fundos correspondentes, 8 estradas, 400 pés, 1.000 quilos, 20 habitantes, demarcada, proprietário, R. P. Brasil.

MORCEGO – Margem direita, 3.000 metros de frente por 3.000 de fundos, 6 estradas, 300 árvores, 500 quilos, 10 habitantes, demarcada, proprietário, R. P. Brasil.

ILHA DO CURIMATÁ – A meio-rio, 1.000 metros de comprimento por 300 de largura, 4 estradas, 400 árvores, 600 quilos, 10 habitantes, demarcada, proprietário, R. P. Brasil.

ILHA DO TRACUA – Próximo à margem direita, uma estrada, 150 árvores, 150 quilos, um habitante, demarcada, proprietário, R. P. Brasil.

SÃO LOURENÇO – Margem esquerda, 3.000 metros de frente por 3.000 de fundos, 4 estradas, 250 árvores, 300 quilos, 8 habitantes, demarcada, R. P. Brasil.

Estas posses contém o igarapé do Jacaré e grandes seringais a explorar.

CURIMATÁ – Margem esquerda, 3.000 metros de frente por 3.000 de fundos, 16 estradas, 800 pés, 1.500 quilos, 16 habitantes, demarcada, proprietário, R. P. Brasil.

FLÉCHAL – Margem esquerda, 2.000 metros de frente por 2.00 de fundos; 4 estradas, 250 árvores, 400 quilos, 3 habitantes, demarcada, proprietário, R. P. Brasil.

CARECA – Margem esquerda, correspondendo o igarapé do Corrêa, 5 estradas; 250 árvores, 400 quilos, 6 habitantes, demarcada, proprietário, R. P. Brasil.

BACABAL – Margem direita, 3.000 metros de frente por 3.000 de fundos, título de compra, proveniente do Estado, proprietário, R. P. Brasil, 8 estradas, 400 árvores, 500 quilos, 6 habitantes. Esta posse contém o igarapé Bacabal.

LAGE – Margem direita, 3.000 metros de frente por 3.000 de fundos, título provisório, proprietário, R. P. Brasil, 6 estradas, 350 árvores, 500 quilos, 8 habitantes.

ILHA DO BOIM – A meio-rio; 800 metros de frente por 200 de fundos, título provisório, proprietário, R. P. Brasil; 1 estrada, 100 árvores, 200 quilos, 1 habitante.

ILHA DA BARRA – Próximo à margem direita, 1.000 metros de frente por 500 de fundos, demarcada, proprietário, R. P. Brasil & Cia., brasileiros, 2 estradas, 300 árvores, 500 quilos, 2 habitantes.

RIO CREPORY – Margem direita, 25 quilômetros de frente por 25 quilômetros de fundos, demarcados, proprietário, R. P. Brasil & Cia., 200 estradas. 10.000 árvores, 25.000 quilos; 200 habitantes, dentro deste rio, os proprietários têm diversas poses, regulando a área de 3 a 5 quilômetros para cada uma, havendo seringais em ambas as margens, até ao salto do Cuiucuiu, onde é habitado.

ILHA DO BUIUSSÚ – Próximo à margem direita, 1.000 metros de frente por 500 de fundos, demarcados, propriedade de R. P. Brasil, 4 estradas árvores, 500 quilos, 8 habitantes.

SANTA ISABEL – Margem direita, contendo os igarapés Barro Branco e Jibóia, 6.000 metros de frente por 6.000 de fundos, demarcados, proprietário, R.P. Brasil, 30 estradas, 1.800 árvores, 4.000 quilos, 90 habitantes.

FOTO 24 – São Jorge, Brasil, *Os sertões do rio Tapajós...*

ILHA DE SÃO JORGE – Próximo à margem esquerda, 1.000 metros de frente por 500 de fundos, demarcados, proprietário R. P. Brasil, 2 estradas, 200 árvores, 3.000 quilos, 8 habitantes, esta ilha é também aproveitada na indústria pastoril, não sendo, porém, presente-

mente [FOTO 24].

SOBRADINHO – Margem esquerda, 3.000 metros de frente por 3.000 de fundos, demarcados, proprietário, R. P. Brasil, 8 estradas, 400 árvores, 500 quilos, 10 habitantes.

PORTUGAL – Margem esquerda, contendo o igarapé do mesmo nome, 12 quilômetros por 12 quilômetros, demarcados, proprietário, R. P. Brasil, 50 estradas, 3.000 árvores, 8.000 quilos, 50 habitantes.

ESPANHA – Margem direita, contendo o igarapé do Chapéu; 3.000 metros por 3.000; demarcados, proprietário, R. P. Brasil, 4 estradas, 200 árvores, 200 quilos, 5 habitantes.

PORTUGAL VELHO – Posse compreendida na propriedade Portugal, atrás mencionada e pertencente também a R. P. Brasil.

SÃO DOMINGOS – Margem direita, abrangendo o igarapé Trahyra, hoje Ceará, 6.000 metros por 6.000, título definitivo, proprietário, R. P. Brasil, 25 estradas, 2.000 árvores, 4.000 quilos, 25 habitantes.

ILHA DAS PACAS – A meio-rio, 1.000 metros por 500, título definitivo, proprietário, R. P. Brasil; 2 estradas, 200 árvores, 300 quilos, um habitante.

PARAÍSO – Margem esquerda, abrangendo o igarapé do borrachudo, 6.000 metros por 6.000, demarcados, proprietário, R. P. Brasil, 30 estradas, 2.000 árvores, 3.000 quilos, 25 habitantes.

VILLA NOVA – Margem esquerda, compreendendo o igarapé Mingau, 6.000 metros por 6.000, título definitivo, proprietário, R. P. Brasil, 20 estradas, 1.200 árvores, 2.500 quilos, 30 habitantes.

SÃO LOURENÇO – Margem direita, 3.000 metros por 3.000, título definitivo, proprietário, R. P. Brasil, 5 estradas, 300 árvores, 300 quilos, 6 habitantes.

YERECÊ – Margem direita, 6.000 metros por 6.000, título definitivo, proprietário, R. P. Brasil, 20 estradas, 1.000 árvores, 1.000 quilos, 10 habitantes.

PRAINHA – Margem esquerda, 3.000 metros por 3.000, título definitivo, R. P. Brasil, 4 estradas, 300 árvores, 300 quilos, um habitante.

CAROÇAL – Margem esquerda, compreendendo o Rio Ipixuna, 6.000 metros por 6.000, título definitivo, proprietário, R. P. Brasil, 20 estradas, 1.000 árvores, 1.000 quilos, 10 habitantes.

CAPOEIRAS – Margem esquerda, compreendendo o rio das Pedras e dois pequenos igarapés, 6.000 metros por 6.000, título definitivo, proprietário, R. P. Brasil, 60 estradas, 3.500 árvores, 7.000 quilos, 40 habitantes.

MALOCA – À margem direita, abrangendo 4 pequenos igarapés sem importância, 3.000 metros por 3.000, título provisório, 8 estradas, 600 árvores, 500 quilos, 10 habitantes, proprietário, R. P. Brasil.

FOTO 25 – Mangabal. Brasil, *Os sertões do rio Tapajós...*

AIRY – Margem direita, 6.000 metros por 6.000, demarcados, proprietário, R. P. Brasil, 10 estradas, 700 árvores, 1.000 quilos, 8 habitantes.

AIRY – Margem esquerda, contendo o igarapé Moraes, 6.000 metros por 6.000, demarcados, proprietário, R. P. Brasil, 20 estradas, 1.200 árvores, 2.000 quilos, 25 habitantes.

SANTO ANTONIO DA BARRA – Margem direita, na confluência do São Manoel, 3.000 metros por 3.000, título de compra, provisório, proprietário, R. P. Brasil, 2 estradas, 200 árvores, 200 quilos, 25 habitantes. Este lugar está cedido para o posto fiscal paraense naquela zona.¹⁸⁴

A seguir, reproduzimos o mapa que acompanha a obra de Brazil. Nele, marcamos com círculos vermelhos os pontos referidos no memorial. Por termos apenas a intenção de indicar o adensamento das posses de Brazil, as marcações estão fora de escala geométrica.

¹⁸⁴ Brazil, *O rio Tapajós na Exposição...*, pp. 5-38.

MAPA 6A e 6B – Raimundo Pereira Brasil. O rio Tapajós na Exposição Nacional da Borracha de 1913 no Rio de Janeiro. Itaituba, s.d. Os grifos na cópia 6B são do autor

Podemos notar, pela totalidade do registro de posses, como, apesar da imensa extensão das terras de Brazil, as pequenas posses persistiram no Vale do Tapajós. Weinstein comenta:

Quanto à posse da terra, ainda que um levantamento de propriedades, em 1912, indicassem que Pereira Brazil e sua família controlassem toda uma terça parte das 5.311 estradas registradas em Itaituba, mostrava também que dezenas de outros seringalistas de *status* econômicos bastante variados haviam conseguido sobreviver sob o reinado de Pereira Brazil. Esse levantamento falava até mesmo que o rio Cururu, importante afluente do Tapajós, era de domínio exclusivo de uns 600 índios mundurukus “civilizados”, que se ocupavam principalmente da extração da borracha e do plantio de mandioca.¹⁸⁵

As estradas de Brazil, como também as de vários outros donos de seringais,

¹⁸⁵ Weinstein, *A borracha na Amazônia*, p. 213.

eram bastante habitadas. Segundo o que Brazil apresentou à Exposição Nacional da Borracha do Rio de Janeiro, de 1913, na região de Mangabal, estimava-se uma considerável população. Com a queda da borracha, e Brazil vislumbrou cedo esse momento, ele tentou incentivar a feitura de roçados, na intenção de fixar os ocupantes de suas terras e os fazer produzir alimentos e outros artigos. Esse é exatamente o caso de Antonio Geraldo de Nascimento. Seu filho Antônio Victor de Nascimento repete ainda hoje os ditos solenes com os quais o “Coronel Brazil deu as terras para o meu pai e disse que ele podia plantar lá e o que desse seria nosso e que quando meu pai morresse, a terra seria dos seus filhos dele e depois dos netos, pra sempre. E homem nenhum do mundo iria tirar essa terra de nós”. Seu Antonio ainda mora no mesmo local onde seu pai se instalara em 1902 e, hoje, septuagenário, conta das violências e das ameaças de morte que sofre, vindas de “funcionários” da família Disarsz, compradora de terras da Indussolo.

Esse proceder de Raymundo Pereira Brazil é bastante coerente e compreensível, se atentarmos a três principais fatores:

O primeiro, é o baixíssimo preço das terras, como mostramos acima. Brazil sabia disso como ninguém:

Naturalmente, à medida que os preços da borracha caíam o mesmo acontecia ao valor dos seringais – e ao patrimônio de seus proprietários. Um membro da elite paraense que sofreu exatamente esse destino foi Raymundo Pereira Brazil: foi obrigado a abrir falência em 1918 devido a um débito de 250 contos que não podiam ser cobertos pelas milhares de estradas de seringueiras que possuía. Maldizendo seu infortúnio em carta aberta aos credores, Pereira Brazil observou amargamente que “propriedades rurais que realmente produzem na Amazônia não valem coisa alguma”.¹⁸⁶

Segundo: A defesa da produção de gêneros alimentícios era unânime. A imprensa paraense, a Associação Comercial e o governo estadual apostavam que isso iria “substituir as importações exageradamente caras”¹⁸⁷ e os seringais iriam exportar tanto em alimentos, como fizeram com borracha. Brazil também era

¹⁸⁶ Weinstein, *A borracha na Amazônia*, p. 265.

¹⁸⁷ Idem, p. 273.

confesso entusiasta dessa proposta e a defende em 1912. Reveja-se seu argumento, já citado acima:

Entendo que colonizar é implantar no seio do proletariado a riqueza e o bem-estar; por isso empenharei todo o meu esforço para levar ao cabo tão grande melhoramento, que, certo, se descobrirá num forte e salutar ensinamento às gerações porvindouras.

É da agricultura que depende a riqueza e a felicidade de um povo, e tendo, como temos, extensas matas, ricas terras, à espera do braço do agricultor para cultivá-las, penso que, assim agindo, despertarei no espírito do povo deste município o amor pela lavoura, que não temos. Isto conseguindo, teremos ocasião de ver o quanto pode o trabalho, jorrando com abundância nas arcas do tesouro público. A lavoura, convertida em moeda, é o único ramo da atividade humana que não sofre no seu valor intrínseco.¹⁸⁸

Conforme registra Weinstein, Brazil fez anúncios públicos para que os seringueiros se fixassem na terra e se direcionassem ao cultivo de outros produtos: “Raymundo Pereira Brazil foi prodigamente elogiado por todos os setores da elite por oferecer terra gratuita, transporte e assistência médica a quem quer que cultivasse cereais, algodão, café, ou fumo, em Itaituba.”¹⁸⁹

E a terceira razão para crermos no abandono das terras por Brazil, em favor dos seringueiros que lá habitavam, é colhida em campo. Todos os dados apurados apontam para uma estada das famílias de Mangabal, onde eram registradas as posses de Brazil, por todo o século XX, sem nunca essas terras terem sido reclamadas por Raymundo Pereira Brazil ou qualquer herdeiro seu, ou mesmo, por alguém que lhe viesse suceder na cadeia dominial dos imóveis¹⁹⁰. Todos os depoimentos e documentos encontrados apontam para o reconhecimento daquelas terras como sendo dos ribeirinhos que lá habitavam.

Naturalmente, a única contestação a esse reconhecimento vem, recentemente, da Indussolo, como trataremos adiante.

¹⁸⁸ Brazil, *O rio Tapajós na Exposição...*, p. 80.

¹⁸⁹ Weinstein, *A borracha na Amazônia*, p. 273.

¹⁹⁰ Na cadeia dominial constante no registro Torrens da Indussolo não há qualquer menção a Raymundo Pereira Brazil.

**5. A despesa viva: pesca, caça, coleta e agricultura.
Caracterização do modo de vida e do uso da terra**

5.1. Da envira à urucurama: a importância da floresta para a pesca

Como comentamos, nos anos que se sucederam à crise, os empreendimentos de cunho essencialmente comerciais deram lugar a uma forma de campesinato própria à floresta Amazônica. O fim do ciclo da borracha impôs àquela população a necessidade de um profundo aprendizado sobre a floresta, suas ofertas, seus perigos, seus manejos etc.¹⁹¹. Esse campesinato que se formava aproxima-se do que Débora Lima e Jorge Pozzobon definiram como uma população que,

por sua ligação com o ambiente e principalmente por seu aprendizado com culturas

¹⁹¹ Cf. ALMEIDA, Mauro. “The Creation of the Alto Juruá Extractive Reserve”. In: PENDZICH, C.; THOMAS, G.; WOHIGENT, T. (orgs.). *The Rule of Alternative Conflict Management in Community Forestry*. Roma, 1993. e WOLFF, Cristina Scheibe. *Marias, Franciscas e Raimundas: uma história das mulheres da floresta Alto Juruá, Acre – 1870-1945*. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

Foto Maurício Torres

FOTO 26 – “Campo da natureza”, como são chamadas em Mangabal as formações abertas nativas onde gramíneas e pequenos arbustos são abundantes

indígenas de tradição ecológica milenar, desenvolveu um vasto conhecimento sobre os recursos naturais, associado a um conjunto de mitos que não é homogêneo nem em suas origens nem em suas manifestações culturais”.¹⁹²

Sobre os mitos falaremos adiante. Agora nos ateremos às relações homem/meio, construídas sobre um profundo conhecimento da floresta, do rio e dos ciclos ecológicos que regem suas histórias naturais.

Em Mangabal, surpreendem os baixíssimos níveis de impacto ambiental associados ao antropismo. Análises de imagens do satélite Landsat dos anos de 2001 a 2006 evidenciam o quase imperceptível grau de desmatamento nas

¹⁹² Designação para povos de cultura ecológica tradicional cabocla, adotada por LIMA, Deborah & POZZOBON, Jorge. Amazônia socioambiental – sustentabilidade ecológica e diversidade social. In VIEIRA, I.C.G.; da SILVA, J.M.C.; OREN, D.C.; D’INCAO, M.A. *Diversidade biológica e cultural da Amazônia*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001, p. 223.

áreas dos ribeirinhos, bem como a estabilidade temporal na percentagem de área desflorestada (cf. Mapa 7, abaixo). As áreas onde as formações abertas são mais perceptíveis constituem-se de campos naturais cuja formação é determinada por condições pedológicas, climáticas e evolutivas, apenas (cf. foto 26, acima, e Figura 5, abaixo).

As habitações e os cultivos estão sempre próximos à beira do Tapajós. As famílias que, no passado, estabeleceram-se no centro da floresta sempre o fizeram às margens dos igarapés mais caudalosos, como, por exemplo, o Montanha e o Jacaré¹⁹³. O rio, além de transporte, é a única fonte de água. À exceção de uma pequena cacimba, em Machado, em nenhuma outra localidade há construções ou equipamentos para o uso de água subterrânea ou de chuva. Além de água, rio e igarapés são provedores certos e diários de alimento. “O rio não nega”, dizem enaltecendo a importância que o rio exerce como garantia de segurança alimentar. Em todos os lugares pesca-se diariamente, sempre de maneira artesanal, com arco e flecha, linha e anzol, zagaia, pequenas malhadeiras e tarrafas. A pesca é abundante.

¹⁹³ Cf. Levantamento de ocupações feito por Raymundo Pereira Brazil em 1910.

MAPA 7 – Antropização em Mangabal, dez. 2005

FIGURA 5 – Imagem Landsat-2004 dos campos de Mangabal e três fotografias desses campos

Imagem Landsat-2004 de Mangabal. As áreas em rosa-avermelhado, circundadas por elipses vermelhas, indicam baixa densidade de cobertura vegetal. Vistas em imagens de satélite, essas formações assemelham-se a pastagens. Contudo, tratam-se de campos naturais onde abundam espécies de gramíneas e arbustos da família Melastomataceae (todas nativas), adaptadas a viver em ambientes menos úmidos, pouco sombreados e a resistir ao fogo. Apesar dos campos naturais espalharem-se por toda a Amazônia, pouco se sabe sobre sua história evolutiva e sua composição.

FOTO 27 – Crianças de Vilinha, Mangabal, pescam, em frente de casa, para a refeição da família

O pescado é alimentação da família e, em alguns casos, fonte de renda adicional, quando é vendido nos garimpos instalados nos igarapés afluentes da margem direita do Tapajós. A ocorrência de pesca predatória empreendida por pescadores profissionais e empresas de fora é vista pelos ribeirinhos como um grande problema.

A principal técnica de pesca é a que usa linha e anzol. Nos períodos de preparo da terra, plantio da mandioca e feitura da farinha, o trabalho é árduo, o tempo exíguo e a pesca é tarefa das crianças. Com a envira¹⁹⁴, fazem-se os caniços; com massa de farinha-seca ou gongo (uma larva tirada de dentro do coco de babaçu) iscam-se os pequenos anzóis e alguns poucos minutos garantem número suficiente de pequenos peixes (de até 300g cada) para a refeição da família. O melhor horário é à tarde, mais especificamente, logo após a lavagem da louça do almoço, quando os peixes são atraídos pelos restos de comida despejada no rio. Os pescados mais comuns são: aracu-pinima, charuto, sarda, aracu-

¹⁹⁴ Nome dado a várias espécies arbóreas de onde se retiram troncos longilíneos e lisos, usados no fabrico de caniços, esteios para construção, fornos etc. A maioria das espécies de envira é retirada na floresta, algumas poucas são restritas à capoeira e são coletadas em roçados em pousio.

papa-capim, aracu-cagão, aracu-cabeça-gorda, pacu-de-maliça, urumará e surumim.

Foto Mauricio Torres

FOTO 28 – O jovem adulto Aldinho, morador de Machado, volta da pescaria com uma pirarara

Foto Maurício Torres

FOTO 29 – Em São Raimundo, Mangabal, Miguel Cirino, filho de Seu Joaquim Cirino, lava em madeira a ponta de uma flecha para pescaria

Quando o trabalho no roçado permite, a pesca ganha o tempo dos adultos que vão à busca dos peixes maiores. Mesmo aí, a participação das crianças não é dispensada. Eles agora não trarão o peixe que irá ao prato, mas pescarão a isca para anzóis maiores e grandes linhadas que serão lançadas em lugares mais profundos do Tapajós, nas cachoeiras ou nos igarapés, nas pescarias dos adultos, embarcados em canoas. Ali são pegos peixes de grande porte, principalmente o curimatã, os três tipos de tucunaré (*Cichla sp.*), o surubim e a pirarara [cf. foto 28].

Foto

Maurício Torres

FOTO 30 – Em Santo Antonio, na varanda de Francimar e Maria Geane Palhares, vê-se a tradicional forma da “Tabuleta”, utensílio de pesca feito de madeira esculpida, onde se enrola a linha

A existência destas duas modalidades de pesca, além de suas funções sociais e familiares, das quais falaremos adiante, guarda importância ambiental, pois ao regradar a diversidade das espécies de peixe a serem usadas em cada período, evita a superexploração de qualquer delas.

A estratégia de diversificação das espécies visadas na caça não para por aí. Além de “quem” pesca, a época do ano determina aonde se pesca, quais os peixes capturados e quais as iscas utilizadas. Na época das cheias, por exemplo, os peixes frugívoros migram para os igapós e igarapés para alimentarem-se dos frutos que caem das árvores. Os beiradeiros sobem o curso dos igarapés quilômetros acima do rio Tapajós e usam esses frutos, como, murta, caraipé, jauari, urucurama, guajará, araçazinho como iscas para as seis variedades que conhecem de pacu, as outras seis de aracu e para a matrinchã, dentre outros.

Foto Maurício Torres

FOTO 31 – Zagaia, arco e flechas, utensílios de pesca de Seu Joaquim Cirino e de seus filhos Raimundo e Miguel, moradores de São Raimundo

A lista de frutos usados como isca não se limita àqueles encontrados à beira d'água. Espécies como o canapum e a seringa também fornecem isca para os peixes dos igapós e igarapés.

Um parágrafo à parte deve ser dedicado às “saúbas”. Três vezes por ano, nos meses de novembro e dezembro, início da enchente, as saúbas e soldados (fêmeas e machos, respectivamente, de formigas-saúva) voam de seus ninhos e caem em grande quantidade no solo e no rio (em vôo nupcial). As crianças encarregam-se de observar os primeiros sinais da chegada das formigas e avisar o resto da família, que, reunida e devidamente municiada com recipientes e guardanapos de pano, empenha-se na coleta das formigas caídas e em vôo. Depois de torradas, as saúbas são armazenadas em recipientes fechados e utilizadas como apreciada iguaria pelos próprios beiradeiros e como isca para vários tipos de peixe, principalmente o pacu.

Além da pesca com linha e anzol, outras técnicas empregando instrumentos como a zagaia, o arco e flecha, a malhadeira e a tarrafá também são frequentemente utilizados. Cada um deles é habilmente empregado em locais e épocas específicas para a pesca de várias espécies de peixes, algumas delas capturáveis especificamente por determinados métodos de pescaria. Essa diversidade de mecanismos de exploração de recursos, dependente de um profundo conhecimento do meio construído sobre o aprendizado com antepassados indígenas, é intrinsecamente relacionado com os ciclos anuais de atividades na lavoura e permite um uso múltiplo das espécies de pescado do lugar e previne a superexploração de espécies.

A pesca em Mangabal, além de suprir um componente indispensável na dieta protéica, também exerce um fator estruturante na formação e reprodução sociofamiliar do grupo. A passagem da pescaria de barranco, em frente de casa, à pescaria de canoa (independente da companhia de um adulto), como um ritual de passagem, é um importante marco de transição entre a criança e o jovem adulto.

Para a identificação da área de floresta ocupada pelos beiradeiros foi imprescindível conhecer os mecanismos e a dinâmica da pesca, pois, apesar de

ser uma atividade essencialmente ligada ao rio e aos igarapés, não pode prescindir da floresta. Daí vem a madeira para as canoas, caniços, tabuletas, arcos e flechas etc. Da terra firme também se tiram muitas das iscas, como a semente da seringueira, o gongo, o canapu, a murta, o caraipé, a urucurama, a saúva, o guajará, o araçazinho e mais um sem-número de sementes e frutos. Além do que, a associação da agricultura com o extrativismo (caça, pesca e coleta) foi, em todo o planeta, uma das práticas mais comuns para garantir a obtenção do alimento.

E não há que se pensar a agricultura e pecuária substituindo – naturalmente – o extrativismo, como as tantas correntes evolucionistas primam em afirmar. Como explica o geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves, desde o advento da agricultura (por volta de há 8 a 11 mil anos, em pontos independentes do planeta), o homem embutiu suas diferenças culturais aos seus cultivos. Daí a formação de enormes e vitais reservas de espécies e variedades de cultivos ligadas a uma (paralela e) rica pluralidade de saberes germinados da convivência com o meio¹⁹⁵. “Um dos maiores patrimônios que a humanidade dispõe é a diversidade de cultivos forjados nos mais diferentes nichos, adaptados à seca e à umidade, a altitudes as mais diversas, assim como soluções para manter, pela cultura (conhecimento técnico, mítico e religioso), o equilíbrio das espécies eleitas, selecionadas e cultivadas.”¹⁹⁶

Em Mangabal, percebemos esse processo e observamos como, por uma biotecnologia própria, foram se desenvolvendo variedades de cultivos que, além de se adequarem às específicas condições de solo, umidade etc., respondem às necessidades peculiares ao grupo e garantem sua segurança alimentar e domínio do território. Como em outros casos, o consórcio da agricultura com o extrativismo demandou que se coadunassem os roçados à manutenção da floresta (em pé e) próxima às moradias.

¹⁹⁵ Cf. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, *passim*.

¹⁹⁶ PORTO-GONÇALVES, *A globalização da ...*, p. 211.

Foto Maurício Torres

FOTO 32 – Morada de Bena, em Gavião e, ao fundo, de Luiz Cirino. A proximidade com o rio e com a floresta garantem importantes itens do abastecimento doméstico

5.2. *Paraíba, carumbé, manipeba, tataibura... Um banco de germoplasma em Mangabal*

Como dito, os níveis de desflorestamento observados na área dos beiradeiros são mínimos. Em campo, pode-se constatar que a cobertura vegetal, nas áreas de floresta indicadas pelas imagens de satélite, trata-se, de fato, de floresta primária ou de vegetação secundária em saudável estágio de desenvolvimento.

Uma maneira indireta de certificar essa relação pouco impactante com o meio é avaliar a regeneração da floresta ocorrida no vizinho Parque Nacional da Amazônia. Até o final da década de 70, alguns ribeirinhos de Mangabal também ocupavam aquela área. Os demais moradores daquele local eram seus parentes, compadres, amigos, enfim, integrantes do mesmo grupo social, pessoas com o mesmo legado cultural. Menos de 30 anos após a expulsão dos ribeirinhos do Parque,

pode-se constatar na vegetação secundária em regeneração uma composição de flora similar àquelas encontradas em clareiras produzidas espontaneamente. Ou seja, as mudanças de paisagem causadas pelas atividades dos antigos moradores parecem gerar efeitos ambientais semelhantes àquelas produzidas por acidentes naturais.¹⁹⁷

¹⁹⁷ TORRES, Maurício; FIGUEIREDO, Wilsea. “Yellowstone Paroara: uma discussão sobre o papel das Unidades de Conservação e o exemplo do Parque Nacional da Amazônia”. In TORRES, M. (ORG.). *Amazônia revelada*. Brasília: CNPq, 2005.

A explicação para essa relação com o ambiente reside no múltiplo uso dos recursos do espaço em dois âmbitos essenciais ao modo de vida da população: a coleta (e aqui se inclui a caça e a pesca) e a agricultura. Essas duas atividades conjugadas prescindem de estratégias ambientalmente impactantes, tais como a derrubada de grandes áreas para formação de pastagens ou lavoura. O consórcio da agricultura com o extrativismo visa essencialmente à obtenção da “segurança alimentar” do grupo. Sob esse preceito, a agricultura monocultura e a pecuária dedicadas unicamente ao mercado (e apontadas como responsáveis pela devastação de amplas extensões de florestas para o abastecimento de alimentos e de energia de distantes pólos urbanos) são incompatíveis com “segurança alimentar”, pois a produção não se destina ao consumo por seu produtor e também afastaria das residências as florestas de onde retiram-se produtos indispensáveis para o consumo da família.¹⁹⁸

No texto a seguir, abordaremos como a coleta e a agricultura são desenvolvidas e consorciadas em Mangabal e como resultam em um quadro de uso do espaço ambientalmente importante como exemplo de sustentabilidade. Obviamente isso não é nenhum ineditismo de nossa região de estudo, mas cremos que certas particularidades da análise do quadro de Mangabal colaboram para mostrar o descabimento corrosivo do discurso que caracteriza como “atraso” esse modo de ocupação da terra, pois,

A prática da agricultura não substituiu o extrativismo como uma visão evolucionista, infelizmente ainda muito arraigada, quer fazer crer. Na verdade, a combinação da agricultura com terras de uso comum, seja para pasto, seja como fonte de coleta de madeira, de ervas medicinais e outros frutos, foi a prática mais difundida em todos os continentes.¹⁹⁹

¹⁹⁸ PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. *Passim*.

¹⁹⁹ Carlos Walter PORTO-GONÇALVES. *A globalização da ...*, p. 208.

A agricultura é mencionada pelos ribeirinhos como a atividade mais economicamente importante. A que lhes fornece alimento à mesa e garante recursos para a compra (ou a troca) dos itens de consumo inexistentes em suas terras. O cultivo preponderante é a mandioca (*Manihot esculenta*), o que não é peculiaridade alguma de Mangabal, pois, como explica Laure Emperaire,

Na Amazônia brasileira, e nos países limítrofes, a mandioca é o principal cultivo de uma grande parte população, seja ameríndia, mestiça ou alóctone. Os tubérculos da mandioca são a base da alimentação, podendo representar até 80% do suprimento calórico cotidiano.²⁰⁰

Sem exceção, o tipo de plantio é o de formação itinerante de roçados, denominado também de agricultura de corte-e-queima. Abre-se uma clareira e ateia-se fogo. Dessa maneira, nutrientes das plantas queimadas são incorporados ao solo, que, torna-se, então, próprio ao plantio. Após a colheita, a área roçada é

Foto Maurício Torres

FOTO 33 – Em Centrinho, no roçado de mandioca de seu Valter Palhares, a largura do tronco caído testemunha o longo tempo de pousio

²⁰⁰ EMPERAIRE, Leure. “O manejo da agrobiodiversidade – o exemplo da mandioca na Amazônia”. In: BENSUSAN, Nurit (org.). *Seria melhor mandar ladrilhar?: biodiversidade como, pra que, por quê*. São Paulo; Brasília: ISA; UnB, 2002. p 190,

temporariamente abandonada, posta para o “descanso” por um período de 7 a 10 anos, quando uma vegetação secundária irá formar-se até a próxima queimada para um novo plantio. A área das roças varia entre 1 e 4 hectares por família.

Embora a formação de roçados seja o modo de manejo do solo mais comum entre os povos da floresta amazônica, vale ressaltar algumas sutis peculiaridades nos roçados de Mangabal, decorrentes das especificidades daquele conhecimento dos recursos do meio:

1. durante o descanso ou pousio, as roças continuam produzindo frutos e raízes que são continuamente utilizados pelos ribeirinhos. Variedades nativas de batata doce (*Ipomoea batatas*), cará (*Dioscorea alata*) e ariá (*Maranta lutea*) são alguns exemplos. Várias das espécies de enviras – utilizadas pelos beiradeiros para a fabricação de caniços de pesca, fornos de farinha, caibros das casas e mais uma infinidades de utensílios – são também retirados da mata de capoeira. Isso propicia, ainda mais, que práticas extrativistas se consorciem à agricultura: além

Foto Maurício Torres

FOTO 34 – Para a fabricação da farinha-puba, a mandioca é deixada sob a água por um dia e uma noite em um pubeiro. Em São Vicente (Mangabal), o pubeiro é feito com folhas de babaçu e de inajá

das coletas nas florestas, a mata secundária que sucede o roçado oferece produtos específicos e de grande importância para uma diversidade de usos dos ribeirinhos. Ou seja, os ribeirinhos dependem da saudável regeneração da floresta, tanto para garantir a fertilidade do solo para novos plantios, como, também, para suprirem considerável parte do consumo das unidades domésticas.

2. comparados com os de imigrantes nordestinos vindos a partir de meados da década de 1970, instalados nas proximidades da cidade de Itaituba, os roçados de Mangabal são consubstancialmente mais produtivos. Seu Luiz Cirino, por exemplo, consegue mais de 100 sacos de farinha de cada hectare de mandioca cultivada em sua morada, Quirino. Em outras 37 comunidades de Itaituba, onde trabalhamos com populações rurais, vimos produtividade que ultrapassasse 80 sacos de farinha por hectare plantado. Uma vez que, os tipos de solo e o regime climático dos roçados comparados são semelhantes, a explicação para essas diferenças reside em detalhes do manejo de roçados, tais como, a escolha das variedades de mandioca cultivadas²⁰¹, a escolha do local onde se vai “por o roçado” e o tempo de pousio. Contudo, a boa produtividade de seus roçados, suficiente para garantir proventos para a família deve-se, sobretudo, à escolha do seu principal cultivo: a mandioca.

A mandioca é de origem amazônica ou peri-amazônica²⁰². Suas folhas são utilizadas em pratos típicos da região, como a maniçoba (pouco apreciada em Mangabal), mas é a sua raiz quem oferece a grande variedade de produtos alimentares, dentre esses, a farinha, a principal fonte diária de amido e fibras na dieta dos beiradeiros, além do principal item para comercialização. Em Mangabal, outras fontes de amido, como o arroz e o feijão, são pouco cultivadas ou compradas. Em dezembro de 2005, apenas em Praia Chique, na casa de Gecilda Lobo, havia um roçado de arroz. A justificativa para essa exceção veio logo: Raimundo, marido de Gecilda, é maranhense e considera autêntica heresia uma refeição sem

²⁰¹ De fato, as variedades de mandioca cultivadas em Mangabal se diferenciam das que encontramos em outras populações rurais de Itaituba. Essa diferença traduz-se, inclusive, na coloração e textura da farinha produzida, geralmente mais clara e crocante.

²⁰² Laure EMPERAIRE, “O manejo da agrobiodiversidade...”, p. 189,

arroz: “posso comer o quanto for, se não tiver arroz, a fome não passa. Comer sem arroz não é comer”.

A história natural da mandioca, resultante da interação com os povos pré-colombianos que há milhares de anos a cultiva, justifica sua predominância nos roçados. A mandioca, assim como várias espécies vegetais da Amazônia, passou por um processo evolutivo denominado *domesticação*, “uma classe de evolução em que humanos adicionam suas ações à ação da seleção natural”²⁰³, ou, como detalha Emperaire:

Como a maioria das plantas cultivadas, a mandioca é o resultado de um processo de domesticação, isto é, de seleção, voluntária e involuntária, de novos tipos por parte das populações humanas. A totalidade das características morfológicas e outras, que diferenciam a espécie domesticada de seus ancestrais selvagens, constitui a *síndrome da domesticação*. No caso da mandioca, destacam-se, como características mais patentes da domesticação: a capacidade de reproduzir tubérculos carnudos, a riqueza elevada dos tubérculos em fécula, capacidade de multiplicação vegetativa, o caráter heliófilo acentuado o que representa uma adaptação imposta pelo cultivo. O processo de domesticação pode ser considerado como um processo de evolução induzida e reduzida no tempo, levando, a partir de uma ou várias espécies selvagens, à diferenciação de formas que atendam às condições impostas em grande parte pelo homem. Mas o processo vai além dessa primeira fase de domesticação: novas formas, adaptadas a múltiplas exigências, são continuamente selecionadas pelos agricultores.²⁰⁴

Esse processo de domesticação de espécies é recontado de modo interessante por uma lenda tuyuca, um povo indígena do Alto Rio Negro, que conta a história da pupunha. Os tuyuca reconhecem dois tipos de pupunha: uma grande que só nasce se plantada e outra pequena, encontrada na floresta. A grande pertence ao mundo dos homens; a pequena, selvagem, integra o mundo subterrâneo, habitado pelos deuses e de onde vieram os homens. Os animais como a anta, a

²⁰³ CLEMENT, Charles. “Melhoramento de espécies nativas”. In: NASS, L.L.; VALOIS, A.C.C.; MELO, I.S.; VALADARES-INGLIS, M.C. (orgs.). *Recursos genéticos & melhoramento – plantas*. Rondonópolis: Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária de Mato Grosso, 2001, pp. 423-441.

²⁰⁴ Laure EMPERAIRE, “O manejo da agrobiodiversidade...”, pp. 191s.

paca, o boto etc., também, fazem parte desse mundo subterrâneo, pois não se tornaram gente. A pupunha grande foi roubada pelo homem do mundo subterrâneo. Histórias análogas são contadas sobre a origem de diversas outras plantas domesticadas, como a cucura.²⁰⁵

De acordo com o perfil das necessidades de cada sociedade, escolhem-se as características que se adequaram em determinados exemplares e promovem-se sua reprodução na população, em detrimento de outros, com características menos desejáveis. Com o passar do tempo, essa influência altera a composição genética e as características morfológicas das espécies de plantas, adequando-as às necessidades de consumo local e, também, às modificações antrópicas no meio. Uma espécie é dita completamente domesticada quando não pode se reproduzir mais sem a intervenção humana. A pupunha (*Bactris gasipaes*), por exemplo, uma planta domesticada pelas civilizações amazônicas pré-colombianas, foi selecionada para o favorecimento de frutos com maior quantidade de polpa comestível. O excesso de polpa impede a germinação natural da semente, que só pode brotar quando plantada por mãos humanas²⁰⁶. Cerca de 138 espécies nativas apresentavam algum grau de domesticação na época do contato europeu²⁰⁷. Cada uma destas possui de dezenas a centenas de variedades, que se diferenciam de acordo com o espaço geográfico e, principalmente, com as tradições culturais das populações que as cultivam. Entre os índios Saterê-Mawé, por exemplo, são cultivadas 40 variedades de mandioca²⁰⁸, a maioria ausente em outras áreas. Os povos indígenas do Alto Rio Negro detêm um número ainda muito maior de variedades – sintomaticamente, uma região de imensa variedade sociocultural, com 22 etnias, uma impressionante diversidade lingüística.

²⁰⁵ Israel Tuyuca, com. pess., Terra Indígena Alto Rio Negro, jan. 2007.

²⁰⁶ CLEMENT, Charles. "Domestication of Amazonian fruit crops – past, present and future". In: VIEIRA, I.C.G.; da SILVA, J.M.C.; OREN, D.C.; D'INCAO, M.A. *Diversidade biológica e cultural da Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001, pp. 347-368.

²⁰⁷ CLEMENT, Charles. "1492 and the loss of Amazonian crop genetic resources. I. The relation between domestication and human population decline". *Economic Botany*. v. 53, n. 2, 1999, pp.188-202.

²⁰⁸ Martins, Paulo Sodero. "Dinâmica evolutiva em roças de caboclos amazônicos". In: VIEIRA, I.C.G.; da SILVA, J.M.C.; OREN, D.C.; D'INCAO, M.A. *Diversidade biológica e cultural da Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001, p. 369-384.

Embora rica em dezenas de espécies selvagens de arroz, na Amazônia não se encontram sinais de que tais espécies tenham passado por pelo menos uma tentativa de domesticação. Pudera, cereais (e também as leguminosas) são culturas anuais de ciclo curto, com épocas específicas de colheita. Para serem consumidos durante todo o ano, devem ser armazenados longe do excessivo calor e da umidade, protegidas de fungos ou bactérias. Poucas coisas na Amazônia são mais certas que umidade, calor e microorganismos.

Por outro lado, o cultivo de espécies perenes que oferecem raízes e tubérculos como parte comestível é majoritário na região. Esse é o caso da mandioca, do cará, da batata-doce, do ariá. Os tubérculos resistem anos a fio sob a terra e podem ser colhidos em qualquer época do ano. Essa adaptação está presente até mesmo no mundubi (*Arachis velozolicarpa*), o amendoim domesticado regional. Ao contrário das algumas outras espécies de amendoim, as vagens do mundubi penetram no solo para a maturação, precisando ser arrancadas para o consumo. Assim, seus grãos disponibilizam-se para a colheita por muito mais tempo que outras espécies não nativas.

A interação evolutiva entre os pré-colombianos e seus cultivares fez do solo amazônico uma despensa viva.

Em Mangabal, aprimoraram-se e conservam-se diversas variedades dessas raízes. Da mandioca (*Manihot esculenta*), são cultivadas mais de 30 variedades:

- Paraíso-Branca;
- Paraíso-Roxa;
- Tataibura;
- Manipeba;
- Pecuí;
- Amarelinha;
- Branquinha;
- Amarelona;
- Najá;
- Xingu;
- Seis-Meses;

- Olho-Roxo;
- Carema;
- Bem-te-vi;
- Elefantinha,
- Jarí;
- Sete-Folhas;
- Folha-Fina;
- Milagrosa;
- Tapioqueira;
- Jamanxim;
- Fígado-de-Boi;
- Carumbé;
- Mubão;
- Macaxeira-Boi;
- Casca-Roxa;
- Macaxeira Branquinha;
- Macaxeira Amarelinha;
- Macaxeira Pau-Preto;
- Macaxeira Pau-Amarelo.

Essas variantes diferenciam-se sobretudo por características do órgão subterrâneo vinculadas às do produto final a ser obtido. Contudo, algumas (aparentemente) distinguem-se apenas em caracteres estéticos. Nesse particular,

É importante salientar aqui que a variedade é um conceito local que só tem sentido num contexto cultural particular. A variedade de mandioca, tal como é conhecida pelos geneticistas, agricultores e mesmo pelo grande público, não tem a mesma significação e não compreende as mesmas entidades genéticas. Para o geneticista, uma variedade de mandioca – planta normalmente multiplicada por estacas – é um clone, isto é, é constituída por um grupo de indivíduos geneticamente idênticos.²⁰⁹

Em Mangabal, diferentemente, considera-se uma “variedade”, ou como se diz lá, um “tipo” de mandioca, o grupo de indivíduos com morfologia suficien-

²⁰⁹ Laure EMPERAIRE, “O manejo da agrobiodiversidade...”, p. 191.

temente similares entre si e suficientemente distintivas daquelas de outras variedades. A atribuição de um nome a determinado grupo ratifica esta distinção. Certamente, uma análise genética entre os espécimes inclusos em um mesmo grupo mostraria não se tratar de um só clone, como mostrou o trabalho de Carlos Augusto Colombo entre as variedades cultivadas no Rio Negro e na Guiana²¹⁰. “O conceito de variedade não é, portanto, um referencial absoluto: é a *unidade mínima de percepção e de manejo da diversidade biológica*.”²¹¹

A variedade chamada de Paraíso, unânime em todos os roçados de Mangabal, é muito produtiva, “mais rendosa”, principalmente para o preparo de goma de tapioca e do biju (provavelmente contenha alto teor de amido), além do que, é a de sabor mais apreciado. Como dizem, “a Paraíso é a mãe das mandiocas”. Entretanto, só pode ser colhida pelo menos um ano após o plantio. A Seis-Meses, como sugere o nome, pode virar farinha seis meses após o plantio. Essa também é uma variedade sempre cultivada no roçado. A Najá, por sua vez, não é tão produtiva, nem pode ser desenterrada mais cedo. Porém, produz a farinha mais amarela dentre todas as outras variedades. É bastante cultivada para ser comercializada. A Tataibura é muito boa para a fabricação de farinha-branca, própria para o mingau de doentes e mulheres em resguardo. Algumas variedades são denominadas “enxutas” e são apropriadas para a fabricação de farinha. As “molhadas” são preferencialmente utilizadas na obtenção do tucupi. Algumas ficam sob o solo por mais de três anos. Outras têm características específicas que as tornam preferenciais para o preparo de algum subproduto da mandioca, como, por exemplo, biju, biju-cica, bolo de massa, farinha de tapioca, farinha puba, farinha-seca, tucupi, goma, caribé etc.

²¹⁰ Cf COLOMBO, Carlos Augusto. *Etude de la diversité génétique de maniocs américains (Manihot esculenta Crantz) par les marqueurs moléculaires (RADP et AFLP)*. Tese de doutorado. Montpellier, Ecole Nationale Supérieure Agronomique de Montpellier - Ensam, 1997. Apud Laure EMPERAIRE, “O manejo da agrobiodiversidade...”.

²¹¹ Laure EMPERAIRE, “O manejo da agrobiodiversidade...”.

Foto Maurício Torres

FOTO 35 – Dona Lausminda de Jesus, de Mangueira, prepara, para a festa de ano novo da comunidade, um “Bolo de Massa” em seu forno de farinha. A receita leva massa de mandioca, leite de coco babaçu e ervas aromáticas. A forma de seu bolo são folhas de bananeira

Detalhes sobre os fins aos quais se destinam cada variedade específica de mandioca fazem parte do conhecimento tradicional associado às suas origens e não foram registrados.²¹²

Os beiradeiros de Mangabal preparam seus roçados de modo a garantir a disponibilidade de mandioca durante todas as épocas do ano, com toda a diversidade de produtos e funções alimentares que essa espécie pode oferecer.

Em consulta aos bancos de germoplasma da Empresa Brasileira de pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), não encontramos sequer o registro para a grande maioria das variedades cultivadas em Mangabal²¹³, o que reforça ainda mais a grandeza dos prejuízos socializados com a ameaça de expropriação dessa população.

Além do interessante modelo de sustentabilidade da floresta, pelo pequeno desmatamento e por deter – com sua resistência na terra – o avanço de madeireiros, pecuaristas e outras formas de uso mais degradantes, Mangabal também mantém um “banco de germoplasma” de espécies economicamente úteis aos povos da Amazônia. E, como explica Carlos Walter Porto Gonçalves,

O que a espécie humana conseguiu por meio das *agriculturas* foi a *segurança alimentar*, expressão que hoje volta a ganhar o debate político. Afinal, domesticar espécies animais e vegetais é torná-las parte de nossa casa (em latim, *domus*, daí domesticar). Assim, mais uma vez, alimento e abrigo (*domus*, casa) voltam a se encontrar conformando um conjunto de questões interligadas para oferecer maior segurança a cada grupo que, assim, se constitui por meio de sua cultura formando seus territórios (domínios).²¹⁴

Da mandioca, não se contesta a produtividade, a resistência aos solos fracos e ácidos da Amazônia, aos períodos de seca e de excesso de chuva e, como citado anteriormente, as suas propriedades que facilitam a estocagem.

²¹² Para o registro de informações sobre conhecimento tradicional associado é necessária autorização especial de pesquisa fornecida pelo Conselho Gestor do Patrimônio Genético (CGEN), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente.

²¹³ Informações obtidas no Centro de Pesquisas do Trópico Úmido (CPATU), Embrapa, Belém-PA.

²¹⁴ Carlos Walter PORTO-GONÇALVES. *A globalização da ...*, p. 209 [grifos no original].

Foto Maurício Torres

FOTO 36 – Dois dos “Capitães” do roçado de Seu Valter Palhares. Este, mostrado por seu genro, Manoel Martins, possui características que diferem dos tipos de mandioca cultivados no roçado

Sua importância não se resume à Amazônia, foi levada há mais de um século para a África, em regiões de difícil cultivo, e hoje forma importante e indispensável recurso alimentar de vários povos africanos. Também projeções para o século XXI sugerem uma expansão dessa cultura, como uma importante possibilidade de nutrição bovina.²¹⁵

Contudo, a forma de cultivo de mandioca dos beiradeiros os torna não somente guardiões de recursos genéticos, mas também, graças à bela história de co-evolução cultural e biológica na adaptação do homem ao ambiente restrito da Amazônia, os beiradeiros também são agentes geradores dessa diversidade.

O plantio da mandioca se dá por propagação vegetativa. Ao invés de sementes, o caule da planta, comumente chamado de maniva, é cortado em varas de pouco mais de um metro, desfolhado e guardado para ser posteriormente di-

²¹⁵ Laure EMPERAIRE, “O manejo da agrobiodiversidade...”, p. 189.

vidido em fragmentos menores que deverão então ser plantados. Mais que as raízes, a maniva possui impressionante resistência, podendo ficar mais de seis meses fora da terra, sem exigências quanto à estocagem e ainda assim estar apta para brotamento. Esse modo de propagação, que não depende de cruzamento entre indivíduos para a formação de uma semente, aparentemente condenaria a espécie a uma drástica diminuição de sua variabilidade genética, uma vez que a maioria do roçado é composta de clones geneticamente idênticos aos das plantas de onde os talos foram cortados, cuja propagação se repete por gerações. Entretanto, a expressiva variabilidade genética da mandioca é atestada pela existência das inúmeras variedades registradas. Paulo Sodero Martins²¹⁶ explica como a diversidade genética não se perde e como a agricultura tradicional da Amazônia possibilita o surgimento contínuo de diversas variedades de mandioca: apesar de propagada vegetativamente, a mandioca floresce, frutifica e despeja suas sementes no solo dos roçados. Essas sementes, vindas da reprodução sexuada entre plantas diferentes, são resistentes ao tempo e ao fogo e podem permanecer em latência no solo até a preparação de um novo roçado. As plantas nascidas da germinação das sementes são mantidas no roçado e podem vir a ser fonte das manivas que serão replantadas no próximo ano, caso suas propriedades de, algum modo, agradem. Assim, cruzamentos entre variedades, ou mesmo mutações novas no cruzamento de plantas de uma mesma variedade podem resultar em plantas com composições genética e funcional modificadas, que poderão ser replantadas diferencialmente e, com as gerações, tornarem-se uma nova variedade.

As plantas que nascem de sementes adormecidas no solo são facilmente identificados pelos ribeirinhos na roça recém-queimada, pois germinam antes do plantio das manivas. Recebem o nome de “capitão” e têm suas características observadas durante o crescimento e após a colheita. Caso suas propriedades sejam interessantes, o roçado seguinte certamente abrigará clones desse novo cruzamento. Acompanhamos em campo esse processo em todos os roçados de

²¹⁶ Paulo Sodero MARTINS, “Dinâmica evolutiva dos roçados amazônicos...”.

Mangabal. Na roça feita pela família de Seu Valter Palhares, por exemplo, seu genro, Manoel Martins, nos mostra dois dos vários capitães que nasceram no ano passado. Um deles apresenta características morfológicas bastante distintas das outras cinco variedades cultivadas naquele roçado. A obediência a essa dinâmica tradicional de plantio torna os beiradeiros de Mangabal não apenas agentes de estoque e preservação da diversidade de tipos de mandioca, mas também geradores ativos de variabilidade genética e mediadores do surgimento de novas formas e variedades. Ainda que todas as variedades de mandioca existam na Amazônia fossem depositadas em coleções de germoplasma, o processo evolutivo que acontece silenciosamente nos roçados (cada vez mais raros) como os de Mangabal, causador do surgimento de novas formas e novos genes, é insubstituível. Em outras palavras, a expulsão dos beiradeiros de seus roçados e de suas vidas leva consigo não somente a preservação de importantes recursos genéticos, mas também o surgimento de outros.

O sistema gerador de diversidade desenvolvido pelos amazônidas não está imune às influências do mercado. Por conta das exigências do comércio, comunidades abandonaram o cultivo de variedades que resultavam em produtos pouco aceitos para comercialização. Em Mangabal, a variedade de mandioca preferida pelos agricultores é a Paraíso, a “mãe de todas as mandiocas”, “que dá a farinha mais saborosa, mais leve, que não enche”, “que todo mundo pode comer”... Quase-perfeita, a raiz da Paraíso é pobre em pigmentos e produz uma farinha branca, apreciadíssima pelos ribeirinhos, pouco aceita pelo mercado, que valoriza cada vez mais a farinha de cor amarelada. Seu Luiz Cirino, resignado, acredita ser o garimpo o responsável por essa preferência. Para ele, “mandioca é que nem ouro. Todo mundo corre atrás do que é amarelo”. Além da Paraíso, as variedades amareladas de mandioca são hoje indispensáveis nos roçados. Quando a farinha é produzida somente para o consumo, é fabricada com a raiz da Paraíso. Quando se destina para a venda, apenas as variedades amarelas são utilizadas. Para os dois destinos, raízes de ambas as variedades são peneiradas em conjunto. Assim, a farinha secretamente retém o sabor da Paraíso, na medida em que se tinge de ama-

relo aos olhos dos compradores. Vemos nesse fato mais do que cessão às pressões externas, mas, também, a resistência dos beiradeiros do Tapajós. Uma resistência que constrói um patrimônio que certamente extrapola os limites de Mangabal:

Foto Maurício Torres

FOTO 37 – A Paraíso, “a mãe das mandiocas”. A variedade preferida dos beiradeiros de Mangabal

Um dos maiores patrimônios de que a humanidade dispõe é a diversidade de cultivares forjados nos mais diferentes nichos, adaptados à seca e à umidade, a altitudes mais diversas, assim como soluções para manter, pela cultura (conhecimento técnico, mítico e religioso), o equilíbrio das espécies eleitas, selecionadas e cultivadas.²¹⁷

Entender todo esse processo implica estabelecer as devidas relações entre a longa e contínua história de interação entre o material biológico, as sociedades que selecionam as variedades e o meio ambiente. O elemento central do manejo, além da variedade, é a diversidade em si, enquadrando-se assim numa lógica oposta à agricultura moderna, que adere fervorosa à homogeneidade e a produtividade do cultivo.

O direcionamento da seleção genética pauta-se pelas necessidades específicas do grupo. E essas necessidades só podem ser compreendidas se pensarmos a relação com a terra não sob a óptica da produtividade, mas, antes, segundo valores pertinentes ao universo camponês, onde outros valores, como a autonomia no suprimento das necessidades da família, são prioritários. À frente, abordaremos especificamente as atividades de caça, coleta e agricultura de Mangabal inserindo-os na lógica camponesa.

²¹⁷ Carlos Walter PORTO-GONÇALVES. *A globalização da ...*, p. 211.

FOTO 38 – Em Machado, a árvore da Mangaba, comum nos Campos Naturais de Mangabal

5.3. Uxi-Curuba, cipó-ambé, ata-braba: a floresta como fonte de provimentos

Como dito, os beiradeiros complementam a agricultura com atividades florestais. Mais do que as de cultivos exóticos, tais como manga (*Mangifera indica*), melancia (*Citrullus vulgaris*) e caju (*Anacardium occidentale*), espécies nativas cultivadas ou coletadas nos vários tipos de ambientes de Mangabal, bem como daqueles formados pelas ações de sua gente (roçados, quintais e capoeiras), fazem parte considerável do dia-a-dia. Uma relação bastante preliminar de espécies vegetais utilizadas pelos beiradeiros encontra-se na Tabela 1. Longe de pretender ser exaustiva, a lista apenas demonstra o uso extensivo da floresta e evidencia a dimensão do saber patrimonial dessa população. O número de espécies utilizadas é certamente muito além do exposto nas próximas páginas. Resaltamos, novamente, que as informações foram coletadas incidentalmente, ou seja, registramos as espécies durante as vezes em que nos deparamos com seu uso. Por exemplo, tivemos a sorte de estar em Mangabal no dia 24 de dezembro de 2005, um dos três dias do ano em que voavam as saúvas. Caso ali não estivéssemos, muito provavelmente esse registro não teria sido feito.

As espécies utilizadas como fontes de medicamento não foram pesquisadas, pelas mesmas razões pelas quais não registramos as qualidades mais específicas das variedades de mandioca. As espécies medicinais espontaneamente citadas pelos beiradeiros foram propositadamente omitidas.

TABELA 1 – Uso de recursos vegetais em Mangabal

Espécie (nome comum)	Espécie (nome científico)	Ambiente	Parte utilizada	Uso
Castanha	<i>Bertholletia excelsa</i>	Floresta	Semente	Alimento
Açaí	<i>Euterpe oleracea</i>	Floresta, margens de igarapés, grotas e pequenos cursos d'água	Fruto	Alimento
Patauá	<i>Jessenia bataua</i>	Floresta	Fruto	Alimento
Buriti	<i>Mauritia flexuosa</i>	Igapó, margens de rios e igarapés, capoeira, roçado	Fruto	Alimento
Bacaba	<i>Oenocarpus bacaba</i>	Floresta, margens de igarapés, grotas e pequenos cursos d'água	Fruto	Alimento
Babaçu	<i>Orbignya phalerata</i>	Roçado, capoeira	Fruto	Alimento
			Larva de inseto (gongo) que se desenvolve no fruto propositalmente deixado sem uso	Isca para pesca e alimento
			Folhas	Cobertura das casas
			Tronco queimado durante o preparo da roça	Esterco para as hortas
Abiu	<i>Pouteria spp.</i>	Floresta, quintal	Fruto	Alimento
Muruci	<i>Byrsonima sp.</i>	Capoeira, quintal, campos naturais	Fruto	Alimento
Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i>	Floresta, quintal	Fruto	Alimento
Cacau	<i>Theobroma cacao</i>	Floresta, quintal	Fruto	Alimento
Cacaúí	<i>Theobroma speciosum</i>	Floresta	Fruto	Alimento
Tucumã	<i>Astrocaryum vulgare</i>	Roçado, capoeira	Fruto	Alimento
			Larva de inseto (gongo) que se desenvolve no fruto propositalmente deixado sem uso	Isca para pesca
Mucajá	<i>Acrocomia aculeata</i>	Roçado, capoeira	Fruto	Alimento

Mamão	<i>Carica papaya</i>	Roçado	Fruto	Alimento
Araçá	<i>Eugenia stipitata</i>	Quintal	Fruto	Alimento
Graviola	<i>Annona muricata</i>	Quintal	Fruto	Alimento
Peroba	<i>Passiflora edulis</i>	Floresta	Fruto	Alimento
Pupunha	<i>Bactris gasipaes</i>	Capoeira, roçado	Fruto	Alimento
Urucum	<i>Bixa orellana</i>	Quintal	Semente	Tempero
Jenipapo	<i>Genipa americana</i>	Floresta	Fruto	Alimento
Cuieira	<i>Crescentia cujete</i>	Quintal	Fruto	Utensílio
Jurubeba	<i>Solanum sessiliflorum</i>	Quintal, capoeira	Fruto	Alimento
Sorva	<i>Couma macrocarpa</i>	Floresta	Látex	Comércio
Amapá	<i>Brosimum parinarioides</i>	Floresta	Látex	Medicinal
Copaíba	<i>Copaifera duckei</i>	Floresta	Seiva	Comércio
Andiroba	<i>Carapa guianensis</i>	Floresta	Semente	Comércio
Cumaru	<i>Dipteryx spp.</i>	Floresta	Fruto	Comércio
Piquiá	<i>Caryocar villosum</i>	Floresta	Fruto	Alimento
Uxi-liso	<i>Endopleura sp.</i>	Floresta	Fruto	Alimento
Uxi-curuba	<i>Endopleura sp.</i>	Floresta	Fruto	Alimento
Canapum	Em identificação	Capoeira, roçado	Fruto	Isca para peixes
Murta	Em identificação	Igapó, beira do rio e de igarapés	Fruto	Isca para peixes
Caraipé	Em identificação	Beira do rio e de igarapés	Fruto	Isca para peixes
Urucurama	Em identificação	Beira do rio e de igarapés	Fruto	Isca para peixes
Araçazinho	Em identificação	Beira do rio e de igarapés	Fruto	Isca para peixes
Araçazão	Em identificação	Beira do rio e de igarapés	Fruto	Isca para peixes
Cutiti	<i>Richardella sp.</i>	Floresta	Fruto	Alimento
Mangaba	Em identificação	Campos naturais	Fruto	Alimento
Inajá	<i>Maximiliana regia</i>	Floresta	Folhas	Cobertura das casas
Biribá	<i>Rollinia sp.</i>	Floresta	Fruto	Alimento
Cipó-ambé	Em identificação	Floresta	Galhos	Fabricação de paneiro

Cipó-açú	Em identificação	Floresta	Galhos	Fabricação de paneiro
Cipó-titica	Em identificação	Floresta	Galhos	Fabricação de vassoura
Cipó-chato	Em identificação	Floresta	Galhos	Amarração de caibros das casas e jiraus
São João	Em identificação	Capoeira	Ramos	Fabricação de vassouras
Ata-Brava	Em identificação	Capoeira	Caule	Envira
Jauari	<i>Astrocaryum jauari</i>	Beira do rio e de igarapés	Fruto	Isca para peixes
Milanca	Em identificação	Beira do rio e de igarapés	Fruto	Isca para peixes
Pimenta-longa	Em identificação	Beira do rio e de igarapés	Fruto	Isca para peixes
Seringa	<i>Hevea brasiliensis</i>	Floresta	Fruto	Isca para peixes
Guajará	Em identificação	Igapó, beira do rio e de igarapés	Fruto	Isca para peixes
Murrão	Em identificação	Capoeira	Caule	Envira
Meju	Em identificação	Capoeira	Caule	Envira
Lacre	Em identificação	Capoeira	Caule	Envira
Envira-do-morro	Em identificação	Floresta	Caule	Envira
Ucuúba	Em identificação	Floresta	Caule	Esteios de construções,
Itaúba	Em identificação	Floresta	Caule	Esteios de construções, canoas
Cariúba	Em identificação	Floresta	Caule	Esteios de construções,

Foto Maurício Torres

FOTO 39 – No quintal da morada de seu Vivi, Gavião (Mangabal), vemos, à frente, o esterco de tronco de babaçu, tirado de seu roçado, curtir sobre uma lona; mais atrás, flores e frutos de urucum; e, ao fundo, a cerca de envira a proteger a horta de ervas alimentícias e medicinais

Foto Maurício Torres

FOTO 40 – Na casa de Dona Raimunda Rosa do Nascimento, em Mangabal, a Erva-de-São João garante a vassoura capaz de espalhar seu perfume pelos lugares por onde passa. O fogão a gás testemunha épocas de maior acesso ao consumo, na década de 1980, quando os garimpos da outra margem do rio movimentavam a região. O fogão de barro construído sobre ele explica uma adaptação (com apelo aos recursos locais) ante uma necessidade criada há alguns anos e que hoje não poderia mais ser satisfeita: o gás. Fogões a gás convertidos em fogões a lenha são uma presença quase unânime nas casas de Mangabal

Um exame mais cuidadoso das plantas listadas pelos ribeirinhos como fonte de alimentos e utensílios remete a duas interessantes observações: 1) A variedade de usos encontrados para as espécies coletadas, principalmente da floresta, torna os ribeirinhos menos dependentes de produtos de consumo industrializados. A grande variedade de frutos também permite a existência de uma dieta rica em nutrientes que torna dispensável o cultivo de alimentos em áreas de lavoura, bem como sua compra; e 2) a grande maioria das espécies é nativa e boa parte também se encontra em algum estágio de “domesticação”.

Após a colonização européia, os cultivos domesticados ou em domesticação das populações amazônicas sofreram uma perda genética catastrófica, tanto de populações como de variabilidade genética dentro destas, como consequência da dizimação das populações humanas que as criaram e mane-

jaram. Essa erosão genética continua hoje em uma taxa cada vez mais acelerada, agora mediada pela expulsão das antigas populações do campo, pela criação de novos padrões de consumo e pela extinção cultural. Herdeiros de sangue e saber dos Munduruku, Maués, Parentins, os beiradeiros de Mangabal cultivam variedades de plantas domesticadas ou em domesticação que podem desaparecer caso as ameaças a essa população persistam e não se garanta a sua permanência na terra. Ainda mais, não só ameaças de expulsão, mas também de alterações forçadas em seu modo de vida (como viria pela perda de parte de suas terras) seriam o suficiente para inviabilizar as práticas culturais que garantem a manutenção desses cultivos.

Clement²¹⁸ afirma que, para desenvolver uma economia agrícola razoavelmente sustentável no seu ambiente biologicamente agressivo e de solos fracos, a Amazônia necessita investir no cultivo de plantas domesticadas ou em processo de domesticação, uma vez que estas já se encontram pré-adaptadas ao manejo agrícola dos amazônidas, após séculos e milênios de interação.

Há que se esclarecer que a área usada pelos ribeirinhos de Mangabal não se restringe ao pequeno espaço de seus roçados. Eles vivem segundo técnicas que não permitem medir a área que ocupam pela extensão da paisagem degradada. Ao contrário, sua subsistência, física e cultural, depende da conservação do meio. A caça que lá se pratica ajuda-nos a compreender o limite desta ocupação.

²¹⁸ Clement, Charles. "Domestication of Amazonian..."

Foto Maurício Torres

FOTO 41 – Árvore em fruto de Graviola, espécie frutífera domesticada, cultivada no quintal de Dona Santa, no Peruano

5.4. A “canoa de caça”: a caça e a extensão de terras usadas pelos ribeirinhos de Mangabal

Em agosto último, em Quirino, Seu Luiz Cirino produz a mais bem reputada farinha de Mangabal enquanto nos conta não se lembrar quando foi a última vez que entrara em um açougue. A esposa socorre: “foi quando eu fiquei doente e a gente precisou ir pra Itaituba”²¹⁹. A dieta dessa família – assim como dos seus vizinhos – só é possível ao complementarem a farinha de mandioca com a caça, a coleta e a pesca.

A caça é responsável por boa parte da carga protéica na mesa dos ribeirinhos. As espécies mais utilizadas como fontes de alimento são: paca (*Agouti paca*), cutia (*Das yprocta fuliginosa*), capivara (*Hidrochaeris hidrochoerus*), porcão (*Tayassu tajacu*), catitu (*Tayassu peccari*), veado (*Mazama americana*), fuboca (*Mazama guazoubira*), anta (*Tapirus terrestris*) e tatu (*Dasypus spp.*). Os ribeirinhos de Mangabal desenvolveram um curioso e eficiente método de caçada. A técnica exige o trabalho de dois caçadores: um deles adentra na floresta levando cachorros treinados para, não somente encontrar a caça, mas, também, acua-la em direção ao rio. Algumas vezes, friccionam-se ervas sobre o focinho dos cães, para lhes aguçar o olfato. Cerca de duas horas após a saída do primeiro caçador, o segundo, de canoa, dirige-se ao trecho da margem do rio aonde a caça, tangida pelos cães, atira-se na água. O segundo caçador, então, rema até ela e, de dentro da canoa, agarra o animal e submerge-o até o afogamento. Essa tecnologia é aparentemente endêmica de Mangabal, não se sabe de nenhuma outra localida-

²¹⁹ Entrevista concedida em agosto de 2005, na residência do casal.

de onde se pratique esse tipo de caça. Assim, tornam-se, esses ribeirinhos, independentes de um dispendioso acessório de caçada: a arma de fogo e sua munição.

Por meio das atividades de caça – nestes casos mais uma herança indígena – as populações tradicionais da Amazônia intensificam sua proximidade com a floresta. Desse contato decorre uma grande competência de ajustamento àquele espaço. Para se abater um animal, há que se conhecê-lo, como, também, seus hábitos, sua alimentação, seu habitat etc. A perda desse conhecimento, dessa intimidade com o meio é, em si, uma perda ambiental.

Também por ser a caça a principal fonte de proteína dos moradores de Mangabal, evita-se a necessidade da criação de gado bovino para a complementação protéica da dieta. Apenas duas das famílias de Mangabal criam algum gado, sendo maior o rebanho não superior a 20 cabeças. Falando de outro modo, a caça como, e na frequência, em que acontece hoje é uma das responsáveis pelo baixo desmatamento promovido pelos ribeirinhos e, conseqüentemente, pela preservação, até mesmo, dos animais caçados. Mangabal sempre foi habitado e sua população soube como evitar que os recursos de caça fossem exauridos. Como dissemos, esse povo tem mais de 130 anos nessa terra. A sustentabilidade do modo de vida, bem como outros tantos aspectos dessa cultura, devem-se, principalmente, às extensas áreas ocupadas pelos ribeirinhos, que, de fato, usam direta e indiretamente o trecho que se estende da beira do rio até as vizinhanças da rodovia Transamazônica. Dados empíricos indicam que o esforço de caça (e conseqüentemente o impacto causado por essa atividade) é consideravelmente maior em áreas próximas às residências e roçados, em particular num raio de cerca de seis quilômetros do centro de moradia. A intensidade da caça diminui gradativamente com a distância, chegando a ser 37 vezes menor nas áreas mais remotas²²⁰. Outros estudos, ainda, demonstram que, para a manutenção das espécies caçadas no ambiente, é necessária a existência de grandes áreas adjacentes com pouca ou

²²⁰ SIREN, Anders; HAMBÄCK, Peter; MACHOA, José. Including spatial heterogeneity and animal dispersal when evaluating hunting: a model analysis and an empirical assessment in an Amazonian community. *Conservation Biology*, n. 18, 2003, p. 1315-1319.

nenhuma pressão antrópica, para a possibilidade de fluxo migratório e reposição do contingente populacional abatido.²²¹

As áreas de caça e coleta em Mangabal são mais intensas nas proximidades do Tapajós, onde estão fixadas as residências. Contudo, não se restringem a esse espaço: no período chuvoso, os beiradeiros sobem os igarapés, caçam e coletam em áreas mais distantes. E, ainda que a presença física dos ribeirinhos se limitasse unicamente a margem do Tapajós, é inegável, que, a área usada por eles estende-se muito além. As terras mais distantes, onde sua presença é rara, são indispensáveis, portanto, para repor o estoque de caça.

O método de caça que mais se pratica em Mangabal, descrito acima, certamente pressiona as populações de herbívoros terrestres, como a anta e o veado, uma vez que esses podem ser encontrados e acuados pelos cães até o rio. Dentre as várias importantes funções ecológicas dessas espécies, além da própria herbivoria, que controla as populações de plantas, está a de dispersão de sementes. Em áreas da Amazônia onde se registrou forte pressão de caça, encontram-se menos espécies de árvores em germinação, quando comparadas a locais vizinhos onde as populações de mamíferos de médio e grande porte persistem²²². Muito provavelmente, a ausência das espécies que, ao alimentarem-se dos frutos, semeiam as árvores é a responsável por esse empobrecimento.

Para animais de porte médio que se reproduzem com rapidez (por exemplo, cutia e paca), calcula-se que até 40% de sua produção possa ser retirada da natureza por atividades de caça. Para animais de maior porte e de reprodução lenta (como a anta), este valor decresce para 20%. As antas, por exemplo, geralmente encontram-se na natureza em baixíssimas densidades, de cerca de 1,6 indivíduos por km², em áreas não sujeitas à caça²²³. Para garantir a manutenção das populações das antas em Mangabal, sem dúvida, o tipo de regularização da ocu-

²²¹ NOVARO, Andres J.; REDFORD, Kent H.; BODMER, Richard. "Effect of hunting in source-sink systems in the Neotropics". *Conservation Biology*, n. 14, 2000, p. 713-721.

²²² ROLDÁN, Alejandra I.; SIMONETTI, Javier A. "Plant-mammal interactions in tropical Bolivian forests with different hunting pressures". *Conservation Biology*, n. 15, 2001, p. 617-623.

²²³ ROBINSON, John G.; REDFORD, Kent H. "Body Size, diet, and population variation in neotropical forest mammal species: predictors of local extinction?" In: REDFORD, K.; EISENBERG, J. (eds.). *Advances in Neotropical Mammalogy*. Sandhill Crane Press, Gainesville, Florida, p. 567-594.

pação dos beiradeiros a ser implantada deve, necessariamente, considerar a estratégia de caça ali existente, há mais de um século responsável por impedir a exaustão desses recursos. Essa estratégia, que resulta, inclusive, na manutenção de grandes extensões de floresta com pouca ou nenhuma atividade antrópica, é apontada como uma das poucas possibilidades de preservação da biodiversidade em áreas onde se pratique agricultura.²²⁴

As atividades praticadas em Mangabal, por serem de baixo impacto, são, necessariamente, extensivas. Áreas para reposição do estoque de caça, para coletas e outras atividades extrativistas devem ser consideradas e são sempre uma dificuldade que acarretam em graves falhas na demarcação de territórios de populações tradicionais.

²²⁴ NAUGHTON-TREVES, Lisa; MENA, Jose L.; TREVES, Adrian; ALVAREZ, Nora; RADELOFF, Volker C. "Wildlife survival beyond park boundaries: the impact of slash-and-burn agriculture and hunting on mammals in Tambopata, Peru". *Conservation Biology*, n. 17, 2002. p 1106-1117.

5.5. O encontro das terras e das águas: a importância da conexão entre Mangabal e outras áreas de floresta.

À semelhança de qualquer outra área de floresta tropical, o futuro de Mangabal não depende apenas do uso parcimonioso e adequado de seus recursos naturais. A dinâmica demográfica e evolutiva da biodiversidade que ali existe sofre inevitável influência da sua região de entorno. Quando ocorrem modificações drásticas nos arredores de uma floresta, como formação de grandes e contínuas áreas de pastagem ou agricultura, as espécies do interior dessa floresta incapazes de atravessar ou viver temporariamente na paisagem modificada, isolam-se e passam por um processo denominado de “fragmentação de hábitat”.

Resumidamente, o isolamento de populações em fragmentos provoca o aumento na proporção de cruzamentos entre indivíduos aparentados. Como consequência, ocorre diminuição da variabilidade genética das populações afetadas pelo isolamento, que, a partir de então, tornam-se mais vulneráveis a eventos demográficos e ambientais aleatórios, suscetibilizando-se à extinção local, regional e, dependendo do grau de isolamento de todas as populações da espécie, à extinção completa a médio ou longo prazo.²²⁵

Com essas considerações em vista, é preocupante – tanto para a reprodução do modo de vida dos ribeirinhos, como para a sobrevivência em longo prazo

²²⁵ LAURANCE, W.F. ; BIERREGARD Jr., R.O. *Tropical Forest Remnants: Ecology, Management, and Conservation of Fragmented Communities*. University of Chicago Press, Chicago, 1997.

das populações biológicas e seus processos histórico-demográficos – a ameaça de isolamento entre Mangabal e as demais florestas do interflúvio Madeira-Tapajós.

A estratégia para contornar os efeitos da fragmentação na Amazônia calca-se na implementação de Corredores Ecológicos de Biodiversidade²²⁶, que consistem em áreas manejadas de modo a garantirem a conexão entre grandes contingentes de florestas e permitirem, através de longas extensões de ecossistemas florestais, a dispersão e o fluxo gênico dos organismos. Dessa forma, processos evolutivos e ecológicos que moldam e mantêm a diversidade biológica são preservados. Nesse sentido, Mangabal situa-se numa posição privilegiada no Corredor Sul da Amazônia²²⁷. Ao Norte, há conexão imediata e já estabelecida com o Parque Nacional da Amazônia. Pelo Leste, têm-se, à margem direita do Tapajós, as Florestas Nacionais de Itaituba I e II e a Área de Proteção Ambiental Tapajós (APA Tapajós). O Oeste é a face de vital e de prioritária importância em termos de conectividade. A rodovia Transamazônica atravessa o interflúvio Madeira-Tapajós e, a julgar por todas as outras experiências de abertura de grandes estradas na Amazônia, tem enorme potencial de devastação. A face Oeste de Mangabal fornece a possibilidade de conexão à próxima e recentemente criada Floresta Nacional do Amaná. Como se pode notar no Mapa 8, essa Unidade de Conservação alonga-se paralelamente por toda a extensão de Mangabal, a uma distância variável entre 10 e 15 km.

Porém, entre Mangabal e a Flona do Amaná, a ocupação de posseiros e grileiros ao longo da rodovia Transamazônica (cf. Mapa 9) interpõe indícios de um processo de fragmentação. A alta densidade dos primeiros e a voracidade e a impactante atividade peculiar aos segundos convertem áreas de floresta em ambientes inóspitos a várias espécies adaptadas a lugares densos e úmidos. Se essa modificação de hábitat continuar, certamente resultará em faixas contínuas de vegetação antropizada que transformará Mangabal em um fragmento.

²²⁶ AYRES, José M.; FONSECA, Gustavo A.B.; RYLANDS, Anthony B.; QUEIROZ, Helder L.; PINTO, Luiz P.; MASTERSON, Donald.; CAVALCANTI, Roberto B. “Os corredores ecológicos das florestas tropicais do Brasil”. Sociedade Civil Mamirauá. Tefé, 2005.

²²⁷ *Idem.*

MAPA 8 – Localização estratégica de Mangabal, sob dois recortes

Garantir a proteção dessa biota significa, também, possibilitar, a médio-longo prazo, a sobrevivência daquela população segundo sua forma de organização. Para esse fim, antevemos como possibilidade, a efetivação de corredores que viabilizem a conectividade entre Mangabal e a Flona do Amaná, segundo apresentamos no Mapa 10. O traçado deste corredor aproveitaria limites naturais e a existência de áreas de vegetação íntegra ao longo da Transamazônica. Também, critérios biológicos e sociais considerados são expostos a seguir:

1) Vista de um satélite, a floresta Amazônica aparenta ser um maciço contínuo e homogêneo de densa vegetação que, pontualmente, é interrompida pelos cursos dos rios e por alterações antrópicas, cada vez mais frequentes.

MAPA 9 – Desmatamento ao longo da rodovia Transamazônica, entre Mangabal e a Flona do Amaná

Para muitos dos organismos lá adentrados, contudo, uma floresta é um mosaico de ambientes distintos em relação à disponibilidade de abrigo, água, alimento, dentre outros fatores. Grande parte dessa diferenciação é determinada por variações no relevo, na composição química dos rios, tipos de solos, na quantidade de chuvas, na duração, intensidade e periodicidade das inundações etc. Em resposta a essa diversidade de condições, ocorrem, na Amazônia, vários tipos de vegetação (na verdade, 70), cada qual com uma composição diferenciada de espécies, que se adaptaram a um conjunto de fatores determinantes. Para se pensar em um corredor que pudesse servir de rota de dispersão e movimento de populações, é necessário, idealmente, de uma grande base de dados com informações sobre a composição de espécies nos vários tipos de vegetação da área considerada, bem como estimativas de rotas de

MAPA 10 – Corredor de conexão proposto entre Mangabal e a Flona do Amaná

dispersão de pelo menos algumas dessas espécies. Uma excelente base cartográfica capaz de apontar as condições climáticas, geo, hidro e pedológicas influentes na representatividade das populações ao longo do espaço em estudo.

Infelizmente, dados com esse grau de especificidade estão longe da realidade para a maioria da Amazônia. Mangabal não é exceção. Nenhuma coleta sistemática zoológica ou botânica jamais foi feita na área, de maneira a não ser possível usar o conhecimento atual sobre presença e movimento de espécies para nortear o desenho dos corredores. Por outro lado, dados abióticos de relevo e hidrografia estão disponíveis e foram utilizados, uma vez que, variáveis topográficas definem a distribuição das espécies. A Figura 6 mostra uma visão tridimensional da área considerada. Mangabal é

topograficamente heterogêneo, com morros a intercalarem vales e depressões. Os pontos mais altos encontram-se no Centro-Norte, com cerca de 250 metros de altura. Uma vez que a diversidade das espécies varia em gradientes de altitude, é importante que o corredor de ligação com a Flona do Amaná seja pensado de modo a possibilitar a conexão entre trechos de maior e menor altitude, para permitir a mobilidade dos organismos adaptados a qualquer destes dois extremos topográficos. Sob essa ótica, o Sul de Mangabal parece ser bastante apropriado. Em primeiro lugar, o extremo Norte já faz fronteira com o Parna da Amazônia e, portanto, as espécies adaptadas a ambientes de maior altitude já possuem uma garantia de conectividade. Vale lembrar que próximos ao igarapé da Montanha situam-se os pontos mais altos do Parque. Em segundo lugar, um corredor ao Sul possibilitaria a conexão de florestas estabelecidas em diferentes altitudes. Embora não possua montes tão altos como os do Norte, o Oeste imediato de Mangabal apresenta relevo acentuado, que se conecta diretamente à cadeia contínua de morros existente ao longo da borda leste de toda a Flona do Amaná.

2) Além de possibilitar o fluxo de organismos por grandes distâncias, evitando, assim, a extinção de populações e espécies, o corredor também deverá auxiliar serviços ecológicos: no seu extremo oeste (cf. Mapa 10 e Figura 6), a Flona do Amaná compreende um extenso divisor de águas formado por uma cadeia de montes com altura de até 310 metros. As nascentes de toda a drenagem de Mangabal se originam nesse divisor (cf. Mapa 11).

FIGURA 6 – Representação tridimensional do relevo de Mangabal e de seu entorno

Em primeiro lugar, essa conexão permitiria o movimento das espécies restritas às margens dos cursos d'água no trecho entre foz e cabeceira. Caso a mobilidade ao longo dos igarapés seja interrompida por destruição de matas ciliares ou outros impactos semelhantes comumente encontrados na Amazônia, os segmentos a montante e a jusante desses cursos estariam isolados e sofrendo fragmentação. Em segundo, o modo de vida dos ribeirinhos está intimamente ligado à água e aos seres que nela habitam. Obviamente, a situação ideal seria a de se distribuir atenção a todo o curso dos igarapés que cortam Mangabal, para evitar assoreamento por desmatamento ou extração desordenada de espécies adaptadas a ambientes inundáveis, como, por exemplo, o visado palmito de açaí (há, inclusive,

MAPA 11 – Relevo e hidrografia, com destaque para as nascentes do Mangabal e de seu entorno

- MANGABAL
- Limites de Unidades de Conservação
- Rodovia Transamazônica

Fonte: Ministério do Meio Ambiente, Instituto de Pesquisa da Amazônia e dados de campo

Fevereiro de 2006

**Relevo e hidrografia,
com destaque para
as nascentes de
Mangabal e de seu
entorno.**

uma fábrica de palmito instalada às margens da Transamazônica, nos arredores de Mangabal).

Ainda assim, o corredor estabelecido ao Sul, se efetivamente implementado, favorecerá a movimentação de espécies habitantes de mais da metade da área de Mangabal.

Gostaríamos de ressaltar: um corredor não necessariamente se faz por meio de áreas protegidas, mas de paisagens manejadas que podem, sim, servir à ocupação humana e fonte de recursos. Adicionalmente, exceto no caso do Parque Nacional da Amazônia, a rodovia Transamazônica não é atravessada por nenhuma Unidade de Conservação de qualquer categoria de proteção.

MAPA 12 – Projeção de corredor de conexão proposto entre Mangabal e a Flona do Amaná

No trecho que liga as cidades de Altamira a Itaituba, essa rodovia é citada como um dos piores exemplos de desastres sociais e ambientais, graças ao modelo de colonização e de abertura de ramais ali implantado. A estratégia de desenho de corredores ao longo da rodovia mostra-se valorosa colaboração a impedir que se repitam as situações socioambientais desastrosas já ocorridas. O Governo Federal recentemente manifestou a intenção de implantar Projetos de Assentamento ao longo do trecho Itaituba-Jacareacanga da Transamazônica, idéia à qual, evidentemente não nos opomos, muito ao contrário: entendemos que, se bem pensados e implantados, com lotes de tamanhos apropriados, podem vir a ser a única saída para deter o verdadeiro e imenso potencial de devastação, a bárbara onda de grilagem que não deixa vago, sequer, um palmo de terra. As considerações acima

não se opõem à idéia da ocupação camponesa dessas terras, ela, antes, presta-se a viabilizar melhores condições a esse eventual assentado.

Como notamos no Mapa 12, os corredores propostos ficam parte em terras do Incra e parte em terras demarcadas pelo registro Torrens (Gleba Quatro Irmãos). No primeiro caso, a intensidade da apropriação de terras públicas, mais do que ameaça, soa como sentença de degradação. Para se estabelecer parâmetros comparativos, basta que se atente ao resultado da grilagem e ao desmatamento como sua atividade associada no entorno da BR-163²²⁸. Na segunda situação, a das terras abrangidas pelo registro Torrens, a circunstância pareceria diferente, pois, 100% da área foi averbada como reserva florestal permanente, o que proíbe o corte raso²²⁹. Porém, a observação da imagem de satélite apresentada no Mapa 9 e o pequeno exemplo da instalação de garimpos (Mapa 13) evidenciam outra realidade: a flagrante incapacidade da Indussole e de outros latifundiários que adquiriram parte de suas glebas, em gerenciar e, até mesmo, em tomar posse de suas gigantescas áreas. Os mapas apresentados neste capítulo evidenciam o desmatamento na Gleba Quatro Irmãos, nas proximidades da rodovia Transamazônica. Em campo, apuramos que isso se deve a um processo de ocupação iniciado há cerca de 15 anos e que se prolonga até hoje. Lá, encontramos majoritariamente posseiros em busca de um lugar para trabalhar e viver, muitos deles que ali se instalaram por acreditarem serem terras livres e, também, grileiros que causaram expressiva degradação. O anúncio do asfaltamento da BR-163 provocou – e o iminente início das obras – potencializará em muito uma vertiginosa valorização dessas terras, que, no quadro apresentado, tende a gerar ocupação adensada e desordenada, levando ao isolamento de Mangabal da Floresta Nacional do Amaná.

Essa conexão, para muito além do interesse dos ribeirinhos de Mangabal pelo acesso à terra e manutenção de seu modo de vida, carrega, também, imenso

²²⁸ Cf. TORRES, Maurício. “Fronteira, um eco sem fim”. In TORRES, M. (ORG.). *Amazônia revelada*. Brasília: CNPq, 2005.

²²⁹ Essa averbação deve-se ao fato da conversão da área em reserva florestal permanente aliviar a Indussole de vultosos pagamentos do Imposto Territorial Rural (ITR), pois, originalmente, o grupo familiar detinha uma área tributável que ultrapassava 1.130.000 ha. Naturalmente, os lucrativos planos de manejo para extração madeireira são permitidos e, como nos foi repassado em entrevista, em agosto de 2005, com Omar Priesnitz, preposto da empresa em Itaituba, são uma intenção da empresa para os próximos anos.

valor ambiental para a região. Vale lembrar que tratamos de uma área de essencial importância ecológica para a preservação da Amazônia. O interflúvio Madeira-Tapajós define-se como uma ecorregião onde se registram altos índices de biodiversidade, especialmente de mamíferos²³⁰. Várias espécies dessa porção da Amazônia são endêmicas, ou seja, possuem distribuição geográfica restrita à área em questão. Em curtos levantamentos feitos com o auxílio de entrevistas com moradores e por avistamentos, pudemos registrar a presença de várias espécies ameaçadas de extinção, como, por exemplo, a ararajuba (*Guarouba guaruba*), ave símbolo do Brasil, o Gavião Real (*Harpiya harpija*), a onça (*Panthera onca*), o tatu-canastra (*Prionomys maximus*), dentre outros.

MAPA 13 – Projeção de corredor de conexão proposto entre Mangabal e a Flona do Amapá

²³⁰ EMMONS, Louise; FEER, François. *Neotropical Rainforest...*

Foto Maurício Torres

FOTO 42 – Ararajuba (*Guarouba guaruba*), ave símbolo do Brasil. Uma espécie ameaçadíssima de extinção, fotografada no quintal de Dona Odila Braga, em Sapucaia, em julho de 2006

Também, vale lembrar que, embora várias Unidades de Conservação estejam estabelecidas às margens do Tapajós, a conectividade entre áreas protegidas situadas em lados opostos desse rio se dá somente na altura da foz, onde se encontram a Floresta Nacional do Tapajós à margem direita e a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns à esquerda. Nos trechos médio e alto, onde o rio é bem menos largo e mais propício a permitir níveis de fluxo gênico entre populações de diferentes margens, nenhuma conexão é garantida por reservas ambientais, sejam elas de qualquer categoria.

5.6 O território e o saber acumulado

Com tudo isso tentamos enfatizar a necessidade de entender como se integram a floresta, os rios e igarapés, e demais recursos naturais com o modo de vida e de reprodução daquele grupo que não se viabiliza sem seu território. Do extrativismo, caça, pesca, plantios e de uma série de outras atividades, ao longo de ao menos sete gerações, compôs-se um modo de vida rico e sustentável. Encontramos hoje, em Mangabal, um elo com o meio potencializado pela abrupta queda do mercado da borracha, que, como dissemos, os levou a buscar na floresta sua sobrevivência. Um aprendizado subsidiado pelas culturas indígenas de tradição ecológica milenar, trazido, sobretudo pelas suas esposas. Um modo de viver mediado, além do vasto conhecimento sobre os recursos naturais, por toda uma cultura construída na relação de identificação com meio. A apropriação do espaço e a formação do território decorreram e são peculiares a uma identidade ribeirinha cunhada também em matrizes de valores e comportamentos secularmente grafados na memória social do grupo.

Essa cultura, como uma lente, permite uma leitura do espaço que lhes é própria²³¹. Seu Jorge Araújo, morador de Montanha, em Mangabal, nos deu o mais prático exemplo disso. Em janeiro e fevereiro de 2005, realizamos uma ex-

²³¹ Sobre esse tema, remetemos a LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 18. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

pedição de coleta de fauna e flora no Parque Nacional da Amazônia²³², quando também levantamos os registros dos antigos ocupantes expulsos pelo IBDF na segunda metade da década de setenta. Seu Jorge, um desses espoliados, colaborou muito em nosso trabalho acompanhando-nos aos locais habitados antes da criação do Parque. A floresta, que ao nosso olhar limita-se a um mosaico de tonalidades de verdes, pelas vistas do ribeirão, multiplicava-se em uma infinidade de variedades, cada uma com peculiaridades qualitativamente significativas que atribuíam especificidades e referências àquele espaço.

O manejo dos recursos e a obtenção dos meios de subsistência de Mangabal não podem ser pensados de modo independente do todo das relações culturais que lá se processam.

O meio natural aparece de início como um grande celeiro potencial, e não será utilizado indiferentemente, em bloco, mas conforme as possibilidades de operação do grupo; pois os animais e as plantas não constituem, em si, elementos do ponto de vista da cultura e da sociedade. É o homem quem os cria como tais, na medida em que os reconhece, seleciona e define. O meio se torna deste modo um *projeto* humano nos dois sentidos da palavra: projeção do homem com as suas necessidades e planejamento em função destas – aparecendo plenamente, segundo queria Marx, como uma construção da cultura.²³³

Assim, as formas de apropriação do espaço pela população de Mangabal só se explicam – e só serão passíveis de sobrevivência – caso se atentem e respeitem a variedade e a complexidade dos sistemas tecnológicos, sociais e simbólicos elaborados por essa mesma população.

²³² Atividade do projeto “Mapeamento e Diagnóstico da biodiversidade do Parque Nacional da Amazônia e das Florestas Nacionais de Itaituba I e II: subsídios para elaboração dos Planos de Manejo”.

²³³ CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do rio Bonito*. 5. ed., São Paulo: Duas Cidades, 1979, p. 28

6. Os descaminhos fundiários do Pará: a apropriação privada do patrimônio público fundiário

Todas as matrículas integrantes do Registro Torrens em nome da Indus-solo têm origem em Títulos de Posse concedidos pelo governo estadual. Nenhuma delas remete a cartas de sesmarias. Tanto essas como aquelas foram expedidas segundo legislação específica que regulamentavam limites de área, condições para legitimação, necessidade de determinados trâmites etc. A absoluta totalidade dos títulos registrados pela Indus-solo apresenta flagrantes faltas de sincretismo com essa legislação, evidenciando, de pronto, flagrantes vícios no destacamento do imóvel do patrimônio público.

Face a isso, apresentamos a seguir um breve resumo da legislação que regeu essas concessões, ressaltando as comumente desobedecidas e, também, uma rápida apresentação acerca do que consiste e quais as peculiaridades principais do Registro Torrens.

6.1. Balanço da legislação fundiária paraense

A proclamação da República transfere todos os bens pertencentes à Casa Imperial para a Nação. Em seguida, o artigo 64 da Constituição Republicana de 1891, determinava que as terras devolutas deixassem de pertencer à União, passando aos estados da Federação, que adotariam políticas fundiárias próprias.²³⁴

A outorga das posses era delegada às, então chamadas, Intendências Municipais, equivalentes a prefeituras, o que perdurou até à edição da Lei Estadual n.º 1.108, de 06/11/1909, quando somente o Estado podia concedê-las. Fato que José de Souza Martins bem caracterizou:

Essa decisão representou de fato um prêmio para as chamadas oligarquias regionais e a condição para a sustentação política do regime republicano [...] Por esse meio as classes dominantes de cada estado podiam distribuir as terras públicas de acordo com seus interesses econômicos e políticos aos seus próprios membros, aos cabos eleitorais, clientes e protegidos.²³⁵

O Pará, já em sua primeira norma jurídica, o Decreto n.º 410 de 08/10/1891, regulamentado em 28/10/1891, **criou um instrumento jurídico inédito no direito brasileiro denominado de “Título de Posse”**. Foi o único

²³⁴ Cf. FOSTER, Germano de Rezende. *A privatização das terras rurais*. Barueri: Manole, 2003. SMITH, Roberto. *Propriedade da terra & transição: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

²³⁵ MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil* (terra e poder: o problema da terra na crise política). Petrópolis: Vozes, 1984, p. 20.

estado a instituir tal sistema de concessão de posses. O Decreto n.º 410/1891, excluía da condição de terra devoluta as posses sujeitas à legitimação (§3º), o que incluía as posses registradas (art. 5º, § 2º). Tal resolução referia-se ao registro de posses do direito imperial e às “posses de terras com cultura efetiva e morada habitual, que tenham sido estabelecidas, sem protesto ou oposição, antes de 15 de novembro de 1889, mantidas sem interrupção depois dessa data.”

6.1.1. A necessidade da legitimação dos títulos de posse e a caducidade das posses não legitimadas

Para se compreender o motivo da existência de um registro de posses na então recém-instituída ordem republicana, necessário atentar para o fato de que as incipientes normas agrárias paraenses contemplavam expressamente a vedação de novos apossamentos de terras públicas devolutas.²³⁶ Afinada com essa linha-matriz constitucional e política de incolumidade do patrimônio fundiário devoluto, foi instituída a obrigatoriedade do registro das preexistentes posses e títulos de domínio.²³⁷

O fato, todavia, dessas posses serem tituladas ou legitimáveis, como dispunha o Decreto n.º 410/1891, não significava domínio privado. Como se explica o jurista Paulo Lamarão:

Para que essa posse, como todas as demais, fosse considerada domínio, era necessário, desde os meados do século passado [isto é, século XIX], que ela fosse **legitimada**. Isso implicava, sobretudo, fosse ela demarcada, ocupada, e seu detentor pagasse os emolumentos da tabela em vigor no momento da legitimação. Desde 1891, portanto, os requisitos da demarcação, ocupação e pagamento do preço da terra, sempre foram indispen-

²³⁶ Cf. Artigos 1º e 2º da Lei Imperial n.º 601/1850; art. 20 do Decreto Imperial n.º 1.318/1854, e art. 114 do Decreto Federal n.º 10.105/13.

²³⁷ Cf. Artigos 91 do Decreto Imperial n.º 1.318/1854; arts. 19 e 24 do Decreto Federal n.º 10.105/1913; bem como, entre as leis do Estado do Pará, art. 16 do Decreto n.º 410/1891; arts. 48, 120 e 133 do Regulamento anexo do Decreto n.º 410/1891; art. 18 da Lei n.º 82/1892; art. 11 do Decreto n.º 1.021/1901; art. 157 do Regulamento anexo da Lei n.º 1.108/1909; art. 177 do Decreto n.º 3.791/1921; art. 210 do Decreto n.º 1.044/1933.

sáveis para se obter o domínio de determinada área de terra cuja posse já houvesse sido contemplada com o respectivo título.²³⁸

Entretanto, tal impedimento não foi ordinariamente respeitado pelos cartórios, como lembra ainda Lamarão:

O que sucedeu foi que esses documentos [isto é, os registros de posse tituláveis], a partir de 1917, quando tornou-se obrigatório o Registro Imobiliário com a entrada em vigor do Código Civil, foram levados a registro no antigo livro três (3), de Transmissão de propriedade, após transitarem em Juízo em decorrência de inventários, execuções, hipotecas, ações demarcatórias, etc. Oficial do Registro Imobiliário, desconhecendo a natureza da documentação e a legislação vigente, limitava-se a transcrevê-la, embora de boa-fé, irregularmente, no livro impróprio, gerando assim, a partir desse registro principal, uma cadeia sucessória **como se se tratasse de propriedade, quando na verdade não era**.²³⁹

Ou seja, uma vez existente o registro de posse de certo imóvel, para que seu titular se torne proprietário é necessário que obtenha a legitimação do registro, através dos expedientes procedimentais disciplinados pela legislação fundiária estadual.

O Provimento n.º 13/2006-CJCI também comenta que “tais títulos de posse (outorgados pelo Estado ou pelas Intendências), para se transformar em propriedade e serem aptos à matrícula no registro de imóveis, estavam sujeitos à legitimação”²⁴⁰. E comenta, também, que aqueles não legitimados até 1996 não são mais aptos para tal: “através do Decreto Estadual nº 1.054, de 14/02/1996, foi declarada a caducidade de todos os títulos de posse não legitimados”.²⁴¹

Como veremos mais detalhadamente no capítulo 8, as sentenças que ordenaram a abertura das matrículas Torrens sustentam-se em cadeias dominiais que

²³⁸ LAMARÃO, Paulo. *Comentários à Legislação de Terras do Estado – Outros Ensaios*. Belém: Grafi-sa, s.d., p. 98. Grifos nossos.

²³⁹ *Ibidem*, p. 98s. Grifos nossos.

²⁴⁰ PARÁ. Poder Judiciário. Corregedoria do Interior. “Provimento nº 013/2006-CJCI”. *Diário da Justiça*. nº. 3672, 23 jun. 2006.

²⁴¹ *Idem*.

remontam a títulos de posse, instituto jurídico-fundiário peculiar do Estado do Pará.

Como visto, o Decreto nº 410/1891 do Estado do Pará, primeira norma fundiária paraense, excluía da condição de terra devoluta as **posses sujeitas a legitimação** (§3º), o que incluía as posses registradas (art. 5º, § 2º) (refere-se ao registro de posses do direito imperial) e as “posses de terras com cultura efetiva e morada habitual, que tenham sido estabelecidas, sem protesto ou oposição, antes de 15 de novembro de 1889, mantidas sem interrupção depois dessa data”.

Para se compreender o motivo da existência de um registro de posses na então recentemente instituída ordem republicana, necessário atentar para o fato de que as incipientes normas agrárias paraenses contemplavam expressamente a **vedação de novos apossamentos de terras públicas devolutas**.²⁴²

Afinada com essa linha-matriz constitucional e política de incolumidade do patrimônio fundiário devoluto é que foi instituída a **obrigatoriedade de se fazer registro das preexistentes posses** e títulos de domínio.²⁴³

6.1.2. Os limites impostos pela legislação ao tamanho das posses

Além da necessária legitimação das posses, o tamanho dos imóveis sob alvos da emissão dos títulos de posse estavam sujeitos a limitações.

O processo do Registro Torrens da Indussole chega a apresentar áreas com mais de 580.000 ha, extensão extravagantemente acima de qualquer limite estipulado por toda a legislação que sempre estabeleceu áreas máximas que pudessem ser concedidas.

²⁴² Cf. arts. 1º e 2º Lei Imperial nº 601/1850; art. 20 do Decreto Imperial nº 1.318/1854, 43, e art. 114 do Decreto Federal nº 10.105/13

²⁴³ Cf. arts. 91 do Decreto Imperial nº 1.318, /1854; arts. 19 e 24 do Decreto Federal nº 10.105/1913; bem como, entre as leis do Estado do Pará, art. 16 do Decreto nº 410/1891; arts. 48, 120 e 133 do Regulamento anexo do Decreto nº 410/1891; art. 18 da Lei nº 82/1892; art. 11 do Decreto nº 1.021/1901; art. 157 do Regulamento anexo da Lei nº 1.108/1909; art. 177 do Decreto nº 3.791/1921; art. 210 do Decreto nº 1.044/1933

E esse não é um caso isolado, os limites em relação ao tamanho das posses são, comumente, aviltantemente desrespeitados, como vemos pelo levantamento da legislação fundiária que segue²⁴⁴:

As posses concedidas pelo estado do Pará, inicialmente, regidas pelo Decreto n.º 410, de 8/10/1891, determinavam que:

§ 2.º – A área total de posses havidas por ocupação primária em virtude desta lei nunca poderá exceder os seguintes limites: em terras de lavoura, **1.089** hectares; em campos de criação, **4.356** hectares, e em seringais **545** hectares.

Esse Decreto foi substituído pela Lei n.º 82, de 15/09/1892 e essa pela Lei n.º 1.108, de 6/11/1909. Em nenhum dos casos, se alterou os limites pré-estabelecidos, o que veio a acontecer, somente com o Decreto 1.686, de 23/04/1910, que determinava:

Art. 7.º – As terras devolutas destinadas a serem vendidas depois de medidas, demarcadas e divididas, constituirão lotes rurais ou agrícolas e lotes urbanos.

1 – Os lotes rurais ou agrícolas não terão área superior a **30** hectares.

Em 25/06/1931, o Decreto n.º 397 estabelece a modalidade de concessão de castanhais e fixa o limite máximo para sua extensão:

Art. 1.º – Fica permitida a venda de terras de castanhais em lotes de até **4.356** hectares (uma légua quadrada) à razão de seis mil réis (6\$000) o hectare e obedecendo as prescrições legais do Regulamento de Terras do Estado, **ficando proibida a venda de mais de dois lotes a cada pessoa.**

²⁴⁴ A legislação apresentada a seguir foi compilada a partir do Parecer/CAPJP/CJ/M/DA/Nº006/2004 (JMPJ) (fls. 391/420), convertido em Orientação Técnica de Consultoria da Consultoria Jurídica do Ministério do Desenvolvimento Agrário, um exame exaustivo de todas as disposições do direito fundiário paraense referentes a limites máximos dos quantitativos das posses registráveis e tituláveis nesse Estado, demonstrando que invariavelmente a legislação paraense jamais permitiu outorga de terras com área superior a 4.356 hectares.

Em 11/11/1938, o Decreto n.º 3.143 amplia os limites para o arrendamento de terras do Estado do Pará e fixa prazo para tal arrendamento:

Art. 16 – (...) § Único – Tratando-se, entretanto de áreas centrais e longínquas, desabitadas e jamais exploradas, poderão as mesmas, a título de estímulo e garantia para o seu necessário beneficiamento, serem arrendadas sob condições especiais, **pelo prazo máximo de dez anos** e com área de **até 10.000** hectares, a critério do Governo.

Em 10/03/1954, nova alteração pela Lei n.º 762:

Art. 10 – As terras devolutas do Estado não serão vendidas em área superior a **100** hectares e pela mesma será cobrada do adquirente a quantia de 25 cruzeiros (CR\$ 25) por hectare, cujo recolhimento será efetuado na forma do que determina o artigo 8.º desta Lei.

Com a Lei n.º 3.641, de 5/01/1966, novos limites:

Art. 68 – É proibida a alienação ou concessão de terras públicas, com áreas superiores a três mil (3.000) hectares.

Art. 71 - (...) § 1.º – Quando forem alienadas ou concedidas terras públicas contrariando as normas legais estabelecidas, o Poder Executivo deverá cancelar administrativamente o ato antes praticado.

E o Decreto 54, de 22/08/1969, determina:

Art. 18 – Expedido o Título Provisório, o Governo solicitará autorização para venda à Assembléia Legislativa ou ao Senado Federal, conforme a área requerida seja superior a 100 ou 3.000 hectares, respectivamente.

E, dois meses depois, em 29/10/1969, a Emenda Constitucional n.º 1 da Constituição do Estado do Pará estabelece:

Art. 147 – Salvo para execução de planos de reforma agrária, não se fará, sem prévia aprovação do Senado Federal, alienação ou concessão de terras públicas com área superior a três mil hectares.

A Lei n.º 4.584, de 8/10/1975, torna a deixar claríssimos os limites das posses concedidas pelo governo estadual passíveis de serem legitimadas:

Art. 29 – (...) § 2.º – A extensão de cada lote legítimável será a constante do respectivo registro, não podendo exceder, salvo quando concedido sob regime legal diferente, de **1.089** hectares quando as terras se destinarem à indústria extrativa, **2.178** hectares quando se destinarem à lavoura, e **4.356** hectares quando se destinarem à pecuária, conforme art. 4.º da Lei n.º 1.741, de 18/11/1918, revigorado pelo artigo 254, do decreto n.º 1.044, de 19 de agosto de 1933.

Desse modo, percebemos que a legislação paraense de terras, desde o seu primórdio, limitou o quantitativo de destinação de terras, variando de 25 ha a 4.356 ha – com algumas exceções veiculadas por lei especial – dependendo da época de vigência da legislação, aptidão agrícola dessas terras e nos casos de regularização de áreas superiores ao estatuído na lei vigente, dependiam de aprovação da Assembléia Legislativa ou do Senado Federal.

Além da restrição ao tamanho da área a ser titulada pelo Estado do Pará, a legislação estadual também impunha aos proprietários outras condições para conferir legitimidade aos seus títulos, conforme relacionado a seguir:

Lei n.º 1.137, de 11/03/1955:

Art. 12 – Quaisquer processos de venda ou arrendamento de bens móveis ou imóveis do patrimônio do Estado só se reputarão perfeitos depois de registrado no Tribunal de Contas do Estado.

Decreto n.º 5.780, de 27/11/1967:

Art. 155 – Ficam obrigados ao cadastro, no Departamento de Terras e Cadastro Rural todos os títulos expedidos pelo Governo, anteriores à lei ora regulamentada.

Decreto-Lei n.º 57, de 22/08/1969:

Art. 56 – É obrigatório o registro de todos os Títulos existentes sobre terras que sejam ou tenham sido do Estado.

Art. 57 – Nenhum Título de Terra será considerado perfeito, antes de registrado na SAGRI. [atual ITERPA]

Art. 101 – Os Títulos Provisórios ou Definitivos que a SAGRI considerar irregulares em face da Lei 762/54 poderão ser substituídos por títulos da mesma espécie, desde que satisfaçam as seguintes condições:

a – haver a alienação sido regularmente processada, consistindo a irregularidade exclusivamente no excesso da respectiva área; [.....]

Decreto n.º 7.454, de 19/02/1971:

§ 3.º – Quando a área exceder de 100 (cem) ou de 3.000 (três mil) hectares, a expedição do Título Definitivo dependerá de autorização da Assembléia Legislativa ou do Senado Federal, respectivamente.

Decreto n.º 9.094, de 15/04/1975:

Art. 7.º – Em todos os serviços públicos do Estado, quer da administração direta, quer da indireta, inclusive autarquias, entidades paraestatais e sociedades de economia mista, deverá ser rigorosamente exigido o cadastro dos títulos de alienação de terras expedidos após a vigência do Decreto n.º 7.454, de 19.02.71.

Lei n.º 4.584, de 08/10/1975:

Art. 88 – Os atuais possuidores de títulos que tiverem sido ou vierem a ser declarados nulos por irregularidades anteriores a 15 de junho de 1964, poderão, até 90 (noventa) dias após a declaração de nulidade, requerer a compra das mesmas áreas, em condições especiais, desde que satisfaçam os seguintes requisitos:

a) entregarem seus títulos para exame no ITERPA, se anteriormente já não o houverem feito, até 31 de dezembro de 1976;

[...]

Art. 101 – Os Títulos expedidos durante a vigência da Lei n.º 762/54 que o ITERPA considerar irregulares por ultrapassarem o limite de cem hectares (100 ha) nela estipulado, poderão ser revalidados desde que satisfaçam as seguintes condições:

a) haver a alienação sido regularmente processada e não existirem indícios, a critério do ITERPA, de que os titulares hajam participado, direta ou indiretamente, de atos que tenham motivado ou possam motivar a nulidade desse ou de quaisquer outros títulos expedidos pelo Estado;

[...]

§ 1.º – Os interessados deverão requerer a revalidação até 31 de dezembro de 1976, sob pena de seus títulos serem declarados, administrativamente, nulos, presumindo-se que renunciaram a quaisquer direitos, promovendo o ITERPA o cancelamento do registro imobiliário, se houver, e a reversão das terras ao patrimônio devoluto do Estado.

Após a compilação da legislação agrária paraense, apreende-se que o permissivo legal de titulação de terras pelo Estado do Pará limita em 4.356 ha a área máxima regularizáveis pelo Estado.

Cabe lembrar que, além da legislação estadual, também as Constituições da República definiram limites para a alienação de terras públicas sem autorização do Senado da República. A Constituição Federal de 1934 (art. 130) estabeleceu o limite de 10.000 ha. A Constituição de 1937 (art. 155) conservou esse limite, alterado pela Constituição de 1946, através da Emenda Constitucional n.º 10, de 09/11/1964, (art. 6º) reduziu esse limite para 3.000 ha, a Constituição de 1967, em seu art.154, nada alterou, e a atual Constituição da República de 1988, art. 49, reduz para 2.500 ha.

6.1.3. A federalização das terras paraenses nos anos 70

Em 1971, no sugestivo dia 1º de abril, Médici assina o Decreto 1.164 e uma faixa de 200 km ao longo todas as rodovias federais, implantadas, em construção e, até, planejadas, passa ao controle do governo federal, mais especi-

ficamente, do Incra (cf. Mapa 14). Ariovaldo Umbelino de Oliveira comenta:

Foi um verdadeiro confisco de terras devolutas que antes eram da alçada dos estados. Ao mesmo tempo que o Governo Federal adquiria poderes pela nova legislação de terras, para autorizar o não cumprimento da dimensão dos módulos previstos em lei, quer para a empresa nacional, quer para a empresa multinacional.²⁴⁵

O governo da época considerava essas terras essenciais à segurança e ao desenvolvimento nacional. Ronaldo Barata é ainda mais enfático ao afirmar que “o Pará foi vítima do maior espólio que um estado já sofreu” e complementa que o governo federal,

num passe de mágica e sem consultar o estado, sem ouvir a classe política, transferiu para o domínio da União todas as terras situadas numa faixa de cem quilômetros às margens das rodovias federais construídas ou em construção na Amazônia. Um segundo decreto assegurou para o domínio da União os cem quilômetros laterais das estradas “projetadas”. Nesse dia o Pará perdeu 70% do seu território, cuja administração evidentemente passou para os órgãos federais. E a inexistência do diálogo entre os órgãos federais e os estaduais gerou um caos na questão fundiária paraense.²⁴⁶

Barata atribui, a esses fatos, um imenso número de conflitos, pois algo em torno de 6 milhões de hectares já tinham sido alienados pelo estado do Pará entre os anos de 1955 e 1964²⁴⁷. O governo estadual não tinha controle do que alienava e os adquirentes, em sua maciça maioria eram do centro-sul e sequer imaginavam onde ficavam essas terras, que só servia-lhes, então, como reserva de capital. Com a abertura das rodovias, essa situação mudou. Ocorre uma valorização das terras e esses compradores foram atrás dessas terras. Eis então que se estabelece uma trágica e kafkiana situação: deparam-se, frente a frente, os colonos, com títulos federais, e os investidores do centro-sul, com títulos estaduais. A “Lei do cão” é o instrumento para se resolver a demanda. E pior, mui-

²⁴⁵ OLIVEIRA, A. U. de. *A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência*. São Paulo, 1997. Tese (Livre-docência em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 87.

²⁴⁶ BARATA, R. “O terror e as artimanhas da contra-reforma agrária paraense”. In: CARUSO, M. M. L.; CARUSO, R. *Amazônia, a valsa da galáxia*. Florianópolis: Ed. da Ufsc, 2000, p. 189.

²⁴⁷ *Idem*, p. 190.

tas vezes com o auxílio da própria Polícia Militar, que passa a ser um instrumento, a serviço dos grandes proprietários de terras, de opressão contra os posseiros.

MAPA 14 – Afetação do Estado do Pará abrangida pelo Decreto 1.164, de 1º/04/1971

O Decreto-Lei n.º 1.164 foi revogado somente depois de dezessete anos. Em novembro de 1987, o Decreto-Lei n.º 2.375 devolve ao Estado do Pará as áreas abrangidas pela federalização e que, até essa data não haviam sido arrecadadas pelo governo federal. Isto é, não foram inscritas em nome da União pela Secretaria de Patrimônio da União, como também não o foram nos cartórios de registro imobiliário das respectivas Comarcas.

Paraguassu Éleres explica que em abril de 1995, “foi nomeada uma comissão de técnicos do Iterpa (Decreto 271) para operacionalizar a reincorporação que o Pará aguardava há sete anos”²⁴⁸. Porém, segundo Éleres, tal comissão enfrentou grande resistência do Incra até mesmo em fornecer uma elementar lista de quais glebas haviam sido arrecadadas.

Em 20 de outubro de 1995, dois decretos, um presidencial e outro estadual, criaram o GT-Pará objetivando encontrar diretrizes para o problema fundiário do Pará.²⁴⁹

Nas palavras do consagrado jurista paraense Otávio Mendonça,

houve uma grande comissão, constituída de Ministros, representantes do INCRA, representantes do ITERPA, Governador do Pará etc., para restituir ao Estado Pará aquilo que tivesse sobrado desse esbulho fundiário feito pelo Decreto-Lei n.º 1.164. Sucede que essa comissão nunca chegou a um resultado final. Presumo que aquilo que tenha sido restituído para o Estado do Pará deve ter sido não mais que a terça parte, se tanto, daquilo que tinha saído. Por que não foi o restante? Por vários motivos. Primeiro, porque o INCRA muitas vezes tinha feito loteamento, depois porque tinha dado vários tipos de títulos de propriedade, títulos de contenção, títulos de cooperativa e de fé e **depois porque não tinha demarcado, tinha arrecadado, não sabia onde era.**²⁵⁰

No Mapa 15, observamos as glebas, inicialmente federalizadas, onde foram procedidas as ações discriminatórias ou mesmo a arrecadação sumária.

²⁴⁸ ÉLERES, Paraguassu. *Intervenção Territorial Federal na Amazônia*. Belém, Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 132.

²⁴⁹ Cf. *idem*.

²⁵⁰ Otávio Mendonça em proferimento à CPI - Tráfico De Animais E Plantas Silvestres. Disponível em: http://www.camara.gov.br/Internet/comissao/index/cpi/Trafico_nt141202.doc Acessado fev./2008. [Grifos nossos]

MAPA 15 – Glebas arrecadadas pela União e áreas-alvo de retorno ao patrimônio do governo estadual

É importante esclarecer o que se entende por:

Glebas arrecadadas sumariamente – correspondem às áreas arrecadadas pelo poder público, após levantamento cartorial, sem comprovação de domínio privado, mediante procedimento discriminatório simplificado.

Glebas discriminadas – áreas que passaram por ações discriminatórias, resultantes em áreas livres, remanescentes de ocupação particular, que são matriculadas em nome da União.

Polígono de Altamira – Gleba desapropriada pelo Incra por força do Decreto n.º 68.443 de 29/03/1971. A desapropriação justificou-se para fins de implantação de projetos de reforma agrária e núcleos de colonização.

6.2. Registro Torrens

Criado na Austrália em 1858 pelo irlandês Robert Richard Torrens, “o Registro e Transmissão de Imóveis pelo Sistema Torrens” foi estabelecido no Brasil em 31 de maio de 1850 pelo Decreto 451-B, regulamentado pelo Decreto e 955-A, de 5 de novembro de 1890.

As normas até então promulgadas²⁵¹, acompanhando a voga liberal de sensível valorização da propriedade imobiliária, restringiam-se apenas ao registro de hipotecas. De modo que, ao final do Império e no alvor da República, a inexistência de um sistema imobiliário satisfatório impunha a adoção de normas de efi-

²⁵¹ Lei Orçamentária nº 317, de 21/10/1843; Decreto nº 482, 14/11/1846; Lei nº 1.237, de 24/09/1864; Decreto nº 3.453, de 26/04/1865.

cácia nacional. Nesse contexto, proclamada a República, o Governo Provisório editou o Decreto nº 451-B, de 31/05/1890.

Era o primeiro equacionamento legal republicano ante o caos fundiário que se desenhava com os naufrágios da política fundiária imperial. Com isso, esperava-se enfrentar os problemas de “legitimação das posses, revalidação de sesmarias e seus respectivos registros; e, sobretudo, à discriminação, arrecadação e venda das terras devolutas do Estado, sobre as quais os processos de posse e ocupação aceleraram-se na segunda metade do século XIX, apesar da proibição expressa na Lei 601”.²⁵²

Como no ordenamento normativo português das Ordenações do Reino, no Brasil, até o século XIX, a propriedade imobiliária transferia-se pela tradição, pela *traditio ficta* ou pelo *constituto possessorio*. Dessa forma, porém, o credor hipotecário não contava com nenhuma garantia do futuro adimplemento de seu crédito. A situação era de exposição dos adquirentes de imóveis a toda sorte de fraudes. Foi então que, como explica Lafaiete, “o gênio inventivo do legislador criou um novo modo de transferência do domínio e de seus direitos elementares: a transcrição dos títulos de aquisição em registros públicos.”²⁵³

Um inflamado entusiasta do Sistema Torrens, Rui Barbosa, na Exposição de Motivos do referido decreto²⁵⁴, defendia que o novo sistema se caracterizava pela publicidade real e não apenas pessoal; segurança jurídica, ao permitir o expurgo de toda incerteza a respeito da cadeia de alienações, garantindo a continuidade do entrelaçamento dos sucessivos registros; valorização do título de propriedade, então depreciado pela interdependência das escrituras sucessivas de aquisição e transmissão; registro de todos os ônus reais incidentes sobre o imóvel.

Tupinambá Nascimento explica que “O sistema Torrens se baseia numa idéia simples”:

²⁵² JONES, Alberto da Silva. *A política fundiária do regime militar: legitimação privilegiada e grilagem especializada* (do Instituto de Sesmarias ao Estatuto da Terra). 1997, São Paulo, Tese (Doutorado), FFLCH/USP, p. 147.

²⁵³ Lafaiete, *Direito das Coisas*, 1922, § 43, p. 101, *apud* Décio Antônio Erpen, *O Registro Torrens e o Sistema Imobiliário Atual*, in: *Revista de Direito Imobiliário*, nº 19/20, jan/dez de 1987, IRIB, p. 62.

²⁵⁴ Rui Barbosa, *Exposição de Motivos ao Decreto nº 451-B, de 1890*, in *Obras Completas*, XVIII, t. II, pp. 291/313.

A depuração do título a registrar deve ser feita antes do registro, oportunizando-se a qualquer interessado obstaculizar seja o imóvel transcrito em nome de quem o está pretendendo. Mas essa oportunidade de oposição deve ser executada dentro de um prazo previsto em lei. A não-oponibilidade tempestiva significa que aquele que poderia se opor precluiu deste direito, trazendo como consequência jurídica o silêncio para todo sempre a respeito desta oposição. Em outras palavras, ao em vez de se permitir que após o registro, os interessados fundamentadamente o desfaçam, se obriga que os mesmos ou, de logo, no prazo que o juiz lhes dá, impugnem fundamentadamente o registro ou, pelo silêncio, tem-se como renunciado implicitamente o seu direito de oposição, precluindo para todo sempre qualquer direito de reclamação.²⁵⁵

O título de propriedade não se absolutiza por meio do registro tradicional. Existe apenas a **presunção relativa** de direito à propriedade do imóvel. O adquirente do direito real é tido como titular da propriedade imóvel registrada, mas está sujeito a que se prove o contrário, conforme determina o artigo 1.245, § 2º do Código Civil.

Esse sistema de registro especial não se confunde com o registro tradicional que todo proprietário de imóvel rural ou urbano deve efetuar para obter segurança e poder dizer que é dono. É de conhecimento geral que os imóveis no Brasil devem ser registrados nos Ofícios (cartórios) de Registros de Imóveis da localização do bem, na circunscrição competente. Essa exigência surgiu com o advento da Lei 3.071, de 1º de janeiro de 1916, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 1917 (antigo Código Civil Brasileiro). Desde então, o registro público ganhou uma nova dimensão, passando a exigir o registro do título translativo da propriedade imóvel rural ou urbano, no Registro de Imóveis, para ser considerado um dos modos de aquisição da propriedade.²⁵⁶

Ismael Lima Falcão explica ainda,

²⁵⁵ Apud JONES, Alberto da Silva. *A política fundiária do regime militar*, p. 150.

²⁵⁶ FURLAN, João Carlos. *Quem registra não é dono*. Disponível em <http://www.exacta.cnt.br/news/semana/04092003.html>. Acessado em março/2006.

O registro imobiliário, diferentemente do que difundem os titulares dos cartórios no afã de melhor arrecadação, por si só não basta para provar a legitimidade da propriedade como de domínio privado, posto desse registro decorrer mera presunção *juris tantum*, ou seja, o registro vale tão somente enquanto não se provar o contrário do que nele contém. Diz o art. 859 do Código Civil: “Presume-se pertencer o direito real à pessoa em cujo nome se inscreveu, ou transcreveu”.

[...]

Os mestres têm afirmado que: “ninguém se torna proprietário por força exclusiva da transcrição, independentemente do título válido. A presunção do art. 859 do Código Civil é relativa e admite prova em contrário. Havendo conflito de transcrições, prevalece aquela que se baseia em título válido”.

[...]

Diríamos que um título válido somente será aquele que tenha sido outorgado pelo Poder Público – União ou Estado-Membro, senhores primitivos do domínio pleno das terras brasileiras, pois toda propriedade imobiliária, no Brasil, somente terá origem legítima, incontestável, válida, pura, quando haja sido legitimamente destacada do patrimônio público, partindo-se da premissa verdadeira de que, na origem, toda propriedade imobiliária brasileira era de domínio público, constituindo-se, como dissemos antes, em exceção o pertencer ao domínio privado.²⁵⁷

Portanto, por meio do Registro Torrens – e apenas por esse meio –, o adquirente obtém a presunção absoluta (*juris et de jure*) sobre a titularidade da propriedade imóvel registrada.

E, nesta invulnerabilidade “para todo o sempre”, o Registro Torrens distingue-se das demais formas de Registros Públicos onde o titular do imóvel tem a “presunção”. E, como explica Pontes de Miranda:

O direito brasileiro distingue a *fé pública* e a *eficácia por presunção de autenticidade e verdade*. Presunção é menos que fé pública. A Presunção, só por si, não protege o terceiro, porque a presunção se elimina, cancelando-se o registro, ou modificando-se, em virtude de retificação.

[...]

²⁵⁷ FALCÃO, Ismael Lima. *Direito agrário brasileiro: doutrina – jurisprudência - prática*. Bauru: Edipro, 1995, p. 110s.

Do registro resulta presumir-se que é dono do bem imóvel aquele que no registro figura como adquirente e que fora dono, antes de cada registro posterior, aquele que fora, pelo registro, adquirente. O art. 869 do Código Civil estatui: “Presume-se pertencer o direito real à pessoa, em cujo nome se inscreveu, ou transcreveu.”²⁵⁸

O título dominial registrado dessa forma, sendo portanto, *presunção*, está sujeito a ser anulado ou retificado devido à fraude ou a erro no registro. Diferentemente, no caso do titular do Registro Torrens, uma vez esgotados os recursos que eventuais descontentes possam oferecer, a sentença transita em julgado e portanto a matrícula aberta no registro de imóveis não pode mais ser desconstituída – torna-se coisa julgada, cuja proteção é um dos princípios constitucionais mais fundamentais.

Ou seja, o registro comum de imóveis não assegura plenamente o direito sobre o imóvel, posto que pode ser anulado por erro, fraude etc. Por outro lado, a negligência ou o desconhecimento do detentor do direito real, em relação às normas jurídicas que regulam determinados procedimentos de registro, podem ensejar registros viciados ou de má-fé, sobretudo se consolidados pela decadência dos prazos. Desconhecimento este, que, legalmente, não pode ser argüido em defesa da parte eventualmente lesada. Esta sempre foi uma grande porta aberta a grilagem especializada, fundada nas brechas abertas pela lei e que, como foi evidenciado em nossa pesquisa de doutorado (JONES, 1997), aperfeiçoou-se, na medida em que os problemas fundiários se tornaram mais complexos e as terras mais valorizadas. Essa modalidade “legal” e especializada de grilagem será cada vez mais desenvolvida com o suporte de verdadeiras assessorias jurídicas, tornando-se, em si mesma, um forte obstáculo aos processos de regularização fundiária e de reforma agrária. Fenômeno este que tem implicações graves ainda nos dias atuais.²⁵⁹

Não foram poucos os grandes entusiastas do sistema, como o jurista João Afonso Borges: “Em nosso livro sobre ‘Registro Torrens’, editado em 1960,

²⁵⁸ PONTES DE MIRANDA. *Tratado de direito Privado*. Direito das coisas: propriedade. Aquisição da propriedade imobiliária. 2.a Ed. Campinas, Bookseller, 2001, p. 277.

²⁵⁹ JONES, Alberto da Silva. *A política fundiária do regime militar*, p. 151.

mostramos a excelência desse processo, que deveria ser largamente aplicado nos levantamentos topográficos e nas ações de divisão e de demarcação, auxiliado e complementado pelos processos comuns e preconizados no Código de Processo”²⁶⁰. Ou então, Ismael Marinho Falcão, que lhe apregoa “uma validade esplêndida na proteção do direito à propriedade”²⁶¹.

O Registro Torrens, porém, dá à propriedade privada um *status* intocável: “O Registro Torrens confere à propriedade o caráter de irrefragabilidade, vale dizer, contra a propriedade assim registrada a lei não admite possa contra ela haver qualquer ação de reivindicação. É a tranquilidade absoluta”²⁶².

Com efeito, a “tranquilidade absoluta” é bem garantida nos termos do Decreto 451-B de 1890, onde lemos:

Art. 19 – Nenhuma sentença, ou mandado de execução terá efeito contra imóvel admitido ao regime deste Decreto [Torrens], enquanto não for averbada no livro da matrícula e mencionada a averbação na própria sentença, ou no mandado.

[...]

Art. 40. – Ninguém poderá produzir contra o registro contrato ou ato, de data anterior ao título que não tenha sido também registrado.²⁶³

Dispondo de forma absolutamente consciente, institui-se sob a intenção de garantir segurança ao título registrado a constituição de um fundo de garantia, com objetivos empregatórios contemplados no artigo 61, §1º:

§1º. – Desse fundo pagar-se-ão os créditos judicialmente reconhecidos, das pessoas que houverem sido privadas do domínio da garantia hipotecária, ou de direito real, pela admissão do imóvel, no todo, ou em parte, ao regime desse decreto, ou pela entrega de título, ou outra inscrição de ato, que obste a ação contra aquele a quem aproveitou o registro.

²⁶⁰ BORGES, João Afonso. *Terras devolutas e sua proteção jurídica*. Goiânia: Oriente, 1976, p. 22.

²⁶¹ FALCÃO, Ismael Lima. *Direito agrário brasileiro*, p. 111.

²⁶² FALCÃO, Ismael Lima. *Direito agrário brasileiro*, p. 112.

²⁶³ Decreto n.º 451-B, de 31/5/1890.

E, adiante, no artigo 75, fica selada a intangibilidade do registro:

Art. 75 – Nenhuma ação de reivindicação será recebível contra o proprietário do imóvel matriculado.

E, referindo-se a esse artigo, João Afonso Borges defende que “uma vez matriculado o imóvel no Registro Torrens, consolida-se definitivamente a propriedade na pessoa do requerente e, por isso, diz-se que ‘nenhuma ação de reivindicação será recebível contra o proprietário do imóvel matriculado’”.²⁶⁴

A Lei Torrens acabou por ser revogada pelo Código Civil de 1916, onde, além de não mencionar o Registro Torrens, ainda ab-rogou, no artigo 1807, todas as normas jurídicas concernentes à matéria de direito por ele regradas. Os tribunais, então, decidiram no sentido da revogação das normas referentes ao Torrens²⁶⁵. Sucedeu-lhe, então, o novo sistema registral do Código Civil, de caráter obrigatório, mais dinâmico, mais amplo, adotando os mesmos princípios da universalidade, publicidade e continuidade do sistema anterior.²⁶⁶

Entretanto, o texto da Lei nº 3.446/1917, orçando a receita, levantou controvérsia sobre a vigência do sistema torrens²⁶⁷. Apenas com a edição do Código de Processo Civil de 1939, resolveu-se tal dúvida²⁶⁸ ao esclarecer-se que ambos os decretos de 1890 continuavam em vigor, exceto no que diz respeito ao direito processual, que passava a ser disciplinado pelos arts. 457 a 464 da nova norma processual. Ou seja, o Registro Torrens acaba por ser ressuscitado.

Posteriormente, o Código de Processo Civil de 1973, no art. 1.218, manteve em vigor os arts. 457 a 464 do Código de Processo Civil de 1939, como procedimento especial, até serem incorporados em lei especial.

²⁶⁴ João Afonso Borges apud STEFANINI, L. Lima. *A propriedade do direito agrário*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1978, p. 226.

²⁶⁵ Cf. BORGES, João Afonso. *O Registro Torrens no Direito Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 1960, p. 20.

²⁶⁶ ERPEN, Décio Antônio. *O Registro Torrens e o Sistema Imobiliário Atual*, in *Revista de Direito Imobiliário*, nº 19/20, jan/dez de 1987, IRIB, p. 64.

²⁶⁷ BORGES, João Afonso. *O Registro Torrens no Direito Brasileiro*, Goiânia, 1957, p. 20.

²⁶⁸ Vide Jacy de ASSIS, *Processos de Procedimento Edital*, Faculdade de Direito de Uberlândia, 1974, p. 37, com vasta bibliografia sobre esse ponto.

Por fim, a Lei nº 6.015/1973 incorpora, nos arts. 277 a 288, as regras gerais do sistema Torrens, repetindo os dispositivos do Código Processual anterior, o que importa afirmar que os Decretos 451-B/1890 e 955-A/1890 continuam em vigor²⁶⁹ nos dispositivos em que não forem conflitantes com a norma de 1973, isto é, se ao registro comum competia apontar o proprietário, ao Torrens doravante era dado outorgar apenas a **garantia de invulnerabilidade da propriedade**.

Ou seja, se outrora desempenhava no sistema do direito imobiliário uma função substantiva, com a entrada em vigor do Código Civil e dos códigos processuais subseqüentes, o Registro Torrens passou apenas a agir como uma ferramenta a qualificar a propriedade de maneira a imunizá-la contra qualquer desiderato reivindicatório.

Assim, ao abandonar seu caráter pioneiro de instrumento jurídico de implementador de um sistema registral para garantia da segurança jurídica, da universalidade e da continuidade dos assentos registrais imobiliários, o Registro Torrens – em radical inflexão à sua concepção original – tornou-se apenas uma garantia absoluta de invulnerabilidade da dominialidade.

Depois de implementado o Código de Processo Civil de 1939, o Registro Torrens passa a atuar como instrumento facultativo e paralelo ao sistema registral até então vigente. Para Jones,

Essa duplicidade de alternativas para registro de imóveis, sobretudo rurais, poderia dar, e parece ter dado, oportunidade a verdadeiros processos de expropriação por via registral. De grilagem especializada. Isso porque, aos imóveis registrados neste novo sistema eram assegurados plenamente os direitos de propriedade, logo, a propriedade legalmente reconhecida com prioridade sobre quaisquer outras formas de direitos reais sobre a terra (como, por exemplo, as posses mansas e pacíficas), ressalvadas apenas as hipóteses de fraudes no decorrer do próprio processo de registro no Sistema Torrens.

Eram admitidas ações judiciais, tanto reivindicatórias quanto contestatórias, apenas quando tempestivas, isto é, nos limites do prazo de registro, sob pena de prescrição. Ou seja, quaisquer ações ou oposição em relação à propriedade do imóvel registrado no Sistema Torrens deveriam ser propostas no decorrer do prazo, rigorosamente estabelecido

²⁶⁹ Jacy de Assis, *Processos de Procedimento Edital*, Faculdade de Direito de Uberlândia, 1974, p. 93.

na Lei ou pelo juiz para a sua propositura. Decorridos os prazos decadencial (do direito) e prescricional (para propositura das ações) configurava-se a perda de todo e qualquer direito sobre o imóvel.²⁷⁰

Os detentores de imóveis registrados pelo sistema Torrens têm completa precedência sobre todas as demais formas de “direitos reais sobre a terra, (como, por exemplo, as posses mansas e pacíficas)”²⁷¹. E o Registro Torrens torna-se passível de servir

não apenas como alternativo, mas como contraposto a presumíveis direitos assegurados pelas outras formas de registro – para não se falar no número de posses mansas e pacíficas, sobretudo pequenas, sem registro algum – poderia erigir, assegurando, direitos novos sobre propriedades ou posses mais antigas, ou não registradas; ou ainda, que apenas tinham a presunção de direito assegurada pelas outras formas registrais.²⁷²

O Registro Torrens acaba por ser a forma extrema da absolutização da propriedade privada, arrogando ao seu detentor uma perigosa ferramenta de expropriação de outras formas de uso da terra. Talvez, a maior crítica ao sistema seja explicitada, justamente, em sua ardorosa defesa pelo agrarista Ismael Lima Falcão:

A propriedade, uma vez admitida a registro pelo Sistema Torrens, estará perfeitamente saneada e esse saneamento perfeito da propriedade é, sem dúvida a grande e inabalável conquista desse tipo de registro, porque se trata de uma conquista do direito. Quantos proprietários rurais amargam, hoje, problemas sérios, quase irremovíveis, diante da política nefasta de determinados órgãos federais, que levantam dúvida sobre o domínio privado quarentenário antes da vigência do Código Civil, trazendo noites de insônia para empreendimentos de significativo valor econômico para a região aonde se situam e para o próprio país, tão-somente para dar vazão a um sentimento discutível de proteção a determinadas castas, hoje sem motivo nenhum para acobertar tutela. Verdadeiro crime

²⁷⁰ JONES, Alberto da Silva. *A política fundiária do regime militar*, p. 149.

²⁷¹ JONES, Alberto da Silva. *A política fundiária do regime militar*, p. 150.

²⁷² *Idem.*

contra a propriedade privada que não teria guarida se estivesse essa propriedade sob a proteção do Registro Torrens.²⁷³

²⁷³ FALCÃO, Ismael Lima. *Direito agrário brasileiro*, p. 113s.

7. Indussolo: um enredo inverossímil

Embora a pretensão desse trabalho seja relatar a ocupação ribeirinha de Mangabal, não é possível pensar a vida daquelas pessoas dissociadamente do conflito com a Indussolo que lá há implantado. Portanto, foi necessária uma investigação, e uma reconstituição, dos caminhos trilhados pela empresa para se chegar à titulação da terra.

Para entender como se deu o processo que levou à abertura do registro Torrens de mais de 670 mil hectares em nome da Indussolo, a primeira dificuldade é a falta de documentos. Tanto o processo judicial da ação de Demarcação (com sua homologação em 20 de dezembro de 1974), como o próprio processo que sentenciou, em 11 de agosto de 1975, a abertura do livro Torrens desapareceram deixando como resquícios apenas alguns fragmentos: cópias das sentenças e a petição inicial de um dos processos.

A sentença promulgada em 1975 determinou o registro, sob regime Torrens, em favor de Indústria e Comércio L. Marochi & Ltda. (a Indussolo) de uma imensa área de terras, que incluía quase todo Mangabal (no Mapa 16 vemos apenas uma das glebas da Indussolo, a Quatro Irmãos, que se sobrepõe a Mangabal). Não conseguimos descobrir como a empresa conseguiu tornar crível uma cadeia

dominial sustentada pelos títulos e documentos mencionados, começando, pela afirmação de que toda essa imensa extensão de terras estaria, desde 1915, concentrada nas mãos de um só titular, a sociedade Cohen & Filhos. E, mesmo antes, se dividiria em apenas dois detentores.

O item III da sentença judicial de Ivan da Rocha Botto, assinada em 28 de julho de 1975²⁷⁴, reconstrói a cadeia dominial, segundo a qual, algumas, do total de onze glebas, teriam sido recebidas, em 1906, por José Raymundo Nunes²⁷⁵ e sua mulher, por força do inventário dos bens deixados pelo falecimento de Massimo ou Maximo da Silva e Souza. José Raimundo Nunes alienou as terras para Jacob Moyses Cohen em 1916²⁷⁶. Este as teria somado com as demais glebas que integrariam as onze registradas pela Indussolo e as vendido para a firma Cohen & Filhos em 1926²⁷⁷, de propriedade de Moyses Abraham Cohen e Abraham Moyses Cohen. Essa firma foi sucedida pela A. Cohen & Cia., dos mesmos sócios, que se dissolveu em 1920.²⁷⁸

Ainda segundo a sentença de Rocha Botto, quando finda a sociedade comercial A. Cohen & Cia., as terras couberam a Abraham Moyses Cohen, que as deixou por herança a seu filho Elias Abraham Cohen²⁷⁹. Em 1974, Elias as vende a Gerdelina Juvina Marochi²⁸⁰ que as aliena a Indústria e Comércio L. Marochi & Ltda.²⁸¹

²⁷⁴ Sentença proferida por Ivan da Rocha Botto na Ação de Registro Torrens, requerida pela Indústria e Comércio L. Marochi & Companhia Limitada, publicada em 11 de agosto de 1975, no Fórum de Itaituba.

²⁷⁵ A sentença de Botto fala em José Raymundo Nunes. As escrituras e outros documentos falam em José Raymundo das Neves.

²⁷⁶ Conforme sentença proferida por Ivan da Rocha Botto, de 11/08/1975, citada, trata-se da Transcrição 1916, de 23 de março de 1918, fls. 232, Livro 3-B, do Registro de Imóveis de Santarém.

²⁷⁷ Conforme sentença proferida por Ivan da Rocha Botto, de 11/08/1975, citada, trata-se da Transcrição 2475, de 10 de maio de 1926, fls. 207/208, Livro 3-C, do Registro de Imóveis de Santarém.

²⁷⁸ Conforme sentença proferida por Ivan da Rocha Botto, de 11/08/1975, citada, isso dá-se segundo a Escritura Pública lavrada às notas do Tabelião Edgar da Gama Chermont, de Belém, em 07 de abril de 1920.

²⁷⁹ Conforme sentença proferida por Ivan da Rocha Botto, de 11/08/1975, citada, o inventário correu pelo Juízo de Direito da 2ª. Vara da Comarca de Santarém.

²⁸⁰ Segundo a sentença proferida por Ivan da Rocha Botto, de 11/08/1975, citada, isso dá-se conforme a Transcrição feita sob número de ordem 285, em 01 de agosto de 1974, às fls. 277-279, do Livro 3-D (Transcrição das Transmissões), do Registro de Imóveis de Itaituba.

²⁸¹ Conforme transcrição feita sob número de ordem 311, em 01 de outubro de 1974, às fls. 291-293, do Livro 3-D (Transcrição das Transmissões), do Registro de Imóveis de Itaituba. A sucessão dominial até aqui apresentada, bem como as referências aos documentos, foram colhidos na sentença proferida em 11 de agosto de 1975, por Ivan da Rocha Botto, determinando a matrícula sob regime Torrens das terras.

Naturalmente, não se pretende, aqui, adotar o viés jurídico, mas, apenas, buscar uma leiga coerência lógica à cadeia dominial das terras às quais a Indusolo se arroga. Em primeiro lugar, chama a atenção uma incompatibilidade histórica: admitir que imensas extensões contíguas eram concentradas nas mãos de um só dono, equivale a aceitar que as posses nacionalmente conhecidas como de direito de Raymundo Pereira Brazil, um dos mais proeminentes e conhecidos membros da elite paraense, de fato, nunca existiram. Que as fotos e os registros históricos e as escrituras... Enfim, tudo que expusemos nos capítulos anteriores, simplesmente, não existe. No capítulo 4 observamos as posses de R. P. Brazil em sobreposição às áreas demarcadas pela Indusolo. A seguir apresentamos a cadeia dominial dessas posses de Brazil, com início antes de 1908 e seguindo até meados do século XX. Em nenhum momento, essas cadeias fariam qualquer alusão a José Raimundo das Neves (ou José Raimundo Nunes), a Máximo da Silva e Souza, a Jacob Moyses Cohen, a Cohen & Filhos ou a A. Cohen & Cia.

Mesmo que fosse possível, naquela época, um só titular, manter a posse sob centenas e centenas de quilômetros da mais impenetrável floresta amazônica, são outros os registros históricos para esta específica região. Bárbara Weinstein comenta o caso específico da região de Itaituba para exemplificar como

Embora a fusão e absorção de propriedades fundiárias ocorressem por toda a Amazônia durante a expansão da borracha, os registros de posses de terra mostram que as pequenas propriedades persistiram em todo o Pará, e que muitos grandes seringalistas tratavam de evitar o controle das grandes casas aviadoras. Ver, por exemplo, Pereira Brazil, *O Rio Tapajós*, p. 5-38, que oferece uma listagem completa de todas as propriedades produtoras de borracha no município de Itaituba.²⁸²

E, de fato, os livros de notas do 1º. Ofício de Itaituba e os registros de posses dos arquivos do Iterpa, em Belém, referentes ao final do século XIX e início do XX, mostram concretamente como essas terras eram ocupadas por uma gran-

Uma versão ligeiramente diferente dessa cadeia dominial pode ser encontrada na ficha de “cadeia sucessória” da gleba Quatro Irmãos, integrante da ação discriminatória da Gleba Parauari, da qual o imóvel foi excluído.

²⁸² Weinstein, *A borracha na Amazônia...*, p. 314, nota 38.

de diversidade de pequenos e grandes seringalistas e eram, também, comercializadas (bastante dinamicamente) nesse período. Adiante apresentaremos o registro, o mapa, a documentação e a cadeia sucessória de dezenas de posses dentro do perímetro que foi sentenciado como sendo todo da Indussolo.

O levantamento de “propriedades” feito por Brazil, enquanto intendente municipal de Itaituba, a pedido do Governo Federal, para a Exposição Nacional da Borracha em 1913, é absolutamente coerente com os registros dos Títulos de Posse emitidos pela Intendência Municipal de Itaituba (atualmente arquivados no Iterpa) e com as antigas escrituras públicas arquivadas não só no cartório de Itaituba, mas também nos de Santarém e Belém. Nesses documentos pode-se conferir a precisão do trabalho de Brazil. A única dissonância, entre todos os muito bem documentados registros que encontramos, é a cadeia dominial apresentada pela Indussolo.

Uma breve análise dos documentos mencionados na sentença de Rocha Botto, que determinou a abertura do Livro Torrens, revela aberrantes falhas. Segundo esta decisão judicial, por exemplo, a gleba Miritituba fora recebida, entre outras, por Abraham Moyses Cohen

em razão da dissolução da sociedade comercial A. Cohen & Cia. Da qual eram sócios Moyses Abraham Cohen e Abraham Moyses Cohen, levada a efeito por escritura pública, lavrada em notas do Tabelião Edgar da Gama Chermont, de Belém, Estado do Pará, a 7 de abril de 1920 (fotocópia da certidão junta).²⁸³

Ora, no documento citado pelo juiz, a escritura de dissolução da A. Cohen & Cia., o nome Miritituba fora citado num erro de escrita (e, logo em seguida, devidamente corrigido) que, por desatenção ou má fé, acabou sendo reproduzido e levado a registro. A escritura de dissolução relacionou as dez posses que couberam a Abraham Moyses Cohen, ordenando cada uma segundo itens que foram de “a” a “j” (essa a décima letra do alfabeto). Quando se chega ao item “d”, lê-se:

²⁸³ Sentença proferida por Ivan da Rocha Botto na Ação de Registro Torrens, requerida pela Indústria e Comércio L. Marochi & Companhia Limitada, publicada em 11 de agosto de 1975, no Fórum de Itaituba.

MAPA 16 – Limites e localização do imóvel Quatro Irmãos, antigo São João, antes e depois do Registro Torrens

d) uma posse de terras denominada Miritituba, situada no centro do igarapé Tracoá, à margem esquerda do mesmo igarapé e também à esquerda do Rio Tapajós, município de Itaituba, comarca de Santarém, com uma área diogo. **d)** uma posse de terras denominada Moacê, com quatorze estradas de seringa, devidamente registrada na Intendência Municipal de Itaituba, situada à margem direita do igarapé Tracoá. [...] ²⁸⁴ [grifo nosso]

Quando, em 1943, essa escritura de dissolução é transcrita no 1º. Ofício de Notas de Santarém, a narração dessa passagem tem a seguinte forma:

d) uma posse de terras denominada Miritituba, situada no centro do igarapé Tracoá, à margem esquerda do mesmo igarapé e também à esquerda do Rio Tapajós, município de Itaituba, comarca de Santarém; **e)** uma posse de terras denominada Moacê, com quatorze estradas de seringa, devidamente registrada na Intendência Municipal de Itaituba, situada à margem direita do igarapé Tracoá. [...] ²⁸⁵ [grifo nosso]

Suprime-se, então, a interjeição de correção e acrescenta-se uma posse no item “d”. A posse Moacê, passa do item “d” para “e”, e a relação de todas elas não vai mais de “a” até “j”, mas de “a” até “k”.

Mais adiante, a escritura de dissolução da A. Cohen & Cia. não deixa qualquer dúvida sobre o erro e a correção na menção feita ao nome Miritituba. Isso pode ser ainda conferido em dois outros momentos do mesmo documento, quando se pode certificar que a posse Miritituba de fato não era uma das terras deixadas a Abraham Moyses Cohen pela firma que se dissolvia. Verificamos o primeiro deles quando, na mesma escritura, são listadas todas as posses para se especificar a origem de cada uma delas. Todas essas dez posses são novamente relacionadas sem nenhuma menção a Miritituba:

estas duas últimas sortes de terras, “Bananal” e “São João”, adquiridas pela firma Cohen & Filhos, por compra feita a José Raymundo Neves e sua mulher, conforme escritura publica de vinte e um de março de mil novecentos e oito, lavrada nas notas do

²⁸⁴ Escritura de Pública de dissolução e liquidação da sociedade A. Cohen & Companhia, lavrada às notas do Tabelião Edgar da Gama Chermont, de Belém, em 07 de abril de 1920.

²⁸⁵ Livro de Registro de Imóveis 3-F (Transcrição das transmissões), fls. 4 e 5, número de ordem 3.959, do 1º. Ofício de Notas de Santarém.

Tabelião João Nogueira da Silva, da cidade de Santarem e transcripta no Registro Predial da mesma comarca, em vinte e tres do mesmo mes e anno e as demais posses denominadas “Fortaleza”, “Boa Esperança”, “Sipotuba”, “Moacê”, “Retiro”, “Laranja”, “Guaraná” e “Socoré” adquiridas pela mesma firma Cohen & Filhos por compra feita a Jacob Moyses Cohen e sua mulher, consoante escriptura publica de vinte e cinco de agosto de mil novecentos e quinze lavrada nestas notas a folha cento e vinte e seis do livro duzentos e trinta e dois e transcripta em Registro Predial na comarca de Satarem em dez de maio de mil novecentos e dezesseis.²⁸⁶

Mais adiante, quando os sócios dissolventes da A. Cohen & Companhia partilham os bens, todas as posses que passaram a pertencer a Abraham Moyses Cohen são mais uma vez relacionadas. Mais uma vez não se fala em Miritituba:

desta forma ficam empossados respectivamente outorgante Abraham Moyses Cohen nas posses de terras constantes da clausula primeira, ou sejam, Fortaleza, Boa esperança, Sipotuba, Moacê, Retiro, Laranja, Guaraná, Socoré, Bananal e São João com todas as edificações, seringaes, plantações e demais benfeitorias nellas existentes [...] ²⁸⁷

As posses e imóveis urbanos que incorporaram o patrimônio da firma A. Cohen & Cia. e não couberam a Abraham na dissolução da empresa, passaram a pertencer ao sócio Moyses Abraham Cohen. Pois, a ele ficou todo o resto do patrimônio da firma que então se extinguia, como consta da escritura de sua dissolução:

O outorgante Moyses Abraham Cohen, fica com todos os demais bens e haveres de qualquer natureza que sejam que constituam ativo da sociedade seja qual for a origem de sua aquisição.²⁸⁸

E, mais a frente, repete-se:

Que dessa forma, ficam empossados, respectivamente, outorgante Abraham Moyses Cohen, nas posses de terra [...] [segue-se a relação das 10 posses, sem menção à Miritituba, reproduzida acima] e o outorgante Moyses Abraham Cohen, com todos os demais bens que constituam o activo social pelo que se transmitem inteiramente todo o domínio

²⁸⁶ Escritura de Pública de dissolução e liquidação da sociedade A. Cohen & Companhia, citada.

²⁸⁷ *Ibidem.*

²⁸⁸ *Ibidem.*

e posse, direito e acção sobre os mesmos bens.²⁸⁹

Com efeito, nos autos da partilha amigável dos bens deixados por Moyses Abraham Cohen, falecido em 04 de junho de 1926, a posse Miritituba aparece e é partilhada entre seus herdeiros²⁹⁰. Neste formol de partilha, confere-se, mais uma vez, que a posse Miritituba não coube a Abraham Moyses Cohen na dissolução da A. Cohen & Cia., mas a Moyses Abraham Cohen.

Aliás, dois desses herdeiros impetraram contestação ao registro Torrens, alegando direitos à posse Miritituba, entre outras. A oposição foi julgada improcedente. Na sentença de Botto, lê-se:

A documentação juntada pela Requerente prova que Moyses Abraham Cohen e Abraham Moyses Cohen eram sócios na sociedade comercial A. Cohen & Cia., sucessora de Cohen & Filhos. Por sua dissolução através de Escritura Pública lavrada em notas do Tabelião Edgar da Gama Chermont, de 7 de abril de 1920, coube a Abraham Moyses Cohen as referidas terras, não havendo prova de que posteriormente tenham ido integrar o domínio de Moyses Abraham Cohen. E não tendo pertencido a este, como não pertenceram, é evidente que os imóveis rurais de propriedade da requerente, cuja matrícula no Registro Torrens ela pretende, não podiam ser havidos no inventário de Moyses Abraham Cohen.²⁹¹

É difícil compreender como o juiz Botto conseguira ler nessa “Escritura Pública lavrada em notas do Tabelião Edgar da Gama Chermont, de 7 de abril de 1920”, que pela dissolução da A. Cohen & Cia., “coube a Abraham Moyses Cohen” a posse Miritituba. Também é incompreensível que, nessa mesma escritura, o juiz não tenha notado que todos os demais bens da sociedade (além das 10 posses que ficaram a Abraham e que não incluíam Miritituba) ficaram pertencendo a Moyses.

Enfim, as 11 glebas registradas no Torrens, adquiridas de Elias Abraham Cohen e por ele herdadas de Abraham Moyses Cohen, que as houve pela dissolu-

²⁸⁹ Escritura de Pública de dissolução..., citada

²⁹⁰ Conforme certidão emitida por Amílcar Câmara Leão, serventuário vitalício do Segundo Ofício de Escrivão do Cível e Comércio da Comarca da Capital do Estado do Pará. O documento original pertence ao arquivo de Éden Cohen.

²⁹¹ Sentença proferida por Ivan da Rocha Botto, de 11/08/1975, citada.

ção da A. Cohen & Companhia, na verdade, eram 10. A décima primeira surgiu do nada, nasceu do acaso, de um erro de grafia que o escrevente cometera e o corrigira em tempo, segundo o proceder que, então, adotava-se.

O episódio do “surgimento” de Miritituba subtraiu do patrimônio de terras do Incra 58.460 hectares, apropriados com o endosso de uma decisão judicial. A triste ironia é que, justamente essa gleba, a Miritituba, foi desapropriada – e recentemente paga – pelo Incra para implantar no local um projeto de assentamento (PA). Para completar a ironia, o assentamento foi denominado “PA Miritituba”. Foram 25.296,8258 hectares indenizados pelo Incra à Indussolo.

Outro ponto curioso na criação do PA Miritituba é o seu traçado. Ele está absolutamente dentro do polígono de Altamira, logo, terras supostamente do Incra, designadas à reforma agrária. Entretanto, ele se confina precisamente aos limites da área titulada em nome da Indussolo (a gleba Miritituba), como se pode ver no Mapa 17. E mesmo dentro dessa gleba, a área destinada ao assentamento obedeceu, rigorosamente, os limites definidos pela alienação de partes da gleba Miritituba (Mapa 18). Infelizmente, o Incra não conhecia tão bem os limites do Parque Nacional da Amazônia, pois esse mesmo Projeto de Assentamento avança suas divisas para dentro da Unidade de Conservação, mas mesmo nesse caso, nem um centímetro vai para fora da área titulada – e passível de ser indenizada, como de fato o fora – em nome da Indussolo. É de fato muito curioso que, em meio a milhões de hectares de terras do Incra, esse órgão venha a inserir seu assentamento completamente dentro de uma “ilha” de área particular (às custas de vultosa indenização recebidas pelos proprietários) enquanto deixa a grandes grileiros todo seu entorno.

Mesmo que a posse “Miritituba” tivesse sido adquirida por Abraham Moyses Cohen na dissolução da A. Cohen & Cia., como diz a cadeia dominial do Torrens, e, por consequência, passível de ter corrido até as mãos da Indussolo, jamais teria os 58.460 hectares registrados pelo Torrens, nem tampouco os 25.296,8258 hectares desapropriados pelo Incra. Longe disso, teria algo em torno de 3.600 hectares. As medidas e as confrontações originais dessa posse são ex-

pressas na “Escriptura Publica de venda e compra e quitação entre partes, como vendedores Jacob Moyses Cohen e sua mulher, e como compradores Cohen & Filhos” da seguinte forma:

d) Miritituba (inteira) - centro do igarapé Tracuá, a margem esquerda do mesmo igarapé e também esquerda do rio Tapajós, município de Itaituba, comarca de Santarém, neste Estado, com uma área de cerca de seis mil metros de frente e fundos correspondentes, limitando do lado de cima com o lugar Mucuady, de baixo com o Igarapé Mujuhy, pelo centro com a posse Acuhy e pela frente com a posse Retiro, devidamente registrada na intendência de Itaituba.²⁹²

Aliás, em toda a cadeia sucessória dessa posse ela se manteve do mesmo exatito tamanho: 6 km de frente e igual medida de fundos. Ou seja, 3.600 hectares. Assim foi descrita desde a emissão de seu Título de Posse pela Intendência Municipal de Itaituba, registrado no Livro de Posses número 07, às fls. 68 (Figura 7).

Abaixo, sintetizamos a cadeia sucessória da gleba, apresentando a descrição e as medidas constantes em cada uma das transmissões. A partir da dissolução da Cohen & Filhos, a cadeia passa a ter duas versões. Em uma delas, na que é fiel à escritura, a posse se mantém com 3.600 ha. Na outra, que a levará à Indussolo, ela “cresce” para espantosos 58.460 hectares [cf. Mapa 19]. Em seguida, apresentamos a cadeia sucessória de todas as demais posses da Indussolo, também informando limites e medidas conforme cada ato da cadeia.

²⁹² Escriptura publica de venda e compra e quitação entre partes, como vendedores Jacob Moyses Cohen e sua mulher, e como compradores Cohen & Filhos, lavrada em 25 de agosto de 1915, às fls. 126, do Livro 232, às notas Tabelião Chermont, em Belém.

DOCUMENTO ILEGIBEL

0445

the two bears Antonio Langstaff, Richard Cabot, Ed-
 ward Cabot, August de Silva, Francisco de Sousa, Francisco
 Ferreira, Antonio de Oliveira, Joaquim de Sousa
 e José Baptista de Silva. On the 14th of
 September 1878, P. de Silva, Almeida
 e Aguiar. (Relatório desobediência e desobediência)

Enão tendo havido reclamação alguma das partes confiontantes, verifi-
cada a exatidão da declaração reho; mandei que llo fosse expedido o presente
titulo, na forma do art. 125 do Regulamento citado, ficando archivadas na
secretaria desta *Intend. de C.* a petição, informações
e mais documentos relativos ás mesmas lousas, o assim investido o possente

Quella Filizius Rollo
dos áncilos conferidos pela art. 5.^a parag. *seito*
da lei N. 82 de 15 de Setembro de 1892 e arts. 40 e 45 do Regulamento de
28 de Outubro.

Dado na Secretaria d'esta Intendencia Municipal de Tlaxiuba, aos
4 de 6 dias do mes de Setembro de 1898

Ecce M. Mario Buitano barbero secretarius a subscribere.

© Intendente.

O Posseiro.

Joseph Auguste de Bonnes
Mistral de l'Académie de l'Institut de France.
O Secretaris

Registrado as folhas

do livro com o selo.

FIGURA 8 – Título de Posse de Miritituba, fl. 68v, L 07, do Registro de Posses da Intendência Municipal de Itaituba

MAPA 17 – Área desapropriada pelo Incra na Gleba Miritituba

Área desapropriada pelo Incra na Gleba Miritituba

Fontes: Incra, 2005; Livro Matriz dos Imóveis inscritos sob Regime Torrens, do 1º. Ofício do Registro de Imóveis e Tabelionato de Itaituba-PA; Escritura Pública de Compra e Venda entre Jacob M. Cohen e Cohen & Filhos, lavrada pelo Tabelião Sirotheau, em 25/10/915; Título de Posse de Miritituba, emitido pela Intendência Municipal de Itaituba, registrado no Livro de Posses 07, às fls. 68. A localização original foi aferida, também, com depoimentos de antigos moradores da posse.

Fevereiro de 2006

MAPA 18 – Áreas alienadas e desapropriada pelo Incra na Gleba Miritituba

Áreas alienadas e desapropriada pelo Incra na Gleba Miritituba

Fontes: Incra, 2005; Livro Matriz dos Imóveis inscritos sob Regime Torrens, do 1º. Ofício do Registro de Imóveis e Tabelionato de Itaituba-PA; Escritura Pública de Compra e Venda entre Jacob M. Cohen e Cohen & Filhos, lavrada pelo Tabelião Sirotheau, em 25/10/915; Título de Posse de Miritituba, emitido pela Intendência Municipal de Itaituba, registrado no Livro de Poses 07, às fls. 68. A localização original foi aferida, também, com depoimentos de antigos moradores da posse.

Fevereiro de 2006

MAPA 19 – Comparativo entre as posições e tamanhos da Gleba Mirituba em suas proporções originais e segundo o Registro Torrens

Comparativo entre as posições e tamanhos da Gleba Miritituba, em suas proporções originais e segundo o Registro Torrens

Fevereiro de 2006

Fontes: Livro Matriz dos Imóveis inscritos sob Regime Torrens, do 1º. Ofício do Registro de Imóveis e Tabelionato de Itaituba-PA; Escritura Pública de Compra e Venda entre Jacob M. Cohen e Cohen & Filhos, lavrada pelo Tabelião Sirotheau, em 25/10/915; Título de Posse de Miritituba, emitido pela Intendência Municipal de Itaituba, registrado no Livro de Posses 07, às fls. 68. A localização original foi aferida, também, com depoimentos de antigos moradores da posse.

As confrontações de Miritituba são claras, em nenhum ponto essa gleba avança até as margens do igarapé Tracoá e do rio Tapajós. Porém, a área matriculada não só chega, em enormes extensões, às margens do Tapajós e do Tracuá, mas também às do Igarapé Arixí. No Mapa 19 grafamos com um círculo vermelho a localização aproximada de Miritituba, antes de ser comprada pela Indussolo. A localização é aproximada, mas o tamanho do círculo é fiel às medidas dessa gleba até ser registrada sob regime Torrens em nome da Indussolo.

O erro do escrevente foi duplamente aproveitado: para a incorporação e para o aumento da área da posse Miritituba. Como reproduzimos acima, ele começa a descrição da posse e, logo que se dá conta do engano, interrompe a redação, faz sua correção e retoma a redação. Provavelmente por engano, na transcrição da escritura de Dissolução da A. Cohen & Cia. no Primeiro Ofício de Santarém, sob número 3959, às fls. 4, do Livro 3F, a posse Miritituba aparecia como um dos bens que couberam a Abraham Moyses Cohen na dissolução da firma. Ficou, então, constando o nome Miritituba, sem a devida descrição dos limites e dos confrontantes, o que facilitou, como veremos, a clara manipulação nas medidas da posse. Não seria difícil encontrar a descrição de Miritituba, como vimos, desde o registro de posse até todos os passos da cadeia dominial apresentada pela Indussolo anteriores a escritura de dissolução da A. Cohen & Cia., descrevem essa gleba. Porém, em momento algum, se resgatam esses dados. Aproveitou-se a origem do imóvel, mas descartaram-se suas dimensões originais. A brecha aberta pela falta da descrição da posse foi percebida como possibilidade para a adulteração de suas medidas, possivelmente entre os dias 1 e 15 de outubro de 1974.

No dia 1 de outubro daquele ano, a empresa Indussolo comprava as onze posses de Gerdelina Juvina Marochi, a mãe dos titulares da empresa. Até este ato, afora a inserção da posse Miritituba, as medidas e descrições das de-

mais não foram alteradas e somavam algo em torno de 10.350 ha.²⁹³

Quatorze dias depois, no dia 15, lavra-se a “Escritura Pública de Retificação e Ratificação, que fazem Gerdelina Juvina Marochi e a firma Indústria e Comércio L. Marochi & Cia. Ltda.”²⁹⁴. Esse documento acrescenta o seguinte texto à narração da escritura anterior:

[...] de referida escritura, por um lapso, foi omitida a área objeto da referida venda, bem como as seguintes condições: Primeiro:- a área objeto da referida venda é de aproximadamente 55.000 ha. [...]²⁹⁵

Aparentemente, nem mesmo a Indussolo, a autora da ação demarcatória, esperava que fosse possível uma adulteração tão vertiginosa nas medidas dos imóveis. Ao que sugere essa escritura, esperava-se aumentar os 13.950 hectares comprados para 55.000 hectares. Eram pretensões “modestas” perto dos 670.013 hectares que acabaram por ser registrados em seu nome.

Ainda bastante jovem e recém-chegado ao Pará, Leonel Babinski Marochi, sócio-presidente da Indussolo e procurador de sua mãe, Gerdelina, provavelmente, até então, não imaginava até onde poderia ir o desrespeito às centenas de famílias que ocupavam, há gerações, a terra da qual ele estava prestes a se apropriar. Provavelmente, também não sabia que seu *status* de industrial paranaense lhe tornaria tão fácil tomar as terras às quais não tinha direito algum, das quais nunca havia sequer ouvido falar, e onde viviam e trabalhavam algumas centenas de famílias. A partir daí, como dissemos, os processos judi-

²⁹³ Esse valor baseia-se em: 1. somatória das áreas expressas nos Títulos de Posse e nas escrituras (que se mantiveram inalteradas em todas as alienações desde o início do século XX), incluindo a descrição constante na escritura pública onde Gerdelina J. Marochi vende a Indussolo (lavrada às notas do 1º Ofício de Itaituba, às fls. 91, do Livro 39, em -1-out-1974). 2. Para a posse São João, onde são descritos os confrontantes, mas não são dadas as medidas, esses dados foram apurados no processo para emissão do título da posse (Processo sem número, de 1904, de Registro de Posse requerido por Máximo da Silva e Souza, arquivado no Iterpa, Filme 657, folha 01, fotograma 0026ss); 3. Para a posse Miritituba, as medidas foram pegas em seu Título de Posse, expedido pela Intendência Municipal de Itaituba, no final do século XX, medidas, aliás, que se mantiveram por várias passagens da cadeia dominial descrita pela Indussolo.

²⁹⁴ Livro 151, fls. 100, de 15 de outubro de 1974, do 4º. Tabelião de Ponta Grossa, Paraná. Transcrição averbada no Livro de Registro de Imóveis 3-D – Transcrições das Transmissões, fls. 276/277, sob número de ordem 285/73.

²⁹⁵ Livro 151, fls. 100, de 15 de outubro de 1974, do 4º. Tabelião de Ponta Grossa, Paraná. Transcrição averbada no Livro de Registro de Imóveis 3-D – Transcrições das Transmissões, fls. 276/277, sob número de ordem 285/73.

ciais das ações de demarcação e do Registro Torrens desapareceram, de modo a não ser possível precisar o momento no qual se abriu a possibilidade para o grande “crescimento” dos imóveis.

Dos 10.350 ha recebidos por Abraham Moyses Cohen, na escritura que selou o encerramento da firma A. Cohen & Cia., e que foram comprados de seu filho por Gerdelina Juvina Marochi e passados dela para a empresa de sua família, Indussolo, no ato da abertura da matrícula sob regime Torrens surgem com espantosos 670.013 ha.

Segundo todos os documentos que compuseram a cadeia dominial das posses adquiridas pela Indussolo, ou ainda, nos anteriores ao relatado na sentença, partindo do registro dessas posses no Iterpa, no final do século XIX, passando pela “Escriptura Publica de venda e compra e quitação entre partes, como vendedores Jacob Moyses Cohen e sua mulher, e como compradores Cohen & Filhos”²⁹⁶ até a “Escritura Pública de Compra e Venda”²⁹⁷ de Gerdelina Juvina Marochi à Indussolo, de 01-10-1974, vemos as descrições e medidas originais – não só de Miritituba, mas de todas as glebas que foram registradas pelo Torrens – se repetirem nas sucessivas alienações:

O socio Abraham Moyses Cohen retira-se da sociedade livre e desembaraçado de qualquer onus ou encargos, a não ser a obrigação que assume de pagar as dividas que adiante vão ser descriptas e recebeu por todos os seus haveres na sociedade a quantia de trinta contos de reis (30:000\$000) representada no seguintes bens imoveis: **a)** uma posse de terras devidamente registrada na Intendencia de Itaituba, denominada “Fortaleza”, situada à margem direita do igarapé Tracoá e esquerda do rio Tapajós, no Municipio de Itaituba, comarca de Santarem, neste Estado, com uma area de dois mil metros de frente e fundos correspondentes, limitando do lado direito, digo, do lado de cima com Marcelino da Silva Bentes, do lado de baixo com Sebastião Maximiano de Souza, ao centro com terras devolutas e a frente com o igarapé Tracoá, contendo treze estradas de seringueiras; **b)** uma posse de terras denominada “Boa Esperança”, com quatorze estradas de seringueiras, devidamente registrada na Intendencia municipal de

²⁹⁶ Lavrada em 08 de junho de 1915, às fls. 100v, do Livro 232, às notas do Tabelião Chermont, em Belém.

²⁹⁷ Escritura Pública de Compra e Venda lavrada às notas do Ofício Único de Itaituba, fls. 91 à 92v, Livro 37, de 01 de outubro de 1974.

Itaituba, situada no centro do igarapé Tracoá e esquerda do rio Tapajós, no Município de Itaituba, comarca de Santarem, neste Estado, com uma area de mil e quinhentas braças de frente e fundos correspondentes, limitando pelo lado de cima com Joaquim Pereira de Oliveira, pelo lado de baixo com o tenente Coronel Cyrillo Silvino Bello, pelo centro com matas dos índios Maués e pela frente com igarapé Porto; **c)** uma posse de terras denominada “Sipotuba”, com doze estradas de seringueiras, situada à margem direita do igarapé Tracoá e esquerda do rio Tapajós, no Município de Itaituba, comarca de Santarem, neste Estado, com uma area de dois mil metros de frente e fundos correspondentes, limitando da parte de baixo com o lugar “Urucuparaná”, ao centro com terras devolutas, da parte de cima com o igarapé [nome ilegível] e pela frente com o igarapé Tracoá, devidamente registrada na Intendencia Municipal de Itaituba; **d)** uma posse de terras denominada “Miritituba”, situada no centro do igarapé Tracoá, à margem esquerda do mesmo igarapé e também à esquerda do Rio Tapajós, município de Itaituba, comarca de Santarém, com uma área, digo, **d)** uma posse de terras denominada “Moacê”, com quatorze estradas de seringa, devidamente registrada na Intendência Municipal de Itaituba, situada à margem direita do igarapé Tracoá e esquerda do rio Tapajós, no Município de Itaituba, comarca de Santarem, neste Estado, com uma area de dois mil metros de frente e fundos correspondentes, limitando-se pelo lado de cima com o lugar “Urucuparaná”, do lado de baixo com o lugar “Juruty”, pela frente com o igarapé Tracoá e pelos fundos com terras devolutas; **e)** uma posse de terras denominada “Retiro”, com cinco estradas de seringueiras, situada no igarapé Tracoá, afluente do rio Tapajós, no Município de Itaituba, comarca de Santarem, com uma area aproximadamente de uma legua de frente e fundos correspondentes, pelo lado de cima com o lugar “Miritituba”, pelo lado de baixo com o lugar “Laranja”, pela frente com o mesmo lugar “Laranja” e pelos fundos com terras devolutas, devidamente registrada na Intendencia municipal de Itaituba; **f)** uma posse de terras denominada “Laranja” com seis estradas de seringueiras, devidamente registrada na Intendencia Municipal de Itaituba, situada no igarapé Tracoá a margem esquerda do rio Tapajós, no Município de Itaituba, comarca de Santarem, com uma area de dois mil e quinhentos metros de frente e fundos correspondentes, limitando-se pelo lado de cima com Maximo da Silva e Souza, pelo lado de baixo com o igarapé “Mupuhy”, pelo centro com a posse “Retiro” e pela frente com o igarapé Tracoá; **g)** uma posse de terras denominada “Guaraná” com doze estradas de seringueiras, situada à margem direita do igarapé Tracoá e esquerda do rio Tapajós, com uma area de quatro mil metros de frente e fundos correspondentes, limitando-se pelo lado de cima com a posse “Boa Espe-

rança”, pelo lado de baixo com Manoel Antonio de Carvalho, ao centro com José P. de Oliveira e pela frente com o igarapé Tracoá, no Município de Itaituba, em cuja Intendencia se acha registrada, comarca de Santarem,; **h)** uma posse de terras denominada “Socoré”, com quatorze estradas de sereingueiras, situada à margem esquerda do igarapé Tracoá e esquerda do rio Tapajós, no Município de Itaituba, comarca de Santarem, neste Estado, com uma area perto de dois mil metros de frente e fundos correspondentes, limitando-se pelo lado de cima com Marcelino da Silva Bentes, do pelo lado de baixo com Sebastião Maximiano de Souza, ao centro com terras devolutas e pela frente com o igarapé Tracoá, devidamente registrada na Intendencia municipal de Itaituba; **i)** uma sorte de terras denominada “Bananal”, com cinco estradas de seringueiras, à margem esquerda do igarapé Tracoá, ao centro da margem esquerda do rio Tapajós, no Município de Itaituba, comarca de Santarem, com dois mil e quinhentos metros de frente e fundos correspondentes, limitando ao baixo com o lugar denominado “Cação”, de cima com o lugar denominado “Meruhi”, ao centro com o lugar denominado “Urucupaná”, devidamente registrada na Intendencia de Itaituba; **j)** finalmente, uma metade de sorte de terras denominada “São João”, situada ao centro da margem esquerda do rio Tapajós, a margem esquerda do igarape Mamboay Grande, no Município de Itaituba, deste Estado, confrontando pelo lado de cima com o lugar denominado “Cabeça de Guariba”, pelo lado de baixo com o lugar denominado “Santa Cruz”, pelo nascente com o lugar denominado “Terra Preta”, e pelo poente com o lugar denominado “Cabeça de Anta”, ao sul com o lugar denominado “Cabeça de Guariba”, e pelo norte com o lugar denominado “Santa Cruz”, contendo cinco estradas de seringueiras, estas duas ultimas sortes de terras, “Bananal” e “São João”, adquiridas pela firma Cohen & Filhos, por compra feita a José Raymundo Neves e sua mulher, conforme escriptura publica de vinte e um de março de mil novecentos e oito, lavrada nas notas do Tabelião João Nogueira da Silva, da cidade de Santarem e transcripta no Registro Predial da mesma comarca, em vinte e tres do mesmo mes e anno e as demais posses denominadas “Fortaleza”, “Boa Esperança”, “Sipotuba”, “Moacê”, “Retiro”, “Laranja”, “Guaraná” e “Socoré” adquiridas pela mesma firma Cohen & Filhos por compra feita a Jacob Moyses Cohen e sua mulher, consoante escriptura publica de vinte e cinco de agosto de mil novecentos e quinze lavrada nestas notas a folha cento e vinte e seis do livro duzentos e trinta e dois e trans cripta em Registro Predial na comarca de Santarem em dez de maio de mil novecentos e dezesseis.²⁹⁸

²⁹⁸ Escriitura de Pública de dissolução..., citada.

TABELA 2 – dados da escritura Pública de dissolução e liquidação da sociedade A. Cohen & Companhia, lavrada às notas do Tabelião Edgar da Gama Chermont, de Belém, em 07 de abril de 1920

Posse/Gleba	Localização	Medidas (m)	Área (ha)
Fortaleza	Margem direta do igarapé Tracoá	2.000 x 2.000	400,00
Boa Esperança	Proximidades do igarapé Tracoá	3.300 x 3.300	1.089,00
Sipotuba	Margem direta do igarapé Tracoá	2.000 x 2.000	400,00
Moacê	Margem direta do igarapé Tracoá	2.000 x 2.000	400,00
Retiro	Proximidades do igarapé Tracoá	6.000 x 6.000	4.356,00
Laranja	Proximidades do igarapé Tracoá	2.500 x 2.500	625,00
Guaraná	Margem direta do igarapé Tracoá	4.000 x 4.000	1.600,00
Socoré	Margem esquerda do igarapé Tracoá	2.000 x 2.000	400,00
Bananal	Margem esquerda do igarapé Tracoá	2.500 x 2.500	625,00
São João (metade)	Margem esquerda do igarapé Mamboay Grande	1.500 x 3.000*	450,00*
Área total		10.350,00 há	

* Valores colhidos no processo de registro da posse junto à Intendência Municipal de Itaituba, requerido por Máximo da Silva e Souza, em 1904. Atualmente, o processo está arquivado no Iterpa, Filme 657, folha 01, fotograma 0026 e seguintes.

TABELA 3 – Áreas constantes da Escritura de Dissolução da A. Cohen & Cia, da Escritura Compra e Venda entre Gerdelina J. Marochi e Indussolo e a área registrada pela Indussolo por Posse/Gleba

Posse/Gleba	Áreas constantes da Escritura de Dissolução da A. Cohen & Cia. ^(a) (ha)	Áreas constantes da Escritura Compra e Venda entre Gerdelina J. Marochi e Indussolo ^(b) (ha)	Área registrada pela Indussolo^(c) (ha)
Fortaleza	400,00	400,00	6.872,00
Boa Esperança	1.089,00	1.089,00	13.224,00
Sipotuba	400,00	400,00	1.640,00
Miritituba	—	3.600,00	58.460,00
Moacê	400,00	400,00	1.470,00
Retiro	4.356,00	4.356,00	3.100,00
Laranja	625,00	625,00	3.630,00
Guaraná	1.600,00	1.600,00	1.600,00
Socoré	400,00	400,00	7.760,00
Bananal	625,00	625,00	9.384,00
São João/ Quatro Irmãos	450,00 ^(d)	450,00 ^(d)	562.873,00
Totais	10.350,00	13.950,00	670.013,00

Organização do autor sobre dados da

^(a) Escritura de Pública de dissolução e liquidação da sociedade A. Cohen & Companhia, lavrada às notas do Tabelião Edgar da Gama Chermont, de Belém, em 07 de abril de 1920.

^(b) Escritura Pública de Compra e Venda entre Gerdelina Juvina Marochi e Indussolo, lavrada às Notas do 1º. Ofício de Itaituba, às fls. 91, do Livro 39, em 01-10-1974.

^(c) Matrícula 001, de Livro próprio, número 001, do Cartório de Registro de Imóveis de Itaituba, PA.

^(d) Valores colhidos no processo de registro da posse junto à Intendência Municipal de Itaituba, requerido por Máximo da Silva e Souza, em 1904. Atualmente, o processo está arquivado no Iterpa, Filme 657, folha 01, fotograma 0026 e seguintes.

Na tabela 2 estão sistematizadas as informações referentes à localização, medidas e áreas, contidas em alguns atos da cadeia sucessória, inclusive na escritura pela qual Gerdelina J. Marochi as vende para a Indussolo. As medidas apresentadas são as mesmas, inclusive, as que constam dos Títulos de Posse e processos para a emissão desses títulos. Na tabela 3 constatamos o “crescimento das terras” já em domínio da Indussolo, por meio da “Escritura Pública de Retificação e Ratificação”²⁹⁹ da venda feita por Gerdelina J. Marochi à Indussolo. Podemos comparar, aí, as áreas compradas pela Indussolo às registradas sob regime Torrens, quando se nota a explosiva “multiplicação da terra”.

A enorme alteração nas medidas das posses deu-se nos atos seguintes à “Escritura Pública de Retificação e Ratificação”³⁰⁰: a Ação Demarcatória ou de Registro Torrens.

É difícil compreender como se pode, à época, aceitar que 6 das posses tivessem área muito superior a 4.356 ha. As posses compradas pela Indussolo tiveram, todas, títulos concedidos segundo a Lei Estadual número 82, de 15 de setembro de 1892. Conforme se nota em seu parágrafo 2º., do Artigo 8º., instituíam-se obstáculos à concentração de terras³⁰¹:

§ 2.º – A área total de posses havidas por ocupação primária em virtude desta lei nunca poderá exceder os seguintes limites: em terras de lavoura, 1.089 hectares; em campos de criação, 4.356 hectares, e em seringais 545 hectares.

E, com efeito, como se confere na Tabela 2, segundo as medidas expressas e todos os documentos – desde o processo para emissão do Título de Posse, até a escritura de compra das posses pela Indussolo – a maior das posses tinha a exata área de 4.356 ha. O máximo permitido pela legislação vigente.

²⁹⁹ Livro 151, fls. 100, de 15 de outubro de 1974, do 4º. Tabelião de Ponta Grossa, Paraná. Transcrição averbada no Livro de Registro de Imóveis 3-D – Transcrições das Transmissões, fls. 276/277, sob número de ordem 285/73.

³⁰⁰ *Ibidem*.

³⁰¹ Essa análise aprofundada encontra-se em LAMARÃO, Paulo. *Legislação de Terras do Estado do Paraná*. Belém: Grafisa Offset, 1977, vol. 1, p. 52.

MAPA 20 – Glebas registradas sob regime Torrens em nome da Indussolo

Além de se reproduzirem e crescerem, as posses também moveram-se em relação a suas posições originais. Das 10 posses originais, 9 eram às margens ou nas proximidades do igarapé Tracoá. Após o registro Torrens, as posses foram para até as proximidades de Itaituba e foram, também, até as margens do Tapajós. Como se pode constatar nas descrições das divisas e confrontações expressas em todos os atos da cadeia dominial, nenhuma das posses chegava ao Tapajós. Após o registro, notamos esse rio como divisa (ver Mapa 20).

A décima posse, a única que não ficava às margens do Tracoá, é, de todos, o caso mais surreal e poderia ser tomado por um pastiche caso não houvesse sido legitimado por uma sentença judicial.

É o caso da gleba São João, que, rebatizada de Quatro Irmãos, cresceu 1.251 (um mil, duzentos e cinquenta e uma vezes) e foi transplantada da margem leste do igarapé Mamboahy (área que, na época, já era interior do Parque Nacional da Amazônia) para fora do Parque, a uma distância que chega, no seu extremo, a 170 quilômetros (Mapa 16).

Justamente essa gleba – com um enredo perto do qual Magritte pareceria um cartesiano – resolveu pousar de seu prodigioso vôo migratório exatamente em cima da população de Mangabal. Decolou de dentro do Parque Nacional da Amazônia, das margens do Mamboahy, com uma área de cerca de 450 hectares, e caiu a mais de cem quilômetros de lá, indo muito além das margens do igarapé da Montanha, “coincidentemente” logo após os limites do Parque, com 562.873,00 ha.

Sobre o tamanho da posse São João, não há dúvida alguma: o processo para obtenção do Título de Posse, requerido por Maximo da Silva e Souza (o primeiro nome mencionado na cadeia dominial da sentença que determinou o registro Torrens), repete algumas vezes a descrição da posse, incluindo suas medidas:

Nome e situação do terreno: S. João, a margem esquerda do igarapé Mamboahy Grande, neste município. **Area: Tres mil metros de frente e fundos correspondentes, mais ou menos.** Limites: De baixo com o logar Sto. Antonio, de cima com o logar Cabeça de Guariba, ao nascente com o logar Terra-preta e ao poente com os logares Santa Cruz e

Cabeça d'Anta.³⁰²

A área – comumente expressa em medidas lineares de frente e fundo e não em unidades bidimensionais – é simples e clara: 3.000 metros por 3.000 metros, ou seja, 900 hectares. O titular da posse, Máximo da Silva e Souza, falece e, em 1906, sua viúva Celina Correa herda a metade dessa posse, conforme se lê abaixo:

[...] E pelos outorgantes José Raymundo das Neves e sua mulher [Celina Correa Neves] foi dito em presença das testemunhas, o seguinte: **1º.** que são senhores e possuidores dos seguintes bens que se acham livres de quaisquer onus e de que livremente podem dispor: a) uma metade da sorte de terras denominada S. João, situada ao centro da margem esquerda do igarapé Mamboahy Grande, no município de Itaituba, deste Estado, confrontando pelo lado de cima com o lugar denominado Cabeça de Guariba, pelo lado de baixo com o lugar denominado Santo Antonio; pelo Nascente, com o lugar denominado Terra Preta, pelo Poente, com o lugar denominado Cabeça de Anta, pelo Sul com o lugar Guariba de Guariba, pelo Norte, com o lugar denominado Santa Cruz [...] **2º.** que esses bens houveram em inventário que se procedeu no distrito judiciário de Itaituba, pelo falecimento de Maximo da Silva e Souza, com quem fora cazada a segunda outorgante, inventário julgado em sentença a vinte e dois de outubro de mil novecentos e seis, que passou em julgado; [...].³⁰³

A matemática continua simples: a metade de 900 ha é igual a 450 ha. Muito provavelmente, por ter herdado uma parte ideal, os vendedores deixam de expressar a medida da posse e, como dissemos, à época, as medidas de frente e fundos eram a forma de se expressar a área do terreno.

A gleba São João fora renomeada de Quatro Irmãos em 01 de outubro de 1974 na escritura pública de compra e venda de Gerdelina a Indussolo, onde se lê na relação de imóveis, objeto da escritura:

Metade da sorte de terras denominada “São João”, que passará a ser chamada “Quatro

³⁰² Edital de publicação da Declaração de Posse São João, fls. 0033 e 0034, do Processo de Registro da Posse junto à Intendência Municipal de Itaituba, requerido por Máximo da Silva e Souza, em 1904. Atualmente, o processo está arquivado no Iterpa, Filme 657, folha 01, fotograma 0026 e seguintes. Grifos nossos.

³⁰³ Escritura Pública de Compra e Venda entre José Raymundo das Neves e sua mulher e Cohen & Filhos, lavrada às notas do Tabelião João Nogueira da Silva, Livro 50, fls. 70v.

Irmãos” [...].³⁰⁴

É importante lembrar, que coube a Abraham Moyses Cohen apenas a metade da posse São João, por ocasião da dissolução da A.Cohen & Cia.:

j) finalmente, **uma metade** de sorte de terras denominada “São João”, situada ao centro da margem esquerda do rio Tapajós, a margem esquerda do igarape Mamboay Grande, no Município de Itaituba, deste Estado, confrontando pelo lado de cima com o lugar denominado “Cabeça de Guariba”, pelo lado de baixo com o lugar denominado “Santa Cruz”, pelo nascente com o lugar denominado “Terra Preta”, e pelo poente com o lugar denominado “Cabeça de Anta”, ao sul com o lugar denominado “Cabeça de Guariba”, e pelo norte com o lugar denominado “Santa Cruz”, contendo cinco estradas de seringueiras [...].³⁰⁵

Ainda na compra feita pela Indussolo, somente metade da posse era alienada, conforme a citada escritura de compra e venda de 01 de outubro de 1974:

k) **metade** da sorte de terras denominada “São João”, que passará a ser chamada “Quatro Irmãos”, localizada ao centro da margem esquerda do igarapé Mamboay Grande (assim parece), confrontando-se pelo lado de cima com o igarapé denominado “Cabeça de Guariba”, pelo lado de baixo com o lugar denominado “Santo Antonio”, pelo nascente com o lugar denominado “Terra Preta”, pelo poente com o lugar denominado “Cabeça de Anta”, ao sul com o lugar “Cabelo de Guariba”, e pelo norte com o lugar denominado “Santa Cruz”, contendo cinco estradas de seringueiras [...] [Grifos nossos]³⁰⁶

Sem dúvida São João é um nome comum e várias posses foram registradas, ou simplesmente batizadas, com esse nome. Porém, o mesmo não se pode dizer das posses confrontantes. A repetitiva transcrição que fazemos, dos vários documentos nos quais São João é descrita, não deixa a menor dúvida de que se trata da mesma posse São João que fora transformar-se no imenso latifúndio de mais de 562 mil hectares.

³⁰⁴ Escritura Pública de Compra e Venda lavrada às notas do Ofício Único de Itaituba, fls. 91 à 92v, Livro 37, de 01 de outubro de 1974.

³⁰⁵ *Ibidem*. Grifos nossos

³⁰⁶ *Ibidem*.

FIGURA 9 – Edital de publicação para emissão do Título de Posse da gleba São João, onde se confere, claramente, suas medias e confrontações, p. 1/2

FIGURA 10 – Edital de publicação para emissão do Título de Posse da gleba São João, onde se confere, claramente, suas medias e confrontações, p.2/2

O processo do registro Torrens aceitou que apenas a metade da posse São João – com cinco estradas de seringa – media a espantosa área de 562.873,00 hectares. A posse inteira teria, então, 1.125.746 hectares. Como imaginar que uma posse com 5 estradas de seringueiras e uma barraca de palha pudesse ocupar essa extensão em meio a mais impenetrável floresta amazônica?

Documentos como o levantamento feito por Raymundo Pereira Brazil, em 1912³⁰⁷, os registros de posses do Iterpa e os antigos e despedaçados livros de escrituras públicas do Cartório de Itaituba reproduzem as narrativas e memórias da população da região sobre quem, de fato, eram os verdadeiros detentores das terras que viriam a ser registradas pelo Torrens.

É inquestionável o fato de a Indussolo tinha ciência do tamanho real das posses que estava comprando. Certamente Leonel Marochi leu a escritura que assinou e lá as medidas estavam claras. Mas mesmo antes de assinar esta escritura, já era conhecido o real tamanho das posses.

Em 1973, Creuzinel Cohen, um dos filhos de Elias Abraham Cohen, teve os primeiros contatos com a empresa paranaense, interessada na compra das terras. Até essa data, o inventário de Abraham Moyses Cohen, pai de Elias e de quem esse recebera as terras por herança, não havia sido feito. O advogado encarregado do processo de inventário foi Carlos Plátilha, o mesmo que representou a Indussolo no processo de obtenção do Registro Torrens. Na petição inicial, onde requer a abertura do inventário, mais uma vez, repetem-se as medidas dos imóveis, de forma idêntica a todas as alienações pelas quais os imóveis passaram desde o entre-séculos XIX-XX.

Também a Prefeitura de Itaituba conhecia as medidas desses imóveis. Em certidão emitida em 1973, vemos, mais uma vez, repetir-se a área original dos imóveis, somando 8.920 hectares (não constam da certidão as glebas Miritituba e São João) (cf. Figura 11).

Seria de vital importância saber o posicionamento do Incra nos processos demarcatórios e de Registro Torrens, pois, em função do Decreto 1.164, de 1971,

³⁰⁷ Brasil, *O rio Tapajós na exposição nacional...*

esse era o titular das terras onde se registraram os imóveis da Indussolo e, também, das terras confrontantes (cf. Mapa 21). Porém, não há como saber se o Incra, sequer, fora citado, pois o processo, como dissemos, desapareceu. Também causa estranhezas que o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) não tenha se oposto às pretensões da Indussolo. Das onze glebas registradas, 9 estavam completamente dentro da área do Parque Nacional da Amazônia e as outras duas, sobrepunham-se parcialmente à Unidade de Conservação. A ausência de manifestação do órgão é ainda mais incompreensível, pois, no simultâneo e similar processo movido por Gerdelina Juvina Marochi, o IBDF impetrara contestação ao registro pretendidos, sob a alegação de que as glebas estavam sobrepostas ao Parque Nacional da Amazônia e à Floresta Nacional do Tapajós e à Reserva Indígena Mundurucânia. Como se vê no Mapa 22, essas glebas estavam, de fato, sobre a Reserva Indígena, mas, muito distantes do Parque Nacional da Amazônia e, ainda mais, da Flona Tapajós. Ora, se o IBDF preocupara-se com a sobreposição do registro dos distantes imóveis de Gerdelina Marochi com para Parque Nacional da Amazônia, por que não teria tido essa mesma preocupação com os imóveis da Indussolo que estavam, realmente, sobrepostos a essa reserva?

Entender a falta de contestações de todos os que tinham posses registradas não é difícil. Quanto aos confrontantes, e mesmo àqueles que foram sobrepostos pela área registrada pela Indussolo, há que se considerar alguns fatores: o abandono da terra pelos seringalistas que a detinham (como dissemos, gerado por uma série de fatores); uma larga distância temporal entre a data desse abandono e o processo judicial que criou o registro (os próprios filhos de Elias Abraham Cohen que vendeu as terras para a família titular da Indussolo afirmam que as terras estavam abandonadas desde a década de 1920). E mais, as posses existiam, as pessoas citadas na cadeia dominial foram, de fato, possuidores daquelas terras, reconhecidas como vizinhos e confrontantes. Nada haveria a se estranhar, afora o imenso aumento das áreas.

FIGURA 11 – Certidão emitida pela Prefeitura de Itaituba, 1973

30
João Albi

GOV. DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DEPARTAMENTO DE EXATÓRIAS DO INTERIOR

Em 22 / 02 / 1973.

C E R T I D ã O

CERTIFICO, de acordo com as atribuições que me são conferidas por Lei, e atendendo ao requerimento da parte interessada, que revendo o arquivo desta Exatéria, nele não consta serem devedores de quaisquer impostos ou taxas a Fazenda Total, / por esta repartição, os herdeiros de Abraham M. Cohen, sobre os // terrenos dos quais são proprietários e que seguem aqui relacionados:

- 1- Retiro- situado à margem direita do igarapé Tracuí com 4.356 Hectares;
- 2- Cipetuba- situado à margem direita do igarapé Tracuí com 400 Hectares;
- 3- Moacy- situado à margem direita do igarapé / Tracuí com 400 Hectares;
- 4- Guaraná- situado à margem direita do igarapé Tracuí com 625 Hectares;
- 5- Laranja- situado à margem direita do igarapé Tracuí com 625 Hectares;
- 6- Bananal- situado à margem direita do igarapé Tracuí com 625 Hectares;
- 7- Sucuiré- situado à margem esquerda do igarapé Tracuí com 400 Hectares;
- 8- Fortaleza- situado à margem direita do igarapé Tracuí com 400 Hectares;
- 9- Boa Esperança- situado à margem esquerda do igarapé Tracuí com 1.089 Hectares.

A presente certidão entretanto não libera os referidos senhores, de qualquer lançamento para cobrança de impostos / impostos nos termos da Lei e regulamentos fiscais em vigor.

Coletoria de Rend. do Total em Itaituba, 22 de fevereiro de 1973.

Wivaldo M. Oliveira Reis - Diretor

MAPA 21 – Posição da gleba Quatro Irmãos em relação às terras públicas arrecadadas pela União pelo Decreto 1.164/71 e ao Parque Nacional da Amazônia, criado em 1974

Posição da gleba Quatro Irmãos em relação às terras públicas arrecadadas pela União por meio do Decreto 1.164, de 1971, e ao Parque Nacional da Amazônia, criado em fevereiro de 1974

Outra coisa a se ressaltar é o pouco acesso à Justiça das pessoas a quem caberia uma justa reclamação. E não falamos, aqui, dos casos da população ribeirinha, mas de pessoas como Antônio Martins de Oliveira Neto, ainda morador e hoje comerciante em Itaituba, que na época do processo do Torrens era servidor do IBDF, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. Seu avô, Antônio Martins de Oliveira, era dono de seringais às margens do igarapé Tracua³⁰⁸. As evidências disso são contundentes, vão desde o levantamento feito em 1912 por Raymundo Pereira Brazil à escritura de compra de suas posses, lavrada às notas do Primeiro Ofício de Santarém, às fls. 158v, do Livro 44.

Suas terras ficaram completamente dentro do perímetro dos seiscentos e tantos mil hectares registrados pela Indussolo. Quando, por volta de 1974, Antonio Martins de Oliveira Neto começou a ouvir falar na Indussolo, tirou de seus guardados a antiga escritura das terras, deixado pelo seu avô, e recorreu à única pessoa que lhe parecia plausível para o assunto, o amigo Walter Maciel de Matos, Oficial do Cartório único de Itaituba. Antônio Martins de Oliveira Neto conta que Walter nunca lhe devolvera os documentos, disse-lhe tê-los perdido e, sem eles, nada havia que pudesse ser feito³⁰⁹.

São evidentes e perturbadores os tantos indícios de irregularidades cometidas. Em que momento e a quem se devem, não é o objetivo dessa pesquisa, pois, o interesse voltado a Indussolo, apenas se dá por partir de seu domínio de terras, as ameaças e espoliações dos moradores de Mangabal. E mais, entendemos todo esse obscuro enredo como algo ainda muito pior do que servidores do sistema cartorário e/ou judiciário que tenham agido em desconformidade com o que seus cargos determinavam. Sem querer insinuar que isso não tenha ocorrido, e que não seja coisa de severa gravidade, há que se constatar que a titulação de 670.013 ha a alguém que – com todas as evidências – comprara 13.807, só foi possível por inserir-se em um contexto vergonhoso – que não foi obra de alguns

³⁰⁸ Como mostra o levantamento de posses de Raymundo Pereira Brazil de 1912. Brazil, *O rio Tapajós na exposição nacional...*, pp. 17s.

³⁰⁹ A narrativa de Antônio Martins de Oliveira Neto foi reproduzida ao autor em diversas entrevistas durante os meses de maio a novembro de 2005.

homens, mas de um momento de nossa sociedade – onde se ignorava, ou mesmo, se combatia a ocupação de antiga história na Amazônia no intuito de “limpar a terra” para a chegada e implantação do grande capital.

Em anexo, segue um CD ROM com todas as cadeias dominiais evidenciando a fraude fundiária da Indussolo, com fax símile de todos os documentos mencionados.

8. Perniciosos nativos na política do progresso

À época da compra das terras pela Indussolo (1974), dos processos judiciais das ações de demarcação (1974) e do Registro Torrens (1975), a Amazônia vivia sob os augúrios de um Estado que apostava tudo na premissa de que o caminho para o desenvolvimento da Amazônia seria pela adesão do grande investidor privado (nacional e estrangeiro). A implantação do grande capital, sinonímia de progresso, justificava tudo e legitimou o extermínio da população de índios e posseiros – o mais concreto obstáculo ao, tão sonhado, desenvolvimento.³¹⁰

Nesse intuito, foi aproveitada a histeria anticomunista ante o fan-

³¹⁰ Sobre esse tema, são indispensáveis grandes estudos, entre os quais: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência*. São Paulo, 1997. Tese (Livre-docência em Geografia) – FFLCH, USP; OLIVEIRA, A. U. de. *Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia*. Campinas: Papirus, 1988; OLIVEIRA, A. U. de. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. Campinas: Papirus, 1987; José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981; MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1980; MARTINS, J. S. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997; MARTINS, J. S. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993. MARTINS, J. S. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975; IANNI, Octávio. *A luta pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1978. IANNI, O. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979. IANNI, O. *Ditadura e agricultura*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

tasma de um levante na América Latina que apavorava as elites brasileiras e serviu de palanque ao discurso ideológico da “integração” e da “proteção contra o inimigo comunista”. Assim, legitimava-se e camuflava-se a cópula obscena do grande capital com os planos governamentais de ocupação da Amazônia no período da ditadura militar. O amparo estatal a grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros, além do uso recorrente e sistemático da violência, muitas vezes ultrapassou os limites do ridículo: a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, por exemplo, nas estratégias para combate às ações do PCB e PC do B em certo ponto da Amazônia, classificava os indígenas e camponeses da região como “inimigos potenciais”, por julgá-los suscetíveis à influência e conseqüente adesão ao “inimigo externo”, o comunismo internacional.³¹¹

A paranóica fobia anticomunista “intensificou ainda mais o poder da ordem privada sobre a ordem pública”³¹² e a forma como essa se abateu sobre os posseiros:

Como em geral as invasões praticadas pelo latifúndio atingem grande número de pessoas, as reclamações e reivindicações assumem necessariamente um caráter coletivo, o que tem sido suficiente para colocá-las sob suspeita. Em conseqüência, a tendência das autoridades civis e militares tem sido a de secundar a grande empresa, partindo da premissa de que ela é a guardiã natural da ordem social e política vigente, contra o posseiro, encarado como um risco para a estabilidade da ordem burguesa, quando ele é na verdade um obstinado pacifista.³¹³

Assim, entre as décadas de 1960 e 1980, o Brasil assistiu à formação dos maiores latifúndios que a história da humanidade conheceu³¹⁴. E, como no exemplo da Indussolo, essa absurda concentração

³¹¹ OLIVEIRA, A. U. de. *A fronteira amazônica...*

³¹² Martins. *Expropriação e violência...*, p. 111.

³¹³ Martins. *Expropriação e violência...*, p. 111s.

³¹⁴ OLIVEIRA, A. U. de. *A fronteira amazônica...*

fundiária não se fez sobre o deserto, mas sobre uma antiga e ignorada população amazônida. Sobre ela avançava o “progresso”, o “desenvolvimento”, forjado na mais autêntica concepção bandeirante da colonização: o homem (o branco, naturalmente) é o progresso; a natureza e o nativo são os obstáculos a serem transpostos, o lugar hostil “onde só existiam matas. E lendas. O mito e o medo. E o recado foi dado...”³¹⁵. “[...] o gigante despertou e levantou disposto a transformar seu berço esplendido num país desenvolvido”³¹⁶. É a “Amazônia onde as motosserras não descansam”³¹⁷. “Nas agrovilas e agrópolis [...] já vivem mais de 50.000 pioneiros da ocupação da imensa planície deserta”.³¹⁸

“Homens sem terra à terra sem homens”. O ditador Emílio Garrastazu Médici leva os créditos autorais dessa emblemática “pérola”. Sintomaticamente, o então presidente do Brasil, quinhentos anos depois, reproduzia com precisão milimétrica, sem o saber, o pior aspecto da mentalidade dos colonizadores, que relegavam à condição não-humana toda uma população. De fato, para os militares, aquela era uma terra sem homens. As inúmeras comunidades indígenas, bem como outras populações locais, não contavam, não eram seres humanos. Estavam – como permaneceram – muito longe de atingir tal *status*.

Um anúncio da construtora Queiroz Galvão retrata muito bem a decidida xenofobia do projeto (cf. Figura 13). O texto anuncia o nascimento de Juarez Furtado de Araújo Transamazônico, o “primeiro menino a nascer

³¹⁵ Anúncio da construtora Queiroz Galvão, responsável pela construção do trecho Altamira-Itaituba da rodovia Transamazônica (*Realidade*, ano VI, n. 67, Especial “Amazônia”. [São Paulo], Ed. Abril, out. 1971, p. 316).

³¹⁶ Anúncio do Montepio Nacional dos Bancários – MNB (*Realidade*, *op. cit.*, p. 325).

³¹⁷ *Manchete*, Edição Especial “Amazônia: um novo Brasil”. Rio de Janeiro, Bloch, fev. 1973, p. 53.

³¹⁸ *Ibidem*, p.78s

naquele admirável mundo novo que estamos ajudando a construir”³¹⁹. O pequeno Juarez é o primeiro “pioneiro” nascido na terra. A própria denominação de “pioneiro” já demonstra a carga discriminatória, tanto racial quanto social, sobre aqueles que os precederam, índios e caboclos³²⁰. O sociólogo José de Souza Martins explica como

o pioneiro é aquele que leva para outras regiões, por isso mesmo concebidas como novas, as velhas virtudes, concepções e relações sociais essenciais à sociedade que representa. O “pioneiro” tem sido aquele que reconhece nessas características e só nelas a própria condição humana, por isso mesmo, a observação cuidadosa mostrará sempre que é o “pioneiro” aquele que não reconhece a humanidade de quem não o é. Isso provavelmente ficará mais claro se tivermos presente que muitos massacres de indígenas e a forma violenta como são perseguidos os posseiros na história contemporânea do Brasil estão profundamente determinados pelo não-reconhecimento da humanidade do índio e dos pobres do sertão, seja posseiros, seja trabalhadores da fazenda.³²¹

A mídia governista da década de 1970 também se esmerou no tratamento dado àquela população nativa. A Operação Amazônia promoveu uma campanha de imagens onde se explorava ao máximo a “face humana” e familiar daqueles que estavam chegando à região, tendo como contrapartida imagens exóticas do nativo, sempre apresentado como seres estranhos e temerários, absolutamente distantes dos valores exaltados pela campanha. A Amazônia aparecia como algo ameaçador. Índios e antigas populações camponesas já haviam sido culturalmente eliminadas, antes de serem fisicamente atingidas.

³¹⁹ Anúncio da construtora Queiroz Galvão (*Realidade, op. cit.*, p. 316).

³²⁰ Sobre a auto-denominação, por parte dos “colonizadores” do programa de integração do governo militar, de “pioneiros”, são indispensáveis os estudos do professor José de Souza Martins: *Expropriação e violência...*; e *Fronteira...*

³²¹ Martins, *Os camponeses e a política...*, p. 113.

A Amazônia já era!

É isso mesmo.
 A Amazônia do folclore, da selva
 impenetrável, da falta de recursos, de
 nenhuma comunicação, da imensa pobreza.
 Já era.
 Hoje como cresce!
 Dia a dia o seu desenvolvimento, as
 suas grandes obras, as indústrias que lá se
 implantam, espantam o mundo.
 E como isto nos orgulha!
 A todos nós, é claro.

E também a nós, que lá chegamos
 primeiro, em 1959.

 COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO MARÍTIMA
NETUMAR

Rua Guilherme Moreira, 181
 Tels.: 20250 e 20253 - Manaus - Amazonas

FIGURA 12 – Anúncio veiculado na revista *Manchete*, *op. cit.*, p. 178

A invenção propagandística de uma “Amazônia exótica” para o resto do país foi fundamental no processo de desumanização dessa gente, a ponto de um não-reconhecer o outro como um ser igual.³²²

Martins, referindo-se ao processo de expansão na Amazônia, explica que

a fronteira, de modo algum, se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem. E, sobretudo, *fronteira do humano*. Nesse sentido, a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem domina, subjuga e explora.³²³

Esse esvaziamento cultural, e até humano, dos caboclos e indígenas “justificaria” seu massacre e a tomada de suas terras. A exclusão se deu por dois caminhos distintos, igualmente violentos: de um lado, o processo de “assimilação” nas pequenas cidades; de outro, a tentativa de expropriá-los de suas terras por meio da violência física.

A própria noção de depredação ambiental era seletiva e obedecia a critérios convenientes à política de “faxina étnica”. Como vemos na chamada de uma reportagem da revista *Manchete*, de 1973: “Já não há lugar para os ‘gateiros’ nesta Amazônia onde as motosserras não descansam”³²⁴. A motosserra não é encarada como depredatória, o caçador sim, como se o gato pudesse viver sem a floresta. Coerência à parte, importava, sempre, caracterizar a perniciosidade da população nativa, do morador tradicional da Amazônia. Sua sujeição é vangloriada como uma conquista heróica.

³²² Cf. ARBEX Jr., José. “‘Terra sem povo’, crime sem castigo”. In: TORRES, M. (org.). *Amazônia Revelada*. Brasília: CNPq, 2005; BUENO, Magali Franco. *O imaginário brasileiro sobre a Amazônia*. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – FFLCH, USP.

³²³ Martins, *Fronteira...*, p. 13.

³²⁴ *Manchete*, op cit., p. 52s.

MINISTRO, TRANSAMAZÔNICO VAI BEM

Seu nome todo é Juarez Furtado de Araújo Transamazônico. É o primeiro menino a nascer naquele admirável mundo novo que estamos ajudando a construir. A levantar dentro do maior espaço verde da terra. Onde só existiam matas. E lendas. O mito e o medo. E o recado foi dado, outro dia, ao próprio Ministro Andreaza pelo colono Joaquim Félix Araújo, pai de Transamazônico - o rapagão do 2.000. Ele nasceu exatamente onde estamos começando. Ou melhor, onde o Brasil está sendo descoberto de novo.

Benza-te Deus, Transamazônico! E não vai ser preciso esperar o ano 2.000, quando você, homem feito, estiver percorrendo esse pedaço de estrada que está nascendo antes de você dar o primeiro passo. Os 255 quilômetros de mata e pântanos que estamos ganhando são apenas uma nesga da enorme rodovia que o Brasil está construindo para você. Garotinho ainda, você vai engatinhar nela. Por esses dias, estará tudo pronto. Começamos em Altamira e já nos aproximamos de Itaituba. A viagem não termina aí. Lá na frente, outras turmas estão trabalhando. Mas, guardamos o orgulho de ter chegado primeiro com você, Transamazônico - nosso garotão do ano 2.000.

FIGURA 13 – Anúncio da construtora Queiroz Galvão anuncia o nascimento de Juarez Furtado de Araújo Transamazônico. In *Realidade*, op. cit.

Em pouquíssimo tempo o governo passou, em caráter oficial, a oferecer, a grandes grupos, a ocupação de imensas áreas. Enquanto discursavam em favor dos pequenos, os militares acenavam aos grandes com a implantação de uma política de generosíssimos incentivos fiscais (por meio, por exemplo, do Fidam – Fundo para Investimentos Privados do Desenvolvimento da Amazônia), que poderiam chegar a 100% de dedução em Imposto de Renda, e de um amplo suporte de recursos financeiros. Daí veio a adesão do grande capital nacional e estrangeiro à Operação Amazônia, e dessa adesão, uma nova e violentíssima onda de expropriações de índios e caboclos.³²⁵

O subsídio do capital investido nessas terras era, por si, uma considerável fonte de lucro. José de Souza Martins esclarece o processo:

Até julho de 1977, a Sudam havia aprovado 336 projetos agropecuários em que seriam investidos mais de 7 bilhões de cruzeiros. Dessa importância, apenas 2 bilhões correspondiam a recursos próprios das empresas. Os restantes 5 bilhões, mais de 70% do total, seriam provenientes dos incentivos fiscais – imposto de renda não pago com a condição de que fosse investido em projetos na área amazônica. Considerando que grande parte do capital próprio se refere ao preço da terra, geralmente sobrestimado na contabilidade das empresas, e que essa terra foi grilada ou adquirida a preço insignificante, temos a proporção do incentivo fiscal é muito maior.³²⁶

Uma propaganda do governo do Estado de Goiás numa edição especial da revista *Realidade* sobre a Amazônia, em outubro de 1971, revela a mentalidade da corrida estatal pelo investidor de grande porte. Ao título “Vende-se um estado rico” [cf. Figura 15], segue uma enumeração das vantagens oferecidas pelo Estado ao investidor:

³²⁵ Cf. Oliveira, *A fronteira amazônica...*

³²⁶ Martins, *Os camponeses e a política...*, p. 118s.

IMAGENS DE UM MASSACRE

Lago Aiapud, perto do encontro Purus-Solimões, o menino de 9 anos, filho de caçadores de jacaré, segura sua presa.

O menino não parece ter medo nem raiva. É apenas inocente e triste. O filhote de jacaré parece um brinquedo de criança. Mas sua pele será retirada e vendida a um curtume de Manaus. A imagem abre o nosso documento sobre o extermínio da fauna amazônica. Durante 95 dias, nos últimos meses, Jean Solari, Otávio Ribeiro e Amâncio Chiodi acompanharam caçadas proibidas por lei desde o governo Castelo Branco.

Realidade, op. cit.

FIGURA 14 – Imagem que abre matéria da revista *Realidade* sobre a Amazônia

Terra virgem. Terra que precisa ser possuída. Agora. Urgente. Terra que dá arroz, algodão, soja, feijão, milho e tudo mais. Terra que é veio sem fim de amianto, níquel, ouro, diamante, cristal de rocha, manganês, mica – minérios que todo mundo está de olho neles. Terra que engorda gado bom o ano inteiro. Terra pra você trabalhar toda a vida e ganhar sempre. Trabalhar, ganhar e viver no conforto. Quem busca lucro e paz, o negócio agora é Goiás. Matéria-prima farta. Mão-de-obra barata. [...] Crédito fácil e a longo prazo. [...] Incentivos de toda a ordem dos governos federal, estadual e municipal. Você que é pecuarista, industrial, agricultor e comerciante saiba: Goiás se oferece a você com muito amor e riqueza. Venha para cá, com armas e bagagem. Traga seu capital e sua técnica pra ganhar bons lucros. Compre este Estado e ajude o Brasil a crescer nas mãos do presidente Médici, que também preferiu morar no Planalto.³²⁷

A mensagem não poderia ser mais clara. Era a conversão do dinheiro do povo em subsídios voltados ao grande capital para ele ficar ainda maior, para ele invadir terras e expulsar seus ancestrais ocupantes que ali tinham seu trabalho, suas vidas e seus mortos enterrados. O mesmo vemos em uma outra pitoresca publicação, desta vez da Sudam, *Investimentos privilegiados na Amazônia: manual de orientação a contribuintes do imposto de renda, empresários e empreendedores, para investir na Amazônia com recursos decorrentes da política de incentivos fiscais federais em favor dessa Região*. O manual sintetiza a postura política, assumida publicamente pelo Governo Federal, de ataque ao antigo morador a fim de “limpar a terra” para o grande investidor:

Os sistemas agrários de uso de terra na Amazônia comportam dois tipos distintos: a) extensivos, rotineiros ou tradicionais; b) intensivos, progressistas ou modernizados.

O sistema extensivo caracteriza pela lavoura itinerante, predatória e antieconômica, vinculada aos traços culturais tradicionais e empíricos da Região. Por isso mesmo não recebe nenhum estímulo ou amparo dos órgãos oficiais regionais. O

³²⁷ Realidade, op. cit., p.232.

segundo tipo – lavoura intensiva – já é praticada com entusiasmo em grande parte do território do que é exemplo frisante a cultura da pimenta-do-reino, onde a aplicação da tecnologia vai desde o emprego da ciência agrônômica até a mecanização. [...] Compete, especialmente, ao homem das zonas desenvolvidas do País, utilizar os fatores fiscais que a política econômica do governo federal lhe proporciona, e investir na Amazônia, introduzir novas técnicas para melhor aproveitar o seu potencial de riqueza.³²⁸

Não há como pensarmos a sentença de Ivan da Rocha Botto, nem a postura dos cartórios na época, e nem a própria Indussole (desde a sua vinda à Amazônia, até a pretensiosa grilagem avalizada pela Justiça), desprezando-se o contexto daquele recente momento. Todos os ventos sopravam ao favor de todas as facilitações à apropriação das terras pela Indussole, seu titular era “o homem das zonas desenvolvidas do País”³²⁹ clamado e agraciado com fartos e generosos incentivos públicos. Era o “pecuarista, industrial, agricultor e comerciante” a quem a Amazônia se “oferece com muito amor e riqueza. Venha para cá, com armas e bagagem. Traga seu capital e sua técnica pra ganhar bons lucros”.³³⁰

Sem dúvida, o tamanho da terra e o seu endosso legal são bastante incomuns, mas em alguns pontos assemelham-se ao que Martins registrou nas regiões dos rios Araguaia e Tocantins, onde

o título, o documento, tem uma vida autônoma em relação à terra sobre a qual supostamente garante direitos. O documento ganha vida nos cartórios e nos tribunais, a vida postiça que pode lhe dar a burocracia pública. Na origem de tais papéis, o favor político, a dádiva do Estado patrimonial, premiando cupinchas e protegidos, cabos eleitorais do partido político no poder. Essa tem sido a história territorial do regime republicano e oligárquico. Sem a menor consideração pela terra efetivamente ocupada por populações indígenas, por seringueiros, possei-

³²⁸ SUDAM. *Investimentos privilegiados na Amazônia*. Banco da Amazônia, 1968?, p. 163 e 166. [Agradecemos a indicação a Rúben Valbuena Barrenechea].

³²⁹ SUDAM. *Investimentos privilegiados...*, p. 166.

³³⁰ *Realidade*, op. cit., p. 232.

VENDE-SE UM ESTADO RICO

Terra virgem.
Terra que precisa ser possuída.
Agora. Urgente.
Terra que dá arroz, algodão, soja,
feijão, milho e tudo mais.
Terra que é veio sem fim de amianto, níquel,
ouro, diamante, cristal de rocha, manganês,
mica-minérios que todo mundo está
de olho nêles.
Terra que engorda gado bom o ano inteiro.
Terra pra você trabalhar toda a vida,
e ganhar sempre.
Trabalhar, ganhar e viver no conforto.
Quem busca lucro e paz o negócio agora é Goiás.
Matéria prima farta. Mão-de-obra barata.
Energia elétrica a vontade. Estradas asfaltadas.
Crédito fácil e a longo prazo.
Telefone pra falar por discagem direta com o
Brasil e o mundo. Mercado de consumo em
expansão crescente.
Incentivos de toda a ordem dos governos
Federal, Estadual e Municipal.
Você que é pecuarista, industrial,
agricultor e comerciante, saiba:
Goiás se oferece a você com muito
amor e riqueza.
Venha pra cá, com armas e bagagem.
Traga seu capital e sua técnica pra ganhar bons lucros.
Compre este Estado e ajude o Brasil a crescer nas mãos do
Presidente Médici, que também preferiu morar no Planalto.

GOVÊRNO DE GOIÁS
aqui, e agora, a hora de cre

FIGURA 15 – “Vende-se um Estado Rico” – anúncio do Estado de Goiás, *Realidade*, op. cit., p. 232

ros, que foram se estabelecendo livremente nas terras da margem esquerda e do

Tocantins e do Araguaia [...] ³³¹

É óbvio que os responsáveis diretos pela pilhagem dos mais de um milhão de hectares, pela Indussolo, tinham a mais plena e absoluta consciência de seu delito. Mas, com certeza, algo tão grande, grosseiro e mal dissimulado só foi possível devido às inter-relações de circunstâncias que o propiciaram. Só foi factível com o indireto amparo de um genérico “fechar de olhos”. A responsabilidade não se limita aos que agiram, a conivência com a enorme grilagem se estende – e é motivo de vergonha – a toda uma sociedade que produziu esse momento.

Legalizar a grilagem da Indussolo não deixou de ter lá sua coerência conjuntural. Não deixou de ser uma contribuição ao que os militares chamaram de “doutrina de ocupação de espaços vazios”. E que na prática, Martins chamou de “esvaziamento de espaços ocupados” ³³². Se Mangabal não foi completamente esvaziado, isso se deve à persistência e à força de resistência de seus moradores.

O anúncio de Goiás, o manual da Sudam e outras dúzias de exemplos que citáveis, sempre, dirigiram-se ao endinheirado investidor do Centro-Sul do país, ofertando, além de créditos fartos e subsidiados, também terra, matéria-prima e mão-de-obra barata. A primeira parte da promessa, terra e matéria-prima, foi cumprida com a expulsão sempre violenta – quando não com o extermínio – da população que lá vivia. À medida que essas terras eram monopolizadas por grandes especuladores, latifundiários e grileiros, seus ocupantes originais, índios e caboclos, não tinham outra opção a não ser trabalharem justamente para seus expropriadores na abertura de fazendas de gado ou na extração de madeira. Violência e expropriação compõem, e delas depende, a própria dinâmica deste “projeto de ocupação”.

³³¹ MARTINS, José de Souza. “A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira”. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil*, v. 4. Coord. Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 670s.

³³² Martins, *Expropriação e violência...*, passim.

9. Legalmente ilegítimo

Focando-se a realidade das centenas de ribeirinhos de Mangabal ameaçados pela possibilidade de expropriação, percebemos que a discussão acerca da lisura do título de terras da Indussole assume, até, uma proporção pequena. Como mostramos, o Registro Torrens erigiu-se sobre evidentes e vulgares fraudes, mas, mesmo que fosse um título com origens verídicas, o conflito e a injustiça para com aqueles pobres do campo também seriam imensos. José de Souza Martins comenta a difusão da propriedade privada na Amazônia e o uso que essa faz da Justiça para a expropriação dessa população, instaurando-se uma situação que

se funda na contradição e no conflito de legalidade e de legitimidade. Para a justiça e para os novos proprietários, que a si mesmos se definem como pioneiros, a legalidade se funda no papel e no recibo, na escritura verdadeira ou falsa, desde que revestida da aparência formal do verdadeiro. Para os pobres, os posseiros, os seringueiros, a legitimidade dos direitos gerados pelo trabalho é que valem ou que deveriam valer. É com base nesse direito que os pobres do sertão e da fronteira julgam ter o direito de se *assituar*, de estabelecer-se com a família na terra livre que ainda não foi marcada pelo trabalho de alguém. E de resistir.³³³

³³³ MARTINS, José de Souza. “A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira”. In: SCHWARCZ, L. M. (org.). *História da vida privada no Brasil*, v. 4. Coord. Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 676.

Muitas pessoas estão sendo capazes, hoje, de tirar proveito das riquezas da Amazônia.

Com o aplauso e o incentivo da SUDAM.

Com o aplauso e o incentivo do Banco da Amazônia.

O Brasil está investindo na Amazônia e oferecendo lucros para quem quiser participar desse empreendimento.

A Transamazônica está aí: a pista da mina de ouro.

Comece agora. Faça sua opção pela SUDAM. Aplique a dedução do seu imposto de renda num dos 464 projetos econômicos já aprovados pela SUDAM. Ou então apresente seu próprio projeto (seja ele industrial, agropecuário, ou de serviços).

Você terá todo o apoio do Governo Federal e dos governos dos Estados que compõem a Amazônia. Há um tesouro à sua espera. Aproveite. Fature. Enriqueça junto com o Brasil.

Informe-se nos escritórios da SUDAM e nas agências do Banco da Amazônia.

Chega de lendas, vamos faturar!

MINISTÉRIO DO INTERIOR
SUPERINTENDÊNCIA
DO DESENVOLVIMENTO
DA AMAZÔNIA **SUDAM**

BANCO DA AMAZÔNIA S.A.

FIGURA 16 – Anúncio da Sudam e do Banco da Amazônia, veiculado em 30 de dezembro de 1970, na revista *Veja* (apud Martins, “A vida privada nas áreas de expansão...”, p. 665)

Enquanto os ribeirinhos de Mangabal, norteados por um princípio, ocupam a terra legitimados por um direito gerado pelo trabalho (de gera-

ções) nessa terra; a Indussolo, que se rege por outro código completamente distinto, toma a terra por um direito provindo do dinheiro. Para a empresa, a resistência dos ribeirinhos é uma afronta ao direito de propriedade. “Onde fica o direito à propriedade neste país?”, perguntou-nos Omar Priesnitz, em agosto de 2005. Para Martins, esse “direito” evocado por Priesnitz, pilar da ocupação do território e da disseminação da propriedade privada da terra, acaba por ser “um movimento de *privação* de direitos costumeiros daqueles que imaginam tê-los”³³⁴, pelo qual se difunde uma forma anômala de propriedade privada “porque baseada na violência de ricos contra pobres e na expropriação que ela viabiliza, baseada na desigualdade e não na igualdade, destrói ou, ao menos, confina os costumes e o modo de vida que lhes corresponde”.³³⁵

A apropriação das terras pela Indussolo se reveste – ainda que frágil e superficialmente – de formas jurídicas relativas ao direito à propriedade privada; daí seu reconhecimento pela Justiça, efetivando-se, então, por vias jurídicas, a plena injustiça. A sentença judicial que lhe reconheceu o domínio daquelas terras violou o direito de mais de uma centena de famílias que, por várias gerações, ali trabalham e vivem.

Daí o conflito que presenciamos hoje em Mangabal. Essas famílias não reconhecem a legitimidade dos direitos da Indussolo, pois, para elas, o trabalho e não o dinheiro legitimam o acesso à terra. Martins entende esse direito institucionalizado pelo costume como um traço vivo do regime sesmarial.

³³⁴ Martins, “A vida privada nas áreas de expansão...”, p. 670.

³³⁵ *Idem*.

Foto Maurício Torres

FOTO 43 – Localidade “São Vicente”, em Mangabal. Populações que, em 1871, já trabalhavam e viviam nessas terras, são privadas do seu direito por meio de uma sentença judicial que confere o domínio de suas terras à Indussolo

Em toda a Amazônia ainda é forte a concepção de sinal de ferro como indicativa de amansamento da terra, amansamento que gera por si só um direito de posse reconhecido por todos, menos, evidentemente, por portadores de títulos e documentos de propriedade. O sinal de ferro é a marca do machado que derrubou a mata, desbravou e amansou a terra, incorporando nela o trabalho duro de quem primeiro nela trabalhou. Em muitos povoados e vizinhanças do Maranhão, do Tocantins, de Goiás, do Pará, do Mato Grosso e da Amazônia ocidental, esse direito que já foi lei prevalece no consenso e no respeito do que é de um e do que é de outro. Não se cria, no entanto, por aí, a propriedade privada. Cria-se apenas um direito de uso privado (e familiar) da terra comum.³³⁶

Com efeito, em Mangabal não se ouve menções à “propriedade” da terra. Fala-se, antes, “eu tenho o trabalho nessa terra”. Ou, então, o “direito de trabalho”. Talvez quem melhor possa certificar a concepção de direito à terra corrente entre os beiradeiros do Alto Tapajós sejam os dinâmicos “compradores” de

³³⁶ *Ibidem*, p. 671-3.

terras Antonio Fernandes, José Maria Braz (Zezinho), José Dias (Deda), Vanderlei Pirassol, Valmir Climaco entre outros.

Alguns vieram para a região atraídos pelo garimpo ou pela madeira, outros, pela grilagem. Hoje entram em choque com os ribeirinhos de Mangabal que ocupam a porção que fica fora do perímetro da gleba Quatro Irmãos. O conflito com esses moradores especificamente não deixa de ser um problema para todo Mangabal, pois, como nota-se no Mapa 23, os habitantes dessa porção integram a família estendida e o grupo dos ribeirinhos que se espalham por todo o perímetro. A partida dessas famílias abala e desestrutura toda aquela população.

Para a grilagem dessas terras, aproveitaram-se também do completo estado de abandono em que se encontravam aqueles moradores e não precisaram de maiores intimidações para “comprarem” suas terras. Os preços, condições e peculiaridades de como chegaram às posses caracteriza muito mais um esbulho do que uma compra. A aceitação dos baixos valores pelos moradores foi fácil: enquanto aqueles compravam a terra, esses vendiam apenas o trabalho que nela se tinha. Frente às pressões para que deixassem suas posses, sem conceberem o princípio de propriedade, acabavam pleiteando e satisfazendo-se apenas com o pagamento pelo seu trabalho na terra.

Na verdade, o posseiro não valoriza a terra como terra. Ser proprietário da terra para ele não tem o menor sentido. O que tem sentido para ele, isto sim, é ser dono do trabalho. [...] Na Amazônia se vende o *serviço*... se vende ou se dá o serviço.³³⁷

³³⁷ Martins, *Os camponeses e a política...*, p. 131.

Foto Maurício Torres

FOTO 44 – Localidade “Campinho”, margem esquerda do rio Tapajós, ao Sul de Mangabal. Nessa vila, havia comércio, igreja e uma “muito boa festa de São Raimundo”. Era a morada de Toti Coutinho até ser apoderada por José Maria Braz (Zezinho) e José Dias (Deda)

Os ribeirinhos norteiam-se por uma lógica distinta daquela de seu expropriador. Esse soube muito bem se aproveitar da forma como isso os suscetibilizava ainda mais³³⁸. Mesmo os baixos valores acordados muitas vezes não eram pagos. Os “compradores” sabiam: os ribeirinhos reconhecem o direito à terra pelo trabalho. Uma vez fora dela, não se sentiriam legitimados a reclamá-la, pois a terra não deixa de ser vista como um bem comum, mesmo depois de se ter nela trabalhado. No discurso dos ribeirinhos que vivem essa situação, sempre se ressaltava a importância (recentemente aprendida) de se receber antes de “perder o trabalho na terra”, pois, depois, não haveria mais o que se reclamar.

³³⁸ Sobre esse processo, Cf. MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981. [Em especial, capítulo II].

Foto Maurício Torres

FOTO 45 – A histórica localidade de Igapó Açu, comprada por José Maria Braz (Zezinho) por R\$ 500,00, pagos com um cheque sem fundos. Após a compra, mandou derrubar as casas e as cruzes e sepulturas do cemitério local. Os contratados recusaram-se a destruir o cemitério

Sendo pagos ou não, deixada a terra, não voltariam, pois seria legítimo que ela ficasse àquele que, então, trabalhava nela. O caso de Raimundo e Cristina, de Sapucaia, próximo ao igarapé Jutahy Pequeno, é ilustrativo. Uma grave doença da esposa os obrigou a se mudarem para a cidade de Itaituba em busca de tratamento médico. Quando voltaram, outro havia se apossado de suas terras. Mesmo se tratando de alguém que tinha apenas interesse em vendê-la, Raimundo e Cristina aceitaram. Entendiam, a seu modo, como de direito, do grileiro que chegava, aquele local onde há cinco gerações viviam e onde tinham sepultado quatro filhos. Essa concepção de propriedade da terra (ou a falta dela) remete a certo eco do tempo da sesmaria, onde se regiam pelo princípio de que

o domínio da terra pertencia ao rei, que dela preservava o *usufruto*, isto é, o domínio eminente. O rei de Portugal concedia aos sesmeiros a posse transitória, já que as terras assim ocupadas podiam cair em *comisso*, isto é, reverter ao domínio público, que era a

instância, realengo.³³⁹

No fim do regime sesmarial fundiram-se posse e domínio, mas a separação ainda perdura na forma daquela gente conceber a terra como domínio de todos, um bem comum.³⁴⁰ Os relatos dos ribeirinhos quanto aos que os ludibriaram, apossando-se da terra, não pagando o combinado e ainda agindo de forma intimidatória frente aos que insistissem em receber, excluía Antônio Fernandes e concentravam-se em José Maria Braz (o Zezinho) e José Dias (Deda). De Antônio Fernandes disseram que, muitas vezes, pagou valores irrisórios, mas, ao menos, pagava. Em uma tensa entrevista, em agosto de 2005, em sua cantina no garimpo de Penedo, Fernandes bravateou: “Ninguém tem do que reclamar, eu não expulsei ninguém, eles venderam por que quiseram. Eu paguei o preço que eles quiseram. Já faz anos que não tenho dinheiro para visitar minha mãe no Maranhão”. Antônio Fernandes já havia comprado uma larga extensão da margem esquerda do Tapajós (por volta de 7.500 hectares de terras do Incra, na gleba Parauari). Sua ocupação é facilmente perceptível pelo baixo índice de moradores e pelo alto, de desmatamento, que, inclusive, recentemente, lhe havia rendido uma avultada multa do Ibama³⁴¹. E, pelo que havíamos apurado nos dias anteriores, Antônio Fernandes ainda passaria algum tempo sem recursos para matar a saudade de sua mãe e do Maranhão, pois preparava novos investimentos. Com muita insistência tentava continuar comprando as terras dos ribeirinhos que ainda resistiam. É o caso de Francisco Augusto, nascido e morador em Coletoria, a quem Fernandes, em meio a muita insistência, assedia e promete que poderá continuar vivendo no local, que nada mudará.³⁴² No Mapa 24 grafamos as áreas apoderadas, por esses “compradores”, sobre terras públicas, federalizadas para fins de reforma agrária, de onde foram e são retiradas as várias famílias de posseiros que há mais de um século lá viviam.

³³⁹ MOURA, Margarida Maria. *Os deserdados da terra*. A lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão. São Paulo: Bertrand Brasil, 1988, p. 14.

³⁴⁰ Cf. Moura, *Os deserdados...* e Martins, “A vida privada nas áreas de expansão...”, em especial, p. 671.

³⁴¹ Uma das razões para a grande hostilidade com a qual nos recebeu foi por crer que éramos do Ibama. Sua dedução se deveu ao galão de combustíveis que levávamos, emprestado pelo Ibama, com o nome do órgão pintado.

³⁴² Entrevista concedida aos autores por Francisco Augusto, em dezembro de 2005, em sua casa na Coletoria.

Foto Maurício Torres

FOTO 46 – A antiga localidade Flechal (ou Flexal, como consta nos registros do final do século XIX) hoje é a “Fazenda Fernandes”, que também encampou as localidades vizinhas. Os poucos moradores que lá se encontram são empregados de Antônio Fernandes. Grandes pastos, desmatamentos e multas do Ibama marcam essa forma de ocupação de terras públicas

As áreas apropriadas por Antonio Fernandes, José Maria Braz (Zezinho), José Dias (Deda), Vanderlei Pirassol sobrepõem-se à parte e ultrapassam, indo ao Sul, o perímetro do que convencionamos chamar de Mangabal (Mapa 24). Ao Sul de Mangabal, a tensão pela terra é mais antiga, muitos mo-

radores não resistiram, abandonando a terra ou concentrando-se junto aos ribeirinhos de Mangabal. Vemos, hoje, apenas alguns poucos e desarticulados ribeirinhos isolados e muitos grileiros instalados.

E mais: vemos chegando uma “nova geração” deles. Apresentam-se como sulistas, e de fato de lá são suas origens, mas, na prática, vêm da região da soja e da madeira esgotada no norte do Mato Grosso; da região da extração desandada de madeira no Sudoeste do Pará (principalmente Novo Progresso e Moraes de Almeida) e da vasta região da desenfreada grilagem na Amazônia.

São mais endinheirados e, na mesma proporção, mais violentos e nocivos, tanto social quanto ambientalmente. Leva-se um choque ao subir o Tapajós, e, ao final de Mangabal, começamos a ver pastos grandes, casas esparsas (de empregados) e várias casas desabitadas, ruindo pelo abandono ou por ordens do grileiro que, comumente, se empenha em apagar os vestígios da ocupação anterior. Na vizinhança de Curuçá, em agosto último, construía-se uma pista de pouso. Uma exigência de um interessado em comprar terras que só se deslocaria do Norte de Mato Grosso até lá caso pudesse pousar no local.

Por uma triste ironia, assistimos a esse acelerado êxodo rural, provocado por uma espantosa concentração fundiária, em terras arrecadadas pelo Incra, para reforma agrária, por força do Decreto-lei 1164 de 1º de abril de 1971. Não seria inédito, mas nem por isso menos vergonhoso, que se legitimassem, ao grileiro, essas terras que foram, antes, destinadas ao colono.

Como dissemos, o local onde ocorreu os processos de expropriação da população ribeirinha, aceleração da grilagem e da degradação ambiental fica fora dos limites de Mangabal e fora da área da Indussolo. Paradoxalmente, até há pouco tempo, a titulação da Indussolo, de certa forma, protegeu os moradores de Mangabal. Como a gleba Quatro Irmãos era conhecida como imóvel titulado, foi tido como não “grilável”.³⁴³

³⁴³ A informação, muitas vezes era dada pelo próprio escritório do Incra local (Miritituba), que conta com servidores com históricos de íntimo envolvimento com a grilagem de terras. Sobre as relações entre funcionários do Incra e a grilagem de terras no Pará, Cf. KOTSCHO, Ricardo. *O massacre dos posseiros*. São Paulo: Brasiliense, 1981; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A fronteira amazônica mato-*

E como a própria Indussolo deixou essa gleba no mais completo abandono até recentemente, os ribeirinhos que ocupavam a longa extensão de terras matriculadas em nome dessa empresa viveram sem maiores pressões.

FOTO 47 – Na histórica “Coletoria” resiste Seu Chico Augusto, impedindo o avanço do latifúndio e do pasto de Antônio Fernandes

Foto Mauricio Torres

grossense: grilagem, corrupção e violência. São Paulo, 1997. Tese (Livre-docência em Geografia) – F-FLCH, USP; e TORRES, Maurício. *Fronteira, um eco sem fim*. In: Torres, M. (org.). *Amazônia Revelada*. Brasília: CNPq, 2005.

MAPA 24 – Apropriação e concentração de terras sobre a área de ocupação ribeirinha do Alto Tapajós

Gleba Quatro Irmãos	Mangabal
Francisco da Silva Chenes	Toninho Piloto
Antonio Fernandes	José Dias (Deda)
José Maria Braz (Zezinho)	Dalgo
Expedito Barbosa Lima	Grupo Santa Fé
Pontos de antiga ocupação ribeirinha	

Apropriação e concentração de terras sobre a área de ocupação da população ribeirinha do Alto Tapajós

Fontes: Matrículas do Livro Matriz dos Imóveis inscritos sob Regime Torrens, do 1º. Ofício do Registro de Imóveis de Itaituba - PA; Ministério do Meio Ambiente; Sipam e dados de campo do autor

Fevereiro de 2006

Foto Mauricio Torres

FOTO 48 – Próximo a localidade de Curuçá, maquinário para a construção de pista de pouso para receber um endineirado “gaúcho do Mato Grosso”, interessado em comprar terras no local

Porém, ainda que tenha demorado, a empresa de grilagem chegou. Foi em 2003, quando, motivada pelas obras de recuperação da Transamazônica, a Indussolo resolveu apossar-se de seus domínios. Intensifica-se, então, o conflito entre a empresa, corporificada ali por Omar Priesnitz, e os beiradeiros. No embate que se inicia, a Indussolo vale-se exatamente da Justiça como instrumento de coação e terror. Com a Justiça, a empresa

tenta pressioná-los e expulsá-los da terra que ocupam há mais de 130 anos. Os exemplos disso são fartos; vão, por exemplo, da distribuição, de casa por casa, de cópias dos títulos de propriedade da empresa³⁴⁴, até mover uma ação de interdito proibitório (que, aliás, obteve uma liminar), também com cópias distribuídas aos ribeirinhos.

A decisão do juiz da Vara Agrária da comarca de Santarém que revogou a liminar não fora distribuída aos ribeirinhos. Mas, mesmo que fosse, teria o mesmo efeito intimidatório, pois sempre que recebem esses documentos, sabem tratar-se de uma ameaça. Não pelo conteúdo, mas, antes, pelos selos e brasões dos cartórios e fóruns, imediatamente associados a trunfos do inimigo.

Sem acesso a qualquer forma de Justiça, sabem, por experiência histórica, ser esta um artifício de quem tem meios e recursos, sempre vindo a ameaçá-los. José de Souza Martins esclarece:

Nossa Justiça, tradicionalmente omissa, e indiferente em relação aos costumes e ao direito costumeiro, só reconhece no posseiro, no ocupante, no lavrador em terra devoluta a condição de sujeito de contrato, juridicamente igual, portanto cidadão, no momento em que o priva dos direitos que ele supõe ter com base no consuetudinário, no momento em que reveste de legalidade o ato de expulsão da terra em que mora e trabalha, no momento em que desfaz o suposto contrato entre o suposto proprietário e o suposto invasor. Aí se revela o caráter postiço da contratualidade das relações sociais em nossa sociedade e da própria modernidade. O contrato existe quando é de interesse de quem manda, de quem tem dinheiro e poder para invocar a seu favor as instituições jurídicas e judiciais. O que na origem e em outra sociedade é o instrumento por excelência da igualdade jurídica e da igualdade social, aqui se transfigura no seu oposto: o fictício contrato é o instrumento por excelência da desigualdade e da injustiça.³⁴⁵

Alguns em Mangabal não têm sequer documentos pessoais. Vários, mesmo tendo passado da idade exigida para se aposentarem, não têm acesso a esse direito. A apresentação da certidão de matrícula das terras em nome da Indussolo, ou a liminar concedida em favor dos proprietários, determinando a expedição de mandato proibitório contra os ribeirinhos, foi, para muitos deles, o primeiro contato com instituições de justiça e com a lei.

³⁴⁴ Para sermos precisos, segundo depoimento dos habitantes de Mangabal, essa prática foi mais adotada pela família Dizarsz, adquirentes de terras da Indussolo, na gleba Quatro Irmãos.

³⁴⁵ Martins, “A vida privada nas áreas de expansão...”, p. 676.

A lei e a justiça lhe chegam para assegurar direito de outrem e para privá-lo, portanto, dos direitos que supunha ter. Ao torná-lo sujeito de direito, a Justiça o faz para desconhecer e suprimir os direitos que a tradição lhe disse que tinha. Nesse momento, a propriedade privada, fundamento do privado, da contratualidade das relações sociais, da cidadania, invade e suprime violentamente o espaço da vida privada, a casa e a terra de morada e de trabalho.³⁴⁶

³⁴⁶ *Idem.*

10. Considerações finais

O conflito que se vive em Mangabal não é particularidade daquelas margens do Alto Tapajós, mas de um sem-número de populações rurais da Amazônia.

Esperamos ter demonstrado os sustentáculos sob os quais se erige a situação. De um lado, tem-se a posse de todas aquelas famílias de ribeirinhos; de outro, a propriedade da Indussolo (ou de seus sucessores). Se a primeira mostrou-se concreta, efetiva e amplamente comprovada, da segunda não se pode dizer o mesmo. A documentação levantada identifica, com clareza, ter ocorrido a apropriação de uma gigantesca porção de terras da União onde, há tempos, viviam centenas de famílias.

Há muito se sabe: a grilagem de terras públicas e a expropriação da população nativa estão entranhadas na história da abertura de fronteiras na Amazônia.

Há muito se sabe: o discurso do desenvolvimento econômico deu guarida e abriu caminho a isso e, sempre, esse caminho foi trilhado, em seguida, por um lamentável passivo social e ambiental. No caso específico da Indussolo, percebemos um nível de sofisticação que chegou a ponto de envolver o Judiciário. Não como um elemento a coibir esse processo, como seria de se esperar, mas como seu legitimador.

O que se pôs em risco foi muito mais do que a expropriação das famílias de Mangabal. Elas não perderiam apenas o lugar de viver e de obter seu sustento, pois, como mostramos, aquela forma de vida se estrutura em função da *terra* – e mais, *daquela* terra, especificamente. A educação dos filhos, a organização do trabalho, a formação familiar, a sociabilidade, enfim, todas as várias esferas da vida daquela população se articulam tendo como mediação o território que ocupam. A perda desse território significa a extinção *daquela* modo de vida e *daquela* cultura, tão únicos e exclusivos dali.

A Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal obteve a interdição completa de uma vasta área – de ocupação não-indígena nem quilombola – a qualquer pessoa não pertencente às famílias dos beiradeiros, algo que no sistema judiciário brasileiro foi histórico e sem precedentes. Assim como foi sem precedentes a vitória (ainda que parcial) contra o Registro Torrens.

Os beiradeiros pleitearam, então, a criação de uma Reserva Extrativista que levaria os bicentenários nomes daquele lugar: Montanha e Mangabal. No dia 12 de dezembro de 2006 acontece a consulta pública para a criação da Resex e, pela primeira vez em um evento desses, há aceitação unânime para a criação da unidade de conservação.

Quando acreditavam numa solução definitiva, com a iminência do decreto que criaria a Resex, tudo se inverte. O decreto é enviado à Casa Civil, mas não é assinado. A pretensão de uma hidrelétrica no rio Tapajós barra o processo: “há que se saber se os beiradei-

ros não irão atrapalhar a instalação da hidrelétrica”. Ainda que o obviamente razoável fosse o questionamento inverso, é assim que tem se pautado o governo federal.

Outra situação que não se restringe a Mangabal. Como Little explica,

A contenda pela criação de novas políticas territoriais se dá entre atores políticos com cotas desiguais de poder: por um lado, um Estado poderoso que detém controle exclusivo sobre os aparelhos militares e de policiamento, e, por outro lado, os múltiplos povos tradicionais economicamente marginais e politicamente desarticulados entre si. Aqui, paradoxalmente, a existência de um Estado-nação poderoso oferece a esses povos que têm reivindicações territoriais uma fonte de unidade que procede de sua situação de marginalidade frente aos mesmos dispositivos estatais. Na luta para conquistar seus direitos territoriais frente ao Estado, os distintos grupos sociais localizados em regiões dispersas no país formam redes que lhes articulam politicamente, para assegurar seus direitos territoriais dentro do campo das políticas públicas territoriais, o que transforma sua luta local numa luta com caráter nacional. A força da razão histórica está criando espaços dentro da mesma razão instrumental do Estado, permitindo o reconhecimento, mesmo que parcial, de outros territórios que anteriormente ficaram fora de sua lógica. Todavia, o contexto histórico de hoje difere em alguns aspectos do século XX.

Talvez o mais importante deles radique na noção de “direitos dos povos”. No nível nacional, a questão dos direitos dos povos tradicionais passa pelo reconhecimento das respectivas leis consuetudinárias que esses povos mantêm, particularmente no que se refere a seus regimes de propriedade. Essa situação conduz ao reconhecimento da noção de “pluralismo legal”, conceito que vem sendo trabalhado tanto dentro da antropologia quanto no âmbito do direito. No nível internacional, nas últimas duas décadas, preocupação pelo respeito por parte dos Estados-nação aos direitos diferenciados dos povos indígenas e/ou tradicionais cresceu de forma acelerada, notavelmente em referência a questões fundiárias e territoriais. Um dos instrumentos mais importantes nesse campo é a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre “Povos indígenas e tribais em países independentes”, de 1989, que estabelece, no Artigo II, que os governos têm a responsabilidade de “proteger os direitos desses povos e garantir o respeito à sua integridade”. A velha reivin-

dicação das organizações indígenas brasileiras para a adoção dessa Convenção pelo governo federal foi finalmente atendida com sua aprovação pelo Senado Nacional em junho de 2002.³⁴⁷

O governo, porém, parece pouco se importar com a Convenção 169 ou outra qualquer.

Recentemente, Procurador-Geral da República, encaminhou à Casa Civil um Ofício inquirindo quanto à “possível descumprimento das Convenções da Diversidade Biológica e 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT pelo Estado Brasileiro na tramitação do procedimento de criação da Reserva Extrativista Montanha-Mangabal”, e requerendo,

também, seja realizada requisição à Ministra da Casa Civil com fito de obter informações sobre a tramitação dos procedimentos de criação da Resex mencionada [Montanha-Mangabal], indicando os motivos que ensejaram a remessa de tal procedimento para o Ministério de Minas e Energia, antes da assinatura do respectivo decreto de criação.³⁴⁸

A resposta, encaminhado pela Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, demonstra a prepotência e o desinteresse pelos danos causados àquela população e limita-se a responder:

Os estudos de inventário em andamento, realizados pela Eletronorte, indicam a existência de que apresentarão interferência direta na unidade de conservação caso ela seja criada.

A bacia do rio Tapajós está em fase final dos estudos de inventário hidrelétrico. Os resultados estão indicando a existência de 3 alternativas de barramento que poderão apresentar cerca de 10.000 MW de potência instalada. A Resex Montanha-Mangabal causará interferência em qualquer uma das al-

³⁴⁷ LITTLE, Paul E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Brasília, Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, 2002. Em especial, p. 15.

³⁴⁸ Ofício PGR/GAB/n.º314, de 13 de março de 2008.

ternativas estudadas, visto que as alternativas estão inseridas na área proposta para a unidade de conservação.

Desta forma, conclui-se que a unidade de conservação não deve ser criada.³⁴⁹

Desde então, a coesa luta dos beiradeiros se enfraquece. O inimigo não é mais o pistoleiro do grileiro, concreto e passível de ser olhado nos olhos e enfrentado. Todos se sentem impotentes frente à não-ação do governo. Seria melhor dizer ação do governo em prol de projetos hidrelétricos no rio Tapajós. O vigor do ânimo dos ribeirinhos, responsável por tantas conquistas, é proporcional à frustração trazida pelo silêncio no atendimento de seus direitos.

Por oito gerações eles enfrentam o escravagismo, o fim do ciclo da borracha e da caça de peles, os garimpos, o mercúrio, os madeireiros, os grileiros, a malária, o desmatamento, o perigo constante das cachoeiras... Mas, certamente, não resistirão ao abandono a que foram relegados.

³⁴⁹ Nota Técnica emitida pelo Departamento de Planejamento Energético, em 5 de dezembro de 2007, anexada ao Aviso n.º 260 – Casa Civil, de 16 de abril de 2008. Grifos nossos.

Bibliografia citada

1. ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: HUCITEC, 1992.
2. ADÁRIO, Paulo. “Novas áreas de proteção ambiental no Pará beneficiam mais as madeiras”. *Greenpeace*, Manaus, 06 dez. 2006. Disponível em <http://www.greenpeace.org.br/amazonia/?conteudo_id=3046&sub_campanha=0>. Acessado em mar. 2007.
3. ALLEGRETTI, Mary H. *A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros*. Tese de doutorado apresentada ao Centro de Desenvolvimento Sustentável de Brasília, 2002.
4. _____. *Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará; Brasília: Inst. de Estudos Amazônicos e Ambientais; Curitiba: Fund. Konrad Adenauer, 1994.
5. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Carajás: a guerra dos mapas: repertório de fontes documentais e comentários para apoiar a leitura do mapa temático do seminário-consulta “Carajás: desenvolvimento ou destruição?”*. 2. ed. rev. e ampl., Belém, Seminário Consulta, 1995.
6. _____. “Terra de Preto, Terra de Santo, Terra de Índio: uso comum e conflito”. In: CASTRO, E. M.; HEBETTE, J. (orgs.). *Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia*. Belém: Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA) – UFPa, 1989.
7. ALMEIDA, Candido Mendes de (1818-1881). *Memórias para a história do extinto Estado do Maranhão cujo territorio comprehende hoje as Provincias do Mara-*

nhao, Piaui, Grao-Para e Amazonas. Rio de Janeiro: J. Paulo Hildebrandt, 1874.

8. ALMEIDA, Mauro. "The Creation of the Alto Juruá Extractive Reserve". In: PENDZICH, C.; THOMAS, G.; WOHIGENT, T. (orgs.). *The Rule of Alternative Conflict Management in Community Forestry*. Roma, 1993.
9. ANDRADE, Maristela de Paula. *Terra de Índio: terras de uso comum e resistência camponesa*. São Paulo, 1990. Tese (Doutoramento em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
10. ARBEX Jr., José. "'Terra sem povo', crime sem castigo". In: TORRES, M. (org.). *Amazônia Revelada*. Brasília: CNPq, 2005.
11. ARENDT, Hannah. "A imagem do inferno". In: _____. *Compreensão Política e Outros Ensaio*s. Lisboa: Relógio D'Água, 2001.
12. AUDRIN, José M. *Os sertanejos que eu conheci*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.
13. AYRES, José M.; FONSECA, Gustavo A.B.; RYLANDS, Anthony B.; QUEIROZ, Helder L.; PINTO, Luiz P.; MASTERSON, Donald; CAVALCANTI, Roberto B. *Os corredores ecológicos das florestas tropicais do Brasil*. Tefé: Sociedade Civil Mamirauá, 2005.
14. BARROS, Myriam Moraes Lins de. "Memória e família". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Associação de Pesquisa e Documentação Histórica – Cpdoc/FGV, v. 2, n. 3, 1989.
15. BENATTI, José Helder. "Populações tradicionais e o manejo dos recursos naturais renováveis no Parque Nacional do Jaú: uma análise jurídica". *XXII Reunião brasileira de antropologia*. Fórum de pesquisa 3: "Conflitos sócioambientais e Unidades de Conservação". Brasília, jun. 2000. [Disponível em: <http://ftp.unb.br/pub/UNB/dan/F.3-22RBA/sessao2/benatti.rtf>].
16. _____. *Posse agroecológica & manejo florestal: à luz da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, # 1º. da Constituição Federal e institui o Sistema de Unidade de Conservação – SNUC*. Curitiba: Juruá, 2003.
17. _____. "Posse Coletiva da Terra: um estudo jurídico sobre o apossamento de seringueiros e quilombolas". *Revista CEJ* (Centro de Estudos Judiciários), Brasília,

lia, Conselho da Justiça Federal (CJF), v. 1, n. 1, 1997. [Disponível em: <http://www.cjf.gov.br/revista/artigo07.htm>].

18. BENSUSAN, Nurit (org.). *Seria melhor mandar ladrilhar?: biodiversidade como, pra que, por quê*. São Paulo: ISA; Brasília: UnB, 2002.
19. BOSI, Alfredo (org.). *Cultura brasileira: temas e situações*. 4. ed., 3. impr., São Paulo: Ática, 2002.
20. BOSI, Ecléa. "Cultura e desenraizamento". *Revista de Cultura*, Petrópolis: Vozes, nov.1982, n. 9; ago. 1983, n. 6; set. 1983, n. 7.
21. _____. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, Biblioteca de Letras e Ciências Humanas da USP, 1979.
22. _____. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 12. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
23. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Memória Sertão: cenários, pessoas e gestos nos sertões de João Guimarães Rosa e de Manuelzão*. São Paulo: Cone Sul; Uberaba: Universidade de Uberaba, 2000.
24. _____ (org.). *Pesquisa participante*. 8. ed., 2. reimp., São Paulo: Brasiliense, 2001.
25. BRANFORD, Sue; ROCHA, Jan. *Rompendo a cerca*. São Paulo: Casa Amarela, 2004.
26. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei 9.985)*. Brasília, 2000.
27. BRASIL. Ministério do Exército. Departamento de Engenharia e Comunicações. Diretoria de Serviço Geográfico. *Itaituba*. Folha SB. 21-X-A. Brasília, 1984.
28. BRASIL, Raimundo Pereira. *O rio Tapajós na Exposição Nacional da Borracha de 1913 no Rio de Janeiro*. Itaituba: s.n., s.d.
29. _____. *Os sertões do rio Tapajós*. Belém: Secção de obras da Província do Pará, 1910.
30. BUENO, Magali Franco. *O imaginário brasileiro sobre a Amazônia*. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

31. CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do rio Bonito*. 5. ed., São Paulo: Duas Cidades, 1979.
32. CASTELNAU, Francis (1812-1880). *Expedições às regiões centrais da América do Sul*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1949.
33. CASTRO, Edna Maria; HEBETTE, Jean (orgs.). *Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia*. Belém: Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA) – UFPa, 1989.
34. CASTROVALVAS, Pelino de. *O rio Tapajós, os capuchinhos e os índios mundurucú: 1871-1883*. São Luís: Lithograf, 2000.
35. CHANDLESS, W. "Notes on the River Arinos, Juruena, and Tapajós". *The Journal of the Royal Geographic Society*, London, n. 32, 1862.
36. CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. 1. ed., 6. reimp., São Paulo: Brasiliense, 1996.
37. CHAYANOV, A. V. *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.
38. CHAYANOV, A.V. *The Theory of Peasant Economy*. Illinois, American Economic Association, 1966.
39. CLEMENT, Charles. "1492 and the Loss of Amazonian Crop Genetic Resources. I. The Relation between Domestication and Human Population Decline". *Economic Botany*. v. 53, n. 2, 1999.
40. _____. "Domestication of Amazonian fruit crops – past, present and future". In: VIEIRA, I.C.G.; da SILVA, J.M.C.; OREN, D.C.; D'INCAO, M.A. *Diversidade biológica e cultural da Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.
41. _____. "Melhoramento de espécies nativas". In: NASS, L.L.; VALOIS, A.C.C.; MELO, I.S.; VALADARES-INGLIS, M.C. (orgs.). *Recursos genéticos & melhoramento – plantas*. Rondonópolis: Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária de Mato Grosso, 2001.
42. COLOMBO, Carlos Augusto. *Étude de la Diversité Génétique de Maniocs Américains (Manihot esculenta Crantz) par les Marqueurs Moléculaires (RADP et AFLP)*. Tese de Doutorado. Montpellier, École Nationale Supérieure Agronomique de Montpellier - Ensam, 1997.

43. “Comunidade no Pará reage à exploração ilegal de madeira e ateia fogo em carregamento”. *Amigos da Terra*, São Paulo, 03 nov. 2006. Disponível em <<http://www.amazonia.org.br/noticias/noticia.cfm?id=225791>>. Acessado em março de 2007.
44. COUDREAU, Henri (1859-1899). *Viagem ao Tapajós*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977.
45. DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. 3. ed., São Paulo: HUCITEC; Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras - NUPAUB/USP, 2001.
46. EDWARDS, William H. *A Voyage up the River Amazon*. Philadelphia, 1847.
47. EMMONS, Louise; FEER, François. *Neotropical Rainforest Mammals: a Field Guide*. 2. ed., Chicago, University of Chicago Press, 1997.
48. EMPERAIRE, Leure. “O manejo da agrobiodiversidade – o exemplo da mandioca na Amazônia”. In: BENSUSAN, Nurit (org.). *Seria melhor mandar ladrilhar?: biodiversidade como, pra que, por quê*. São Paulo: ISA; Brasília: UnB, 2002. p. 189-201.
49. FALEIROS, Gustavo. “Disputa no Pará”. Site *O Eco*, 09 nov. 2006. Disponível em <<http://arruda.rits.org.br/oeco/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=6&pageCode=67&textCode=19542>>. Acessado em março de 2007.
50. FALS BORDA, Orlando. “Aspectos teóricos da pesquisa participante”. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Pesquisa participante*. 8. ed., 2. reimp., São Paulo: Brasiliense, 2001.
51. FRAXE, Therezinha J. P. *Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade*. São Paulo: Annablume, 2004.
52. _____. *Homens anfíbios: etnografia de um campesinato das águas*. São Paulo, Annablume; Fortaleza, Secretaria da Cultura e Desporto do Governo do Estado de Ceará, 2000.
53. FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2000.
54. GALVÃO, Eduardo. *Encontros de sociedades tribal e nacional*. Manaus: Editora do Estado do Amazonas, 1966.

55. GEERTZ, Clifford. "Form and Variation in Balinese Village Structure". In: POTTER, J.M.; DIAS, M.; FOSTER, G. (eds.). *Peasant Society: a Reader*. Boston: Little Brown, 1967.
56. HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multi-territorialidade*. 2. ed. rev., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
57. HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
58. HÉBETTE, Jean (org.). *O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Fase; Belém, Naea-UFPa, 1991.
59. IANNI, Octávio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.
60. _____. *Ditadura e agricultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
61. _____. *A ditadura e o grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
62. _____. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. 2. ed., Petrópolis: Vozes, 1979.
63. IORIS, Edviges. "Conflitos em Unidades de Conservação com populações locais". In: *XXI Reunião Brasileira de Antropologia*. Fórum de pesquisa 3: "Conflitos socio-ambientais e unidades de conservação". Brasília, jul. 2000.
64. KANDEL, Liliane. "Reflexões sobre o uso da entrevista, especialmente a não-diretiva, e sobre as pesquisas de opinião". In: THIOLLENT, Michel J. M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 3. ed., São Paulo: Polis, 1982.
65. KOTSCHO, Ricardo. *O massacre dos posseiros*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
66. KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
67. _____ et alii. *Cidade – usos e abusos*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
68. LAMARÃO, Paulo. *Legislação de Terras do Estado do Pará*. Belém: Grafisa Offset, 1977, vol. 1.
69. LANGSDORFF, Georg Heinrich von. *Catálogo completo do material existente nos arquivos da "Expedição científica de G. I. Langsdorff ao Brasil, 1821-1829"*. Brasília: Secretaria. Patrimônio Histórico Artístico Nacional, 1981.

70. LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 18. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
71. LAURANCE, W.F.; BIERREGARD Jr., R.O. *Tropical Forest Remnants: Ecology, Management, and Conservation of Fragmented Communities*. Chicago: University of Chicago Press, 1997.
72. LENTINI, M.; PEREIRA, D.; CELETANO, D.; PEREIRA, R. *Fatos florestais da Amazônia 2005*. Belém: Imazon, 2005.
73. LIMA, Deborah; ALENCAR, Edna Ferreira. *A lembrança da História na várzea do Médio Solimões*. Lusotopie, 2001.
74. LIMA, Deborah; POZZOBON, Jorge. "Amazônia socioambiental – sustentabilidade ecológica e diversidade social". In: VIEIRA, I.C.G.; SILVA, J.M.C.; OREN, D.C.; D'INCAO, M.A. *Diversidade biológica e cultural da Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.
75. LITTLE, Paul E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Brasília, Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, 2002.
76. *Manchete*, Edição Especial "Amazônia: um novo Brasil". Rio de Janeiro, Bloch, fev. 1973.
77. MARQUES, Marta Inez Medeiros. "Lugar do modo de vida tradicional na modernidade". In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela, 2004.
78. MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981.
79. _____. *Capitalismo e tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.
80. _____. *O cativo da terra*. 8. ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.
81. _____. "A chegada do estranho (notas e reflexões sobre o impacto dos grandes projetos econômicos nas populações indígenas e camponesas da Amazônia)". In: HÉBETTE, Jean (org.). *O cerco está se fechando: o impacto do grande ca-*

pital na Amazônia. Petrópolis; Rio de Janeiro; Belém, Vozes; Fase; Naea-UFPa, 1991.

82. _____. *A chegada do estranho*. São Paulo: HUCITEC, 1993.
83. _____. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: HUCITEC, 1980.
84. _____. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
85. _____. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.
86. _____. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.
87. _____. *O poder do atraso*. São Paulo: HUCITEC, 1994.
88. _____. "Terra e liberdade: a luta dos posseiros na Amazônia Legal". In: _____. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981.
89. _____. "A valorização da escola e do trabalho no meio rural". In: _____. *Capitalismo e tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.
90. _____. "A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira". In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil*, v. 4. Coord. Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
91. MARTINS, Paulo Sodero. "Dinâmica evolutiva em roças de caboclos amazônicos". In: VIEIRA, I.C.G.; da SILVA, J.M.C.; OREN, D.C.; D'INCAO, M.A. *Diversidade biológica e cultural da Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.
92. MENEZES, Ulpiano Bezerra de. "Identidade cultural e arqueologia". In: BOSI, Alfredo (org.). *Cultura Brasileira: temas e situações*. 4. ed., 3. impr., São Paulo: Ática, 2002.
93. MORAN, Emílio F. *A ecologia humana das populações da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1990.
94. MOURA, Margarida Maria. *Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão*. São Paulo, Bertrand Brasil, 1988.

95. _____. *Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural*. São Paulo: HUCITEC, 1978.
96. NASS, L.L.; VALOIS, A.C.C.; MELO, I.S.; VALADARES-INGLIS, M.C. (orgs.). *Recursos genéticos & melhoramento – plantas*. Rondonópolis: Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária de Mato Grosso, 2001.
97. NAUGHTON-TREVES, Lisa; MENA, Jose L.; TREVES, Adrian; ALVAREZ, Nora; RADELOFF, Volker C. "Wildlife Survival beyond Park Boundaries: the impact of slash-and-burn agriculture and hunting on mammals in Tambopata, Peru". *Conservation Biology*, n. 17, 2002.
98. NOVARO, Andres J.; REDFORD, Kent H.; BODMER, Richard. "Effect of hunting in source-sink systems in the Neotropics". *Conservation Biology*, n. 14, 2000.
99. O'DWYER, Eliane Cantarino. "Territórios negros na Amazônia: práticas culturais, espaço memorial e representações cosmológicas". In: WOORTMANN, E. F. (org.). *Significados da terra*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2004.
100. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A agricultura camponesa no Brasil*. 4. ed., São Paulo: Contexto, 2001.
101. _____. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. Campinas: Papirus, 1987.
102. _____. "BR-163 Cuiabá-Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização." In: Torres, M. (org.). *Amazônia Revelada*. Brasília: CNPq, 2005.
103. _____. *A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência*. São Paulo, 1997. Tese (Livre-docência em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
104. _____. *Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia*. Campinas: Papirus, 1988.
105. _____.; MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela, 2004.
106. PANTOJA, Mariana Ciavatta. *Os Milton: cem anos de história nos seringais*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2004.

107. "Pará ganha novas unidades de conservação". *O Liberal*, Belém, ano LXI, n. 31.757, 05 dez. 2006.
108. PENDZICH, C.; THOMAS, G.; WOHIGENT, T. (orgs.). *The Rule of Alternative Conflict Management in Community Forestry*. Roma, 1993.
109. PINTO, Augusto Octaviano. *Hidrographia do Amazonas e seus afluentes*: Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaës – Fiscalização do Porto do Pará. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1930. v. 1 (Textos) e v. 2 (Atlas).
110. POLLAK, Michael. "Memória e identidade social". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Associação de Pesquisa e Documentação Histórica – APDOC, v. 5, n. 10, 1992.
111. _____. "Pour un inventaire". *Cahier de l'IHTP*, Paris, n. 4 (Questions à l'histoire orale), 1987.
112. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
113. _____. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
114. *Realidade*, ano VI, n. 67, Especial "Amazônia". [São Paulo], Ed. Abril, out. 1971.
115. REDFORD, K.; EISENBERG, J. (eds.). *Advances in Neotropical Mammalogy*. Gainesville, Florida: Sandhill Crane Press.
116. RIBEIRO, J.E.L.S.; HOPKINS, M.J.G.; VICENTINI, A.; SOTHERS, C.A.; COSTA, M.A.S.; BRITO, J.N.; SOUZA, M.A.D.; MARTINS, L.H.P.; LOHMANN, L.G.; ASSUNÇÃO, P.A.C.L.; PEREIRA, E.C.; SILVA, C.F.; MESQUITA, M.R.; PROCÓPIO, L.C. *Flora da Reserva Ducke*: guia de identificação das plantas vasculares de uma floresta de terra-firme na Amazônia Central. Manaus: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1999.
117. ROBINSON, John G.; REDFORD, Kent H. "Body Size, Diet, and Population Variation in Neotropical Forest Mammal Species: predictors of local extinction?" In: REDFORD, K.; EISENBERG, J. (eds.). *Advances in Neotropical Mammalogy*. Gainesville, Florida, Sandhill Crane Press.

118. ROCHA, Ibraim José das Mercês. "Posse e domínio na regularização de unidades de conservação. Análise de um amazônida". *Jus Navigandi*, Teresina, ano 7, n. 64, abr. 2003. Disponível em:

<<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3972>>. Acesso em: 14 dez. 2005.
119. RODRIGUES, João Barbosa. *Rio Tapajós*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.
120. ROLDÁN, Alejandra I.; SIMONETTI, Javier A. "Plant-mammal interactions in tropical Bolivian forests with different hunting pressures". *Conservation Biology*, n. 15, 2001.
121. SAMPAIO, Plínio de Arruda. "O 'kit massacre'". *Folha de São Paulo*, Caderno Debates, 23 fev. 2005.
122. SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Peirópolis, 2005.
123. SANTOS, Sidney E. B.; RODRIGUES, Jackson D.; RIBEIRO-DOS-SANTOS, Ândrea K.; ZAGO, Marco A. "Differential contribution of indigenous men and women to the formation of an urban population in the Amazon region as revealed by mtDNA and Y-DNA". *Am J Phys Anthropol*, n. 109, 1999.
124. SCHMITT, Alessandra. "Uma irmandade em redefinição: tensões entre tradição e coletivização num grupo camponês". *Cadernos de campo* (Revista dos alunos de pós-graduação em Antropologia Social da USP), São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, FFLCH-USP, ano 9, n. 8, 2005.
125. SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil*, v. 4. Coord. Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
126. "Setor de fiscalização do Ibama divulga balanço de operações". *Jornal de Santarém e Baixo Amazonas*. Santarém, 17-23 fev. 2007.
127. SHANIN, Teodor. *The Awkward Class*. London: Oxford University Press, 1972.
128. SIRÉN, Anders; HAMBÄCK, Peter; MACHOA, José. "Including spatial heterogeneity and animal dispersal when evaluating hunting: a model analysis and an empirical assessment in an Amazonian community". *Conservation Biology*, n. 18, 2003.

129. SOARES, Rita. "Pará ganha maior reserva do planeta". *O Liberal*, Belém, ano LXI, n. 31.757, 05 dez. 2007.
130. SUDAM. *Investimentos privilegiados na Amazônia*. Banco da Amazônia, 1968?.
131. SUNDFELD, Carlos Ari (org.). *Comunidade quilombolas: direito à terra*. Brasília, Fundação Palmares, Ministério da Cultura, Editorial Abaré, 2002.
132. TASTEVIN, Constant F. "Le Haut Tarauacá". *La Geographie*, t. XLV, 1926.
133. TEPICHT, J. *Marxisme et Agriculture: le Paysan Polonais*. Paris: Armand Colin, 1973.
134. _____. *Las Complejidades de la Economia Campesina*. Santiago: Escolatina, 1970.
135. THIOLENT, Michel J. M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 3. ed., São Paulo: Polis, 1982
136. TORRES, Maurício (org.). *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. Brasília: CNPq, 2005.
137. _____. "Fogos de artifício no céu do Pará". *Caros Amigos*, São Paulo, n. 96, mar. 2005.
138. _____. "Levantes Bárbaros". In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Cultura e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.
139. _____. FIGUEIREDO, Wilsea. "Yellowstone Paroara: uma análise das Unidades de Conservação na área de influência da BR-163 e o caso do Parque Nacional da Amazônia". In: TORRES, M. (org.). *Amazônia revelada*. Brasília: CNPq, 2005.
140. VIEIRA, I.C.G.; SILVA, J.M.C.; OREN, D.C.; D'INCAO, M.A. *Diversidade biológica e cultural da Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.
141. WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica*. 2. ed., São Paulo: Cia Editora Nacional, 1977.
142. WANDERLEY, M. de N. B. "Raízes históricas do campesinato brasileiro". In: *XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu. Anais*. São Paulo: ANPOCS, 1996.

143. WEIL, Simone. *A condição operária e outros estudos de opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
144. WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC; Edusp, 1993.
145. WOLFF, Cristina Scheibe. *Marias, Franciscas e Raimundas: uma história das mulheres da floresta Alto Juruá, Acre – 1870-1945*. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
146. _____. *Mulheres da floresta: uma história, Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo: HUCITEC, 1999.
147. WOODROFFE, J. *The Rubber Industry of the Amazon*. London, 1915.
148. WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e siti-antes do Nordeste*. São Paulo: HUCITEC, 1994.
149. _____ (org.). *Significados da terra*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2004.
150. _____; WOORTMANN, Klass. *O significado do alimento na família camponesa*. Disponível em <<http://www.unisinos.br/ihuonline/uplo-ads/edicoes/1158350228.31>>. Acessado em: set. 2006.
151. WOORTMANN, Klass. “Com parente não se neguceia”. In: *Anuário antropológico*, Brasília: Ed. Universidade de Brasília, n. 87, 1990.

ANEXO

CD-ROM contendo:

1. Cadeia dominial da Indussolo
2. Resumo de ocupação da população ribeirinha
3. Distribuição espacial dos grupos familiares
4. Troncos familiares
5. A beiradeira e o grilador (Apresentação PPT)
6. TORRES, Maurício Gonsalves. *A beiradeira e o grilador: ocupação e conflito no Oeste do Pará*. São Paulo, 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.